



**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Campus de Presidente Prudente  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**EDITHA LISBET JULCA GONZA**



**TERRITÓRIO EM DISPUTA E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO CAMPONESA:  
DILEMAS CÍTRICOS NO BRASIL E NO PERU**

Presidente Prudente  
Agosto de 2023

**EDITHA LISBET JULCA GONZA**

**Território em disputa e formas de organização camponesa:  
Dilemas cíclicos no brasil e no peru**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, como exigência parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Área de Concentração:** Geografia –  
Produção do Espaço Geográfico

**Linha de pesquisa:** Trabalho, Saúde  
Ambiental e Movimentos Socioterritoriais

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Alberto  
Feliciano

G642t            Gonza, Editha Lisbet Julca  
                  Território em disputa e formas de organização  
camponesa : dilemas cítricos no Brasil e no Peru / Editha  
Lisbet Julca Gonza. -- Presidente Prudente, 2023  
                  212 f. : il., tabs., fotos, mapas

                  Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente  
Prudente  
                  Orientador: Carlos Alberto Feliciano

                  1. Tambogrande. 2. Cutrale. 3. Luta pela Terra. 4.  
Disputa Territorial. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos  
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE EDITHA LISBET JULCA GONZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.**

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2023, às 14:30 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de EDITHA LISBET JULCA GONZA, intitulada **Território em disputa e formas de organização camponesa. Dilemas cítricos no Brasil e no Peru.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Campus de Presidente Prudente, Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente, Profa. Dra. FERNANDA VALERIA TORRES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Sociologia / Universidad Nacional de La Plata / Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual) do(a) Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes, Prof. Dr. ROBINZON PIÑEROS LIZARAZO (Participação Virtual) do(a) Ciencias Sociales / Universidad Surcolombiana: Neiva, Huila, Colômbia. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

  
Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO

Documento assinado digitalmente  
CARLOS ALBERTO FELICIANO  
Data: 21/08/2023 13:40:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## DEDICATÓRIA

À Mercedes Rischmoller.

*In memoriam.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço a CAPES pela bolsa outorgada durante o período de aulas no campus de Presidente Prudente e a bolsa de doutorado sanduíche na Universidade Nacional de La Plata (UNLP)-Argentina.

Agradeço à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT-Unesp), ao Programa de Pós-graduação de geografia (PPG) pelo apoio na realização de trabalho de campo, participação em evento internacional e no aprendizado na língua chinesa (pelo Instituto Confúcio).

Agradeço especialmente o tempo e diálogo enriquecedor com cada um/a durante as entrevistas realizadas em ambos os países e que tenho extraído parte das suas falas para costurá-las no percurso deste trabalho.

A minha gratidão ao professor e orientador Carlos Alberto Feliciano pela sugestão de leituras que instigam a repensar a pesquisa e a sua orientação paciente.

Agradeço ao professor Bernardo Mançano pela oportunidade de aprendizados no marco do projeto de cooperação internacional “Movimentos Socioterritoriais em perspectiva comparativa” e a Rede DATALUTA.

Agradeço à professora Fernanda Torres e Cristian Jara pela sua generosa recepção durante o doutorado sanduíche na Argentina.

Agradeço aos professores e colegas durante as aulas inspiradoras na geografia, e nos momentos de debates na sala da Pós e no grupo de pesquisa do CEGet.

Agradeço as confidencialidades e conspirações construídas com as mulheres pesquisadoras e militantes que tenho encontrado durante este período de estudos.

Meu agradecimento à gentileza e aprendizados às companheiras/os do MST. Quero lhes agradecer aqui e sempre.

Não caberia aqui a gratidão e admiração à minha mãe, meu pai, irmãs e irmãos. Apelo inclusive às memórias conjunturais do meu pai para o conflito em Tambogrande e ao conhecimento de minha irmã Melissa e irmão Rogger na elaboração dos mapas presentes ao longo do texto.

Agradeço à Rogerio pela cumplicidade nesta caminhada.

*“Se a gente cresce com os golpes duros da vida,  
também podemos crescer com os toques suaves na alma”  
(Cora Coralina)*

## RESUMO

### **Território em disputa e formas de organização camponesa:**

dilemas cítricos no Brasil e no Peru

Esta pesquisa trata das formas de organização camponesa realizadas nos marcos da luta pela terra no Brasil e das garantias de sua permanência no Peru, em áreas que foram projetadas para assentar colonos ainda no século XX e hoje sugerem disputas que confluem na produção citrícola, emblematicamente acirrada em consequência do agronegócio e da mineração, desde os primeiros anos do século XXI. São explorados formas e mecanismos institucionais no contexto de um processo de reivindicações de direitos territoriais, focalizando a relevância histórica da organização espacial, no papel das empresas com capital privado nacional e reivindicações camponesas, protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e pela Frente de Defesa do Vale de San Lorenzo e Tambogrande (FDVSLT), no Peru. A partir de uma perspectiva comparada dos casos conhecidos como “caso Cutrale” (São Paulo) e o “caso Tambogrande” (Piura), abordam-se estudos, discussões e debates que convergem ao tema. A pesquisa selecionou depoimentos de trabalhadores, que constituem parte importante deste estudo, aliados às reflexões atreladas à dinâmica estrutural e conjuntural da América Latina, além do debate acerca da eclosão de conflitos e trajetórias contra hegemônicas. Nesse sentido a nossa tese reafirma que o papel dos países latino-americanos tem sido uma peça fundamental no desenvolvimento capitalista, a partir da desapropriação dos territórios e mecanismos estatais que garantem a extração de matérias-primas para a acumulação de capitais em escala cada vez mais ampliada. Daí que é fundamental debater as expressões concretas da expansão extrativista que transformam os territórios em espaços de valorização e acumulação, como também evidenciar práticas coletivas que se oponham às formas de acumulação em distintas fases do modo de produção dentro das estruturas coloniais. Conferir as possibilidades e limites reais de conflito pelo território nos marcos institucionais.

**Palavras-chave:** Tambogrande. Cutrale. Luta pela Terra. Disputa Territorial.

## ABSTRACT

### *Territory in dispute and forms of peasant organization:*

Citrus dilemmas in Brazil and Peru

This research deals with the forms of peasant organization carried out within the framework of the struggle for land in Brazil and the guarantees of its permanence in Peru, in areas that were designed to settle settlers in the 20th century and today suggest disputes that converge in citrus production, emblematically intensified as a result of agribusiness and mining, since the early years of the 21st century. Institutional forms and mechanisms are explored in the context of a process of territorial rights claims, focusing on the historical relevance of spatial organization, the role of companies with national private capital and peasant claims, led by the Landless Rural Workers' Movement (MST) in Brazil and the Front for the Defense of the San Lorenzo Valley and Tambogrande (FDVSLT) in Peru. From a comparative perspective of the cases known as the “Cutrale case” (São Paulo) and the “Tambogrande case” (Piura), studies, discussions and debates that converge on the theme are addressed. The research selected workers' testimonies, which constitute an important part of this study, combined with reflections linked to the structural and conjunctural dynamics of Latin America, in addition to the debate about the outbreak of conflicts and trajectories against hegemonies. In this sense, our thesis reaffirms that the role of Latin American countries has played a fundamental role in capitalist development, based on the expropriation of territories and state mechanisms that guarantee the extraction of raw materials for capitalist accumulation on an ever-expanding scale. It is therefore essential to debate the concrete expressions of extractive expansion that transform territories into spaces of valorization and accumulation, to highlight collective practices that oppose the forms of accumulation in different phases of the modes of production in colonial structures and to check the real possibilities and limits of the struggle for territory within institutional frameworks.

**Keywords:** Tambogrande. Cutrale. Struggle for Land. Territorial Dispute.

## RESUMEN

### *Territorio en disputa y formas de organización campesina:*

dilemas cítricos en Brasil y en Perú

Esta investigación aborda las formas de organización campesina llevadas a cabo en el marco de la lucha por la tierra en Brasil y las garantías de su permanencia en Perú, en áreas que fueron destinadas al asentamiento de colonos aún en el siglo pasado y que hoy plantean disputas que confluyen en la producción citrícola, agudizadas emblemáticamente a raíz del agronegocio y la minería, desde los primeros años del siglo XXI. Se exploran las formas y mecanismos institucionales en el contexto de un proceso de reivindicación de derechos territoriales, centrándose en la relevancia histórica de la organización espacial, en el papel de las empresas de capital privado nacional y en las reivindicaciones campesinas, encabezadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en Brasil y el Frente de Defensa del Valle San Lorenzo y Tambogrande (FDVSLT) en Perú. A partir de una perspectiva comparativa de los casos conocidos como “caso Cutrale” (São Paulo) y “caso Tambogrande” (Piura), se abordan estudios, discusiones y debates que convergen en torno al tema. La investigación seleccionó testimonios de trabajadores, que constituyen una parte importante de este estudio, junto con reflexiones relacionadas con las dinámicas estructurales y coyunturales de América Latina, además del debate sobre el estallido de conflictos y trayectorias contra las hegemonías. En este sentido, nuestra tesis reafirma que el papel de los países latinoamericanos ha jugado un papel fundamental en el desarrollo capitalista, basado en la expropiación de territorios y mecanismos estatales que garantizan la extracción de materias primas para la acumulación capitalista en una escala cada vez mayor. Por lo tanto, es fundamental debatir las expresiones concretas de la expansión extractiva que transforman los territorios en espacios de valorización y acumulación, destacar las prácticas colectivas que se oponen a las formas de acumulación en diferentes fases del modo de producción en estructuras coloniales y comprobar posibilidades y límites reales de la lucha por el territorio en los marcos institucionales.

**Palabras clave:** Tambogrande. Cutrale. Lucha por la Tierra. Disputa Territorial.

## 摘要

### 争议领土与农民组织形式

#### 巴西和秘鲁的柑橘困境

这项研究探讨了在巴西土地斗争框架内进行的农民组织形式，以及在秘鲁保障其存在的方式，在 20 世纪初仍然被设计为安置殖民者的地区。这些地区如今涉及到柑橘生，并在 21 世纪初因农业经营和矿业的影响而变得尤为激烈。在领土权利主张过程的背景下，我们探讨了形式和机构机制，聚焦于空间组织的历史重要性，以及在巴西由国内私营企业和农民主张所发挥的作用，农村无地工人运动 (MST) 主导，并在秘鲁由 圣洛伦佐和坦博格兰德谷防御前线 (FDVST) 主导。从对被称为“(圣保罗)坦博格兰德案例”和“(皮乌拉)库特拉莱案例”的比较角度出发，探讨了涉及主题的研究、讨论和辩论。该研究选择了工人的证词，这构成了本研究的重要部分，与拉丁美洲结构和形势动态相关的思考相结合，以及关于冲突爆发和反霸权历程的辩论。在这个意义上，我们的论文重申了拉丁美洲国家的角色在资本主义发展中是一个基本的要素，从对领土的征用和国家机制来确保资本不断积累的角度来看，这在不断扩大的尺度上都是如此。因此，深入讨论将领土转化为增值和积累空间的开发性扩张的具体表现，以及揭示集体实践，这些实践反对殖民结构内生产方式不同阶段的积累形式。检查在制度框架内对领土的实际冲突的可能性和限制。

**关键词:** 坦博格兰德。库特拉莱。争夺土地。领土争端。

## SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

<b>Figura 1.</b> Ponto de venda de frutas da Nova Espanha. Anônimo. México (1775-1800).	84
<b>Figura 2.</b> Fusões e aquisições das empresas citrícolas .....	88
<b>Figura 3.</b> Marcas e aquisições Cutrale.....	91

### Gráficos

<b>Gráfico 1.</b> Países com maior produção de laranja .....	86
<b>Gráfico 2.</b> Países com maior produção de limões (e limas).....	99

### Imagens

<b>Imagem 1.</b> Entrada da represa San Lorenzo.....	61
<b>Imagem 2.</b> Lado direito da represa San Lorenzo.....	62
<b>Imagem 3.</b> Cartaz da Romaria da Terra em 2001.....	121
<b>Imagem 4.</b> Chegando para participar na Romaria da Terra, 2001.....	122
<b>Imagem 5.</b> Na Romaria da Terra, 2001 (1).....	123
<b>Imagem 6.</b> Na Romaria da Terra, 2001 (2).....	123
<b>Imagem 7.</b> No centro de formação na Capim (atual sede da Cutrale).....	125
<b>Imagem 8.</b> Acampamento na Capim. ....	125
<b>Imagem 9.</b> Despejo na Capim .....	126
<b>Imagem 10.</b> Ocupação da Fazenda Santo Henrique, 2011. ....	135
<b>Imagem 11.</b> Mística em relação aos impactos à saúde provocados pelos agrotóxicos.	135
<b>Imagem 12.</b> Representação de intoxicação. ....	136
<b>Imagem 13.</b> Agrotóxicos para a produção de laranja, 2011 (1).....	136
<b>Imagem 14.</b> Agrotóxicos para a produção de laranja, 2011 (2).....	137
<b>Imagem 15.</b> Mulheres do MST na rodovia Castelo, 2012. ....	137
<b>Imagem 16.</b> Manifestação em Lima .....	146

## **Mapas**

<b>Mapa 1.</b> Localização aproximada do NCM. ....	37
<b>Mapa 2.</b> Fazendas adjudicadas para compor o NCM. ....	39
<b>Mapa 3.</b> Fazenda Turvinho e matrículas reivindicadas. ....	43
<b>Mapa 4.</b> Localização aproximada do Vale de San Lorenzo. ....	52
<b>Mapa 5.</b> Comunidades camponesas do Valle San Lorenzo. ....	60
<b>Mapa 6.</b> Identificação dos pontos TG1, TG3 e B5. ....	65
<b>Mapa 7.</b> Principais países produtores de citros. ....	85
<b>Mapa 8.</b> Água no Vale de San Lorenzo. ....	101
<b>Mapa 9.</b> Concessões de mineração e coberturas vegetal em Piura. ....	107

## **Quadros**

<b>Quadro 1.</b> Etapas do projeto Irrigação e colonização Vale de San Lorenzo. ....	55
<b>Quadro 2.</b> Processos identificados em relação à Sucocitrico Cutrale. ....	93

## **Abreviaturas e siglas**

AAA – Autoridad Administrativa del Agua

AGU – Advocacia Geral da União

AIDSESEP – Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo

ANA – Autoridad Nacional del Agua

AP – Aliança do Pacífico

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

APRA – Aliança Popular Revolucionária Latino-americana

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

BRGM – Bureau de Recherches Géologiques et Minières

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAP – Cooperativa Agrária de Producción

CCP – Confederação Campesina del Perú

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAS – Comisión Episcopal de Acción Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CGC – Comité de Gestión de Cítricos

CNA – Confederación Nacional Agraria

CONACAMI – Confederación Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CORECAMI – Coordinadora Regional de Comunidades Afectadas por la Minería

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPTM – Companhia Paulista de Transportes Metropolitanas

DS – Decreto Supremo

EIA – Estudio de Impacto Ambiental

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FDD – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

FDVSLT – Frente de defensa del Valle San Lorenzo y Tambogrande  
FEDEPAZ – Fundación Ecuémica para el desarrollo y la Paz  
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas  
IEA – Instituto de Economia Agrícola  
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização Agrária  
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
JUSHAL – Junta de Usuários do setor Hídrico de San Lorenzo  
LDC – Louis Dreyfus Company  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MINEM – *Ministério de Energia y Minas do Perú*  
MMC – Manhattan Minerals Corporation  
MP – Ministério Público  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NCBA – Núcleo Colonial Barão de Antonina  
NCM – Núcleo Colonial Monção  
NMS – Novos Movimentos Sociais  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organizações Não Governamentais  
ONPE – Oficina Nacional de Procesos Electorales del Perú  
OXFAM – Oxford Committee for Famine Reliefe  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Projeto Lei  
PSP – Partido Social Progressista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RFFSA – Rede Ferroviária Federal SA  
SAIS – Sociedades Agrárias de Interés Social  
SJSP – Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo  
SUNAT – Superintendência Nacional de Administração Tributária  
TIPNIS – Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Sécure  
TLC – Tratado de Libre Comercio  
TLCAN – Tratado de Livre Comércio da América do Norte

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1	Considerações prévias .....	17
1.2	O trajeto.....	18
1.3	Organização do texto.....	26
<b>2</b>	<b>TERRITÓRIO (S) EM DISPUTA</b> .....	<b>29</b>
2.1	“O projeto de colonização que foi abandonado e por conta disso os grileiros foram tomando conta” .....	37
2.2	“O projeto para que pudessem fazer a colonização” .....	44
2.3	Sobre as marcas da colonização.....	48
2.4	“El modelo de la colonización que fue para los hacendados” .....	51
2.5	“Pero esta realidad está inmersa dentro de una realidad mayor”.....	57
2.6	Implicações que foram se enraizando .....	63
2.7	Apontamentos sobre o situado e o concreto .....	66
2.8	Em tempos de (neo)extrativismo.....	72
2.9	Das condições inscritas no território.....	77
<b>3</b>	<b>ESPECTROS DA CITRICULTURA</b> .....	<b>82</b>
3.1	Breve contexto das laranjas e limões na América Latina .....	83
3.2	Em relação à produção das laranjas.....	85
3.3	Notas sobre o “rei da laranja” .....	90
3.4	As condições nos laranjais.....	92
3.5	As laranjas em terras públicas.....	96
3.6	Em relação aos limões .....	98
3.7	A produção de limão no <i>Valle San Lorenzo</i> .....	100
3.8	O “Exprimidor de limones” .....	104
3.9	Notas sobre <i>Buenaventura</i> .....	108
3.10	O espectro e as territorialidades diferenciadas .....	111

<b>4</b>	<b>FORMAS E DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO CAMPONESA .....</b>	<b>115</b>
<b>4.1</b>	<b>O significado da luta nas terras públicas do Núcleo Colonial Monção .....</b>	<b>116</b>
4.1.1	<i>MST: “A luta não foi pouca” .....</i>	<i>116</i>
4.1.2	<i>A ocupação de 2009 .....</i>	<i>127</i>
4.1.3	<i>A luta contra o agronegócio da laranja .....</i>	<i>130</i>
<b>4.2</b>	<b>A consulta que não era parte do processo oficial.....</b>	<b>138</b>
4.2.1	<i>FDVSLT: “Agro Sí, mina No” .....</i>	<i>138</i>
4.2.2	<i>A Consulta de 2002 .....</i>	<i>147</i>
4.2.3	<i>Pela intangibilidade agrícola perante a mineração.....</i>	<i>153</i>
<b>4.3</b>	<b>As formas organização como chave .....</b>	<b>155</b>
<b>5</b>	<b>ENTRE DIFERENCIAR E RELACIONAR .....</b>	<b>160</b>
<b>5.1</b>	<b>As formas de organização no meio agrário.....</b>	<b>164</b>
5.1.1	<i>Organização situada .....</i>	<i>164</i>
5.1.2	<i>Capitalismo colonial e dependente engrenado ao tema agrário .....</i>	<i>169</i>
<b>5.2</b>	<b>A ação política e os dilemas cítricos .....</b>	<b>173</b>
5.2.1	<i>Evocação ao modelo de desenvolvimento .....</i>	<i>173</i>
5.2.2	<i>Relações produtivas e eficientes.....</i>	<i>178</i>
<b>6</b>	<b>PARA CONCLUIR .....</b>	<b>184</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>190</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Considerações prévias

O interesse pela pesquisa consistiu em buscar compreender as formas de organização camponesa, considerando a luta pela terra e a garantia de permanência nela em áreas de projetos de colonização implementados no século XX e atualmente situados em regiões reconhecidas pela produção citrícola de laranja e limão, no Brasil e no Peru, respectivamente. Nossa análise considerou o vínculo que existe entre a eficiência produtivista atribuída aos lugares, que varia conforme o estágio legitimado do desenvolvimento capitalista, e as expressões da luta de classes manifestas em graus diferenciados e semelhantes em diversas partes da Terra. Neste sentido, a partir dos casos emblemáticos como o “caso Cutrale”, relacionado ao Núcleo Colonial Monção (São Paulo, Brasil) e o “caso Tambogrande”, relativo ao Vale de San Lorenzo (Piura, Peru), apresentamos algumas discussões e debates sobre cada um desses casos atrelados à dinâmica estrutural e conjuntural da América Latina e que reflete a eclosão de conflitos e trajetórias contra hegemonias.

Todavia, no cenário que vivenciamos, não resulta novidade assinalar que as populações de diversas partes do planeta e desde locais concretos explicitamente denunciam uma série de ajustes de políticas orientadas à extração para exportação de hidrocarbonetos, metais, minérios, grãos e biocombustíveis –conhecidos como *commodities*, por serem produtos de pouco processamento ou de baixo valor agregado para exportação. Na maioria das vezes, as denúncias dizem respeito às condições precárias de trabalho, despejos e contaminação ambiental de seu entorno, provocados pela prática extrativista cada vez mais intensiva e extensiva. Notamos que esta situação vem se ampliando a lugares antes não considerados possíveis de torná-los alvos de transformações importantes para extrair produtos primários para exportação.

Desta forma, este estudo trata de problematizar a perspectiva produtivista atribuída a determinados territórios e a visibilizar as dinâmicas de organização da população local em relação a determinados locais, cuja especificidade histórica se refere a projetos que visaram à instalação de colonos, no século passado, mas que, nas duas décadas do século XXI configuram cenários de disputa, em que comparecem empresas de capitais nacionais em setores estratégicos de exportação, além de coletividades que lutam pela terra e pela permanência nesta, como de direito.

Há que se considerar que numa primeira acepção a literatura de território parte deste como uma fonte de recursos e um receptáculo essencial do processo de produção capitalista, que envolve transformações, gerando com ele enfrentamentos de classes sociais. A exemplo, as classes dominantes que entravam à política nacional (e não meramente em técnicas econômicas) e a classe trabalhadora composta por uma diversidade de sujeitos (proletários, camponeses, indígenas, camponês-indígena negros, mulheres, lgbtq+). Essas relações que variam pelo modo de produzir, dependem da relação que estas têm com os instrumentos de produção e da ordem civilizatória que ordena a vida e pressupõe a existência de uma classe em relação à outra classe. Por conseguinte, parece-nos interessante destacar que na América Latina o sujeito camponês constitui um sujeito político que desdobra particularidades a serem constantemente vistas – tanto porque é considerada a parcela da classe trabalhadora que possui a terra e abriga nela diversas outras identidades e que, ao mesmo tempo, é uma categoria ponte dentro de outros debates possíveis, como o protagonismo das mulheres nas lutas em relação às terras, territórios e corpos –especialmente com o Feminismo Camponês e Popular (Proposta orgânica da Via Campesina). Assim, território são as relações de poder que buscam dominar e se apropriar do território em prol da perpetuação de interesses, incluindo o apagamento da presença do “outro”.

## **1.2 O trajeto**

Uma singularidade que orientou inicialmente esta pesquisa foi em relação às coletividades que disputavam em relação a determinadas frações territoriais, cujos antecedentes eram os colonos, que tiveram suas demarcações implementadas durante a primeira metade do século XX, e cujas lutas têm eclodido com maior intensidade na primeira década do presente século. Essas coletividades vêm se mobilizando para garantir o direito ao acesso às terras públicas no Núcleo Colonial Monção (São Paulo, Brasil) e as garantias de permanência nela em áreas do chamado *Proyecto de Irrigación y Colonización Agrícola Valle San Lorenzo* (Piura, Peru). O protagonismo destas coletividades é sublinhado pela criminalização dos protestos, catalogados pela mídia como violentos, mas que foram se desdobrando de maneira diferenciada com o surgimento de profundas contradições históricas e ambientais. Como exemplos, citamos a expulsão de uma empresa mineradora de capital transnacional, no Peru, sob mecanismos institucionais e democráticos, quando pela primeira vez foi aplicada uma consulta popular em 2002, a primeira deste tipo no mundo, empresa que, em vez de garantir a produção agrícola

(“*agro sí, mina no*”), já que, particularmente, no vale, os colonos produzem limões para fornecer ao mercado nacional e mangas para exportação, trabalhava com a mineração. Outro exemplo se deu no centro oeste paulista do Estado de São Paulo, em 2009, quando lideranças protestaram a través da derrubada de pés de laranja sobre terras públicas, plantados por uma das principais empresas produtoras de laranja e suco concentrado, no mundo, a atual Sucocitrico Cutrale. Estes casos irromperam num cenário de espaço-tempo em que foram desatados processos de desestabilização de governos neoliberais em países vizinhos, na grande maioria. Essas desestabilizações foram protagonizadas por movimentos indígenas e das periferias urbanas na Argentina, Bolívia e Equador, em que sobressaíam questionamentos às posturas de governos eleitos sob alianças com setores populares pela reprodução das práticas extrativistas (cada vez mais intensiva e ampliada) dos recursos naturais.

Com base em tal cenário, diversos intelectuais latino-americanos consideram o século XXI como de uma passagem da agenda ativa de privatizações a uma mudança radical de uma valorização financeira, uma espécie de passagem do *Consenso de Washington* ao *Consenso das Commodities*, em que os governos não conseguem intervir na esfera da regulação dos preços das *commodities*, prevalecendo sua condição de países fornecedores de matéria-prima que se mantêm desde a colonização espanhola ou portuguesa.

Neste sentido, sem perder de vista a complexidade dos processos que se desprendem do cenário do século XXI, este marco temporal configura um momento privilegiado e substancial para notar a luta de classes (e trajetórias coletivas) como relações de poder que se enlaçam na sociedade latino-americana. A partir das duas experiências aqui tratadas, no Brasil e no Peru, foram analisadas desde a sua materialidade territorial, considerada como estratégica para as relações do capital mundializado, até sua estrutura racial e patriarcal, que são complementares e essenciais para que se possa melhor compreender tais relações.

Inicialmente, nos apoiamos em reflexões que constantemente são relativizadas para tratar alguns aspectos, desde os recortes de estudo que trazem em seu contexto os problemas causados pelo agronegócio e a mineração, assim como os estudos sobre a escala geográfica para apreender a realidade como processo estratégico na construção do conhecimento, a modo de ler a funcionalidade dos territórios de acordo com o “estágio” capitalista, assim como o estado das territorialidades, como cenas de intervenção para mudar o curso da história.

Os recortes foram escolhidos também para buscar compreender as particularidades de formação territorial marcadas pelas desigualdades e singularidades de países considerados

diferentes na sua estrutura econômica, baseadas na monocultura e mineração como lastros profundos da colonização europeia. Abordamos, ainda, a coletividade do campesinato, que muitas vezes acaba sendo parte das intervenções políticas do discurso neoliberal como sujeitos de apropriação de terras de forma parental (família nuclear) –como forma de constituição e legitimação social de uma configuração produtiva.

É assim que, pensamos, seja pertinente dialogar com leituras propostas por Álvaro Garcia Linera (2020), quando observa que a qualidade objetiva da riqueza sob a sua forma material suscetível, obedece à forma social que lhe designa uma utilidade específica. Resulta então considerar, como menciona Andrés Barreda Marín (1995), que o concreto contém o passado, o presente e o futuro, daí que o modo capitalista organiza a subsunção real do valor de uso estratégico configurando-o como território capitalista. Essa valorização, em Donatella Calabi e Francesco Indovina (1973) é um processo total que depende das forças produtivas e políticas das classes sociais, de modo que certas organizações territoriais se tornam mais ou menos difíceis à exploração imediata. Em consequência da lógica produtivista, conforme Maristella Svampa (2018), são anuladas outras lógicas de valorização do território e em casos extremos socialmente tende a considerá-los como “áreas de sacrifício” para satisfazer o processo capitalista. Essas leituras interpretativas contribuem para deixar de estigmatizar o território público como de domínio único da burocracia Estatal –atribuindo ao Estado sua posse, e não considerando a sociedade, por meio do Estado. Ao mesmo tempo, conduz a revisar o modo com que são redefinidos constantemente como países possuidores/produtores de matérias-primas segundo o grau de desenvolvimento capitalista, assim como as ações por essas frações territoriais que historicamente têm sido produzidas, e o grau de favorecimento das classes sociais com o papel ativo do Estado.

Essas reflexões iniciais orientaram no percurso sobre a valoração atribuída às frações territoriais como elemento social de características históricas específicas, e como resultado da existência geral que envolve o imaterial como criação desse valor, essencial na relação sociedade e natureza. Sua funcionalidade está fundada nas qualidades da sua forma material concreta e pelas formas que não possuem diretamente este caráter, mas que o modificam objetivamente, como as relações de trabalho, de sociabilidades, de parentesco, as relações entre casais, o consumo de tipos de alimentos, de religiosidade etc. De modo que uma forma social tangível no Brasil, manifesta na monocultura, envolve as marcas na natureza como marcas profundas do trabalho escravizado (de pessoas arrancadas do continente africano), e no Peru,

com marcas de estratificação social sob linhas étnicas para exploração do trabalho (em decorrência da disseminação da forma comunidade do *Ayllu*), expressando precisamente as condições históricas específicas de cada um dos países, incluindo as corporeidades que podem ser consideradas objetividade material, como as de raça-etnia (que não somente são fenotípicas) quando definidas socialmente com graus de utilidade e exploração da força do trabalho na ordem da produção e na ordem de vida total.

A mineração em grande escala e as extensas monoculturas complexificam ainda mais as problemáticas ligadas aos usos e apropriação do território. Para nos referir a ambos, traçamos o debate sobre o extrativismo e (neo)extrativismo na América Latina como termos que frequentam com mais ênfase os debates acadêmicos, que tendem ao chamado benefício imediato às populações no marco das políticas nacionais derivados do comércio exterior dos *commodities*, conseqüentemente como práticas necessárias para socializar a produção, embora signifiquem *esforços por pedaços*. Nessa direção tensionam o entendimento entre as práticas extrativistas como um sistema técnico de processamento da natureza mediante o trabalho e como modo de apropriação intensiva e extensiva dos recursos naturais que tem como condição a violência para sua realização, que penetram o modo como se usa e como se realiza a gestão, com maior ou menor justiça, com ou sem exploração do trabalho e da natureza, como diz García Linera (2009).

Como vemos, o processamento e a apropriação permitem acrescentar ao debate sobre a lógica de exploração da natureza e da força de trabalho que transformam e constroem relações de poder ao modelo vigente, e constituem o significado de território eficiente e na forma geral capitalista. Cabe frisar, então, que o *local* comparece como chave enquanto a sua dimensão expansiva e universal de uso desde as heterogeneidades materializadas, constituem um substrato de extração de recursos desde a intencionalidade da lógica capitalista, mas que não é a única, pela relação indissociável do visível e invisível. Nos casos aqui analisados, as coletividades organizadas vêm denunciando as práticas das empresas no âmbito do trabalho (e não porque estejam vinculados diretamente a estas, mas pela defesa da lógica de reprodução social), os impactos ambientais, a reivindicação por terra e garantia da posse como de direito (inclusive como de propriedade privada para o caso peruano), e todos os aspectos em que se podem construir horizontes de mudanças.

Por um lado, a situação tem relação com o número de investidas sofridas pelo Estado para evitar que utilizem ferramentas necessárias para que disponham da decisão daquilo que lhe

é de direito, como a participação em decisões de exploração mineradora que impactam a sua produção agrícola, a disposição de mecanismos institucionais para a consulta –depois, disposto na Resolução *Jefatural* N° RJ 020-2002-J/ONPE-Peru (Peru, 2022) e a atribuição das terras para o assentamento de famílias em terras públicas como estabelecido no Estatuto da Terra (Lei N.º 4.504/64) e na Constituição Política Brasileira de 1988, artigo n° 186 (Brasil, 1988). Trata-se de um espectro que sugere ser vinculado aos governos nacionais, quando comparecem estes como governos protagonistas de perpetuação de grandes concessões de subsolo e solo (e água) arraigadas numa estrutura estatal e burocrática de formação social de países” periféricos”, para as atividades extrativas-exportadoras sob a lógica predominante.

Por outro lado, a complexidade latino-americana e o sucesso das lutas das últimas duas décadas protagonizadas pela *diversidade da classe trabalhadora*, como a protagonizada pela população no Vale de San Lorenzo, no marco do projeto de irrigação e colonização, podemos destacar a *Frente de Defensa del Valle San Lorenzo y Tambogrande (FDVSLT)*, uma organização que surge do seio da comunidade para proteger os interesses e direitos dos agricultores perante o projeto extrativo de ouro, cobre e zinco da empresa canadense *Manhattan Minerals Corporation (MMC)*. A FDVSLT teve um papel importante na conscientização dos impactos da mineração, na condução da consulta popular e na representação legítima nas negociações. A ela destacamos o emblema “*sin limón no hay ceviche*” e articulações com organizações internacionais e realização de estudos técnicos que davam suporte as suas reivindicações.

Essa experiência sem dúvidas apresentava uma nova configuração de reivindicações de direitos locais mediante o uso dos mecanismos institucionais para manifestar um rotundo “não” à mineração em grande escala. De forma significativa, o seu alcance quanto à participação e consulta popular começou a se proliferar em outras partes do Peru e outros locais da América Latina, como estratégia de fortes resistências e questionamentos à mineração de grande escala. De 2002 a 2012, desde esse caso conhecido como “caso Tambogrande” (pela centralidade que adquiriu a população do município do mesmo nome), ocorreram diversas outras consultas em relação a projetos de mineração dentro e fora do país, como: Esquel (2003) e Loncopué (2012), na Argentina; em Sipakapa (2005) e Mataquescuintla (2012) em Guatemala, assim como outros casos similares em Colômbia (2009) e Equador (2011). Com efeito, após a expulsão da mineradora de capital estrangeiro, mais recentemente a mineradora Buenaventura, empresa privada de capital nacional, assumiu a prerrogativa de exploração.

Como a protagonizada no âmbito das terras públicas centro-oeste paulista pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o principal sujeito coletivo que, mediante as ocupações de terra, uma estratégia legítima de ação coletiva que ganha diversos significados na sua história na luta pela terra e que continua lutando no Brasil para assentar famílias.

Há que considerar que as ocupações do MST surgem pelo fato da reivindicação do direito e uso justo da terra e como repertório da ação política diante do uso ilegal e especulativo da terra, e incluem aquelas voltadas para a pecuária e áreas de monocultivos de rápida rotatividade como a soja, cana-de-açúcar, milho, e em áreas onde são localizadas as monoculturas mais perenes como eucalipto e laranjas para exportação, problematizando aspectos não somente geofísicos, mas de dinâmicas sociais, políticas e econômicas em nível local e nacional.

Deste modo, nota-se que no marco do Núcleo Colonial Monção (NCM) o MST tem um protagonismo relevante ao protestar e estabelecer limites ao direito da propriedade sobre terras públicas e griladas em relação aos plantios de laranja feitos pela empresa Sucocitrico Cutrale, e que mediante a coleta de dados e informações o MST denunciava a situação de exploração dos trabalhadores em condições análogas à escravização e a formação de cartel da laranja no estabelecimento de preços baixos na aquisição dos pequenos e médios produtores desta fruta. Esta experiência em particular desdobra polêmicas quanto à propriedade de terras e às ações noticiadas pela mídia sobre o caso dos pés de laranja, embora exista outro caso similar de reivindicação de terras na parte sul do país que o MST, desde 1996, na região de Laranjeiras-Paraná, em que as terras também são de patrimônio da União, e se encontra em posse ilegal pela empresa Araupel<sup>1</sup>. O “Caso Cutrale”, a nosso ver, traz o tema de emprego, alimentação e as políticas voltadas ao setor.

---

<sup>1</sup> Em informação verbal, o MST enfrenta desde 1996 um caso similar na região laranjeiras na luta pela terra em áreas cuja origem remonta à cessão para construção de uma rodovia à Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSP-RG), mas que logo foram devolvidas e incorporadas como patrimônio da União.

Por isso, a revisão de documentos oficiais, referenciais bibliográficos sobre os casos, relatos orais coletados durante o trabalho de campo<sup>2</sup> e a relevância das análises de notas jornalísticas, disponíveis na internet e identificadas sob palavras-chave<sup>3</sup>, foram substratos para esta pesquisa, uma vez que estes lugares, São Paulo e Piura, se tornaram estrategicamente “produtivos” para o agronegócio e extração de mineração a grande escala, suscitando objetivamente formas de organização de sujeitos coletivos para a sua contestação pelo direito à terra no Brasil e às condições necessárias para permanência nela no Peru. Neste contexto, tentaremos determinar alguns elementos constitutivos vinculantes aos movimentos camponeses. Há posturas de reivindicação de direitos de propriedade no Peru e de acesso à terra no Brasil como bandeiras de luta, há também mecanismos institucionais de democracia participativa e representativa na consulta popular impulsionada pela FDVSLT e de legalidade do protesto nas ocupações que o MST tem adquirido notória atribuição neste exercício. Há também sentidos divergentes e convergentes que fazem barulho na atualidade como produção de alimentos, produção sustentável e meio ambiente, que somam as razões legítimas de reivindicação do território ante o extrativismo intensivo como técnica. Pois há um sujeito coletivo que emerge nos contextos de defesa concreta quando acende o alerta, e outro com trajetória nacional e histórica na luta pela terra.

Neste raciocínio, as formas de fazer política e o alcance prático das suas lutas, para este tipo de frações territoriais, as vinculamos às interpretações de autores/as latino-americanos em virtude das importantes reflexões e contribuições teóricas, enquanto questionamentos epistemológicos desde a perspectiva situacional e porque convergem com a crítica ao avanço da dinâmica de mercantilização dos recursos naturais e da vida. Recuperamos o enfoque

---

<sup>2</sup> Os depoimentos, quando trazidos e citados de maneira direta, têm sido inseridos na língua expressa pelos entrevistados e entrevistadas, a modo de tentar expor um pouco do momento de diálogos. Para os depoimentos obtidos em espanhol escolhemos fazer um rodapé com a tradução dos trechos em português.

<sup>3</sup> A decisão de incorporar a estratégia de coleta de dados e informações sobre os recortes foi realizada na medida em que não conseguimos realizar trabalhos de campo posteriores ao contexto de pandemia provocado pelo covid-19 e as medidas de isolamento aplicadas na maioria dos países. Pontualmente este exercício reforçou os elementos coletados, durante o trabalho de campo realizado em cada um dos locais, mediante as entrevistas semiestruturadas feitas aos participantes das contendas e dos conflitos concretos de cada caso. No caso do Peru, somente foi possível realizar entrevistas a participantes homens, e no caso do Brasil, as entrevistas foram mais equilibradas de homens e mulheres. Já o procedimento de coleta pela internet teve influência da metodologia aplicada no projeto em estudo das ações dos movimentos no Brasil e Argentina entre 2020 e 2021 – vinculados ao projeto pelo qual realizei o doutorado sanduíche. Por isso, as palavras chaves estavam relacionadas aos nomes dos locais e atores envolvidos.

nacional-popular e da dependência na medida em que explica as desigualdades sociais por meio das formas de acumulação do capitalismo e a sua intervenção nas economias latino-americanas, como elemento dinâmico de leitura dos ciclos do modo capitalista, e, sobretudo, no marco vertiginoso que consolida as exportações de *commodities* em escala regional, e que poucos nos atentamos ao papel transescalar das populações camponesas, inclusive com mecanismos institucionais. Especificamente nesse novo ciclo de criminalização e violação de direitos humanos, que inclui governos de correntes neoliberais ou progressistas, evidencia-se que os casos não são cápsulas, mas que são multiescalares, já que as demandas dos produtos extraídos são canalizadas inclusive via acordos de blocos comerciais.

O que fica nítido, como disse Svampa (2018) é que os direitos coletivos, territoriais e ambientais encontram limites na expansão crescente das fronteiras de exploração do capital em busca de bens, terras e territórios, e joga por terra qualquer outro mecanismo feito para ele próprio. Como a autora menciona, nos confronta a uma situação de consolidação da equação de mais extrativismo e menos democracia, que se ilustra com a criminalização das lutas e *bastardeio* dos mecanismos institucionais disponíveis como as leis e decretos, as consultas públicas e outros. A exemplo, a não aplicação de projetos emergenciais que atendam a população em plena crise sanitária, em que ficou evidente a ênfase dos setores extrativistas como atividades essenciais para os governos de turno<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo em que recuperamos a perspectiva de Evelina Dagnino (2002), enquanto a cidadania é um fundamento comum e um princípio de articulação a uma diversidade de setores da população, e, por isso, “um instrumento” e “um poderoso vínculo”. Segundo a autora, “a emergência de experiências de construção de espaços públicos”, apoiada no fortalecimento da gestão e participação civil frequentemente excluídos de espaços de decisão, representam uma confluência de projetos de sociedade, e o que fazem certas associações da sociedade civil é introduzir novas práticas num espaço público em que a “deliberação pública” se institucionaliza e ocorra uma certa renovação política.

---

<sup>4</sup> Uma das situações mais explícitas sobre isto foi a declaração do presidente da Cámara Minera, Mario Hernández, na Argentina, quando ele mencionava que “a mineração tem condições de isolamento pela sua natureza geográfica” – Tradução nossa. A declaração corresponde a 10 de junho de 2020, referente ao retorno oficial das atividades da mineração em plena quarentena, e decretando-a como atividade essencial. Disponível em: <<https://www.ocmal.org/mineria-y-covid-19/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

Isto significa que as ferramentas que utilizamos consistem numa aposta teórico-metodológica dialógica de reflexões daquilo que se constitui de origem situacional latino-americana e interdisciplinar. Assim, a forma de ler e entrelaçar as realidades em questão e os sujeitos coletivos identificados com a nossa percepção quanto às problemáticas decorrentes dos lugares, mostra a importância dada àquelas frações e trajetórias coletivas e organizadas, assim como à recuperação de depoimentos e a oportunidade da dialogicidade do tempo e espaço acerca das inflexões objetivas das condições de suporte material numa situação de profundas disparidades. Assim, expomos um modo de conceber a realidade, cuja intenção é vincular estes processos de exclusão social e política no interior das lutas de classes às disputas territoriais e às formas de organização que se recriam com subjetivação na capacidade de resistência às políticas vigentes. Intentamos dar conta das condições que habilitam as relações comparativas como uma ferramenta que se constrói desde aqueles/as que lutam, desde uma engrenagem complexa de organização que dinamiza e da tensão à forma geral capitalista e a forma social geral e específica, assim como em realidades consideradas diferentes. Ainda, analisamos estudos que mostram que o Peru na década de 1920 e o Brasil na década de 1960, do século passado, possuem entrelaçamentos de conflito entre correntes marxistas e particularismos do nacionalismo popular (anti-imperialista e por reformas sociais). Vimos, também, que mediante a Teologia da Libertação os movimentos camponeses nesses países entre os anos sessenta e oitenta realçaram as novas formas de organização, afirmando a dignidade dos pobres perante o poder político, e que foram estruturando progressivamente oposições à lógica dominante, que teve como base os regimes militares. Procuramos nuances entre interpretações intelectuais de visão de país, as implicações que recaiam sobre o papel do campo nos modelos extrativistas e implicâncias de visibilidade da diversidade dos sujeitos da classe e projetos propositivos (inclusive no sentido místico e religioso).

### **1.3 Organização do texto**

A presente pesquisa organiza-se da seguinte maneira: o capítulo 2, denominado “Território(s) em disputa“, parte de uma apresentação contextual dos recortes como primeira aproximação, baseada na descrição de documentos e pesquisas relacionadas aos recortes em que se destacam os antecedentes dos locais em questão. O capítulo encerra com algumas reflexões teóricas que põem ainda em xeque o território no marco das estruturas coletivas que

simulam mediar entre sociedade e Estado no (neo)extrativismo e nas particularidades (como os plantios cítricos).

Na sequência, o capítulo 3, “Espectros da Citricultura”, realiza o destaque das ferramentas úteis para construir os debates diferenciados para explicar a citricultura, não só porque identificamos o limão e a laranja em cada caso, mas também pelo denominador da forma capitalista na mineração e agronegócio arraigados na estrutura lugar social nacional em que comparecem essas culturas do tipo permanente. Para nos aproximarmos ainda mais, foi intensa a busca de notícias sobre as empresas que disputam o espaço para as atividades hegemônicas para atender o mercado internacional e manutenção da classe burguesa nacional, o que implicou o mapeamento de publicações disponíveis desde o ano 2000 até 2020, a fim de ecoar as narrativas dos diversos atores sociais acerca da produção e as pautas transversais políticas e econômicas e das configurações estratégicas do agronegócio da laranja em terras públicas e o projeto de mineração que afetaria a produção de limões em propriedades adquiridas pelos colonos. Também relevamos elementos contraditórios à funcionalidade atribuída por esses atores e apoiada pelo aparelho estatal, que dinamizam as relações locais e têm sido argumentos contundentes nas práticas de contestação e possibilidades para reconstituição do espaço social e político reivindicado pelos movimentos.

No capítulo 4, nomeado de “Formas e dinâmicas de organização camponesa”, destacamos o universo das formas de organização, nas derrotas e conquistas, traçamos de maneira mais aprofundada as entrevistas dos protagonistas –considerando, como nos capítulos anteriores, a forma textual dos depoimentos em espanhol e português para manter a voz e o sentido de cada fala, entrelaçando consigo ambas as realidades com a presença histórica da teologia da libertação e do campesinato e leitura do nacional-popular, que conjugam com a perspectiva de sujeito da classe trabalhadora.

Cabe destacar que, para as entrevistas foram elaborados roteiros com questões semiestruturadas que possibilitaram a adaptação do transcorrer do diálogo com os entrevistados/as, explorando a vivência e atuação deles. As questões foram agrupadas em três blocos: a) O processo de conquista da terra e a participação do entrevistado/a no processo; b) Destaque dos grupos de trabalho, coletivos, associações e cooperativas, e vínculos com outras organizações político-partidárias locais; c) Identificação das conflitualidades no entorno. Os entrevistados, em cada um dos casos, estiveram vinculados às organizações sociais e políticas localizadas através de seu vínculo como dirigentes e lideranças no ápice dos conflitos, e por

isso a necessidade de não mencionar nomes próprios. Em Piura foram 4 entrevistas, 2 delas gravadas e 2 vias celular; e, em São Paulo foram realizadas 7 entrevistas, a maioria em visita nos lotes, e outras via telefone, cinco delas gravadas e transcritas.

Finalmente, no capítulo 5, “Entre diferenciar e relacionar”, traçamos como exercício a recapitulação e a conclusão com base nos apontamentos dos capítulos anteriores vinculados aos locais e sujeitos coletivos supracitados, em que os recursos territoriais têm usos e significados distintos sob a perspectiva comparada. Quer-se mostrar que a monopolização do território no contexto capitalista não ocorre de maneira total, e nisto os sujeitos coletivos camponeses são importantes protagonistas. Assim, com as contribuições de autores/as que tratam de tal perspectiva como um exercício necessário no contexto latino-americano, ensaiamos reflexões acerca das formas de expressões contraditórias da ocupação e uso econômico do território desde o que já existe ou para transformá-lo e as resistências como “retalhos” da expressão geral da produção capitalista estabelecida.

O intuito, então, é o de recuperar aspectos gerais que se desprendem dos casos de países diferentes para compreender as tendências capitalistas sobre os territórios e as formas de organização camponesa. Problematizando as estratégias capitalistas e os impactos resultantes; as políticas e práticas governamentais adotadas; e as diferentes formas de contestação ao uso capitalista do território. Assim como, de aprender com as experiências para contribuir no debate de como se desenvolvem e recriam as territorialidades camponesas de acordo as especificidades em cada contexto, e especialmente, de buscar diálogos para soluções mais congruentes com as demandas e projetos coletivos dos camponeses.

## 2 TERRITÓRIO (S) EM DISPUTA

“Lo que pasa en el mundo en este momento, no es sino la expresión de fuerzas que lógicamente no son blanco o negro, se van forjando, pero lo que hay de fondo es un hastío de un modelo que no resuelve la vida de las gentes, que pone en peligro la existencia humana, que genera grandes diferencias y no es sostenible. ¿Qué caminos tendremos que recorrer? Hay que escribirlos, pero es un momento de crisis global. Yo caracterizo la crisis como de existencia del género humano, porque no solamente es una crisis de carácter económico, social o político, sino que el punto de inflexión está en que esta crisis es global, está a punto de estallar porque las contradicciones inter-imperialistas cada vez son más violentas y moribundas. Ya no estamos en el campo de la lucha política, hemos entrado al campo de la lucha abierta.”<sup>5</sup>

O trecho escolhido nos oferece a possibilidade de expressar, por um lado, o caráter de sistematização e construção de estratos que conseguimos ver pelos olhos, sentir, desenhar e anotar (incluindo as angústias), feitas no instante de ter estado cara a cara com o “outro”. Por outro lado, busca relacionar a realidade social e o campo do conhecimento, um caminho chave, não sequencial, do abstrato ao concreto, e vice-versa, que implica acumulação histórica mútua entre teoria e prática. Não obstante, as interseções escalares de estar num “lugar no mundo” nessa reflexão estão estreitamente ligadas, e especialmente porque mostra certo exercício de se conectar com os outros (lugares, pessoas e coisas); ao mesmo tempo, mostra que não há claramente um lugar delimitado, mas uma associação indissociável entre o micro e o macro.

Em suma, o esforço, nesta parte do trabalho, é o de refletir acerca de experiências particulares e a dinâmica do processo capitalista, e que, certamente, não é nossa intenção fazer um balanço ou diagnóstico de cada caso apresentado, mas de retomar aspectos que ofereçam contribuições teóricas e metodológicas. Com isso, entendemos que a busca de saber sobre “algo” tem a ver com o reconhecimento de que somos portadores/as de subjetividades e comparecem no uso de estratégias para explicar o que observamos, o que somos individualmente e o que somos com os “outros”, e que “ninguém parte do nada” (Marré, 1991;

---

<sup>5</sup> “O que está acontecendo no mundo no momento nada mais é do que a expressão de forças que logicamente não é branco ou negro, elas estão sendo forjadas, mas o que está na raiz é o esgotamento de um modelo que não resolve a vida das pessoas, que põe em perigo a existência humana, que gera grandes desigualdades e que não é sustentável. Que caminhos teremos que seguir? Temos que escrevê-los, mas este é um momento de crise global. Eu caracterizo a crise como uma crise da existência humana, porque não é apenas uma crise de natureza econômica, social ou política, mas o ponto de inflexão é que esta crise é global, está prestes a explodir porque as contradições Inter imperialistas são cada vez mais violentas e moribundas. Não estamos mais no campo da luta política, entramos no campo da luta aberta.” – Tradução nossa de espanhol à português de um depoimento oral obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

Turra Neto, 2012), e, inevitavelmente, existe uma ligação à trajetória vivida, e, por isso, a impossibilidade de neutralidade. Feito essas ressalvas, ao realizar uma leitura prospectiva e situada desde a América Latina, consideramos relevante destacar que nas últimas duas décadas assistimos emblematicamente a uma intensificação de conflitos e disputas provocadas pelo modelo primário-exportador, que contém não só uma carga econômica para geração de divisas, mas também uma carga político-ideológica de condição civilizatória.

Expressamente temos assistido a falas de presidentes que defendiam a atividade extrativista para a exportação de *commodities* em viés do desenvolvimento, como as declarações de Alan García (2006-2011), em 2009, em relação ao caso conhecido como o “*Baguazo*”, em que ele defendia a exploração numa área protegida, se referindo que, as pessoas que manifestaram oposição “não eram cidadãos de primeira classe” e que a oposição era “exposição de irracionalidade e retrocesso primitivo” (tradução nossa). Para o então presidente do país, “que poderiam dizer 400 mil nativos a 28 milhões de peruanos que não têm direito a usufruir de um local de todos” (tradução nossa)<sup>6</sup>. Este episódio, em particular, se dava num contexto em que eram outorgadas facilidades e adequações da legislação em função do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, entre as quais questionava-se especialmente decretos que violavam decisões sobre a compra e venda de terras indígenas. Desse modo, o governo enfrentava denúncias feitas por parte da *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* (AIDSESP), organização que representava nesse momento pelo menos 1.500 comunidades.

Nesse episódio, a desqualificação feita às populações indígenas, por parte do então presidente, legitimava a repressão que teve como resultado 33 mortos, todos indígenas e 1 desaparecido, um policial. Numa outra vez, em 2011, o mesmo presidente se referia às crenças e práticas religiosas da população andina como “formas primitivas”, pois a crença de que as montanhas possuem “espírito milenário” ou *Apu*<sup>7</sup>, somente acabavam por obstruir o investimento nas montanhas para exploração mineradora<sup>8</sup>. Essa declaração, em particular, tinha

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m67Tkfh7oj4>>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>7</sup> Se refere à denominação de manifestação de deidades, na cosmovisão andina, sendo representadas pelas montanhas.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2Vf4WfS5t08&t=86s>>. Acesso em: 10 out. 2022.

de fundo a lei aprovada para consulta popular, que visava ao procedimento de voto e verificar se a população local dava o consentimento ou não para a aplicação de projetos do setor da mineração<sup>9</sup>. Este procedimento em debate derivou-se do emblemático caso de Tambogrande (no *Valle San Lorenzo*), no norte do país, em que a população rural e urbana do distrito do mesmo nome, se opôs à mineração de grande escala e em favor da agricultura.

O “caso Tambogrande”, posteriormente discutido, tem sido objeto de estudo em pesquisas pela sua simbólica articulação transescalar protagonizada pela população local, e desde o qual se inspiraram algumas outras experiências desse tipo em nível nacional e internacional. Singularmente, este caso chamou a atenção pela forma de organização da população com a utilização de mecanismos democráticos (consulta popular), como efetiva estratégia de contenção à lógica capitalista expressa na mineração à grande escala, cujo setor ocupa uma posição central nas exportações do país. Seriam casos como estes, que ocorreram na virada do século XXI, considerados um sinal de um verdadeiro obstáculo em direção à modernidade socioeconômica? Ou, pelo contrário, foram resultados de insatisfações das populações, para que minimamente sejam consultadas, pois, em vez disso, são consideradas como portadores de tropeços para o “desenvolvimento” nacional?

A essas interrogações agrega-se o problema da posição “periférica” que frequentemente as economias dos países latino-americanos enfrentam, e cuja excentricidade são expostas em incessantes declarações dos presidentes, como as que temos citado. Como exemplo as de 2013, quando numa reunião de empresários, Horácio Cartes, presidente do Paraguai, fez um convite aberto a investimentos externos ao seu país, mencionando que “o Paraguai é um país fácil, como essa mulher bonita”, expondo a situação flexível do país a se adaptar à normativa de responsabilidade fiscal e proteção de investimentos estrangeiros que queiram investir no seu país (“Paraguay [...], 2013). Cabe lembrar que o convite ocorreu a menos de um ano do massacre de Curuguaty, caso que teve 11 sem-terra assassinados e seis policiais, e inúmeros presos, em detrimento de uma ordem de despejo, pela qual foi legitimada a destituição por falta de condução do caso –com decisão em menos de 24 horas– do presidente Fernando Lugo (2008-2012). Mesmo passados dez anos do ocorrido, o caso, que não foi totalmente

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/es/country/peru/publication/reporte-la-consulta-previa-en-el-peru>>. Acesso em: 10 out. 2022.

esclarecido, configura o despejo de camponeses que ocupavam terras públicas, mas que o procedimento teria sido com pedido paralelo e irregular na justiça pela família Riquelme, que possui plantações de monocultivos de soja nos contornos da área. Este fato (Curuguay), em particular, é considerado por vários especialistas como um corte experimental, na dinâmica das modalidades, para desestabilizar governos considerados “progressistas”, que ocuparam estas instâncias nos países latino-americanos, entre a última década do século passado e a primeira década do presente século e aplicados, posteriormente, na desestabilização de governos de países como Argentina, Brasil, Bolívia e Equador, para o estabelecimento de governos de direita e extrema-direita.

Neste sentido, após a primeira década do século XXI, observamos uma outra dinâmica, especialmente na América do Sul, que parecia com data no marco de 2005, quando em *Mar del Plata*, os presidentes nesse momento que Argentina, Brasil, Venezuela, Paraguai e Uruguai assumiram uma posição contrária à estratégia da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apoiada pelos Estados Unidos, e propiciava um alinhamento em blocos como Mercosul (integrado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e Bolívia como membro e convidado especial), e outras parcerias com Venezuela e Equador em outros blocos como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Assim, mostrava outro alinhamento, entre Chile, Colômbia, México, Panamá e Peru na Aliança do Pacífico (AP), cujos governos assumiram um papel fundamental na definição conjuntural na linha da política externa dos Estados Unidos. Evidentemente, a situação latente de crises políticas, com golpes de Estado, após 2012, revelava processos rápidos e sob acusações graves a presidentes eleitos com forte base popular; assim, as crises, nas suas contradições, advinham de causas externas e situações internas que recrudesceram as conquistas populares de representação com governos que reafirmavam uma certa soberania dos países.

As mobilizações de 2013 no Brasil, contra Dilma Rousseff e contra o Partido dos Trabalhadores (PT) –partido que estava no governo desde 2002– que sob o discurso reacionário geraram um reencontro com as feridas coloniais e escravocratas, se aprofundando mediante o *impeachment* de 2016 (sob o argumento de “pedaladas fiscais”). O grupo que logo a seguir assumiu o poder, com um projeto ultraliberal do ponto de vista econômico e fundamentalista nas relações sociais, com a incitação à violência contra o povo negro e povos tradicionais, por meio do racismo, às mulheres por meio da misoginia e as sexualidades, incitavam o

“disciplinamento” de quem não se encaixasse na heteronormatividade, tudo isso perante a uma intensa manipulação das religiões, especialmente de agrupamentos pentecostais e uso intensivo de instrumentos digitais (Mafort, Julca Gonza, 2020, p. 74).

Entretanto, com o governo do PT, o agronegócio no Brasil teve expressivo crescimento, em decorrência da exportação das *commodities*, em nome do projeto desenvolvimentista. O golpe contra o governo de Dilma Rousseff foi uma aposta cara que colocou em evidência as feridas do passado colonial na sociedade brasileira. Todavia, durante os governos do PT, foram desapropriadas menos terras que no período de seu antecessor, situação que desestimulava os seus próprios eleitores. Possivelmente seja o “caso Cutrale”, que apresentamos mais adiante, bastante divulgado pela mídia em 2009, que expresse em alguma medida as limitações do social e a lógica de desenvolvimento de um setor profundamente reacionário em relação às conquistas populares. E vale lembrar que, quando o MST ocupou as terras públicas e foi demonstrado que a empresa Sucocitrico Cutrale tinha plantado laranja nessa área, que é patrimônio do Estado, o governo federal manteve silêncio.

A série de golpes de Estado, segundo Andrew Korybko (2018), em seu livro *Guerras híbridas*, é considerada como guerras não convencionais, que tem alcançado seu predomínio no presente século, e ocorrem por intermédio de táticas, principalmente com o uso de um arsenal de meios digitais, estímulo hostil de agitadores num plano superficial, ao ponto de desestabilizar politicamente determinados governos e países. Um conjunto de condições que podem ser fabricadas sob princípios da guerra para “derrubar governos desfavoráveis ou não submissos aos Estados Unidos e seus objetivos de política internacional, sendo a revolução colorida o golpe brando e a guerra não convencional o golpe rígido” (Korybko, 2018, p. 96). Mostram como processos que combinam estratégias de violências visíveis e outras não, pois conseguem que muitas pessoas façam parte e tenham correlação direta com a geopolítica, em favor de quem os patrocina. Neste sentido é imprescindível notar que é a combinação (do convencional e do não convencional) está conjugado, que influenciam sobre a natureza e forma em que se desenvolvem os conflitos. Em termos práticos não é novo, na medida em que busca mobilizar a população e exterminar parte dela.

Logo, embora se apresentem como fatos excepcionais e indesejáveis, como os mencionados, mantêm seu núcleo profundo na “subjetividade como mensuração social, o consumo, a apropriação de bens, a mercantilização do mundo” (Mascaro, 2013, p. 200). Isso porque revela a lógica produtivista hegemônica na história das sociedades de classes; o sistema

racista e patriarcal como persistentes pilares na organização das relações humanas proveniente da ideia de civilização; e, de renomados instrumentos para recorrentes atualizações do seu caráter extensivo e predatório de acordo à localização. Basicamente, sob políticas dos “novos” governos neoliberais, a transferência de direitos de uso, de controle, ou de propriedade da terra por meio de venda, arrendamento ou concessão para extrair recursos e forças produtivas. Demonstraram a relevância da terra, diferente da narrativa, como uma das maiores necessidades do capitalismo avançado para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração acordados nela (Brandão, 2010).

Tal cenário alude à ideia de que existe um acordo irrevogável do uso de bens primários, que seguem reforçando a visão de Eldorado (“*El Doradista*”) do continente latino-americano (Svampa; Viale, 2014, p.19). Na verdade, se traduzem em múltiplas violências que atingem diretamente a existência física dos povos, pelo uso de mecanismos repressivos do Estado e opressões acentuadas na associação entre as categorias de classe, gênero e raça-etnia. Estas, longe de serem opostas, essas categorias formam pontes para compreender a condição de existência diferenciada de cada ser humano (Mafort; Julca Gonza, 2020). Isso porque há mais de quinhentos anos, com a colonização das Américas, a raça era vista como um instrumento de dominação que determinava a distribuição geográfica pela qual se articulavam o trabalho, os recursos naturais e demais formas de controle – ideia que ainda perdura. Tanto que, na necessidade de extrair mais trabalho do povo negro e povos originários, os colonizadores europeus criaram a ideia de raça “superior” para exploração do trabalho daqueles corpos estereotipados como diferentes em relação ao europeu. E, perseguiram as mulheres, acusando-as de feiticeiras e de demoníacas, apossando-se dos corpos delas, reforçando o domínio da sua sexualidade e a condição subordinada dos corpos femininos (Quijano, 2000; Federici, 2004).

De acordo com Heleieth Saffioti (2013), o contingente feminino que varia em relação ao estágio das forças produtivas da fase do desenvolvimento social, tem a ver com a marginalização da figura mulher no sistema produtivo e social, e, evidentemente, sobre a inferiorização historicamente condicionada para a exploração dos recursos, que atenuam a exploração do alvo feminino enquanto categoria de gênero e de classe.

Desafortunadamente, categorias que comparecem nas falas dos presidentes que temos mencionado, de maneira explícita ou metafórica. Uma contrariedade em relação ao papel e às obrigações constitucionais do Estado, enquanto a garantia e a proteção da propriedade privada,

que, inclusive, é considerada mais importante que a proteção da própria vida, reforçando o que se concebe como “violência legítima”, mediante os agentes estatais, que, valendo-se de um papel legitimado de árbitro, julga o que é legal ou ilegal. Essa situação também desenha a própria estrutura do Estado e propulsor da violência que se explicita no poder sobre o corpo dos mais vulneráveis, e são perpetuadas pela “a pedagogia da crueldade que fornece as bases de sustentação do poder” (Segato, 2014).

Assim, não podemos deixar de refletir sobre o papel do Estado (e governos) na organização do espaço (não restritas às fronteiras) e as alianças geradas nas que sobressaem perspectivas diferenciadas e semelhantes de soberania. Tendo em conta que a relação à política externa dos países latino-americanos tem suas semelhanças e diferenças com os impactos de seus condicionantes internos e externos, seja pela sua história, características culturais, sistema político e situação econômica, e fatores da situação internacional, como da influência dos centros de poder, as políticas dos países vizinhos e sua localização no mercado das matérias-primas. Além do explícito, de que cada caso mostra modalidades de grandes empreendimentos e envergaduras extrativistas que compõem a sua produção e geração de riqueza, das relações desiguais constituídas historicamente dos fornecedores de matérias-primas, segue vigente o debate da reprodução de tais estruturas a favor dos interesses das elites locais e internacionais.

Para isso, o Estado é um “ator” relevante, como refere David Harvey (2014, p. 91), porque se vê com frequência capturado por algum interesse ou coalizão de interesses regionais dominantes em seu interior, dado que pode orquestrar o domínio de investimentos em infraestrutura, mas também pelo eficaz instrumento para criar o clima adequado para esses investimentos, e, obviamente, o Estado não é inocente nem passivo aos processos moleculares de acumulação capitalista. Assim, os governos e a sua administração compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados dos quais ocorrem os processos de acumulação do capital, o que inclui as divisões territoriais e o aprofundamento das formações sociais pré-existentes (como machismo e racismo).

Pela amplitude de temáticas que englobam falar do que está em jogo no cenário latino-americano e reduzi-las a variáveis é um trabalho desafiador e necessário para apenas, por meio delas, demonstrar que os casos estão interligados a processos globais e nacionais, e que isso poderia ajudar a compreender como as estruturas de poder e das influências externas influenciam as práticas territoriais capitalistas. Perceptivelmente, a questão nacional aparece fortemente como o elemento diferenciador; os pontos críticos de conflito direto, como os

mencionados, são abordagem local e de encruzilhada como elementos-chave ao “desenvolvimento capitalista”. As particularidades do “caso Tambogrande” e do “caso Cutrale” podem promover elementos que vão influir metodológica e epistemologicamente na construção de estratégias coletivas na esfera estatal (Castro, 2014).

A partir disso, as questões que prevalecem na pesquisa referem-se a como compreender as formas de organização camponesa (e relacioná-las) no âmbito da mundialização do capital (expresso na lógica predominante de produção dos países em que estão inseridas), tomando os casos em questão. Em que medida esses casos –situados em áreas de relevância de produção citrícola no Brasil e no Peru, casos Cutrale e Tambogrande, respectivamente– expressam a reorganização espacial, evolução política nacional e se constituem na confrontação com a lógica capitalista? Quais são as possibilidades de recriação de mecanismos de defesa de interesses e incidir no processo político no marco das dinâmicas internacionais de exportação de matérias-primas e na impugnação dos movimentos camponeses? Que orienta os movimentos camponeses a uma forma ou outra de organização diante da eficiência produtivista atribuída aos territórios na lógica capitalista no século XXI?

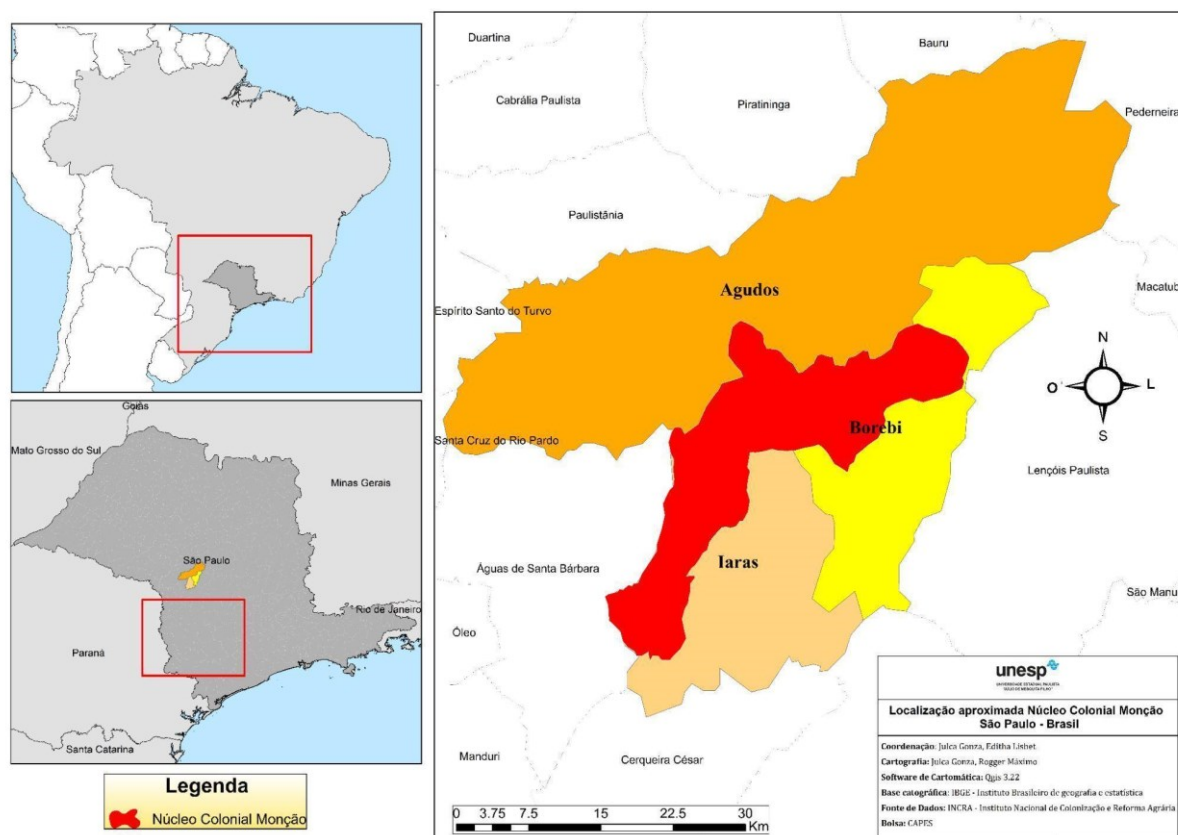
Considerando que os recortes escolhidos para estudo situam-se localmente em antigas áreas projetadas pelo Estado para recepção de colonos no século passado, e obviamente, as suas transformações nas condições materiais e objetivas, embora que processadas no tempo, assim como o conceito de território, levantam um amplo debate acerca de si e trata de um fenômeno reanimado das fragmentações pelas formas setorializadas e predominantes da lógica capitalista (agronegócio e mineração). Neste sentido, nos aproximamos das especificidades de tempo e espaço –como num campo de força onde se desdobram uma contínua projeção das representações, como veremos adiante.

Antes, cabe ressaltar que propomos a seguinte hipótese: os movimentos camponeses, nos dois casos em análise, demonstram formas organizativas orientadas à busca pela realização do trabalho e da reprodução social, com mecanismos institucionais e estratégias de acúmulo político de enfrentamento de classes, nas contraditórias atribuições de eficiência produtivista dos territórios quando disputam contra as forças do capital colonial no notado avanço do agronegócio no Brasil e da mineração à grande escala no Peru, para a produção de *commodities*. Ao que acrescentamos, é um sinal relacionado com o processo de expropriação de camponeses e diretamente como unidade e diversidade no espaço mundo.

## 2.1 “O projeto de colonização que foi abandonado e por conta disso os grileiros foram tomando conta”<sup>10</sup>

Quando nos referimos ao “caso Cutrale”, é imprescindível apresentar o Núcleo Colonial Monção, que representa um conjunto de terras adjudicadas pelo Estado para fins de assentamento de colonos, entre 1909 e 1910, por intermédio do órgão federal de Repartição Geral de Terras Públicas para a recepção de imigrantes europeus (INCRA, 2006). A área total de adjudicadas está demonstrada na parte vermelha do mapa a seguir, sendo a sua localização no que seriam hoje as jurisdições dos municípios de Lençóis Paulista (emancipado em 1858), Águas de Santa Bárbara (nomeado como tal em 1978), Iaras (reconhecido como tal em 1990) e Borebi (emancipado em 1990), localizados na região centro-oeste do estado de São Paulo.

Mapa 1 – Localização aproximada do NCM.



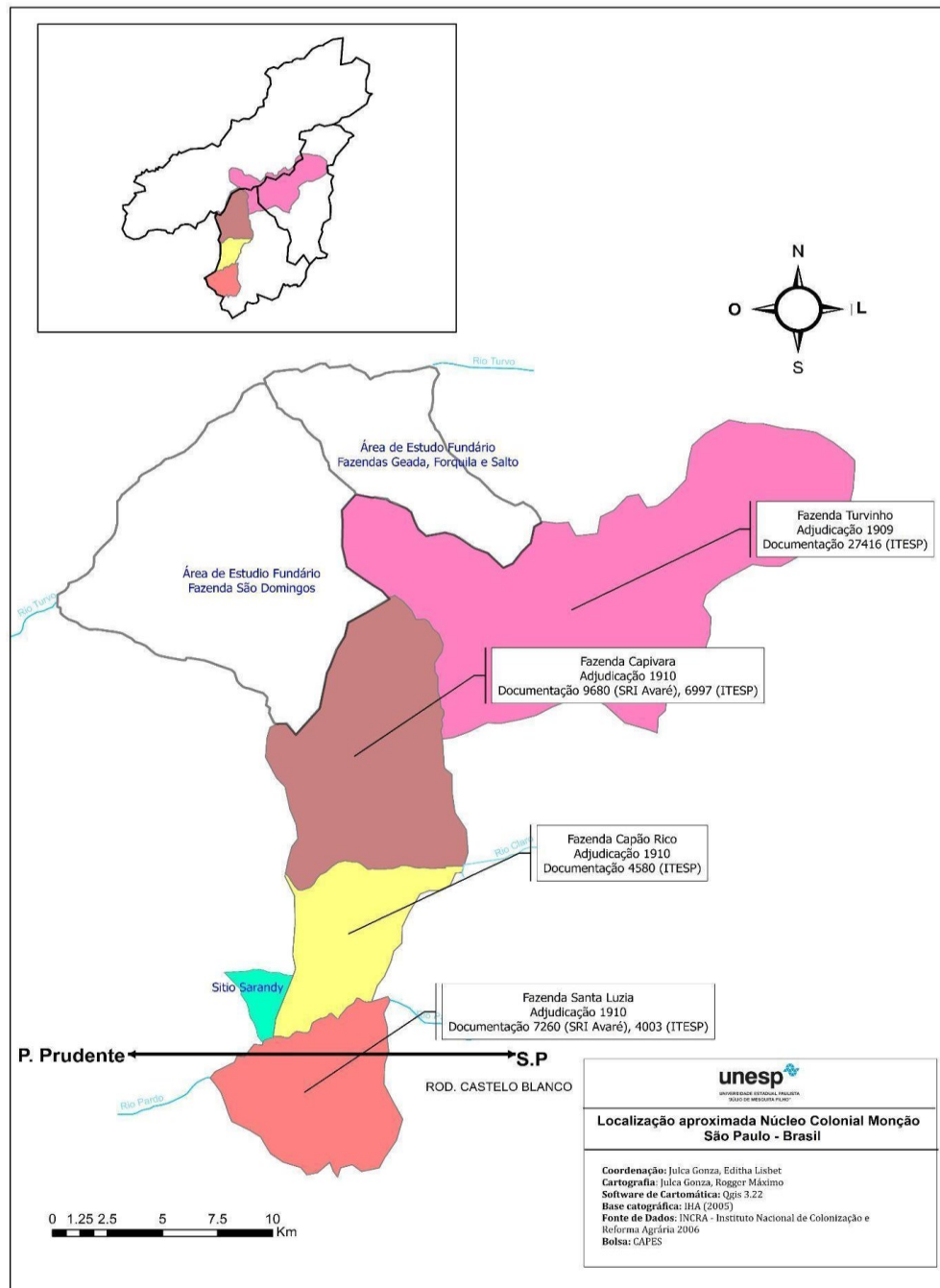
Fonte: Elaboração própria.

<sup>10</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo, em dezembro de 2020.

Segundo o estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – entidade criada em 1970– num documento intitulado de “Cadeia Sucessória Dominial: Estudo de casos relativos ao NCM (Volume I)”, sinalizou que o conjunto de terras para compor o NCM derivou da adjudicação das seguintes fazendas: Santa Luzia, Capão Rico (glebas I, II, III, IV, V e VI), Capivara, Turvinho, Sítio Sarandy e partes da Forquilha, Geada e Salto, totalizando aproximadamente 50 mil hectares.

Sobre o assunto, temos identificado estudos feitos por Ricardo Venturelli (2013), e logo retomados por Rodolfo Pelegrin (2015) e Eduarda Domingues (2019), salientando que a identificação das áreas adjudicadas pelo INCRA abriu a possibilidade de sinalizar as áreas em que realmente foram assentados os colonos –como as fazendas Santa Luzia, Turvino e Capão Rico, e as que não conseguiram. Assim como de observar que as fazendas Geada, Forquilha e Santo Domingo, mesmo nomeadas no estudo do INCRA, não aparecem nas demarcações oficiais, o que pode aumentar o número de hectares de propriedade da União e, sobretudo, a constatar grandes porções de terras demarcadas que ficaram abandonadas pela gestão do Estado por quase um século. Neste sentido, as áreas contabilizadas correspondem àquelas quatro áreas coloridas no mapa a seguir, comprovadamente adjudicadas entre 1909 e 1910. Entretanto, no estudo do INCRA e dos estudos citados que ainda faltam por verificar os títulos das áreas na parte superior esquerda do NCM (ver o Mapa 2).

Mapa 2 – Fazendas adjudicadas para compor o NCM.



Fonte: Adaptado pela autora, com base em Iha (2005) e Incra (2006).

O estudo realizado, entre 1994 e 2006, pelo INCRA, expõe concretamente seis casos: a) Fazenda São Domingos x Fazenda Capivara (no município de Agudos e Iaras, respectivamente). Neste caso, a Fazenda São Domingos foi adjudicada em 1911 (com título paroquial de 1850); b) Fazenda Ambrosina (dentro dos marcos da fazenda Capivara); c) Sítio

São Roberto – Carlos Castiglioni (ficou pendente para perícia técnica de assinatura e veracidade dos títulos); d) Fazenda Santo Henrique ou Capim (localizada na parte de cor fúcsia no mapa); e) Fazenda Ideal aproximadamente 1.057,5000 ha (com duplicação de títulos que se sobrepõem à parte da Fazenda Turvinho), e f) Fazenda Maria Cristina com 220,2000 ha (ocupa ilegalmente um pouco mais de 110.90 ha da União, situada na fazenda Turvinho).

Cabe destacar que, parte da fazenda Capivara (localizada na área de cor vermelha no mapa anterior), em 1999, foi atribuída para conformação do primeiro assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, denominado de Zumbi dos Palmares (no município de Iaras), em que foram 53 famílias assentadas em 1300 ha, equivalente a 30% do total da área reivindicada dessa fazenda, desde 20 de novembro de 1995.

As primeiras famílias [assentadas] vieram de São Paulo, Limeira, Campinas, Pirajuí, Bauru e Avaré, estão até hoje. Todos vieram para cá nessa primeira leva, era um pessoal mais da agricultura e um pessoal maior de cinquenta anos. Era um pessoal que saiu do campo para a cidade, mas que tinha vínculo com a terra, sonhava com a terra e acreditava que era possível a reforma agrária. A primeira leva de terra que saiu no tempo de Fernando Henrique Cardoso, (...) quando pedimos a tutela provisória antecipada de 30% da área<sup>11</sup>.

Vemos que a primeira implantação de assentamento ocorreu com 53 famílias assentadas, mas logo viria uma série de ações dirigidas pelo INCRA e acompanhadas pelo MST, nessa mesma fazenda que estava dividida em pelo menos 20 partes, o que implicou um processo de regulamentação e acordos sucessivos para a sua regularização e assentamento de famílias organizadas pelo MST. Essa sequência de reivindicações e decisões foram ocorrendo no marco das perspectivas econômicas atribuídas às terras públicas, quanto ao seu uso social, vigentes no Estatuto da Terra –Lei n.º 4.504/64, Artigo 4º, inciso IX, Artigo 55 e seguintes (BRASIL, 1964) e no artigo 5º do Decreto n.º 59.428 de 27 de outubro de 1966 –que regulamenta o Estatuto da Terra (Brasil, 1966). Instrumentos de política agrária que objetivam o destino das terras públicas para aproveitamento econômico, mediante atividades agrícolas exercidas no viés da propriedade familiar e organização da produção em cooperativas. Também o Artigo 186 da Constituição Federal (Brasil, 1988), refere o seguinte:

---

<sup>11</sup> Depoimento oral de um assentado, obtido durante trabalho de campo, em dezembro de 2020.

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I- aproveitamento racional e adequado; II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No entanto, dentro do conjunto de casos estudados pelo INCRA, o caso mais emblemático é o da fazenda Turvinho, que fora adjudicada ao NCM, pela União mediante Sentença Judicial de 29/07/1909, como mostrado no mapa anterior. A fazenda Turvinho refere-se à fazenda Santo Henrique ou Capim, como é denominada atualmente na área. Foi identificado que parte da área da fazenda Turvinho foi adquirida em 1941, por parte de membros da família Pereira de Barros –família que era conhecida no setor da produção de café na época.

Entre os membros dessa família, se destaca a biografia de Adhemar Pereira de Barros, um dos considerados donos da fazenda. Adhemar Pereira de Barros ocupou o cargo de prefeito da cidade de São Paulo entre 1957 e 1961; se manteve no cargo de governador do estado por duas vezes, entre 1947 a 1951 e 1963 a 1966; e, também foi candidato à presidência da República em 1955 e em 1960 pelo Partido Social Progressista (PSP), ficando em terceiro lugar em ambos os processos eleitorais, que foram ganhos por Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, respectivamente.

A vida política mais ativa de Barros ocorreu no cenário de governos de Getúlio Vargas (entre 1937 e 1945, durante o período conhecido como Estado Novo, quando adquiriu a fazenda Turvinho, e entre 1951 e 1954, conhecido como período de República Populista), e durante a implementação de metas de industrialização aplicadas pelo governo de JK (1956 a 1961). Cenário este em que o capital internacional, estatal e privado nacional começou a investir na agricultura como âmbito industrial, e o espaço rural passou a receber inovações tecnológicas para produção e escoamento de trigo, em substituição do café, produção expressiva em São Paulo, incentivando a construção de armazéns e silos, mecanização da agricultura, uso de fertilizantes, por meio de financiamentos subsidiados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para os grandes proprietários de terras. Houve também incentivos na construção de matadouros e frigoríficos (Pizzani, 2020).

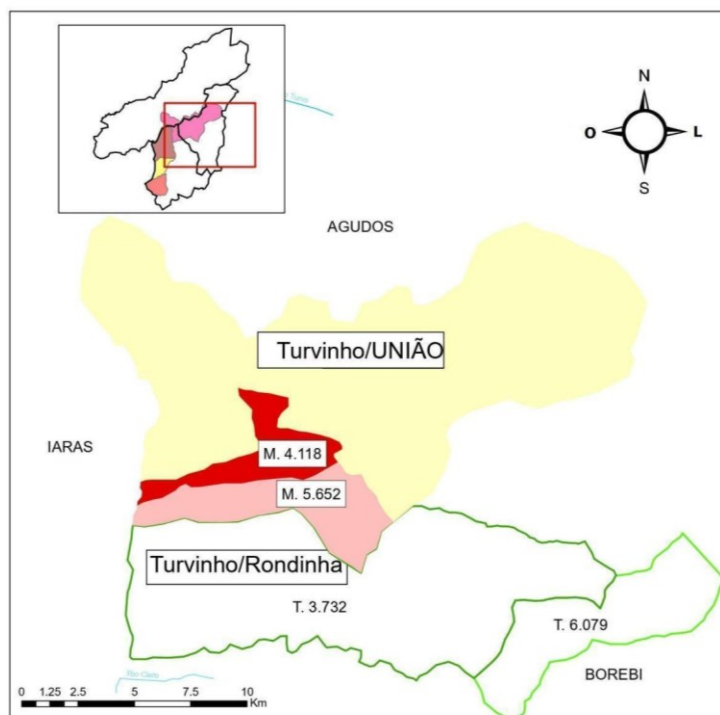
Temporalmente, também é determinada a implementação da lei do trabalhador rural de 1963. Até então o trabalhador rural não lhe reconhecia seus direitos. Aliás, foi o governo de João Goulart que assumiu após a crise do governo de Jânio Quadros, quando foi permitida a

sindicalização no campo, que evidenciaram outros critérios do trabalho no âmbito rural, como por exemplo, proibir a troca de trabalho na terra por moradia e/ou alimentação.

Neste sentido, ainda vale fazer um parêntesis figurado acerca da fama de Adhemar de Barros na sua vida política, pois, segundo Luiza Cotta (2008), os seguidores do político o consideravam como empreendedor, embora a honestidade não fosse um valor a ser destacado nele, e foi ficando impregnada na sociedade da época a imagem do “homem que rouba, mas faz”. A mesma autora (2008, p. 80), resgata a trajetória do político, considerado como aquele que “(...) entrará pobre para a política e, três anos depois, sairá dono de fazendas, jornais, mina e empresa aérea”. A autora acrescenta ainda que, na reta final da última corrida eleitoral presidencial, ele, como candidato, apresentou uma lista de propriedades no âmbito rural: 1) Fazenda Natal, em Iraguaçu; 2) Fazenda São Jerônimo, em Limeira; 3) Fazenda Caieira, em Taubaté; 4) Fazenda Pirauama, em Pindamonhangaba; 5) Fazenda Maria Helena, em Itapeva; 6) Fazenda Turvinho, em Agudos (em sociedade com seus quatro irmãos) e 7) Fazenda Cachoeira dos Índios, em Iturama. As seis primeiras propriedades declaradas por Barros estão localizadas no estado de São Paulo e a sétima em Minas Gerais.

Como vemos, a aquisição da fazenda Turvinho encontra-se num cenário de ativa atuação política do considerado dono. Fazenda que, no estudo do INCRA, demonstra inconsistências nas transcrições em nome de Geraldo Pereira de Barros, Oswaldo Pereira de Barros e Antônio Emygdio de Barros. A ação reivindicatória feita pela entidade demonstra fragilidades da origem dos documentos apresentados, como a divergência na localização física e inconsistências no tamanho da área, especialmente em relação às matrículas 4.118 e 5.652, como se mostra no mapa a seguir.

Mapa 3 – Fazenda Turvinho e matrículas reivindicadas.



Fonte: Organização da autora. Extraído de INCRA (2006).

Embora falemos da Fazenda Turvinho como uma, esta teve a sua conformação por duas fazendas denominadas como Turvinho/União e Turvinho/Rondinha, como aparece no mapa. Por isso, identificamos que a mancha vermelha (matrícula 4.118) e a mancha rosa (matrícula 5.652) correspondem às delimitações dessas duas antigas fazendas que integraram a Turvinho como uma. Essas duas matrículas são reivindicadas pelo INCRA como terras públicas. Para chegar a essa conclusão, o estudo demonstrou que, embora a fazenda Turvinho/Rondinha teria sido comprada pelos irmãos de Barros, eles teriam alegado para antiga dona que a área adquirida não correspondia à do contrato de compra-venda, e, por isso, pediram a devolução do dinheiro; entretanto, nunca saíram da área.

Ante a metodologia de reconstituição e encadeamento dos títulos, desde a aquisição dessas terras por parte do órgão federal para o NCM, ficou corroborado que em 1983, aos irmãos de Barros lhes foi aprovada uma solicitação de usucapião (T. 3752) da área correspondente à M. 5.652. No ano seguinte, a M. 4.118 foi registrada à mesma solicitação (T.3752), já concedida. Em vista disso, mesmo o procedimento de usucapião aprovado na lei nº 9.669 de 10/12/1981, durante o último governo de ditadura, o Código Civil de 1916 já indicava que os bens públicos não podem ser adquiridos por esse procedimento, portanto, seria uma ação

ilegal. Posteriormente, ficaria reafirmado no artigo 191 da Constituição Federal de 1988, que “Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião” (Brasil, 1988). Desse modo, o INCRA chegou a demonstrar que existia posse irregular de milhares de hectares de terras públicas em função da prática de grilagem, uma prática baseada na falsificação de títulos de propriedade e apropriação ilegal da terra no país.

A recuperação dos antecedentes da área da Fazenda Turvinho demonstrava a flagrante infração aos princípios da titularidade da origem dessas terras e, portanto, o reconhecimento de que as terras vinculadas às duas matrículas em questão pertencem à União e não à empresa Sucocitrico Cutrale, que adquiriu as terras nessa mesma área, nos anos 2000 (Reintegração [...], 2013; Canário, 2013). Também, confluência com a demanda por terras para reforma agrária por parte do MST que se encontra presente na região desde 1995, quando realizou a primeira ocupação das terras públicas, do antigo NCM, e que conquistou a implementação do primeiro assentamento de famílias em 1999. Tal situação iremos discorrer logo adiante por se tratar de velhas e novas práticas que tecem uma trama complexa de uma fase do capitalismo atual, mas que acompanha um retorno ao espectro mais violento da acumulação primitiva durante a colonização europeia.

## **2.2 “O projeto para que pudessem fazer a colonização”<sup>12</sup>**

Vale destacar, por enquanto, que a adjudicação de terras para implementação do NCM teve uma particularidade em relação à criação dos outros núcleos no estado de São Paulo, não somente porque se tratava de um núcleo federal e não estadual. Segundo Cláudia Alessandra Tessari e Cesar Costa (2015), entre 1829 e 1877, a implementação dos núcleos no estado era voltada à produção de alimentos para as cidades. Entre 1897 e 1911 os núcleos tinham a função particular de uma espécie de “viveiros de mão de obra” para a colheita de café e favorecer o processo de acumulação no setor, especialmente daquelas fazendas localizadas no norte do estado.

Posteriormente, os núcleos foram implementados, após a década de 1930, sendo os núcleos que realçam uma “certa distinção de colonização” porque serviram de apoio ao

---

<sup>12</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo, em dezembro de 2020.

desenvolvimento do novo padrão de acumulação urbano-industrial vinculando-se à política federal, e vários destes tornaram-se cidades. Um desses núcleos estaduais é o caso do Núcleo Colonial Barão de Antonina (NCBA), hoje, no município de Itaporanga, no lado sudoeste do Estado, implementado em 1931, para servir de maneira decisiva aos circuitos de formas capitalista de produção e propriedade. Neste aspecto, realça o papel do Estado na formulação de políticas colonizadoras que subsidiaram e favoreceram a acumulação capitalista de atividade econômica dominante e especialmente no marco da “industrialização” que tendeu a se centralizar no estado de São Paulo ao longo do século XX.

Deste modo, a criação do NCM corresponde a um período em que este tipo de adjudicações de terras e políticas de assentamento de colonos era o de buscar “integrar o espaço paulista ao mercado mundial, com todo o romance e toda a violência típicos dos processos de povoamento de caráter colonial” (Pelegrin, 2015). Já nos marcos de projeto de colonização do âmbito federal, segundo Monica Hashimoto Iha (2005), não estava alinhado de maneira integral a essa lógica que ocorria com aqueles implementados na decisão estadual. No início do século XX, como Tessari e Costa (2015) afirmam, este não estava a serviço das fazendas de café, visto que estabelecia marcas territoriais numa área isolada do eixo econômico, e as suas condições eram pouco favoráveis para a agricultura dominante do café em decorrência do “tipo de solo predominante, Latossolo vermelho amarelo fase arenosa.” (Tessari; Costa, 2015, p. 70), diferente de como era percebido pelos Caiwas (ou Guarani Kaiowá), que provavelmente aí habitavam (Iha, 2005). Para estes, segundo Iha (2005), identificado também em Caio Prado Júnior (1961), o tipo de solo que conhecemos como do interior paulista, tinha a funcionalidade de conectar e comunicar mediante o uso dos rios, que não afluem ao mar, senão que as veias hidrográficas existentes penetravam ao centro do continente para fazer parte do rio Paraná-Paraguai.

De tal maneira que, no âmbito continental, o NCM insere-se nos procedimentos de fracionamento de terras e políticas de colonização, mediadas pelos Estados, como instrumentos para o estabelecimento de atividades econômicas e de ocupação populacional. A ideia consistia no fato de que para alcançar o progresso era necessário atrair colonos europeus e fundaram povoados em locais sem quase ou nada de densidade demográfica (Olveda, 1990; Martínez Rodríguez, 2010). As ações pelas quais foram injetados procedimentos de ocupações de terras e grupos de populações europeias, sob a caracterização de áreas “vazias”, deram-se como se fossem algo sem atributos ou primitivos aptos para domesticação. Assim, produziram capturas

de grandes áreas, indispensável para apropriação física das terras, vegetais e animais em favor do “progresso”, da “civilização” e da “modernização”, como base material para o domínio territorial.

Pertinentemente, as colocações de Silvia Federici (2004, p. 402), no seu livro *Calibã e a Bruxa*, mostram que para os colonizadores “a América em si era uma mulher nua, sensualmente reclinada em sua rede, que convidava o estrangeiro branco a se aproximar”, às vezes eram os próprios homens originários que entregavam os bens e parentes em troca de alguma recompensa, e essas mulheres se converteram nas principais inimigas do domínio colonial. Aquelas que se negavam ao batismo dos filhos e se organizavam em reuniões eram perseguidas e torturadas sob o argumento de que se tratava de bruxas e “demoníacas”, e representavam “um perigo para o domínio colonial”. Somente no século XVIII, quando deixaram de ser um problema sério “se deslocou para as *plantations* que se desenvolveram com o emprego do trabalho escravo no Brasil, no Caribe e na América do norte” (Federici, 2004, p. 413).

Então, a transição ao século XX, segundo Rita Segato (2014), acompanhou as anexações territoriais sobre conflitos convencionais entre Estados e deu passo à sociedade do controle por meio das ações estatais aplicadas para cravar as populações governadas em um território fixo e nacionalmente delimitado. Com a jurisdição territorial que é um corpo, sobre o corpo e nele se começam a perpetuar marcas para exibir pertencimento. Poderia se dizer que as terras (assim como o corpo das mulheres), para usufruí-las, incorporá-las, dominá-las e adequá-las a essas delimitações nacionais, os projetos de colonização representam atuação estatal direta sobre a faz da terra para assim constituí-los como campos de batalha.

Arriscamo-nos a trazer, ainda que remotamente nesta parte, o que Robert de Moraes (2005a, 2005b) sugere como procedimento dos usos do solo, a apropriação da natureza, as relações entre os lugares e a organização do espaço, já que na época passaram a ter um traço geral produzido pelo Estado à lógica do capital, dotando um âmbito espacial a ser conquistado e explorado. Não houve rompimento da lógica, e sim manutenção das relações de escravidão – mesmo tendo sido abolida em 1888, para a consolidação do Estado não foi possível mediante a identidade, porque mais da metade da população tinha sido constituída por seres humanos sob a condição sangrenta da escravidão, e por isso o Estado vai tomar as delimitações do território físico como unidade de referência.

Neste contexto, quando falamos das políticas de colonização na América Latina, verificamos em Marcela Martínez Rodríguez (2010) que alguns casos confluem e outros não

quando se fala de países. O caso da Argentina, que é frequentemente referenciado como o país que mais recebeu imigrantes europeus, pelo menos quase a metade da totalidade dos que chegaram aos países latino-americanos foi precedido por inúmeras campanhas de expedições que exterminaram os povos indígenas. A recepção maior de migrantes na Argentina foi mediante a lei Avellaneda nº 817, de 1876, que resultou no estabelecimento da maioria deles nas províncias de Entre Ríos, Santa Fé, Córdoba e Buenos Aires.

No Chile e no México, além de outorgar terras para fazer mais atrativa a colonização, os governos ofereciam pagar os gastos da viagem e a exoneração de impostos e, em alguns outros, ofereciam ferramentas, sementes e assistência médica por vários anos. Além disso, a autora menciona que as políticas podiam variar dentro de cada país, abrindo exceções na modalidade de atrair outros imigrantes, ou porque as condições não eram suficientemente atrativas para os europeus ou pela urgência de inserir trabalhadores nas fazendas, cuja dinâmica produtiva estava em auge para exportação, como nos núcleos estaduais em São Paulo, no Brasil – que seriam comparativamente similares aos do departamento de Piura, no Peru, mencionado anteriormente.

Em São Paulo, foi estabelecido uma espécie de “viveiros de trabalhadores” para as fazendas de produção de café. De maneira similar, ocorreu no Peru com o uso da lei de imigração para contratar “*coolies*” (chineses para substituir a mão de obra escravizada, após a abolição da escravização africana em 1854), para inseri-los nas fazendas de cana-de-açúcar. Igualmente, segundo Martínez Rodríguez (2010, p. 123), se vivenciou em Cuba. Este tipo de contratação aconteceu no Brasil, justamente pelo aproveitamento aleatório e sem mexer no “dirigente e grande proprietário rural” e atender a demanda de comércio internacional (Prado Júnior, 1976, p. 24).

Além desse fato, as bases materiais, sobre as quais se constituiu uma espécie de “nervo econômico da colônia”, com a escravização necessária à produção, por meio do estímulo à imigração branca nos moldes de colonização do século XIX para o século XX, já não se adaptava às lógicas do mesmo modo. Os proprietários de terra (primeiros imigrantes) precisavam de mão de obra para as lavouras das suas fazendas, particularmente em São Paulo, onde se deixaria de cuidar dos procedimentos para atribuição de pequenas propriedades e priorizar a produção das grandes fazendas. Assim, os imigrantes no início do século XX, quase em sua totalidade, eram enviados às fazendas de café como assalariados. Reafirmaram a dominação dos trabalhadores sob a ideia de raça, uma construção social, embora o regime escravocrata tenha culminado nos marcos legais.

Podemos dizer que inicialmente a implementação de núcleos teve a ver com as facilidades postas na aquisição de lotes por parte de imigrantes europeus, e, posteriormente, somente aqueles considerados aptos para produção monocultura de café e os estrategicamente bem localizados para investimento em outros segmentos (próximos de estradas, indústrias, portos) foram os que tiveram um efetivo investimento por parte do Estado. Procedimento que não aconteceu com o NCM, que, até 1930, conseguiu assentar colonos em algumas frações e logo foi deixado.

### **2.3 Sobre as marcas da colonização**

Devemos somar que em contexto de intensificação de expedições e avanço exploratório na Amazônia, especialmente com a extração da borracha, bastante incentivada até o início do século XX, notadamente com o sangramento das árvores para obter o látex ou borracha ou “caucho”, fez sonhar várias economias pelo seu valor extraordinário. Em seguida, o mercado externo se interessa pelo algodão, depois o açúcar, o café, que dependia de que os compradores pudessem receber o produto a melhor preço e em quantidade suficiente, e, quando isso não ocorria, esse comprador abandonava instantaneamente os seus provedores, porque se encontra em algum outro país. Estes produtos eram uma fortuna ocasional, e “dependiam de circunstâncias passageiras” (Mariátegui, 2007, p. 170).

O período de apogeu de cada produto era quando se acreditava haver encontrado o Eldorado; analogicamente, essa ilusão estava alimentada por aquelas práticas de procura e expedições exploratórias em relação a um imaginário a que as sociedades pré-hispânicas teriam um lugar com riquezas, possivelmente abastadas em ouro. Resultado disso é que há provas de que Machu Picchu foi encontrada por Agustin Lizárraga, um morador local, e somente divulgada com as expedições de Hiram Bingham entre 1909 e 1911, auspiciado pela Universidade de Yale e a *National Geographic Society*. A situação era ditada também pelos recursos e pelo mesmo motivo à ideia de nação.

Percebemos que a passagem do século XIX ao século XX teve característica de perenização para com o Estado-nação, na adesão aos circuitos de comunicação, comércio e patentes ao padrão de poder mundialmente hegemônico. Vieram à cena, importantes acontecimentos como a construção do Canal de Panamá, após a divisão de uma parcela territorial da Colômbia em 1903, que provocava aproximações dos países latino-americanos aos Estados Unidos. Inclusive no modelo de Políticas de conservação e preservação de áreas, como

o parque Nacional Nahuel Huapi em 1934 e o parque Iguazu em 1939 na Argentina, seguindo o formato dos Estados Unidos, quando declarou o Parque Nacional Yellowstone em 1872, sob o discurso de resguardo de recursos da natureza para as gerações futuras e soberania territorial.

Essa visão exploratória era mediada pela captação de recursos naturais para o comércio internacional e de formas de intervenção no território dos Estados nessa lógica de comércio. Deste modo, os Estados detentores de meios de coerção desapropriaram a determinados grupos, foram os agentes principais da desapropriação, quando apresentaram uma consistência pela lei ou imaginário em seus padrões de fazê-lo. Com isso, o entendimento de território traça um paralelismo entre a estratégia de consolidação dos Estados e o solo, que era a lógica daquele período histórico (Castro, 2014).

O território, considerado como plataforma, era essência desse processo que ajudou a moldar a história do século XIX e parte do século XX, em que o poder do Estado nas suas relações com a sociedade comparece como uma instância fundamental e o aparato capaz de integrar o território e a sociedade. Sobre isso, para as realidades latino-americanas durante as primeiras décadas do século XX – especialmente após a Primeira Guerra Mundial, alguns debates enfatizaram que a ideia de totalidade é central, bem como a necessidade de sua particularidade para que não caiamos no erro da análise do todo pelo todo.

No que tange aos debates em relação a isso, na época, José Carlos Mariátegui (2007), considerado um precursor do marxismo latino-americano, propõe uma tentativa de pensar a América Latina em termos da sua inserção na formação do capitalismo e as relações de base econômica e estruturas sociais nacionais. Questionava a perspectiva moralista e idealista da narrativa que apresentava a condição do “nativo”, como objeto e não como sujeito político. Denunciava que a forma da propriedade da terra herdada da colonização, apoiada pelo regime econômico-social sobre a questão racial mantinha interesses de latifundiários, que não somente não conseguiam se transformar em burguesia capitalista, e eram meramente intermediários para o capital estrangeiro. Problematizando, para o caso peruano, o mito da existência da “raça superior” e o papel da diversidade de setores como minérios, comércio e transporte nas mãos dos capitalistas estrangeiros.

Anos mais tarde, para o caso brasileiro, Prado Júnior (1961, 1972) diz que a exportação de produtos primários condicionou as relações sociais e as instituições, baseado no regime escravocrata nas relações de posse da terra e do trabalho no campo. Explicava que a condição do Brasil colônia tratava-se de uma área de exploração de recursos, com a manutenção da

monocultura e trabalho escravizado. Sobre povoamento, os núcleos coloniais foram mecanismos para espalhar a população de origem europeia, e agrega que vários desses núcleos acabaram sendo um “andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos”. Assim também, o autor parafraseia o cronista Frei Vicente do Salvador (1564-1636), uma importante referência para ele, pelos registros históricos para compreender o processo de colonização e formação do Brasil, tais como as concessões de terras e o trabalho escravizado para atender as fazendas de café (como aconteceu no estado de São Paulo).

Enfim, o nosso intento de atrelar essas reflexões às determinações históricas e territoriais-espaciais prossegue com trabalhos mais recentes como o de Venturelli (2013), Márcio José Santos (2016), Mafort (2018), e Domingues (2019), alguns deles já citados, e que confluem como lugar material onde se apresentam as condições históricas de reprodução capitalista e a disputa territorial, que surgem em função do movimento sócio-metabólico do capital nessa fração territorial, e a necessária leitura da relação entre a luta por terra e a luta de classes. Pois o NCM se situa no marco da implementação de projetos orientados para outorgar terras a estrangeiros europeus, como um recurso a ser explorado, por vezes assignados a áreas menos úteis para a produção agrícola, razão pela qual algumas terras foram abandonadas. Na realidade, o uso do território já está marcado pelas relações sociais e por uma constante valoração econômica. E são essas relações as que fazem que um território seja mais importante pela sua rentabilidade ou excluído do desenvolvimento capitalista, como referido por Harvey (2005).

Agora notemos que, por um lado, as terras do NCM revelam, em palavras de Iha (2005), “além de um grande latifúndio, crimes cometidos pelo próprio Estado contra o patrimônio público: o abandono e o descaso na fiscalização do uso das terras públicas no meio rural, deixando-as suscetíveis à grilagem (2005, p. 69). Esta ideia representa no atual quadro histórico uma possibilidade para a luta pela terra protagonizada pelo MST, que organiza famílias buscando garantir direitos econômicos, sociais e culturais para os quais é fundamental o acesso à terra. Assim como, embora comprovadas mediante perícias que sejam terras públicas, os limites de avanço na arrecadação de terras para essas famílias, até o momento, as terras seguem em posse irregular pela empresa Sucocitrico Cutrale, e inclusive a empresa tentou se valer de um decreto durante o governo do ex-presidente Collor (1990-1992) que revogou a criação do NCM, entretanto, ficava explícito que “mesmo com o núcleo extinguido, não afetaria a questão das propriedades”, o que manda na propriedade é o título (Cutrale [...], 2010).

Em contrapartida, vinculado às problemáticas estruturais, num país como o Brasil, que apresenta um cenário em que, segundo o “Atlas do agronegócio” (Santos; Glass, 2018, p. 46), são cerca de 63 milhões de ha dos quais 61,6 milhões de hectares são usados para produção de *commodities*, sem considerar os 158 milhões de ha voltados para pastagens, e dentre estas cifras, é predominante a presença do grande agronegócio, que faz aumentar as disputas territoriais pelo seu valor e demandas por elas. Espelhados nas cifras publicadas pela *Oxford Committee for Famine Relief* (OXFAM), em que pelo menos 40% das terras estão concentrados em menos de 1% das propriedades (Guereña, 2016, p. 29); e 45,4% dos poucos mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários no país são dirigidos por produtores brancos, 44,5% pertencem a pardos, 8,4% a negros, 1,1% a indígenas e 0,6% a amarelos, e, na divisão por estados, São Paulo ocupa o terceiro lugar, com 80%, seguido pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que concentram pelo menos 90% de fazendeiros brancos (IBGE, 2019 *apud* SILVA, 2020).

Tenhamos em conta que em meados do século passado os países latino-americanos passaram por um período turbulento, em razão da ruptura e disputa de poder. Svampa (2018) ressalta que, baseado nas premissas de refundar o pacto social no marco da ideia de sociedade nacional, os países tentaram incorporar setores da população na implementação de reformas sob uma narrativa integracionista que se estendeu de maneira desigual e heterogênea em todo o continente com a figura do “camponês”, em que as categorias indígenas e mestiços eram absorvidas ou periféricas e assim os integrava ao sistema produtivo moderno. A consolidação disto mostrava outros traços daqueles com base em proprietários europeus, senão de uma nova ordem socioeconômica, em que se proliferavam instituições econômicas internacionais como o Banco Mundial (BM) e aplicações de outros projetos de infraestrutura de irrigação e colonização agrícola, como o que vamos apresentar na sequência.

#### **2.4 “El modelo de la colonización que fue para los hacendados”<sup>13</sup>**

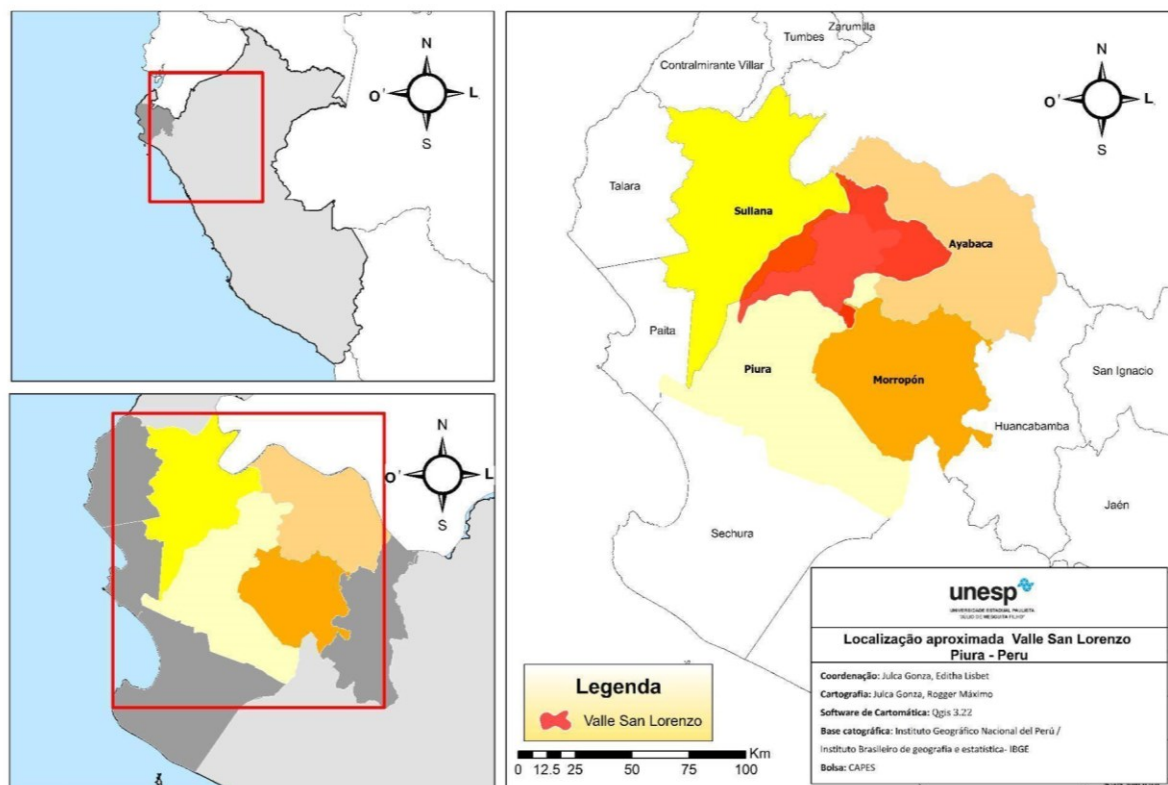
O Projeto de Irrigação e Colonização *Valle San Lorenzo* revela-se uma infraestrutura construída entre 1948 e 1959, no departamento de Piura, no norte do Peru, a aproximadamente

---

<sup>13</sup> Tradução: “O modelo da colonização que foi para os fazendeiros”. Do depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

50 quilômetros da fronteira com o Equador. A área que albergou o projeto é de cerca de 57 mil ha, dos quais 42,118 ha são irrigáveis. Observemos no mapa a seguir a parte vermelha, onde se localiza grande parte nos distritos de Tambogrande e Las Lomas (Cabrejos Vásquez, 2011; Peru, 2016; JUSHSL, 2019).

Mapa 4 – Localização aproximada do Valle San Lorenzo.



Fonte: Elaboração própria.

O projeto começou a ser forjado em 1948, durante a transição do governo militar de Manuel Odría (1948 a 1956), e teve envolvimento financeiro internacional do banco Mundial (BM) – banco fundado em 1944. Manuel Odría, coronel do exército peruano, teve fortes vínculos com os Estados Unidos durante a sua formação militar. Ele considerava que o Estado deveria ter menor participação no setor produtivo e incentivava a participação de capitais estrangeiros, e durante seu governo foram construídas diversas infraestruturas em setores estratégicos produtivos e sociais – especialmente, porque como temos visto, era um contexto em que no Peru – como em outros países vizinhos, o poder dos Estados Unidos vai se

sobrepondo ao Inglês, desde a construção do Canal de Panamá, como símbolo material da maior abertura comercial e uma demanda maior de matérias-primas.

O governo de Odría foi resultado de um golpe de Estado contra o governo de Bustamante e Rivero (1945-1948), com o lema “A revolução restauradora”, em 27 de outubro de 1948. Este período ficou conhecido como “*ochenio de Odría*” e como o governo de “disfarce democrático”. Um de seus pilares de governo teve como objetivo a contenção da Aliança Popular Revolucionária Latino-Americana (APRA), que obteve na época maior presença em cargos de ministérios e ameaçava a governabilidade da elite peruana. Um outro pilar de seu governo foi a busca de apoio popular com a construção de estruturas voltadas à educação e saúde, criando fundos para a edificação de escolas militares e hospitais, especialmente na capital do país. Reconheceu o voto feminino em 1951, num cenário em que Peru, Paraguai e Colômbia eram os únicos países que ainda não tinham declarado esse reconhecimento, e que de maneira oportunista aproveitou a conjuntura da luta das mulheres para se legitimar como presidente.

Cabe destacar que o projeto de irrigação ao qual nos referimos inicialmente foi proposto em 1942, durante o governo de Manuel Prado Ugarteche (1939-1945). O Projeto foi denominado de “Palomino” e aprovado para execução mediante lei N° 10619 em 29 de junho de 1946 (Peru, 1946), durante o governo Bustamante e Riveiro, governo posteriormente substituído com o golpe de Estado liderado por Manuel Odría. A execução do projeto foi suspensa e teve ampliações embasadas em estudos técnicos, situação que abriu possibilidade de afiançar relações do governo central liderado por Manuel Odría com o BM, firmado nas circunstâncias históricas de aplicação de projetos modelo de agricultura que o BM protagonizaria em outros países de África e Ásia.

Neste momento de pós-guerra havia um plano de princípio influente e prática dos Estados Unidos se apresentando como principal defensor da liberdade e impondo qualquer remota manifestação de ecos comunistas. Para que isso ocorresse, diz Harvey (2014), os Estados Unidos atribuíam todo um arsenal necessário para exterminar qualquer manifestação desse tipo e em troca protegia os regimes que se submetiam aos seus interesses, por intermédio de um arcabouço internacional, como o BM. O funcionalismo de tudo isso era cultivar e se projetar como principal máquina de acumulação capitalista que seria capaz de arrastar os países pobres por esses trilhos, investindo em educação, em investimentos externos estratégicos como

na United Fruit, presente na produção e comercialização de bananas na América Central e especialmente investimentos para minerais e petróleo.

De acordo com Pizzani (2020), o que aconteceu no Peru foi o predomínio da exportação de bens primários e a importação de produtos manufaturados, aliás, aprofundadas com a promulgação do Código de Mineração de 1950, durante o governo de José Luis Bustamante y Rivero, que vai gerar mudanças profundas no setor em nível nacional.

Disso resultaram situações de implementação de projetos pilotos como num contexto da mitologia de crescimento econômico dos países, pois se considerava que a questão do desenvolvimento tinha uma visão evolutiva e que os países ricos teriam de fazer obras nos países mais pobres para diminuir as distâncias econômicas. Nessa linha, a perspectiva produtivista, como sugere Svampa (2018), na época, vai transitar da noção de “progresso” e “civilização”, como temos mencionado no contexto do NCM no Brasil no início do século XX, a de “desenvolvimento” em meados desse século. O percurso desta ideia hegemônica sobre o desenvolvimento estaria vinculado às ações das instituições de diferentes escalas e agendas. Neste sentido, o papel da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) confirmou outro ator importante para o impulso da experiência agrícola do projeto San Lorenzo.

San Lorenzo seria considerado um projeto piloto de desenvolvimento rural para a América Latina porque iria integrar a construção de infraestrutura para irrigação e assentamento de colonos. Estes aspectos diferenciam-se de outros projetos nacionais anteriores, tais como o Valle de Ica (1906), no departamento de Ica, e projeto da margem direita do rio Chira, na cidade de Piura (1912), pois reforça o processo de colonização agrícola experimental. Sobretudo, porque se instala numa região semiárida por meio da construção do sistema de irrigação e com prioridade em relação ao assentamento de pequenos e médios produtores (Moran, 2001; JUSHSL, 2019; Eguren, 2020).

Em relação à construção da infraestrutura, o reservatório principal tem a capacidade média de 258 milhões de metros cúbicos (mmc) e uma extensa rede de irrigação de canais principais e secundários, alcançando mais de 1.300 quilômetros. Cabe destacar que estas estruturas foram construídas em duas etapas, como mostramos na tabela a seguir, realizadas em grande parte durante o governo de Odría e continuados no governo eleito de Manuel Prado y Ugarteche (1956-1962). A primeira etapa foi financiada pelo governo de Odría, e em 1955 o projeto recebeu o primeiro empréstimo do BM para a continuação da obra. O empréstimo foi

estimado em US\$110 milhões. A dívida foi saldada em 60% até 1976, e os outros 40% foram cancelados em negociação em 1968 (JUSHSL, s/d).

Quadro 1 – Etapas do projeto Irrigação e colonização Vale de San Lorenzo.

<b>Período</b>	<b>Estrutura</b>
<b>1948-1953</b>	Bocatoma (Zamba) no rio Quiroz, Canal Quiroz de 61.6 quilômetros de extensão, Túnel Culqui, Canal Huachuma Bocatoma de Chipillico
<b>1954-1959</b>	Reservatorio San Lorenzo (Los Cocos) Casa de Válvulas, <i>Aliviadero</i> de Maray 5 canais maiores principais Canal Yuscay (15.7 quilômetros), Canal Tejedores (12.7 quilômetros) Canal Tambogrande de (16.5 quilômetros) Canal Tablazo (65.5 quilômetros) canal TJ 05 (6.7 quilômetros), Canal El Partidor
<b>1959-1965</b>	Assentamento de colonos.

Fonte: Organização da autora. Diaconia, Ceas (2006) JUSHSL (2019), Seminário (2011).

Na terceira etapa, o assentamento de colonos é considerado até 1965, sob orçamento financeiro do governo nacional e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), com empréstimo de \$11 milhões. Entretanto, em abril de 1965 foi feito outro empréstimo para financiamento da mesma etapa, em pelo menos \$29,8 milhões. Esse segundo financiamento, nessa terceira etapa, teve três fontes de origem: 10,4 milhões do BM; 6,7 milhões dos colonos pelo pagamento do uso da água; e \$9,4 milhões do governo nacional. A previsão era assentar 1.570 famílias, em lotes de 20 ha por família, num período de 30 meses, que acabou se prolongando em 11 anos (até 1976).

Cabe acrescentar que o assentamento de colonos foi promulgado mediante a Lei Agrária Nº 13240, publicada em 16 de junho de 1959, e a implementação desta etapa seria responsabilidade do Registro de Piura e assessoramento da Comissão do Ministério de Agricultura da cidade de Piura. Segundo essa lei, o cadastro de assentamento deveria considerar pelo menos 750 famílias que moravam na área, antes de ser inundada para implementação do projeto de irrigação, com cinco hectares, e outras 820 externas, como refere o artigo 37º da lei:

Os lotes de terras menores que cinco ha irrigados, compreendendo quarenta e cinco centésimos de um por cento (0,45%) da área da Irrigação e Colonização San Lorenzo, referida no artigo 8º, serão destinadas a pequenos agricultores não proprietários que foram despejados da área atualmente ocupada pelo reservatório, de acordo com a lista preparada pela Diretoria de Água e Irrigação (PERU, 1959, tradução nossa).

Apesar do destaque feito na lei, muitas das famílias não proprietárias que moraram antes da inundação do reservatório não aderiram ao projeto porque temiam intimidações dos fazendeiros com capacidade de adquirir parcelas maiores. O papel dos assistentes sociais era de tentar convencer essa população, mas, durante a época, circulava um discurso de medo, de se endividar e de não atender ao perfil de “produtor qualificado”. Assim, os que já tinham terras conseguiram ter acesso a mais terras, ou seja,

“(…) el tema es que los hacendados no permiten que el campesino acceda a la tierra, y el campesino se atemoriza porque tiene miedo (...) Entonces, el proyecto comienza a tener problemas para tener beneficiarios, y por otra parte, las haciendas se benefician.”<sup>14</sup>

Para adquirir as parcelas de terra, os colonos tinham que pagar uma taxa inicial e a diferença seria amortizada ao longo de quinze anos. Para as famílias da área inundada, entretanto,

---

<sup>14</sup> “(…) o tema é que os fazendeiros não permitiram que o campesinato conseguir à terra, e o camponês fica com medo”. Tradução nossa do espanhol do depoimento oral obtido durante trabalho de campo, em dezembro de 2019.

“les habían hecho llegar, a través de la hacienda, que no hagan el catastro porque [el gobierno] era comunista y porque si les daban tierras, la mitad de la gallinita iba a ser para el Estado y el huevo por la mitad también para el Estado, así que no querían”<sup>15</sup>.

Nesse contexto, agrega-se a exigência do procedimento administrativo, que incluía assessorias de engenheiros especializados em irrigação e agronomia.

Cada colono deveria ter perfil de agricultor, ter acesso e seguir as orientações desses profissionais para melhor aproveitamento das águas em suas plantações e garantir a diversificação de culturas. Um processo de readaptação do trabalho, porque não tem a oportunidade de aplicar as suas próprias experiências de produção, nem dos camponeses, mas naquelas levadas pelos institutos responsáveis pela implementação (e cuja fonte de práticas agrícolas seria excêntrica). Como uma espécie de ajuste de modelo imposto pelo centro à periferia, em aspectos qualitativos.

Segundo Alejandro Seminario, numa entrevista, depois de 50 anos de implementado o projeto, foram enviados, desde Lima, profissionais de diversas áreas para atuarem na organização e planejamento da vida dos colonos nas suas parcelas (La colonización [...], 2010). Segundo o autor, que integrou a equipe de assessoria aos colonos, vincular assessorias de profissionais da agricultura, saúde e educação é um dos aspectos destacados no relatório do BM, como de êxito.

## **2.5 “Pero esta realidad está inmersa dentro de una realidad mayor”<sup>16</sup>**

Nesse contexto de distribuição de terras o projeto teve algumas alterações ilustrativas no mapa do projeto e na dimensão dos lotes, como efeito da chegada de um novo governo, inaugurado também com golpe de Estado em 1968, e cuja marca está relacionada ao episódio da implementação da reforma agrária em 1969. Esta é conhecida como “reforma radical e avançada” porque ampliou o número de assentados previstos e diminuiu o tamanho dos lotes

---

<sup>15</sup> “Eles lhes disseram, através das fazendas, para não fazer o cadastro porque [o governo] era comunista e porque se lhes dessem terra, ‘metade da galinha’ iria para o Estado e ‘metade do ovo’ também iria para o Estado, então eles não queriam fazer o cadastro”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral obtido durante trabalho de campo, em dezembro de 2020.

<sup>16</sup> “Mas esta realidade está imersa em uma realidade maior”. Tradução nossa de um depoimento oral de um militante, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

para 6 e 8 ha (Boyle, 2006), o que fez com que o projeto implantado experimentasse de maneira particular e diferenciada a distribuição de terras no resto do país.

Os colonos que já estavam na terra acreditavam que os ocupantes se apropriaram de suas terras, mas isso não ocorria, pois, o que se via era a ocupação dos lotes que não foram vendidos, sendo parcelados em menor tamanho, e inclusive se observa que foram ocupando áreas de menor produtividade, porque o alcance de irrigação não era o suficiente, e ampliava as bordas do projeto. Esta situação complexa entre os colonos e ocupantes da reforma agrária tinha a ver com a ideia do projeto piloto:

“el capital internacional que alteraba una realidad, pero ojo, alteraba una realidad, era una realidad que acaba siendo inmersa en otra realidad, eso hay que tener en cuenta. La realidad se altera con todos los requerimientos y los financiamientos, pero esta realidad está inmersa dentro de una realidad mayor, y en su relación con esta, y hubo consecuencias, porque no puede ser sostenida en el tiempo, y acaba siendo una isla [para los colonos]<sup>17</sup>.”

As inconformidades dos colonos perante a política de reforma agrária ocorreram na organização das cooperativas, pois se consideravam ameaçados a perder as suas terras (e ainda a serem pagos até em 15 anos, desde que foram adquiridas por eles), especialmente porque um dos mecanismos para a reforma agrária foi a criação de duas medidas para redistribuição de terras: *Cooperativa Agrária de Producción (CAP)* e *Sociedades Agrárias de Interés Social (SAIS)*. Estas eram modalidades associativas e programas considerados prioritários na reforma agrária. Foram parte do modelo de implementação para as pequenas e médias propriedades, e particularmente foram conflitantes na convivência de posições que não conciliavam entre si, colonos e assentados pela reforma agrária.

Para Maria Luisa Burneo (2019), as mudanças provocadas pela reforma agrária de Velasco Alvarado compactuavam principalmente com a forma de trabalho associativo que propunha. A lei 13240 estabelecia a limitação de cinco cooperativas, pelo menos até que estas atingissem o seu objetivo de produção e logo constituíssem novas cooperativas de trabalho.

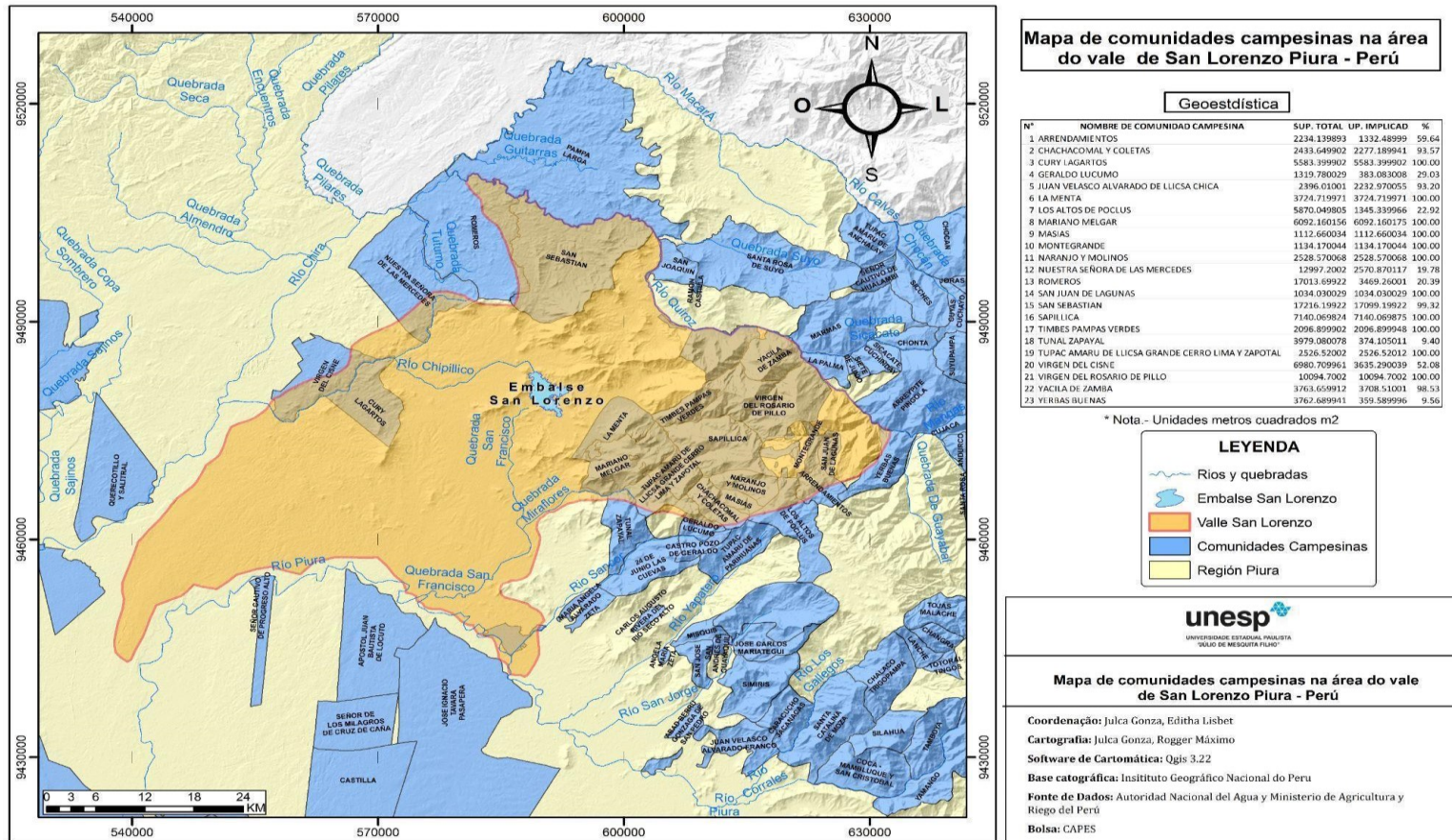
---

<sup>17</sup> "O capital internacional alterou uma realidade, mas tenha cuidado, alterou uma realidade, foi uma realidade que está imersa em outra realidade, que deve ser levado em conta. A realidade é alterada com todas as exigências e financiamentos, mas esta realidade está imersa em uma realidade maior, e em sua relação com ela, e houve consequências, porque não consegue ser sustentada com o tempo, e acaba se tornando numa ilha [para os colonos]". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

Desse modo, o que provocou impactos nas cooperativas implementadas no marco do projeto piloto, agregando as características da reforma agrária, foi sua repercussão prática de relações sociais internas, que começava desde a organização e administração da irrigação às cooperativas de produção e comercialização.

Para alguns, então, a implementação do projeto como um todo passou a ser considerado um “projeto problema”. A área teve um aumento considerável de ocupações de terras, o que, segundo Castillo Pinto (2004), deu-se como efeito da outorga de títulos às comunidades campesinas entre 1986 e 1988, sob a normatividade legislativa comunal “Rimanacuy”, quando as comunidades reconhecidas passaram de 74 a 116 em todo o departamento. No mapa a seguir visualizamos as comunidades campesinas identificadas no entorno das delimitações de San Lorenzo.

Mapa 5 – Comunidades camponesas do Valle San Lorenzo.



Fonte: Organização da autora.

As comunidades camponesas destacadas em cor azul, especialmente aquelas dentro dos contornos do vale (de cor laranja), estão situadas nos contornos da área mais próxima à represa San Lorenzo. Parte delas encontra-se na área de bosque seco de *algarobas* (uma árvore característica do entorno) e é considerado um ecossistema muito frágil. Entre estas, por exemplo, a *Comunidad San Juan Bautista de Locuto*, que se dedica ao aproveitamento do bosque seco, extraíndo madeira e criando caprinos. Não obstante, a grande parte da área agrícola com irrigação, atualmente, produz manga, limão e arroz, com ênfase no distrito de Tambogrande (Portugal Mendoza, [ca. 2005]).

Imagem 1 – Entrada da represa San Lorenzo.



Fonte: Acervo da autora – Trabalho de campo 2019.

Imagem 2 – Lado direito da represa San Lorenzo.



Fonte: Acervo da autora – Trabalho de campo 2019.

Um aspecto importante de identidade é destacado por Portugal Mendoza ([ca. 2005], p. 14): “é o sentido de propriedade no caso dos produtores agrícolas que compraram a terra, como os comunheiros por ter se constituído como comunidade e recebido a terra com a reforma agrária nos anos sessenta” (tradução nossa). Apesar das polêmicas, mantiveram-se os proprietários da terra segundo o tamanho dos lotes, entre aqueles que possuíam entre 24 e 150 ha, aqueles que conseguiram ser reconhecidos legalmente no processo da reforma agrária com cinco ha, aqueles que com menos de 2 ha permanecem na informalidade.

Estima-se que tenha 5.700 famílias assentadas e 12.300 famílias beneficiadas diretamente pela posse do título do lote e trabalho nas cooperativas (Zegarra Méndez, 1999). Porém, essas cifras vêm mudando constantemente porque as famílias fazem subdivisão dos lotes,

“(…) por ejemplo, en una parcela de 25 hectáreas, el dueño decidió dividir la tierra en sus 10 hijos, y ahora cada uno de ellos tiene 2,5 hectáreas. (...) entonces el desafío es enfrentar los intermediarios de empresas en la compra-venta de tierras, porque el

agricultor no tiene cómo negociar, aunque haya grupos de agricultores que se organizaron para no vender”<sup>18</sup>.

As transações de compra e venda de terras nas últimas duas décadas também têm variado, pela dinâmica da agricultura, pela seca e falta de crédito (Zegarra Méndez, 1999, p. 27 e 28). Desde o final da década de 1990, estudos feitos na área identificaram vários pontos de concentração de minérios, especialmente em Tambogrande, que ocupa um pouco mais de dois terços do Vale de San Lorenzo (JUSHSL, 2002, p.12). Calcula-se que são 5.500 agricultores neste distrito (de um total de 7.988 de todo o Vale de San Lorenzo), 40.5% dos produtores possuem pelo menos de 3 ha e 47% entre 3 e 10 ha (JUSHSL, 2002; Portugal Mendoza, [ca. 2005]).

## **2.6 Implicações que foram se enraizando**

Agricultores e comunidades camponesas ressentiam que a riqueza agrícola estaria ameaçada por empresas mineradoras estrangeiras que buscavam enriquecer-se rapidamente com os minérios do subsolo (Guarango, 2004), sinalizando os possíveis impactos à produção do Vale, onde são produzidos quase 80% da produção nacional de limão. Pelo menos US\$40 milhões em média por ano são gerados da exportação de quase 50 mil toneladas de mangas, destinadas à Europa, América do Norte e Ásia, e 40% ao consumo nacional dessa fruta. Esse fato faz vir à tona a questão da escavação e extração de minérios (a céu aberto), aquelas formuladas pelo Ministério de Energia e Minas e a empresa canadense que se instala no país, no início do século, “(...) *de la noche a la mañana los tambograndinos amanecemos con una empresa, cuya actividad era la minería*”<sup>19</sup>. Aliás, num relatório apoiado pela Oxfam, realizado por Moran (2001), mencionaram que as primeiras escavações previstas pela empresa se denominam de TG-1 e TG-3.

---

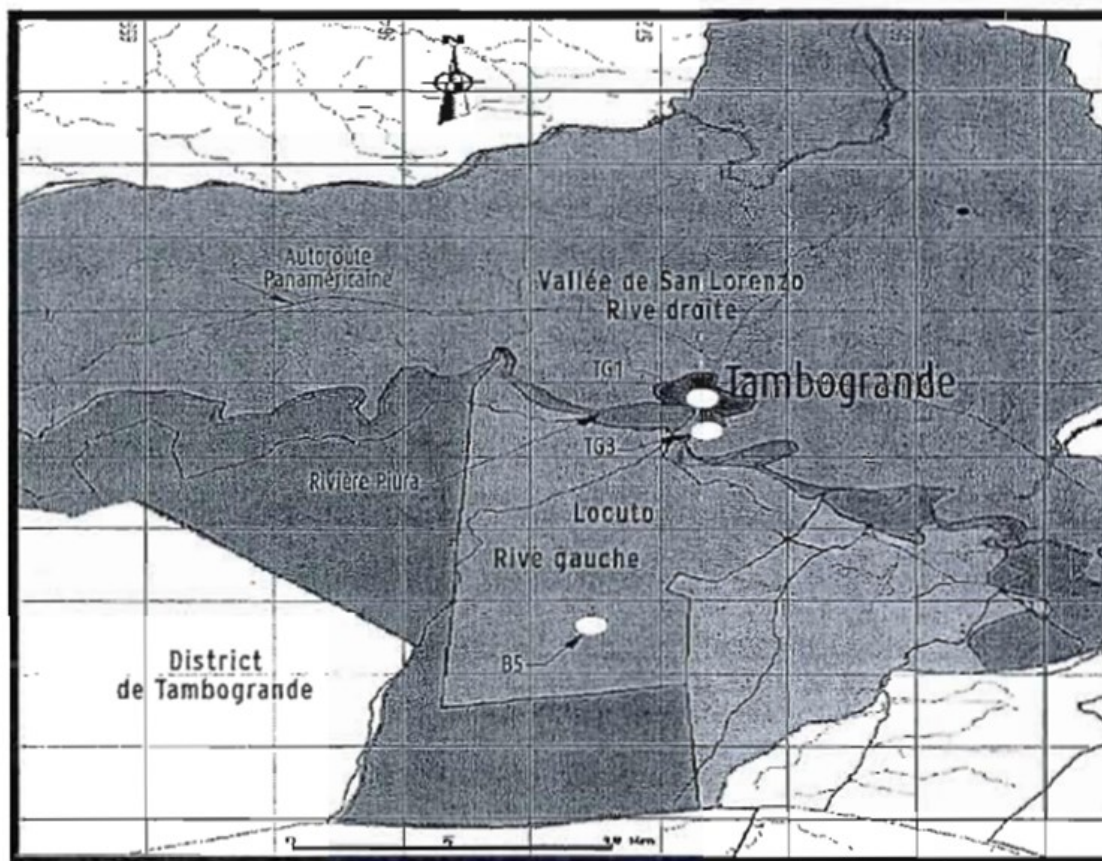
<sup>18</sup> “por exemplo, em uma parcela de 25 hectares, o dono decidiu repartir a terra para seus 10 filhos, e para cada corresponde 2,5 hectares (...) então o desafio é enfrentar os intermediários de empresas na compra-venda de terras, porque o agricultor não tem como negociar, embora existam grupos de agricultores que se organizaram para não vender”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

<sup>19</sup> “(...) da noite para o dia os de Tambogrande acordamos com uma empresa, cuja atividade era a mineração”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral obtido de um colono durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

O TG-1 refere-se a 1.000 metros de comprimento por 650 metros de largura e 250 metros de profundidade. O TG-3, localizado à cerca de 500m ao sul de TG-1, é um depósito poli metálico de cobre-zinco, e parte de ouro e prata, trata-se de 1.400 metros de comprimento por 1.000 metros de largura e 350m de profundidade, embora com possibilidade de as dimensões mudarem no decorrer das escavações (CEPES, 2019a). A exploração do ouro, especificamente, encontra-se debaixo da cidade de Tambogrande, e isso provocaria a realocização de pelo menos 25 mil habitantes. A população denunciava que a outorga da concessão à MMC com sede em Sechura comprometeria terras agrícolas e floresta de algaroba, não somente de Tambogrande e San Lorenzo, mas de outras províncias do departamento. As escavações de MMC foram barradas pela organização da população, que acabou expulsando a empresa definitivamente em 2003.

A empresa MMC na época não conseguiu sustentar o estudo ambiental sobre os pontos escolhidos para extração (TG1, TG3 e B5). Houve oposição da população que se sentia ameaçada, provocou conflitos e expulsão da empresa do território. Este episódio teve repercussão internacional porque a população conseguiu realizar a primeira consulta popular no mundo para evitar que começasse a extração. Sobre isso trataremos no quarto capítulo para destacar as formas criativas e de apropriação de processos institucionais para legitimar sua resistência da mineração sobre os seus cultivos.

Mapa 6 – Identificação dos pontos TG1, TG3 e B5



Fonte: Projeto MMC. In: Meloche (2007, p. 145)

O contexto de intensas explorações de projetos de mineração na América Latina colocava a Piura como foco para esta atividade, embora o departamento fosse reconhecido mais pela agricultura. Não bastava reafirmar a posse e titularidade da terra dos colonos, pelo próprio processo de colonização promovido pelo Estado e denúncias dos impactos que poderiam gerar no seu meio de sustento, como visivelmente ocorre em outras partes do país. A questão aqui trazida também aborda este assunto, uma vez que, mesmo com a expulsão de MMC em 2003, desde 2015 se vem especulando a necessidade de extração dos mesmos pontos pela empresa mineradora Buenaventura, de capital privado nacional.

Mais recentemente observam-se diversas outras empresas mineradoras que realizam escavações de menor impacto, em áreas próximas às áreas agrícolas, e este cenário tem sido oportuno para a empresa mineradora Buenaventura, de capital privado nacional, para retomar diálogos sobre a exploração do TG3 e B5, como se evidencia numa fala coletada durante o trabalho de campo.

“Hoy en día existe la amenaza de Buenaventura que quiere penetrar el margen izquierdo, que es un lote minero, rico como la mina identificada en Tambogrande. Pero también hay que tener en cuenta que el ecosistema del margen izquierdo donde la población consiguió convivir, por lo menos son 30 pobladores, se ven amenazados. Buenaventura lleva 6 o 7 años queriendo ganar la licencia de la margen izquierda, por ejemplo (...) entregando kit educativo, o en época de la navidad llegan con paquetes para entregar a las comunidades. Locuto es el caserío al lado de la carretera de Tambogrande, por el kilómetro 21”<sup>20</sup>

Trata-se do Projeto “El Algarrobo”, que seria o B5, um dos que formaram parte da primeira tentativa de investimento e que teve como oposição, em 2003, a empresa MMC. Este lbergaria pelo menos 82 milhões de toneladas de mineral com 1% de cobre, 1,4% de zinco e 3,8 gramas por tonelada de ouro (Saldarriaga, 2019). Como podemos perceber na recuperação das falas no caso de San Lorenzo, em relação à construção do projeto de irrigação e colonização, inicialmente há um processo de tensões da perspectiva de território no século passado. Segundo Iná Elias de Castro (2014), como visto no item anterior, o território era a própria essência do processo na relação Estado e sociedade, ainda em boa parte do século XX. Portanto, quando se inserem novos atores, como a mineradora apoiada pelo Estado, para realizar escavações sobre uma parcela do projeto modelo, no século XXI, as interpretações ampliam-se na medida em que há novos atores ou/e se modificam com a expansão massiva de exportações de *commodities* e o papel do Estado.

## **2.7 Apontamentos sobre o situado e o concreto**

O panorama apresentado exhibe uma série de condicionantes no marco do Estado-nação ao capitalismo em decorrência do mercado europeu e reconfigurações geopolíticas dos recortes. Embora com tempos de implementação diferenciados estão inseridas em dinâmicas de formação territorial com enormes transformações das sociedades nacionais e geopolíticas, por isso, nos parece necessário precisar alguns aspectos levantados por autores/as aqui elencados, justamente pelas contribuições interpretativas de conjunturas no século passado em que foram

---

<sup>20</sup> “Hoje existe uma ameaça de Buenaventura que quer penetrar na margem esquerda, que é um terreno mineiro rico, como a mina identificada em Tambogrande. Mas também temos que levar em conta que o ecossistema da margem esquerda, onde a população conseguiu viver junta, pelo menos 30 habitantes, está ameaçado. Buenaventura tenta há 6 ou 7 anos ganhar a licença para a margem esquerda, por exemplo (...) entregando kits educacionais, ou na época do Natal eles vêm com pacotes para entregar às comunidades. Locuto é o vilarejo ao lado da estrada de Tambogrande, no quilômetro 21”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

implementados os projetos. Acreditamos que valem para pensarmos o passado colonial no presente, o papel da burguesia nacional na organização espacial no tempo presente, e a deslegitimação do direito das populações que reivindicam por tais territórios.

Vale observar que os projetos de colonização assumiram formas muito variáveis segundo os objetivos a que foram destinados de acordo com seu momento histórico. Tais projetos não obtiveram os resultados esperados, mas refletem como cenários em que se visibilizam os processos de acumulação do capital e de relação de complexidade de dependência em termos gerais de países diferentes. Ainda, nas suas conformações, ocorreram transições ou sucessão de hegemonias em marcos de grandes conflitos como guerras, conflitos bélicos e de destaque de figuras populistas nas suas transições internas de países que estão ligados aos acelerados processos de urbanização e de “progresso” e “desenvolvimento”.

Na época da sua implementação tiveram um destaque nos aspectos produtivo e de domínio político, que foram variando também com o surgimento de atores. O Brasil era extremamente dependente da exportação do café, o que significou uma adaptação à dinâmica da exportação desse produto, deixando áreas isoladas quando não consolidadas certas parcelas de recepção de colonos europeus. Já, o Peru, esperava a implementação de inserção de um modelo de agricultura sob padrões de testagem agrícola com o elemento de irrigação, com financiamento de órgãos financeiros internacionais. Evidentemente, considerando as décadas que distanciam a implementação e o significado de projetos de colonização devem seguir prerrogativas similares de posição no continente latino-americano, analisando suas diferenças físicas, econômicas, políticas e sociais internas de cada um dos países e também como processos singulares que constituem na dinâmica internacional a prerrogativa de delimitar os projetos de colonização.

Deparamo-nos, então, em um primeiro momento, com a acepção acerca do domínio que o Estado exerce sobre um suporte físico e pelo qual controla e influência ideológica, econômica e politicamente a base territorial no interior das suas fronteiras e de instalação de infraestruturas. Nesta temática, destacamos as interpretações de autores como Elisée Reclus (francês, 1830-1905), Piotr Kropotkin (russo, 1842-1921), Friedrich Ratzel (alemão, 1844-1904), Halford Mackinder (inglês, 1861-1947), Rudolf Kjellen (sueco, 1864-1922) e Carlos Malagrida (espanhol, 1890-1937), em que o território resulta ligado ao controle material e simbólico de pessoas e objetos na figura do Estado, persuadidas pela “superioridade racial” e “missão” para melhor aproveitamento eurocêntrico dos recursos (Moreira, 2015).

Tal visão, de controle da superfície terrestre que reafirmava posturas e práticas de intervenção numa fonte de recursos, se tornou base do sistema econômico e político da América Latina. Vários autores latino-americanos mostraram a importância de compreender o contexto histórico, social e político em que ocorre a exploração dos recursos. Além de Mariátegui (2007) e Prado Júnior (1972), que criticaram o modelo de exploração de recursos e destacaram a necessidade de superação de tal condição com outro modelo de inclusão, Milton Santos (2012), realçou a importância da dimensão espacial para compreender as estruturas econômicas e sociais e seu reflexo na organização do espaço.

Para Santos (2012), a geografia, como disciplina, representou um papel importante nessa transformação do meio físico e suas funções econômicas, e por isso teve dificuldades para se desligar do berço desses grandes interesses. A referência de que se a sociedade fosse separada do seu meio, como se não fosse elemento dele próprio, teve influência nas interpretações de outras áreas de conhecimento, que consideravam a sociedade como resultado da população, mais o sistema global nacional, mais os recursos naturais. Mas, embora se possa admitir que exista uma interação íntima entre grupos humanos e sua base geográfica, menciona o autor, estes são cada vez menos numerosos, e, pelo contrário, “não são mais que o resultado da ausência da resposta às condições do mundo moderno ou de uma inadaptação local às influências dos progressos econômicos, sociais[...]” (Santos, 2012, p. 40).

Neste sentido, a localização das cidades, a implantação de áreas protegidas, projetos de colonização agrícola e os conflitos sociais decorrentes não são um fenômeno atemporal nem seguem uma lógica espacial aleatória. Em cada momento histórico, a distribuição espacial dos recursos assume novos arranjos e formas, levando à valorização simbólica e mercantil de determinados usos e eliminando outros, promovendo diferenciações espaciais e disputas em várias escalas pela gestão e uso do espaço e seus recursos, respondendo a exigências dos países industriais fundamentalmente com base na transformação de condicionantes da produção.

Sobre isto, Ruy Mauro Marini (1991) e Vânia Bambirra (1978), vinculados à teoria da dependência, que possibilitou o debate acerca da América Latina como unidade histórico-política, destacaram que a sua inserção no âmbito do mercado mundial deu-se porque lhe foi condicionada um papel determinado na divisão internacional do trabalho e na lógica de fornecedores de matérias-primas aos países industriais (essencialmente ao âmbito urbano). A dependência, portanto, não seria uma fase do capitalismo, senão uma condição combinada de diferentes modos de produção sob a hegemonia do capitalismo e por isso seria um erro

considerar as relações comerciais como equitativas entre os países. Acerca das matérias-primas, por exemplo, quando estas têm um aumento quantitativo, segundo a lógica simplista de oferta e demanda, são mais baratas no mercado internacional, o que contribui à depreciação do que se exporta, o que não ocorre com os produtos industriais que se mantêm com preços mais estáveis.

Trata-se de um intercâmbio desigual porque as nações desfavorecidas cedem gratuitamente parte do valor que produzem em favor daqueles que vendem mercadorias a um preço de produção mais baixo, e que passam a fazer parte do consumo do trabalhador (Marini, 1991, p. 8). A dinâmica exportadora dos países latino-americanos compreende a separação entre produção e circulação, porque a circulação se efetua basicamente no mercado externo, daí a tendência de exploração ao máximo dos recursos; e, da exploração máxima da força de trabalho quando é pago o salário do trabalhador num país subdesenvolvido em relação ao que for pago num país desenvolvido. Por isso, a perspectiva de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos em relação ao movimento de internacionalização do capital resulta insustentável, que se materializa nas precárias condições de vida da maioria da população.

A cada forma mais avançada, mediante o uso da violência, assegura Marini (1991), a exploração internacional descansa sobre as nações latino-americanas e se perpetua na submissão das massas trabalhadoras, o que significa uma ganância extraordinária. Para que isto ocorra, segundo Bambirra (1978), incontáveis são as situações inescrupulosas e de barbárie que o domínio imperialista tem aplicado com pressões econômicas, diplomáticas e políticas para legitimar a sua intervenção. Desde logo, as razões apontam que a situação das sociedades latino-americanas deve-se ao fato de sua incorporação no capitalismo ter sido marcada pela violência desde a colonização europeia.

Tendo como base o extermínio dos povos originários, a exploração da força de trabalho (sob a classificação fenotípica) e a extração de recursos naturais a grande escala no processo capitalista, significa que, mesmo que os países consigam qualquer melhoria econômica dentro do modo de produção vigente, não muda a sua relação de dependência. Svampa (2018, p. 262) considera que a teoria apresentada por Marini e Bambirra, “colocavam o acento no econômico, fato que eles defendiam desde uma ótica marxista”, era uma estratégia para ler processos políticos, sociais, econômicos e culturais que os conectava ao circuito mundial e que foram definindo a dependência. Desse modo, segundo a autora, a teoria da dependência “foi pensada e aplicada como uma noção dinâmica e recursiva”, e possui a “virtude de iluminar de modos

diferentes os sucessivos ciclos econômico-políticos (...) o que significa que o reconhecimento de mecanismos de dependência se vai modificando” (Svampa, 2018, p. 423, tradução nossa).

Cabe destacar que, para Bamberger (1978) era importante considerar a dimensão política e as relações de poder entre países dominantes e dependentes, e suas relações internacionais desiguais, já que é na relação com as particularidades históricas, políticas e sociais de cada país ou região, que se dá a relação com o sistema capitalista mundial. Para que isto ocorra, portanto, a imposição de valores, padrões culturais e o pensamento produzido dentro de um contexto dos países dominantes sobre os países dependentes, terá que ser o insumo de sustentação de tal relação de dependência. No entanto, com a solidariedade internacional e a construção de alianças políticas e sociais seria possível obter impactos significativos na redução de dependência de commodities, podendo influenciar nos setores que predominam para exportação, e modificar as condições atribuídas de países fornecedores de matérias primas que os afetam ao longo do tempo e no espaço.

Justamente nesse sentido Henri Lefebvre (1973) e Milton Santos (2017), no âmbito da geografia, têm feito contribuições significativas quando consideram a dimensão espacial e territorial com o conceito de “espaço social” e “espaço geográfico, respectivamente atribuídos a cada um deles. Já que, a transformação e produção social se manifesta historicamente na superfície terrestre, como uma condição, um meio e um produto das relações de poder e da reprodução das desigualdades sociais, e intencionalidades conexas sobre a natureza, relações sociais, as políticas e as formas de reprodução econômica se refletem na organização e estrutura do espaço. É dizer que as lutas de poder e as formas de resistência influenciam na distribuição espacial dos recursos e as desigualdades socioespaciais mediante as políticas de desenvolvimento e investimentos voltados a beneficiar ou excluir determinados territórios e grupos.

Ambos os autores advogam pela construção de uma ordem territorial mais equitativa, democrática e participativa. Posturas que, podemos vincular com o proposto por Castro (2014), trazer nos estudos as classes sociais, as elites locais, as empresas transnacionais e outros atores que influenciam as relações de dependência, em que podemos encontrar nuances e contradições presentes nas relações de poder e exploração na América Latina. Pelo que não se pode ignorar questões relativas às decisões de administração territorial como fonte ou estratégia de poder sobre o conteúdo, pessoas e bens, na lógica “de uma organização capaz de extrair excedentes

suficientes para manter uma classe não produtiva e de garantir, por meios simbólicos, a legitimidade da extração e, por meio materiais, o exercício de coerção” (Castro, 2014, p. 125).

Estamos cientes que as capturas territoriais decorrem do exercício de localizar, que, na sua contradição, tem servido e serve de base para as necessidades de expansão e acumulação capitalista, na demarcação de áreas para exploração mineral, agricultura intensiva e instalação de outros projetos extrativistas, como os que temos apresentado nos itens anteriores. Ao mesmo tempo em que trazê-los de volta encontra-se com o exercício de localizar como um aspecto central na construção do conhecimento (Moreira, 2015). Especialmente quando nos referimos ao continente latino-americano, como esse “um imenso território vazio” (Moraes, 2005b), e o papel do território mediador das relações políticas (Castro, 2014), porque esta é uma construção que se desdobra em diferentes escalas para o exercício da apropriação e transformação dos recursos naturais, transformação das paisagens, reprodução das desigualdades e dos conflitos, destacando as escalas de ação dos diversos atores e do capital na busca constante por novos lugares para explorar (Harvey, 2014).

É importante notar que a centralidade do conceito do território, que em um dado momento é um dado fixo (porque ingenuamente atribuímos a ele uma propriedade natural), se faz em função do modo de produção adotado e em dadas circunstâncias comandam a localização da riqueza e a miséria, englobando as intencionalidades de uso das delimitações dos projetos de colonização e a expressão de conflitos que contém passado, presente e futuro (Calabi; Indovina, 1973; Santos, 2012; Barreda, 1995).

Neste sentido, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (Raffestin, 1993, p. 144). Na prática capitalista essencialmente, tende a construir porções “luminosas” para atrair investimento, e posteriormente destruí-los, mesmo sendo a sua própria base, como uma forma de superação de suas próprias contradições e satisfazer à lógica de acumulação capitalista (Santos, 2017; Harvey, 2018). Ou seja, é o processo de reafirmar o domínio pelos atores envolvidos e sua atribuição eficiente para o lucro.

Nos casos analisados, “Cutrale” e “Tambogrande”, embora sejam considerados emblemáticos “pelo fato de se apresentarem em locais excepcionais, já que os modos de produção se tornam concretos numa base territorial historicamente determinada” (Santos, 1977, p. 5 apud Corrêa, 2000, p. 26), acreditamos que estes mantêm em seu núcleo mais profundo “a subjetividade como mensuração social, o consumo, a apropriação de bens, a mercantilização do

mundo” (Mascaro, 2013, p. 200). Há, todavia, a inclusão das relações políticas nas suas múltiplas formas de manifestação de Estado, conforme discute Castro (2014, p. 122-123), que observa esse viés, considerando as fronteiras, o tamanho, a forma e a localização destes como resultado de disputas territoriais históricas com outros Estados e centralização de poder das elites nacionais; reflete uma complexa relação com a formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais, que controlam o meio político e social em que se realiza a acumulação do capital em escala mundial (Arrighi, 1996 apud Castro, 2014).

Neste aspecto, devemos considerar que a centralidade territorial do poder político foi marco do nascimento do Estado moderno (Castro, 2014, p. 126), e por isso comparece como instrumento principal e propulsor quando se situa a acumulação de capital no centro das coisas, como se pode notar com Harvey (2005):

a garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força do trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. (HARVEY, 2005, p. 84).

Tais reflexões nos ajudam a compor nossa abordagem no atual quadro histórico de crise estrutural do capital e a pressão exercida por esse modelo totalizante. A nosso ver, os casos em questão deflagram um processo tendencial de intensificação de acordo com o extrativismo intensivo que, embora envolva aspectos sobre a terra, porque confrontam o acesso e permanência na terra, em áreas de projeto de colonização, em que disputam os sem-terra do Brasil e os colonos do Peru. Evidenciam também uma série de ações que perpassam a presença da citricultura em relação ao agronegócio e à mineração, que veremos no item seguinte.

## **2.8 Em tempos de (neo)extrativismo**

O termo extrativismo frequentemente tem servido para destacar a centralidade econômica dos recursos naturais extraídos e exportados, denominados de *commodities*. Para Eduardo Gudynas (2012; 2013), existem dois tipos de extrativismo: a) o extrativismo do tipo clássico ou convencional, de característica colonial, em que o protagonismo é das empresas transnacionais e o papel do Estado é secundário, e b) o que ele denomina como “(neo)extrativismo”, como uma estratégia de desenvolvimento mediada por um Estado ativo no cenário latino-americano, especialmente durante o século XXI. Os usos mais conhecidos do

termo estão associados frequentemente às atividades de exploração mineradora e petrolífera com processamento mínimo para exportação. Mas, não se restringe a essas atividades quanto ao produto extraído, porém outros fatores interferem na extração dos recursos naturais, tais como o volume, a intensidade e o destino destes. Desse modo, não se restringe à mineração; é também atribuído aos monocultivos de grande escala, que cobrem amplos territórios e somam enormes volumes de recursos sem processar ou com pouco processamento para exportação.

Nesse sentido, Svampa e Viale (2014) constatam que o cenário vivenciado expressa uma mudança radical de uma agenda de privatizações com uma forte receita do neoliberalismo a uma expressa valorização financeira. Uma série de ajustes de políticas tem sido aplicada para a intensificação de projetos extrativos orientados à exportação de hidrocarbonetos, metais, minérios, grãos e biocombustíveis. Os autores questionam a postura dos governos progressistas que ainda enxergam no extrativismo intensivo uma possibilidade de transição a um modelo alternativo, porque somente reproduzem as limitações estruturais, já que os governos não conseguem intervir na esfera da regulação dos preços e a sua condição de fornecedores de matéria-prima se mantém.

Por sua parte, Alberto Acosta (2012) afirma que o (neo)extrativismo possui aspectos de reinvenção do extrativismo clássico, sob a perspectiva da aquisição de renda na argumentação das políticas públicas. Esta crítica (e autocrítica), do economista e político, que fora ministro de Energia e Minas no Equador, durante o governo de Rafael Correa (2007-2017), expõe ao mesmo tempo este processo como de recuperação dos espaços de gestão do Estado na economia nacional, que contrastam com as condições regidas prévias aos governos progressistas, e que, ao mesmo tempo, este se torna operativo às privatizações porque não consegue mudar a estrutura de funcionamento.

Em relação ao assunto do extrativismo, Álvaro García Linera, durante uma conferência no *VI Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos: "Propiedad privada, Estado y comunidad. La economía en transición"*, na *Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo*, em 2012 (García Linera, 2022a), destacava que os esforços de problematizar o extrativismo muitas vezes desconsidera o benefício imediato às populações no marco dessas políticas nacionais, como necessárias para socializar a produção, embora signifiquem "esforços por pedaços". O acadêmico e político, considerado um marxista latino-americano, que ocupou o cargo de vice-presidente da Bolívia entre 2006 e 2019, durante o governo de Evo Morales, mencionou, naquele evento, que a crítica que se faz aos governos

progressistas sobre o extrativismo confunde teoricamente o sistema técnico e o modelo de produção, porque passam a considerá-lo como sinônimo de capitalismo.

Ademais, adverte que “o que caracteriza e diferencia as sociedades é a maneira como estas organizam a produção, a distribuição e utilidade das riquezas materiais e simbólicas que possuem” (García Linera, 2022b, tradução nossa). O extrativismo e inclusive o industrialismo não seriam modos de produzir nem modos de gestão da riqueza próprios do capitalismo porque se encontram em sociedades pré-capitalistas e comunitárias. O extrativismo, então, é um

“sistema técnico de processamento da natureza mediante o trabalho [...] e o modo como se usam os sistemas técnicos e como se realize a gestão destes é que se poderá ter regimes com maior ou menor justiça, com ou sem exploração do trabalho” (García Linera, 2022b, tradução nossa).

Tal postura é divergente da leitura de Gudynas (2019) e Svampa (2018), que questionam a concepção do extrativismo como motor de crescimento econômico, e a prática do Estado no manejo destes recursos, desenvolvimento e transição a respeito do extrativismo no século XXI. O debate, sem dúvida, mexe com as feridas provocadas pelas nefastas marcas do capitalismo sobre países ricos em recursos naturais, mas que na sua estrutura interna são profundamente desiguais, chamando a atenção dos perigos que se apresentam pela deterioração ambiental e entre os quais se encontra a própria extinção do ser humano. Notam-se as causas essenciais do desastre da dependência, em que a natureza tem sido posta a serviço do valor de troca, do lucro privado, que a destrói pelo fato que ela é vista como objeto infinito.

Na história da América Latina as economias dos países têm se focado nas exportações de matéria-prima, como temos colocado anteriormente; a organização espacial do Brasil, por exemplo, tem sido um cenário crescente de monocultivos. De acordo com dados disponíveis pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), entre os anos 2000 e 2020, o agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) nacional manteve uma representatividade de um pouco mais de 23%. Especialmente com os monocultivos de soja, que cobrem enormes superfícies nos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, alcançando um pouco mais de 27,9 milhões de ha, e quase 90% da colheita é para exportação.

Quanto a essa questão, Prado Júnior (1976) afirmava que a formação do Brasil tinha na sua essência a característica agroexportadora: “na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (Prado Júnior, 1976, p. 32). Tal

tragédia impregnada é a adoção das relações sociais feudais e o trabalho escravizado no campo em proveito do desenvolvimento capitalista, chamado de agronegócio no início dos anos 2000.

Por isso, quando falamos do agronegócio, segundo outros autores, na sua relação com o volume e intensidade da produção de determinadas culturas para exportação, estão nele impressos os conflitos e atos de violência diretos contra povos indígenas, quilombolas e sem-terra em diversas partes do país, como assassinatos, despejos, expulsões e massacres. Impactos na saúde humana e contaminação do meio ambiente, em decorrência da relação com o aumento do desmatamento e uso indiscriminado de agrotóxicos, além da reserva na oferta de empregos demandada pelas grandes corporações (Pelegrin, [2014]; Görgen, 2012; Gasparin, Witcel, Santos, 2021).

Acertadamente, Thomaz Júnior (2010) observa que o fato do agrohidronegócio precisar da garantia de acesso à água, com quantidade satisfatória e com regularidade adequada para as demandas do tipo de plantio, faz surgirem as disputas por terra e água. Ademais, a estas se vinculam

os principais problemas que se externalizam no âmbito da saúde pública, isto, pois, são a expressão de um modelo de sociedade e de desenvolvimento, no caso, para o campo, fundamentado na agricultura empresarial, técnica e químico-dependente, nas grandes plantas e nos monocultivos voltados para o mercado externo centrado nos monocultivos em grande escala, voltado para a exportação” (Thomaz Júnior, et al., 2012, p. 12).

Assim, as áreas de monocultivos em condições de acesso à água equivalem à diminuição de áreas para a produção de comida (Alentejano; Egger, 2021). Além de uma série de impactos negativos associados à concentração de terras, utilização intensiva de insumos químicos, degradação ambiental (desmatamento, erosão do solo, poluição da água e emissões de gases de efeito estufa), como também às condições precárias de trabalho e à falta de direitos trabalhistas que reforçam as desigualdades sociais no contexto brasileiro, como sinalizado por Fernandes (2014).

Outro caso frequentemente citado no debate sobre extrativismo é o do Peru, em que a mineração vem crescendo no PIB nacional. O crescimento tem sido o maior desde a primeira década de 2000, com quase 19%, desde um processo gradual que vem do 5% em 1995 a 15% em 2007. O auge no PIB desse setor se explicaria pela implementação das reformas estruturais, como o Decreto Supremo, DS No 014-92-EM e o Decreto Legislativo, DL N° 708, como

políticas de promoção e inserção no setor mineiro, e uma entrada especial dos projetos de mineração Cerro Verde, em Arequipa e Las Bambas, em Apurímac (Tamayo et al., 2017).

Nas palavras de Mariátegui (2007, p. 15),

a mineração –uma atividade fundamental do regime econômico introduzido pela Espanha no território no qual uma sociedade genuína e tipicamente agrária havia prosperado anteriormente– exigia que as bases da colônia fossem lançadas nas terras altas. Guano e *Salitre* ratificaram esta situação. Eles fortaleceram o poder da costa. Eles estimularam a sedimentação do novo Peru nas terras baixas. E acentuaram o dualismo e o conflito que até hoje constituem nosso maior problema histórico. (Mariátegui, 2007, p. 15, tradução nossa).

Dessa maneira a mineração, na sua condição de dependência do capitalismo imperialista, segue formas clássicas de exploração, com níveis de desigualdades na combinação de concentração da terra por grupos oligarcas, racismo e servidão, que acirram os impactos que são dependentes de capitais estrangeiros. Entre esses, estão a contaminação dos cursos d'água e o rompimento das barragens de rejeito, a remoção imposta das comunidades para outras localidades, tornando-se uma grave ameaça aos biomas e a sua sócio-biodiversidade e populações estabelecidas no entorno (Gudynas, 2013).

O agronegócio e a mineração têm avançado aceleradamente, tanto em países com governos neoliberais e progressistas, considerado uma sorte de DNA injetado com o processo de colonização europeia nas nossas sociedades. Sobre essa situação, Acosta (2016) lembra a necessária recuperação de aportes explicativos do extrativismo, por se tratar de uma modalidade de acumulação capitalista que determina a organização do trabalho e o conhecimento técnico no uso das forças produtivas. De acordo com Acosta (2016),

Faz dele uma acumulação autêntica, sendo que os fundos obtidos não voltam à produção, senão que de forma crescente se concentra em atividades vinculadas à financeirização do capitalismo, uma das explicações da imparável violência estrutural (Acosta, 2016, p. 5, tradução nossa).

Fator determinante das estruturas econômicas, sociais e inclusive políticas, a essência do capital é acumular em qualquer circunstância e a superação das desigualdades somente será possível com a superação do modo de produção capitalista, uma das perspectivas partilhadas entre os autores citados nesta parte. Assim, a análise situada particularmente do momento histórico pode servir para distinguir certo recurso de como as áreas dos projetos de colonização implementados no século passado são objetos da própria história do capitalismo e há duas

décadas são alvos à matriz de formação socioeconômica, cujas implicações espaciais no seu valor vão além do seu referente geofísico.

Podemos dizer que, tais casos, expressos em locais concretos de países diferentes, e cujas formações têm na sua matriz produtiva extrativa mais profunda a partir da colonização europeia, é que conferem a possibilidade de enxergar desde a mundialização capitalista do espaço? Os territórios e implementação histórica de projetos são convenientemente antecedentes, uma poderosa reserva de valor expressas em casos cujos desdobramentos referem lógicas dicotômicas de uso? Mas, quais têm sido os mecanismos institucionais utilizados pelos movimentos camponeses para obter o estabelecimento de flexibilidades no âmbito estatal?

As respostas a essas questões complexas serão tratadas nos capítulos a seguir. Brevemente, por enquanto, temos que dizer que, com a passagem do tempo, os tipos de recortes que realçamos implementados na primeira metade do século passado constituem construções históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais. Sintetizam, a nosso ver, expressões e cúmulo estruturais inerentes ao passado no presente, em constante processo de substituição são requeridas por aquele movimento conflitivo e contraditório, de acordo com a fase de acumulação capitalista. A concepção perante as condições de utilidade pressupõe uma concepção de território associada ao controle material sob a ótica predominante e indissociavelmente econômica e política, e simbólica, como se fosse uma matéria-prima para os processos de territorialização de instituições, empresas e indivíduos (Raffestin, 1993).

O papel protagonizado pela América Latina desde os anos 2000 no cenário internacional, o impulso das economias pela movimentação de grandes quantidades de recursos de natureza, acarretaram o aprofundamento das características de primário-exportadoras. Segundo Svampa (2018), agrega-se a essa dicotômica relação histórica, o discurso do desenvolvimento sustentável hegemônico que serve para classificar as frações territoriais, algumas mais “eficientes” e “sacrificáveis”, o que se traduz em que determinados pedaços sejam disponibilizados para tal fim, com implicações no papel dos distintos atores sociais no cenário político e nas dinâmicas territoriais.

## **2.9 Das condições inscritas no território**

Os processos relacionados entre território e instituições presidem a distribuição espacial e, à sua vez, regem os direitos sociais e políticos, as quais afetam as possibilidades do exercício ou não dos direitos (Castro, 2014). As condições de confluências escalares de elementos

visíveis e relações que compõem um conjunto único e indissociável na América Latina estão expressas como as formas de luta e reivindicação de direitos, que têm contribuído a um certo consenso acadêmico acerca do exercer formalmente a política por parte de uma diversidade de movimentos, orientando reflexões sobre as lutas que se travaram (e ainda acontecem) em determinados pontos materiais e simbólicos, considerando a dimensão da luta de classes e as reivindicações dos movimentos constituídos por trabalhadores, desempregados, indígenas, camponeses, mulheres, lgbtq+, entre outras identidades reafirmadas.

Algumas, visivelmente marcadas pela “Guerra da água” (Bolívia, 2001), a “Guerra do Gás” (Bolívia, 2003), “Yasuni” (Equador, 2007), “El Baguazo” (Peru, 2009), “Belo Monte” (Brasil, 2011), “Curuguaty” (Paraguai, 2012), são como cristalizações de casos emblemáticos no continente. O “caso Tambogrande” (2002) e o “caso Cutrale” (2009) inserem-se como experiências que embrenham imagens-paisagens-personagens que disputam lugares geográficos fixos e lutas locais concretas, que não são isolados, mas que mostram esforços para pôr freio à expansão capitalista descontrolada, pautando mudanças no contexto em que se desenvolvem. Incluindo, os entrecruzamentos de traços de feições históricas e de problemáticas típicas do século XXI, com nuances imanentes do funcionamento capitalista e correlações de forças políticas estatais postas para dar condições para seu uso capitalista.

Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (García Linera, 2009, p. 201, tradução nossa).

No âmbito político efervesce as relações de poder constantemente e não somente em um momento de materialização de ações dos atores envolvidos, embora que estes momentos disruptivos provoquem estágios de manifestação de uma possibilidade de dispor de instrumentos para chegar a um fim, e para que isto ocorra a ideia de poder é assimétrica (Castro, 2014). Neste âmbito, é possível falar de “intencionalidades” e “conflitualidades”, como a tomada de uma postura em relação a fatos e interesses das classes sociais, e como contradições produzidas em relação à disputa de modelos de desenvolvimentos, respectivamente (Fernandes, 2009).

As disputas territoriais no âmbito da política sempre estão nos marcos estabelecidos pelos contextos temporais e espaciais das sociedades, nem sempre no âmbito institucional, senão também nas vontades comuns. Sobre isto, todavia, nos parece necessário retomar o

debate acerca das formas de organização, atribuídas à articulação das lutas segundo as demandas não atendidas. Em relação a isso, mencionamos os sindicatos e partidos operários, principalmente observados na Europa, como formas que inspiraram a organização dos camponeses e seus desdobramentos diferenciados em sociedades da Ásia e América Latina. Nessa sequência, os considerados movimentos camponeses, indígenas, feministas etc. chamados de Novos Movimentos Sociais (NMS) têm comparecido no debate acadêmico como no início do século XXI, como protagonistas que pleiteavam o cenário político latino-americano, e como movimentos socioterritoriais, no âmbito da mediação do espaço e da apropriação do território pelos movimentos, para a realização dos seus objetivos (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2019). Para este último termo, a sua base é a reivindicação de direitos territoriais, o acesso à terra, e, do uso sustentável dos recursos naturais, ao que possivelmente podemos atrelar as experiências iniciais da FDVSLT e MST, enquanto a ênfase na análise das dinâmicas territoriais dos movimentos sociais e os processos de disputa territorial que ocorrem no contexto físico e simbólico desses movimentos.

O termo, na geografia, para compreender as lutas e os processos de transformação social em seu contexto territorial específico, valorizando a participação e dinâmicas territoriais como centrais para a compreensão dos movimentos em questão, é relativamente recente. Devemos fazer a ressalva necessária, que embora a abordagem dos movimentos socioterritoriais enfatize a importância das dimensões espaciais e a criação de novas instituições em que possam ser localizados os movimentos camponeses, não temos identificado quais seriam essas instituições para tratarem diretamente de seus interesses. Desta forma, esses movimentos produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Para os casos trazidos pode apresentar desafios metodológicos significativos, enquanto heterogêneos e mutáveis, o que dificulta a identificação e a delimitação e características, porque embora o material seja objetivo central para cada caso e condição essencial, não é definitiva porque confere processos constantes de apropriação e desapropriação. Além disso, a participação ativa dos sujeitos protagonistas pode exigir uma abordagem metodológica mais participativa e sensível ao contexto local, o que, necessariamente, precisaria de mais tempo para captar. É importante sim, levar em conta essas especificidades ao realizar análises comparativas ou generalizações sobre os movimentos que podem subjazer à ideia de apropriação do espaço como controle de uma área contígua e permanente. Consideramos, também que, a forma de como o capitalismo se desenvolveu historicamente e o surgimento dos

diversos movimentos em contextos de exploração e desigualdades com suas raízes no período colonial, e a posição dos camponeses dentro da classe trabalhadora de acordo com o contexto social, econômico e político de cada país –desafio proposto no marco do projeto da Rede DATALUTA junto com outros grupos de pesquisa de América Latina.

Parece-nos necessária esta ressalva na medida em que, na identificação dos atores, no terreno que temos escolhido para análise, a configuração coletiva abraça mecanismos institucionais que evocam um conjunto de direitos políticos regulamentados e exercidos pelos indivíduos (cidadãos) de um determinado espaço social e geográfico. O termo cidadania em sua versão mais ampliada tem sido formulado pelos movimentos sociais, como no Brasil, por exemplo, em torno de demandas de acesso a condições básicas como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, terra, assim como de questões como gênero, raça, etnia etc. Este contexto tem contribuído para a progressiva ampliação do seu significado, como parte da resistência contra a ditadura. O marco formal é a Constituição de 1988, que emergiu da luta contra o regime militar, empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental (Dagnino, 2002). O engajamento é uma virtude para interferir, opinar, participar. Em outros casos como o “caso Tambogrande”, notamos que a inserção do mecanismo de consulta prévia vem ampliando enormemente a base social de ação e legitimidade, em torno das populações que começaram a se articular (Svampa, 2018).

Nestes casos, os trabalhadores do campo, na defesa da gestão da água, da terra e da cultura de complexas redes sociais vinculadas à esta gestão, segundo Garcia Linera (2020)

fazem frente aos intentos de substituir o significado concreto da riqueza (satisfação de necessidades) e suas formas de regulação direta (filiação familiar-comunal), por um significado abstrato da riqueza (o ganho empresarial) e outros modos de regulação distanciados do controle dos usufrutuários (legislação estatal) (Garcia Linera, 2020, p. 383, tradução nossa).

Assim das evidentes desigualdades, o valor mercantil se torna em substância e medida da busca do controle e regulação do uso do território. Para completar, como evidenciado nos recortes espaço-temporais escolhidos, a presença da citricultura se mostra como vaivéns das disputas territoriais, e em alguma medida o ressentimento com relação ao poder construído simbolicamente ao redor dessa fruta e a matriz predominante em cada país.

Não obstante, antes de discorrermos acerca dos processos protagonizados pelos movimentos camponeses contra a hegemonia do agronegócio e a mineração, antes organizadas

em áreas reivindicadas, é importante determinar que a presença dos citros começa a assumir um aspecto diferenciador que pode ajudar a definir, com maior nitidez, qual poderá ser seu desenlace caso se pretenda preservar o significado sustentado pelos atores em cada recorte. Vejamos.

### 3 ESPECTROS DA CITRICULTURA

“El interés del capital ya no es por la agricultura, comienza así, pero ahora hay un trasfondo, el tema de la sostenibilidad alimentaria mundial (...) El juego de los intereses del capital en el modelo de desarrollo nos mantiene únicamente como productores de materia prima”<sup>21</sup>

No início dos anos 2000, uma das controvérsias vivenciadas na economia local do Vale de San Lorenzo residia entre o abastecimento de limões e mangas para a gastronomia nacional (ingrediente essencial num dos seus pratos de bandeira nacional: *ceviche*) e a preocupação do impacto potencial sobre as plantações em decorrência da exploração de mineração de grande escala.

Temos aí o “caso Tambogrande”, cuja denominação se deve ao imperativo de que a exploração fosse sobre terrenos agrícolas e sobre uma parte da área urbana do município desse mesmo nome. Embora o nome do projeto de exploração seja nomeado “Tambo Grande” (lembra o termo em quéchua para se referir uma estalagem nos caminhos incas, utilizados como parada de descanso e/ou armazém). É bastante ilustrativo das polarizações das posições dos atores e estratégias por parte da FDVSLT ao incorporar uma urgência local na agenda pública nacional.

Já, o “caso Cutrale”, está atribuído ao nome da empresa que realizou o plantio de pés de laranja em terra pública, do antigo NCM, especificamente na Fazenda Santo Henrique/Capim pela empresa Sucocitrico Cutrale Ltda. A empresa tem sido nomeada na maioria dos processos judiciais levantados pelo INCRA pelos quais tem buscado a tutela da área, desde 2006, questionando a posse ilegal de terras públicas no NCM e, mesmo assim, a empresa mantém posse para o plantio de laranjas.

Deste modo, as plantações de limões feitas pelos colonos no Vale de San Lorenzo e os pés de laranjas pela empresa Sucocitrico Cutrale, sugerem aspectos vinculantes em relação à produção de alimentos (e de frutos cítricos mais consumidos no mundo). Em especial, debates acerca do assunto, a lógica predominante que se insere sobre as áreas, a mineração sobre o limão no Peru, e o agronegócio da laranja no Brasil. Há convergências de modelos de

---

<sup>21</sup> "O interesse do capital não é mais a agricultura, começa assim, mas agora há um pano de fundo, a questão da sustentabilidade alimentar global (...) O jogo dos interesses do capital no modelo de desenvolvimento nos mantém apenas como produtores de matérias-primas". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

produção/produktividade para estas áreas no âmbito das economias nacionais, no limite de identificar aspectos que se interseccionam na luta organizada em relação à laranja e ao limão.

Chamamos a atenção ao fato que as laranjas e os limões conformam diferentes paisagens e se encontram em lugares que envolvem condições climáticas adequadas. Entretanto, a questão dos plantios dos citros, apesar de dialogar com a proposta da pesquisa, será brevemente abordada, todavia, vale realçar a existência material e o que representa nas relações conflituosas que aparecem nestas áreas de antigos projetos de colonização. Desse modo, é relevante quanto enxergá-las como formas materiais e relações que se dão na escala local, e a sua relevância histórica como produto social que coincide e intermedia expressivamente no debate acerca da concentração fundiária, das relações de poder no campo e das transformações no espaço agrário para os casos analisados, pelo agronegócio da laranja e a exploração de mineradora em detrimento do limão.

### **3.1 Breve contexto das laranjas e limões na América Latina**

As laranjas e limões são frutas de árvores de cultivo permanente, frequentemente encontradas em zonas tropicais, no cinturão equatorial de latitudes de 40° para o norte e sul, onde o solo e o clima são favoráveis. São árvores de pequeno porte, visíveis no espaço e representam importantes produtos de significativa circulação no mercado nacional e/ou internacional. A localização de origem das laranjas e limões, dos citros, comumente é atribuída às vertentes do Himalaya, e embora ainda se produza na Índia e na China, esta é mínima (Gmitter; Hu, 1990; Trejo Victoria, 2013).

A presença desse tipo de fruta está em muitos países e em todos os continentes, estando associada à colonização, explorações, invasões e conflitos. A chegada dessas frutas na América Latina coincide com as explorações feitas por Colombo, no final do século XV. Eram árvores ornamentais em conventos e nas “casas abastadas” da Europa. O seu consumo, portanto, teve um importante papel nas condições de saúde das tripulações dos barcos para enfrentamento do escorbuto – “doença crónica por falta de vitamina C” (Apicius, 1990; Trejo Victoria, 2013).

Como um produto histórico atrelado ao processo da colonização europeia, foi o que lhe deu origem no continente Latino-Americano, incidindo sobre as práticas na saúde e no comércio. Segundo Salvador Zaragoza Adriaensens (2015), a inserção começou no Haiti e na República Dominicana, onde os plantios conseguiram se aclimatar aos ecossistemas e a ampliar a aceitação dos consumidores; posteriormente, foi levado ao México e Peru, e logo difundidos

no Brasil e no norte da Flórida, e espalhados no Paraguai, Uruguai e Argentina pelos jesuítas. Cujas inserção atravessou constantemente uma relação de fatores de valorização geral da fruta e teve um papel significativo nas relações com o meio natural e social no continente.

Figura 1 – Ponto de venda de frutas da Nova Espanha. Anônimo. México (1775-1800).



Fonte: Museu de América (Madrid) in Zaragoza Adriaensens (2015).

Atualmente, os citros são as frutas mais consumidas no mundo. Segundo Trejo Victoria (2013), as laranjas doces, com maior ampliação territorial no mundo, são aquelas que têm se adaptado às distintas condições climáticas e cujas características referem-se a menor quantidade de semente na fruta, características morfológicas do fruto, produtividade das árvores, e em maiores extensões de terra para seu cultivo e colheita, como a laranja valência e a laranja navel. No caso do limão, à diferença das laranjas, encontra-se mais especificamente nos trópicos cálidos e subtropicais, e os mais comerciais são o limão Persa, Tahiti e limão key.

Estes frutos foram se consolidando em países com perfil exportador e consideravelmente comercializados por grandes empresas, mas, não é exclusivo, senão que combina países com certa estrutura, os ditos centrais. Os países com maior produção de laranjas, segundo Jesús Trejo Victoria (2013), apoiado nos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de 2012, são Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Índia, Itália, México e África do Sul, mencionando a Índia como um país que tem conseguido mudar a sua posição produtiva de maneira ascendente, embora não apareça como

grande produtora. No mapa a seguir, pode-se visualizar esquematicamente a localização da produção de citros e os tipos mais expressivos.

Mapa 7 – Principais países produtores de citros.



Fonte: Citricas.com (Los principales [...], 2019).

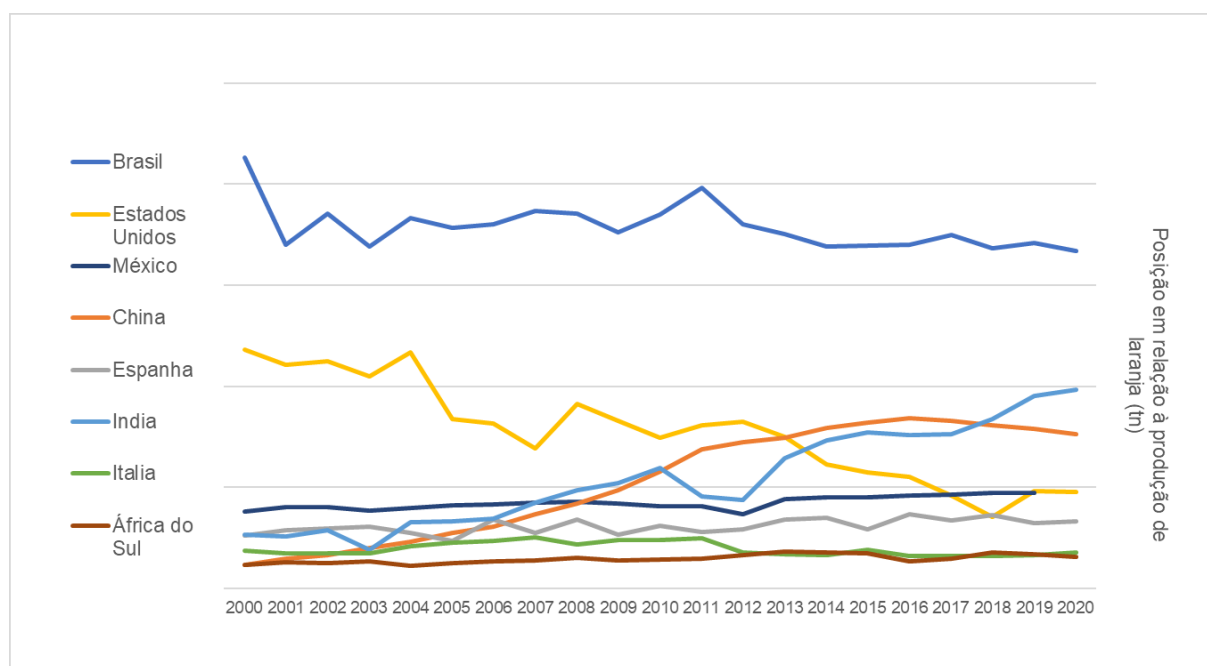
Como vemos, os dois tipos de frutas mais preponderantes são a laranja e o limão. O fato é que os Estados Unidos, Espanha e Itália concentram atividades deste tipo, o que dá certa legitimidade para destacar a peculiaridade da economia capitalista mundial enquanto diversos nós das cadeias de mercadorias, em que propositalmente uma atividade específica é aderida pelos outros países não europeus, como uma espécie de adesão típica ao núcleo orgânico ou da periferia. O Brasil é o maior exportador de laranja e suco de laranja, e a Espanha ocupa esse lugar na exportação de limão.

### 3.2 Em relação à produção das laranjas

Segundo dados disponibilizados pela FAO ([ca. 2022]), verificamos o seguinte: a) Estados Unidos são considerados o segundo maior produtor até 2013, começando a ter queda pronunciada na produção de laranja desde esse ano. A diminuição da produção entre os anos 2000 e 2020 girou em torno de pelo menos 60%, e cuja situação, segundo o departamento de agricultura desse país, foi em consequência da doença chamada de “*enverdecimento*” ou

“doença do dragão”, originada por um inseto que provoca o *Huanglongbing* (HLB) ou *Greening*. Este país passa a se consolidar como o principal comprador de laranja proveniente do México, para a elaboração de suco, no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) (Producción [...], 2016; Morales, 2020); b) China ocupou a segunda posição em 2014, e a partir de 2018 foi substituída pela Índia; c) O Brasil atualmente ocupa a primeira posição na produção de laranja. Mesmo com evidentes subidas e descidas na quantidade produzida, especialmente entre 2001 e 2003, manteve certa constância de aumento entre 2004 e 2009, um aumento expressivo em 2011, e novamente uma queda entre 2013 e 2014. A queda no consumo do suco de laranja é atribuída às mudanças de comportamento dos consumidores que optam por comprar outras bebidas em vez do suco.

Gráfico 1 – Países com maior produção de laranja



Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis da FAO ([ca. 2022]).

Os índices mostram que na produção de laranja no Brasil há uma variação de pelo menos 21% para menos, entre 2000 e 2020 (FAO, [ca. 2022]). Mesmo isso acontecendo, a posição do Brasil se mantém como o único país latino-americano exponencialmente na produção de laranja. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – CitrusBR (Neves, 2010), o Brasil detém em média 50% da produção mundial de suco de laranja, exporta quase 98% do que produz e obtém quase 85% de participação no mercado

mundial. Pelo menos 70% de sua produção são destinados para o processamento de suco, dos quais 86% provêm de São Paulo e do Triângulo Mineiro.

As companhias que dominam a comercialização no setor da produção de laranja são o Sucocitríco Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus Company (LDC). Calcula-se, segundo a cúpula da indústria brasileira exportadora de suco de laranja, que de cada cinco copos da bebida tomados no mundo três seriam dos pomares que se encontram no Brasil (Sucupira; Hashizume, 2021). Cutrale e Citrosuco dominam os pomares no estado de São Paulo, principalmente voltados para exportação aos Estados Unidos (Lorenzon, 2019).

Em aspectos históricos de localização da produção de laranja, comumente é mencionado que o primeiro núcleo com este objetivo foi implementado na segunda década do século passado, em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Já que era propício naquele período para abastecer o mercado local e exportar para Argentina, Inglaterra e outros países europeus. Não obstante, entre 1940 e 1960, com a ativa ação do Estado no processo de industrialização e instalação de fábricas para produção de suco concentrado, os plantios no estado de São Paulo, em Vale do Paraíba, Limeira, Araraquara e Bebedouro, respectivamente, foram ganhando espaço no setor.

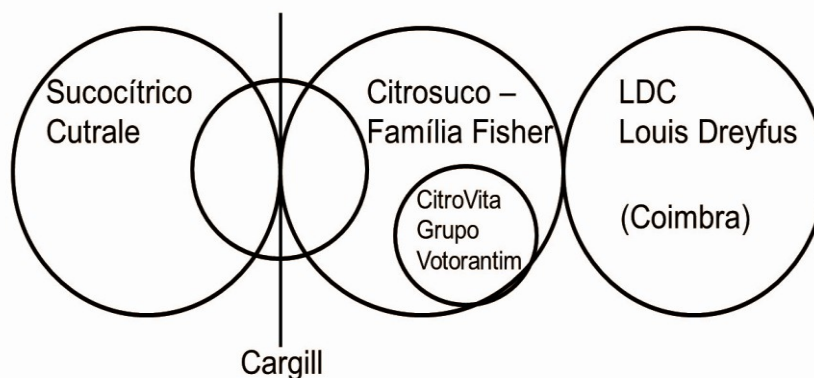
Em relação ao destaque de exportação, encontramos comumente sendo atribuídas às geadas ocorridas em 1962 na Califórnia, como um episódio que propiciou certa oportunidade das primeiras exportações aos Estados Unidos. De acordo com Antonio Ambrosio Amaro e Maria Lúcia Maia (1997), do Instituto de Economia Agrícola (IEA), este episódio configurou uma espécie de ponto de inflexão da citricultura brasileira no cenário mundial. Para os autores, a tal posição foi necessária inserir um sistema de processamento de suco de laranja e aumento de plantios para substituir os do café e pastagens no estado de São Paulo.

Segundo Julio Cesar Bellingieri, Ana Claudia Giannini Borges e José Gilberto de Souza (2012), esse contexto também será relevante para compreender o posicionamento mais recente das empresas na atividade citrícola. A instalação de poucas processadoras, a demanda externa por suco de laranja processado, os incentivos governamentais na implementação de créditos à produção e à exportação alteraram o perfil da estrutura fundiária, especialmente porque foi provocando a saída dos pequenos produtores de laranja: “em 1995 eram 27 mil produtores de laranja no estado, número que se reduziu a cerca de 17 mil, em 2003, atualmente a 7 mil, e representam apenas 21% das árvores de laranja” (Bellingieri; Borges; Souza, 2012, p. 28).

A formação e transformação nas relações em torno destes tipos de plantações, protagonizados pelas famílias agricultoras passam a uma relação de entrega da produção às fábricas e eventualmente são contratados para a colheita em áreas de plantio das empresas. Configuraram, “uma tendência de eliminar o citricultor camponês por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja.” (Fernandes; Welch, 2008, p. 163). Neste aspecto, há uma acentuação das desigualdades já existentes e gerou novas brechas de fragmentação e perda de poder de setores de pequenos e médios produtores cítricos passando a se concentrar economicamente (e politicamente) nas elites de poder nacional.

Segundo um estudo publicado pela PublicEye (Carbó, 2020), o estado de São Paulo produz 53% da produção mundial de suco, o que equivale a 80% da produção nacional. Como dito anteriormente, a comercialização está concentrada em três empresas (Sucocitrico Cutrale, Citrosuco e LDC), pelas quais o Brasil lidera a exportação de suco de laranja. que puderam elevar seus lucros, como a padronização no preço da caixa da laranja, alterando as relações de contrato com os pequenos e médios produtores e trabalhadores. São estratégias de fusões entre empresas.

Figura 2 – Fusões e aquisições das empresas citrícolas



Fonte: Elaboração própria.

Em 2004 a empresa Sucocitrico Cutrale e a Citrosuco adquiriram o negócio do suco de laranja da Cargill (Firmiano, 2014). A Citrosuco em 2011 incorporou, mediante fusão com a CitroVita e a LDC que se tratava da antiga empresa de Coimbra e mudou seu nome em 2012. Com esta prática de concentração do agronegócio da laranja para o comércio exterior, estabelece certa unidade de capitais, empresas com capital multinacional e de origem privados nacionais, como uma forma de “processo de unificação que se conforma mediante a

distribuição da mais-valia, através da livre circulação de todos os capitais, seja dentro dos mesmos âmbitos, as nações ou o mundo inteiro” (Barreda, 1995, p. 150, tradução nossa).

Em outras palavras, essa “irmandade” dos capitalistas se reorganiza em favor daquele que se situe melhor dentro do setor imperante, e como agente proeminente nas dinâmicas de organização espacial para controlar e modificar o espaço de acordo com o uso. Dessa forma, por meio de suas atitudes estratégicas, a Sucocitrico Cutrale e Citrosuco lograram expandir ainda mais seus recursos de poder, fortalecendo a assimetria existente e consolidando seu poder de dominação na rede citrícola, sendo apoiados por concessões de grandes incentivos fiscais, que combinam a tendência da verticalização da produção, a posse da terra, que consolida o agronegócio na produção e negociação nessas grandes processadoras (Fernandes; Welch, 2008). Por exemplo, a empresa Sucocitrico Cutrale possui no Porto de Santos uma saída exclusiva cedida pela União para o suco de laranja que seus “seis navios próprios, que estão sempre indo para algum lugar diferente do mundo” (D’Andrade; Porto, 2014; EPTV, 2019).

Atualmente, três empresas que dominam o mercado de exportação de suco de laranja têm sido objeto de denúncias por conformação de um cartel da laranja, e por terem levado à ruína financeira milhares de citricultores brasileiros (Tito, 2021). O poder público vinha investigando as grandes indústrias processadoras de suco de laranja concentrado, desde 1999, por formação de cartel na aquisição da fruta. Além dessas empresas mencionadas na época estavam nessa investigação a Citrovita, Coimbra (agora parte da Louis Dreyfus Company), Cargill, Bascitrus e Abecitrus, e nove pessoas físicas foram denunciadas. Sob a decisão do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 2016, foi decidido o pagamento conjunto de R\$ 301 milhões a ser recolhido para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), valor mais alto já pago no âmbito de acordos junto ao órgão (Bonato, 2016).

Segundo os dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar a “Cartelização da Citricultura”, organizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pode-se observar que em 2016 a empresa Sucocitrico Cutrale faturou R\$ 3,156 bilhões, e processou 82 milhões de caixas de laranja (de 40,8 quilos cada) das quais 40,7 milhões de caixas de laranjas foram procedentes de pomares próprios. As compras a terceiros desde 2013 têm diminuído em pelo menos 38,5% e aderido novas áreas de fazendas em pelo menos 20% (Citros [...], 2017; Carbó, 2020).

Nesse mesmo inquérito, além da Sucocitrico Cutrale, são referidos alguns dados da Citrosuco e a LDC, que, nesse mesmo ano, faturaram R\$ 2,836 bilhões e R\$ 1,808 bilhões,

sendo a segunda e terceira empresa com maior produção depois da Cutrale, respectivamente. No caso da LDC, foram 16,27 milhões de caixas de laranjas de pomares próprios, e também desde 2013 apresenta queda em 23,5% na compra a terceiros. Não apresenta mais dados da Citrosuco e faz menção que, os dados são apresentados em porcentagem porque “preservam a divulgação dos números gerais”.

Chamamos a atenção em relação à estimativa das empresas quanto ao número de caixas de laranjas processadas para o suco, cuja origem é de pomares próprios e de terceiros. Segundo o “Dossiê Cutrale”, divulgado pelo MST em 2011, a ação por parte das empresas se trata de uma ação estratégica em torno da compra de terras, não só porque oferecia vantagens financeiras na produção, senão porque a terra se tornaria uma alternativa de investimento seguro. A ação de provocar “a crescente expulsão da pequena e média produção do complexo citrícola”, e, “a marginalização de determinados estratos de produtores” –considerada inclusive uma política explícita por parte das agroindústrias (MST; Tribunal Popular, 2011, p. 10) e no caso da empresa Sucocitrico Cutrale demonstrava que se encontrava em posse de terra que se configurava como ilegítima e injusta em áreas do NCM (MST; Tribunal Popular, 2011, p. 17).

### **3.3 Notas sobre o “rei da laranja”<sup>22</sup>**

A Sucocitrico Cutrale é uma empresa de origem familiar, fundada em 1968, cujo dono tem sido conhecido como o “rei da Laranja”. Como exposto anteriormente, a empresa de capital privado no Brasil é considerada uma das maiores produtoras de suco de laranja no mundo. É membro do conselho de administração da Coca-Cola Femsa Brasil. Suas sedes principais estão localizadas no estado de São Paulo. Neste, o agronegócio é responsável por pelo menos 14% do PIB do estado, considerado o estado líder na produção de açúcar e suco de laranja, também de carne, etanol, café, milho, celulose e madeira (CEPEA, 2022).

Em 2012 a empresa Sucocitrico Cutrale passou a transitar nos ramos da soja e milho em Mato Grosso, sob outro nome *Cutral Trading* (Turioni, 2012). Em 2015 se aderiu ao mercado de bananas mediante a aquisição da *Chiquita Brands International Inc.* Esta última, foi criada em 1947, uma herdeira da *United Fruit Company* de 1863 – empresa vinculada a uma série de

---

<sup>22</sup> Para se referir a José Cutrale Júnior (1926-2004), título que foi continuado pelo seu filho José Luís Cutrale, falecido em 17 de agosto de 2022.

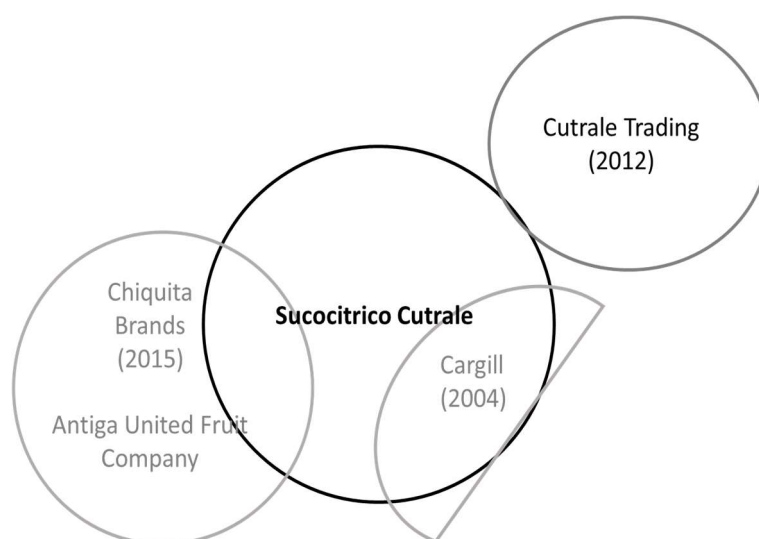
denúncias de posse ilegal de terras para plantações de bananeiras e vinculada a golpes de Estados em vários países da América Latina.

Há uma evocação dessa empresa no caso da Colômbia, conhecido como “o massacre das bananeiras”, em 6 de dezembro de 1928. Em José Díaz Jaramillo (2019), esta data tem alimentado a memória dos setores subalternos no país, porque demonstra que os setores da classe trabalhadora buscam mecanismos para lembrar a natureza criminosa a que inúmeros trabalhadores da bananeira eram violentados quando faziam uma greve. Este acontecimento e outros financiamentos aos grupos paramilitares foram admitidos pela empresa United Fruit Company, que tem uma nova roupagem, a Chiquita Brands.

A aquisição da Chiquita Brands pela Sucocitrico Cutrale em 2015 ocorreu com a parceria da Burlingtown LLC de Joseph Safra, considerado o segundo homem mais rico do Brasil. Este procedimento teve ampla visibilidade pela mídia nacional e internacional porque tinha como concorrente a Fyffes da Irlanda (empresa que está acusada por promover a terceirização e diminuir as garantias de condições de trabalho). A compra foi fechada em US\$1,3 bilhão (Parra-Bernal, 2014; Maxwell, 2015; Taguchi, 2015; Morini, 2016).

De maneira sistematizada, na Figura 2 podemos visualizar a aquisição de parte da produção de laranja da Cargill, obtida em 2004, quando também a Citrosuco adquiriu a outra parte. E, em 2012 e 2015, a aproximação da aquisição de empresas e participação em outros ramos de produção agrícola.

Figura 3 – Marcas e aquisições Cutrale.



Fonte: Elaboração própria.

De um lado, argumenta-se que o trânsito a outros segmentos “coincide com um cenário de crise na citricultura”, em que a Sucocitrico Cutrale teve seu consumo reduzido de 2,7 para 2 bilhões de toneladas desde 2000, e por isso começa a investir em outros segmentos como o da soja e bananas. Por outro lado, argumenta-se que não tem relação com a crise citrícola, senão que, o foco da diversificação no agronegócio “vem sendo um caminho adotado por muitas empresas, uma vez que são fantásticas as oportunidades que se abrem ao Brasil no agro para os próximos 10 a 20 anos”, comenta Marcos Fava Neves (Turioni, 2012).

Estes posicionamentos são importantes à medida que se deixa de considerar a citricultura como setor exclusivo de atuação, deixando em aberto as análises acerca da diversificação de investimentos em outros ramos da produção de frutas, como o caso da banana. Além disso, “a empresa investiu em uma *trading*, com colaboradores que compram grãos dos produtores nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, para comercializá-los com outros países, principalmente os asiáticos” (Com suco [...], 2012). Que, a nosso ver, em termos de alteração substancialmente da citricultura para o mercado de exportação de grãos, expõe certa adaptação à tendência das exportações na procura de melhores lucros, daqueles desde o final da década de 1960.

Vale dizer, num primeiro momento deste “acercamento”, como refere Harvey (2005), resulta pôr em questão que a busca de mercados na maioria das vezes é um meio de escapar das pressões competitivas. A forma de acumulação perseguida acompanha a lógica de fornecimento de produtos pouco ou nada processados para exportação aos países desenvolvidos, e reproduzem o aproveitamento da força de trabalho e o(s) ramo(s) relevantes conjunturalmente para garantir lucros mais altos. O que suscita é que “a expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produto do mesmo esforço de criar novas oportunidades para acumulação de capital” (Harvey, 2005, p. 53).

### **3.4 As condições nos laranjais**

Existe a consideração de que o ramo do agronegócio da laranja é o que mais gera emprego, em comparação com outros ramos, porque implica a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para a colheita manual da fruta. Demanda que ocorre principalmente em meses de safra (de maio a setembro). Os que trabalham na colheita são de cidades do interior paulista e muitos são de outros estados do Nordeste. São homens, mulheres, negros, pardos, camponeses, que chegam em ônibus aos pomares a cada dia de trabalho.

Cada ônibus tem seu fiscal, cada ônibus representa uma turma. O motorista não é fiscal, ele é apenas motorista de ônibus. Tem o fiscal que toma conta da turma que é para fazer apontamento de “bags”, das caixas e ver como está a colheita, esse é o trabalho do fiscal, ou seja, fiscalizar a colheita [...] Não pode deixar laranja para trás e nem laranjas no chão. A empresa não quer que derrube laranjas no chão, e sim dentro da sacola, mas o preço que a gente quer eles não pagam. [...] Nossa colheita é por produção sendo a caixa e peso, só que não pagam por peso para nós. Querem que nós entreguemos peso e nos pagam por caixas. [...] eles vendem por peso, mas para nós paga apenas 0.66 centavos a caixa de laranja<sup>23</sup>.

Vemos que o depoimento se refere à habilidade manual que é exercida na colheita da laranja por meio dos “bags”, que são sacolas com alças colocadas em torno do pescoço, e ao pagamento de acordo com a quantidade das caixas preenchidas, cujo destaque reverbera na esfera organizativa do trabalho que afeta tanto dentro quanto fora da área do trabalho. Além disso, segundo a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva (2020), colher laranja é um trabalho pesado e perigoso, pois implica uso de escadas para conseguir fazer a colheita nos galhos superiores, que podem medir até 8 metros; por isso “há exigência do uso dos EPIs (botas/caneleiras, sapatos especiais, boné-árabe, óculos, luvas, camisas de mangas compridas e calças)”.

Nesse contexto, podemos notar contrastes ao fazermos um levantamento de notícias sobre a relação da Sucocitrico Cutrale, pois nos deparamos com o seguinte:

---

Quadro 2 – Processos identificados em relação à Sucocitrico Cutrale

---

**Ano**    **Descrição geral do processo**

---

**2013**    Denúncias na Vara do Trabalho de Matão por danos morais coletivos aos trabalhadores terceirizados em pomares próprios e de fornecedores da **Sucocitrico Cutrale**, LDC, Citrovita e Fisher. Cujas decisões derivou em multas: Sucocitrico Cutrale (R\$150 milhões); a Louis Dreyfus (R\$55 milhões); a Citrovita (R\$60 milhões); e a Fischer (R\$135 milhões).

---

Denúncias na 3ª Vara do Trabalho de Araraquara por demissão de mulheres grávidas e descontos irregulares em salários. Cujas decisões derivou nas seguintes penalidades: 1) multa de R\$500 mil, 2) gerar estabilidade de até 5 meses após o parto às funcionárias, sob pena de multa diária de R\$10 mil por dispensa, 3) caso reincidência em descontos salariais sem justificativa legal de qualquer funcionário contratado, sob

---

<sup>23</sup> Depoimento oral de um trabalhador na laranja, obtido em janeiro de 2021.

multa diária de R\$1 mil por trabalhador.

---

Denúncias na Vara do Trabalho de Botucatu por descumprimento das normas de segurança no trabalho e nos alojamentos para seus trabalhadores. Cujas decisões derivaram na multa de R\$100 mil ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A empresa alegou que não era a responsável pelos alojamentos.

---

**015** Denúncias no Ministério Público do Trabalho (MPT) em Bauru, por condições precárias de saúde e segurança, em 13 unidades da empresa. A decisão derivou em ação civil pública no valor de R\$ 5 milhões contra a empresa.

---

**016** Denúncias na 2ª Vara do Trabalho de Araraquara, por incumprimento das normas de segurança do trabalho. Cujas decisões derivaram na multa de R\$2 milhões, Cumprir dez obrigações relacionadas a normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa de R\$10 mil por dia, por obrigação descumprida.

---

**016** Denúncias desde 2012 no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), Araraquara pela demissão de 83 trabalhadores. Decisão somente 4 anos depois e derivou em multa de R\$400 mil por danos morais.

---

Fonte: Elaboração própria, baseada em informações disponíveis em BRASIL ([2012?]), Mandel (2013), Bocchini (2013), Justiça [...], (2013), MPT [...], (2015), Cutrale [...] (2018); Carbó, (2020).

Acrescentam-se o apontamento das demissões ilegais, o descumprimento das normas de segurança, as condições precárias de alojamento e em condições de trabalho escravo, o desdobramento das notas identificadas, além de irregularidades mediante ação de fiscais nas fazendas próprias e nas terceirizadas. Como vemos, existe um histórico de decisões de multas e as relações com os trabalhadores da colheita não se restringem aos procedimentos da esfera do pagamento pelo trabalho, mas também se refere às condições de saúde do trabalhador, que se impõe indissociavelmente com as condições insalubres de alojamento, especialmente para os trabalhadores imigrantes e nas condições dos equipamentos utilizados por estes na aplicação de “defensivos”, como o caso do assentado Fabiano Gabriel Venâncio, que morreu em 2016 em um acidente nos pomares localizados na Fazenda Santo Henrique (Grasiela, 2016).

Frequentemente, são citadas irregularidades ou ausência de instalações sanitárias, más condições de transporte dos trabalhadores, falta de estoque de primeiros socorros, não fornecimento de EPI, exposição dos trabalhadores à contaminação e a ausência de locais adequados para refeição e descanso com condições apropriadas de higiene e conforto. Inclusive a situação ficou mais preocupante quando em uma reportagem do Fantástico foi divulgada uma lista semestral do Ministério do Trabalho em 2017<sup>24</sup>, em que compareciam a JBS Aves Ltda e a Sucocitrico Cutrale condições de trabalho em empresas conhecidas, e, logo após, o ministério passou a mudar a definição de trabalho escravo, colocando em risco o combate dessa prática<sup>25</sup>.

Desse modo, Marini (1991), explicava que o “intercâmbio desigual” é resultado do processo da produção, pois é na mercadoria, que se encontra a forma, seu conteúdo, e as relações sociais de produção, o que leva ao pagamento desproporcional pela jornada de trabalho ou a outros mecanismos que baixam os custos da produção, para o benefício da burguesia local e internacional. Existe uma relação de dependência dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos, os primeiros são freados pelos segundos, quando é feita a transferência de valores econômicos aos países centrais capitalistas. Países em que a escravização forneceu mão de obra gratuita e abundante, e foi fundamental para a consolidação da divisão internacional do trabalho, na medida em que garantiam a exploração dos recursos humanos e naturais num intercâmbio desigual.

Assim, a manutenção do trabalho em condições de escravização nos marcos da evolução do Brasil, em Prado Júnior (1961), indica que esta permanece como força motriz através da produção extensa de bens tropicais para o mercado europeu, sendo denominado de *plantation*, que pode ser entendido como o uso da força muscular que acaba se combinando com os eventos demandantes da monocultura que surgem no campo brasileiro, constando diversas formas de violências, impactos na saúde física, marginalização e inevitavelmente a prerrogativa de conflitualidades entre os assentados em áreas vizinhas que são aderidos e os que se opõem à presença da Sucocitrico Cutrale que ocupa terras públicas da União.

---

<sup>24</sup>Disponível em: <[https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/10/lista\\_suja\\_nova\\_divulgada\\_fantastico.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/10/lista_suja_nova_divulgada_fantastico.pdf)>. Acesso em: 20 fev 2022.

<sup>25</sup>Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/veja-nova-lista-de-empregadores-autuados-por-escravizar-trabalhadores.html>>. Acesso em 20 fev. 2022.

Atribuiu a dos fatores para o nosso povo trabalhar na Cutrale. Porque quando as associações funcionam o povo trabalha no lote. A Cutrale aproveita o momento em que os assentados estão desesperados em busca de renda, as associações e as cooperativas, se as cooperativas não funcionam as pessoas trabalham lá. Quando as associações no governo Lula tiveram incentivo, muita gente saiu da Cutrale porque não compensa ficar se envenenando. (...) As famílias têm a necessidade de ter uma renda básica para sobrevivência, pois tem que comprar parte do alimento, pagar luz, necessidades básicas, que são mensais, por isso vários trabalham fora de seu lote, mas produzem parte da alimentação como feijão, mandioca, batata doce, verduras, ovos, etc. Mas, óleo, arroz, açúcar tem que comprar de fora. Então essas famílias retornaram para a Cutrale por necessidade de sanar o que é básico<sup>26</sup>.

### **3.5 As laranjas em terras públicas**

Forja-se, assim, uma nova configuração territorial a serviço da reprodução do capital do agronegócio com presença efetiva e atuando na apropriação de terras públicas. Embora a empresa tenha adquirido as terras em 2005, e tenha sido demonstrado que parte da área que ocupa seja terra pública, se adapte às formas, “cada firma usa o território usando sua força”. Desse modo, a Sucocitrico Cutrale está envolvida com duas importantes decisões a respeito de posse ilegal de terra pública no NCM:

a) Em 10 de julho de 2013, foi bloqueada a matrícula 4.118, no Cartório Cerqueira Cesar, mediante decisão da 1ª Vara Federal de Ourinhos (Brasil, 2013), acatando pedido de tutela antecipada feito pelo INCRA, por meio da Advocacia Geral da União (AGU). Sobre terras da Fazenda Santo Henrique, consideradas de área pública, remanescente do antigo NCM (Canário, 2013);

b) No ano seguinte, em 26 de setembro de 2014, foi concedida a decisão favorável ao INCRA e UNIÃO, na que era bloqueada a matrícula 5.652 (Registro de Imóveis de Lençóis Paulista), mediante decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Embora essas ações impeçam a realização de transações dos imóveis, não há ainda um acordo entre as partes (Justiça [...], 2017). Já que “o que a Cutrale alega é que a terra não estava no nome da União, mas no da antiga Estrada de Ferro Sorocabana. Anos depois, com a cisão da Ferrovia Paulista (Fepasa), parte da terra ficou com a Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM), estadual, e outra parte com a [Rede Ferroviária Federal SA] RFFSA, federal.” (CANÁRIO, 12/07/2013).

---

<sup>26</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante o trabalho de campo em dezembro de 2020.

Representa uma fronteira emblemática em que as decisões têm sido tomadas no contexto que os imóveis são explorados pela empresa Cutrale com plantios de laranjas desde 2006, argumentando a produtividade das terras. Ao que cabe destacar que a área tem sido palco de ocupações desde quando o MST está na região, em 1995, reivindicando as terras para reforma agrária. A área representa uma luta simbólica para o MST da região e obteve uma ampla repercussão midiática em 2009 (Pelegrin, 2015; Mafort, 2018), assunto que retomaremos no seguinte capítulo. A posse da área se discute há anos sem decisões concretas em relação às terras, sobretudo, desde 2009, há denúncias de imputação de formação de quadrilha contra membros do MST no processo judicial nº 007666-56.2009.8.26.0319, 1ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista (São Paulo, 2018).

As laranjas neste marco de conflito chamam a atenção enquanto elemento, que não é um objeto independente da referência material da área do antigo projeto de colonização, mas um produto social, e a sua empregabilidade não é apenas quando se constitui relevante à visibilização quanto ao tipo de agronegócio. A sua forma é uma expressão das inúmeras relações que se dão no local, e a relevância histórica na composição da paisagem entra como um elemento transversal para apropriação material da terra, que precisa do debate acerca do conceito de terra produtiva e uso social para a produção de alimentos, como estabelece a Constituição de 1988 e o Estatuto da Terra.

Ainda, no processo de valorização, faz-se referência ao fato de que a valorização é um processo total social e depende não só do desenvolvimento das forças produtivas, mas também das “relações” (políticas) que se estabelecem entre as diversas classes. “Um exemplo típico está ligado às alianças sociais (de fato) estabelecidas pelo capital com as diversas classes (pequenos proprietários, arrendatários etc.).” (Calabi, Indovina, 1973, p. 03).

Considerando que a Sucocitrico Cutrale manteve boas relações com diferentes governos, notemos este depoimento:

“costuma figurar entre os de doadores de verbas para campanhas eleitorais – em 2010, a empresa doou para os comitês de Dilma Rousseff, do PT, e de José Serra, do PSDB. José Luís foi nomeado para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo que reunia governo e sociedade civil, no governo Luiz Inácio Lula da Silva” (Bandeira, 2014).

Cabe então destacar que a pressão exercida pelos Sem-Terra revela o sentido do uso do território por diferentes atores, no chamado processo de “modernização” e verificar de que modo os capitalistas se apropriam efetivamente do território, ficando de lado as prerrogativas

da reforma agrária. Vale mostrar que existe um processo de dominação de classe no campo e a manutenção da estrutura fundiária concentrada como instrumento de dominação social solapada pela presença de cultivos propriamente para o mercado externo (e exercício político). Ainda, cabe lembrar que

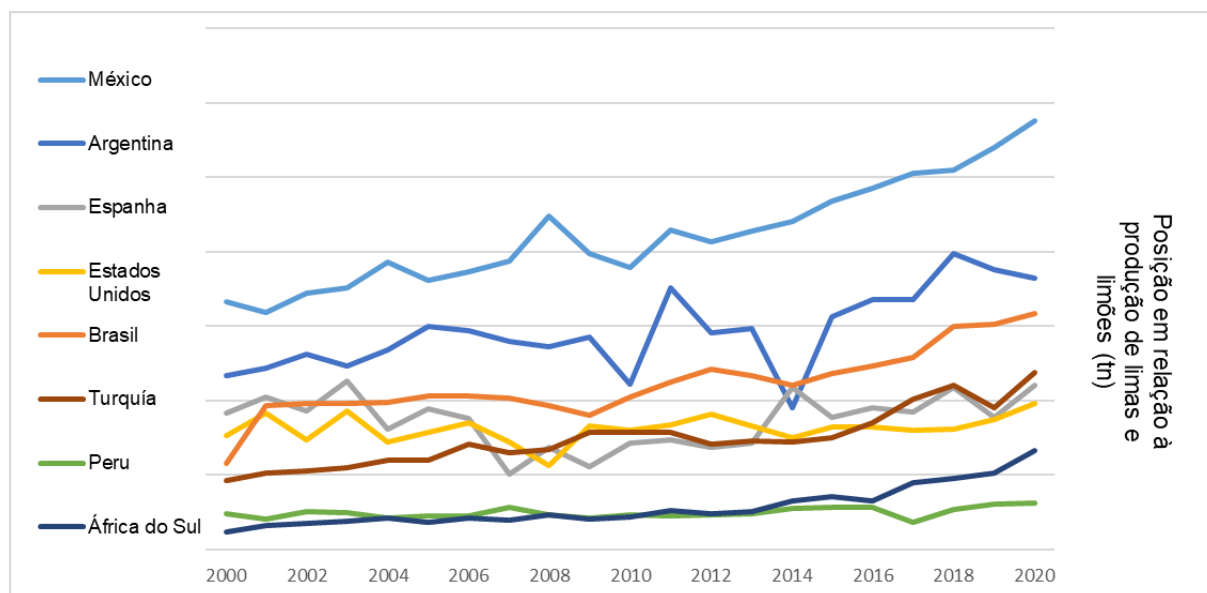
as configurações do território, então, são resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas dadas (políticas, físicas, sociais, conflituais)” (Calabi, Indovina, 1973, p. 03-04).

Tal formulação ressalta as dimensões espacial e temporal envolvidas e sugere ainda rever as prerrogativas da produção de limões no Peru, cuja abordagem implica ter em consideração algumas especificações diferenciais do fruto, em comparação com a laranja.

### **3.6 Em relação aos limões**

O limão é produzido preponderantemente na Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos, México, Peru, Turquia e África do Sul, como temos visto no Mapa 6. Segundo a FAO ([ca. 2022]), as quantidades absolutas da produção de limão (são contabilizadas em conjunto com a produção de limas) referem o seguinte: a) México ocupa a primeira posição na produção de limões (e limas), seguido da Argentina e Espanha; b) México, Argentina, Brasil e Peru, nessa ordem, são os maiores produtores, em números absolutos na América Latina; c) África do Sul e Peru não tem variado expressivamente a tendência da sua produção ao longo dos últimos vinte anos, e comparecem nessa classificação mundial no sétimo e oitavo lugar; d) de maneira similar, Estados Unidos e Turquia são países que também mantêm a sua posição, quarta e sexta posição, respectivamente.

Gráfico 2 – Países com maior produção de limões (e limas).



Fonte: Elaboração própria com dados disponíveis na FAO ([ca. 2022]).

Não constitui novidade que a produção do limão, como assegura Trejo Victoria (2013), é bem diferente em comparação com as laranjas, que podem ser armazenadas e processadas como suco por mais tempo sem perder sua qualidade. Para os limões, não ocorre o mesmo, pois sua comercialização é majoritariamente natural.

Ainda, a produção de limões (do tipo Key Lime e o Lima Persa) no México representa aproximadamente 1,5% no PIB nacional agrícola. Está fortemente arraigada à gastronomia, de tal modo que a sua produção está voltada para o mercado nacional e aproximadamente 28% dela é para exportação (como Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido). Os cultivos encontram-se especialmente em Veracruz, Colima, Michoacán, Oaxaca e Yucatán (México, 2017).

No caso da Argentina, o segundo produtor de limão, sua produção se encontra, principalmente, na região Norte do país. Na província de Tucumán, considerada a “capital do limão”, região esta que tem vivenciado nos últimos dois anos contínuas greves pelas melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores que fazem a colheita do limão, assim como melhorias no pagamento da jornada da colheita (Vallejo, 2021; 2022). Exporta principalmente aos Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e mais recentemente para o Reino Unido (Resumen [...],[c2022]).

No caso do Peru, a produção remonta à iniciativa de pequenos e médios produtores no departamento de Piura, no Norte do país. Embora o Peru esteja depois do México, Argentina,

Espanha, Estados Unidos, Brasil e Turquia, em números absolutos da produção de limão, é o quarto país com maior produção dessa fruta na América Latina. A sua produção abastece quase na sua totalidade o mercado nacional, e seu consumo está vinculado à própria identidade gastronômica do país, mostrando alta nas exportações desde 2016. A maior produtividade deste fruto é no Distrito de Piura, sendo o Vale de San Lorenzo a principal área produtora, com quase o 85% da produção nacional numa média de 9.738 ha. (Peru, 2017; Productores [...], 2020).

### **3.7 A produção de limão no *Valle San Lorenzo***

A produção de limões em Piura depende das condições climáticas provocadas pelo fenômeno *El Niño* (FAO, [ca. 2022]; Peru, 2018). Os agricultores são dedicados a este cultivo e outros produtos predominantes como a manga e o arroz, também presentes no âmbito do vale, tendo que enfrentar situações de condições climáticas e se organizar para melhor gestão e uso da água para irrigação de seus plantios. Por exemplo, buscando estratégias técnicas para irrigação por gotejo no limão e na manga –50% da produção desta fruta são para exportação destinada a mercados europeus (68%) e estadunidenses (25%) (Peru, 2017; Rosales, 2020; Melgarejo, 2021). No plantio de arroz, pela sua característica de irrigação que necessita de uma grande quantidade de água, eventualmente se aderem a campanhas da produção, seja por número de ha plantados ou por número de colheitas previstas no ano (podem ser uma ou duas). Na sequência, destacamos, à esquerda do mapa, o local do abastecimento da água a partir do reservatório San Lorenzo, construído durante a implementação do projeto do mesmo nome, orientado a assentar colonos, além de área de atuação da Junta.



retribuições econômicas pelo uso –N° 011-2019-MINAGRI (Peru, 2019). O modelo agrário de San Lorenzo está baseado na distribuição da água desse reservatório para distintos tipos de plantações: “*están los que producen limones, mangos, palta, pprika, y el algodn, que son exportables y son la despensa alimentaria de Piura.*”<sup>27</sup>

A identidade construída em torno da agricultura e produo de frutas, em Ploeg (2006), foi no marco do projeto de irrigao e colonizao. A partir disso foram ampliadas as possibilidades de os colonos terem acesso a créditos, pelos empréstimos concedidos pelo BM e USAID. Nessa época, como visto no capítulo anterior, os colonos poderiam importar agroquímicos e maquinários, ou seja, teria sido feito o possível para buscar incrementar a produo agrícola, considerando-se que o país vivenciava um déficit de alimentos e divisas. Vários pequenos e médios produtores do tipo familiar conseguiram se consolidar e se organizar em associaoes para conseguir exportar, como ocorre com o limão (*Asociación de Productores de Limón*) e com a manga (*Asociación Costa Norte*).

Vale apontar que os créditos fornecidos aos colonos no início do projeto não tiveram resultados de contrapartida, e, quanto a isso, Ploeg (2006) ressalta que vários colonos encontraram na exportao uma possibilidade para recuperar seu investimento. Portanto, não houve no âmbito nacional os resultados previstos, atribuindo-se a este fato o esforço dos colonos na construo do vale e a produo atual de alimentos tanto para economia local, nacional e para exportao (especialmente em Tambogrande, distrito onde se concentra maior quantidade de agricultores).

Como explicita Portugal Mendoza ([ca. 2005]),

A agricultura  percebida como o resultado de um esforço coletivo que permite  populao sobreviver. Este esforço tem sido particularmente bem-sucedido desde o início dos anos 90, quando a exportao de mangas e limões foi iniciada (Portugal Mendoza, [ca. 2005], p. 13, traduo nossa).

Calcula-se que pelo menos são quatro mil produtores familiares de limão. A situao organizativa para a sua comercializao difere um pouco dos produtores de manga, pois nesta última eles estão focados na exportao. Na produo da manga, existem pelo menos 22

---

<sup>27</sup> "Há aqueles que produzem limões, mangas, abacate, pprika e algodão, que são exportáveis e são a despensa alimentar de Piura". Traduo nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

associações e oito cooperativas em Piura, no entanto, a maioria se encontra na informalidade (Piura [...], 2018). Portanto, a organização territorial do limão serve para valorizar o processo da fruta e o fornecimento deste no mercado nacional.

Observa-se que os colonos estão organizados em associações, realizando o comércio da sua produção na escala local e nacional e para o exterior. Porém, verificamos também que a comercialização é feita por algumas empresas como *Limones Piuranos S.A*, *Novarino*, *Limagro* e *Sagade SRL*, *Sunshine Export S.A.C* e *Agrojugos - Vda. Linsley* (Cabrejos Vásquez, 2011; Peru, 2017).

Nesse cenário, os agricultores vêm reivindicando a promoção das atividades agrícolas, como refere o Decreto Legislativo Nº 653, *Ley de Promoción de las Inversiones en el Sector Agrario*, pois, muitos deles encontram dificuldades no escoamento da produção e muitas vezes acabam se condicionando a intermediários.

“(..) el intermediario siempre ha jugado un papel descapitalizado, y no usa la relación directa con el productor, sino a través de cadenas. ‘Yo tengo una fábrica y no quiero tratar con el productor, entonces le digo a un comerciante yo te voy a habilitar dinero y tu dile a tu compadre que te venda tu producto, y este le dice al otro compadre, ayúdame’. Esto es una pirámide, uno recibe [la fruta], tiene a 3 o 4 proveedores, y estos 4 tienen a 15 y esos tienen a 100, y entonces se hace una pirámide, y genera un problema terrible al agricultor. Por ejemplo, voy y le compro mangos, y voy a dar tanto, y a final de campaña te pago el resto, y resulta que al final de la campaña no le paga, y esto en la secuencia, y muchos agricultores acaban siendo estafados, y no pasa nada. Esos procesos de comercialización son una cadena para el agricultor. No habido proceso de transformación agroindustrial porque las cooperativas no fueron capaces de implementar programas de formación agroindustrial, nos quedamos en lo que es transformación básica y comercialización, y mal gestionado termina fracasando.”<sup>28</sup>

Além desse emaranhado de situações, na virada do século XXI, os agricultores vão assistir à cartada da viabilidade estatal para exploração de mineração e um intenso contexto de

---

<sup>28</sup> "(...) o intermediário sempre desempenhou um papel descapitalizado e não utiliza a relação direta com o produtor, mas através de cadeias. Eu tenho uma fábrica e não quero negociar com o produtor, então eu digo a um comerciante que lhe darei dinheiro e você diz a seu compadre para vender seu produto, e ele diz ao outro compadre: "me ajude". Esta é uma pirâmide, você recebe [a fruta], você tem 3 ou 4 fornecedores, e estes 4 têm 15 e estes têm 100, e assim ela se torna uma pirâmide, e cria um problema terrível para o agricultor. Por exemplo, eu vou e compro mangas dele, e lhe dou tanto, e no final da estação eu lhe pago o resto, e acontece que no final da estação ele não lhe paga, e isto na sequência, e muitos produtores acabam sendo enganados, e nada acontece. Estes processos de comercialização são uma cadeia. Não houve nenhum processo de transformação agroindustrial porque as cooperativas não foram capazes de implementar programas de treinamento agroindustrial, ficamos com a transformação básica e mal administrado acaba falhando." Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

conflitos entre 1999 e 2003. A exploração a cargo da MMC, previa a realocação de pelo menos 8.000 pessoas da área urbana de Tambogrande, sob a apresentação de “um estudo preliminar” (nunca finalizado); não havia um estudo aprofundado acerca dos impactos hídricos, considerando tratar-se de uma região que objetivamente teve desvios de rios para a construção do reservatório e canais, o que o ilustra como ambiente frágil. Aliás, num estudo como resposta ficou demonstrado grande probabilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas próximas, que apresentava um grande risco potencial de acabar com os rios locais existentes. Situação mais explícita com o ponto TG-1, em que a mineradora já projetava desviar um dos afluentes do rio Piura, e o ponto TG-3 necessitaria de desvio de uma parte significativa da longitude do rio Piura, pondo em risco a atividade agrícola e da qual depende a maioria da população local (Moran, 2001; Boyle, 2006).

### **3.8 O “Exprimidor de limones”<sup>29</sup>**

A MMC de capital de origem canadense não tinha antecedentes suficientes para a magnitude do projeto extrativo que pretendia aplicar. O informe elaborado por Robert Moran (2001) realçava os procedimentos da empresa como inadequados, tanto como prevenção e situação do local como sinalizava que inevitavelmente a mineração geraria impactos sobre o vale. Impactos para agricultura, especialmente por se tratar de um espaço no qual foram aplicados grandes recursos para a construção do projeto de irrigação e colonização. Como consequência, desencadearia a contaminação da água, do solo, além de possíveis descargas de partículas e minerais expostos numa exploração a céu aberto, provocando, assim, o desenraizamento dos agricultores e impactos econômicos às famílias, em decorrência da vasta dependência da prática agrícola.

O contexto de intensas explorações de projetos de mineração na América Latina colocava a Piura como foco para esta atividade, embora o Distrito seja reconhecido mais pela agricultura, e os colonos tivessem a posse e titularidade da terra. Também, MMC não era a primeira mineradora com interesse em explorar; antes disso, em meados da década de 1970, a

---

<sup>29</sup> A frase faz referência a Castro Pozo (1973), que era contemporâneo de José Carlos Mariátegui, e se refere para aludir ao processo de exploração aos aspectos sociais que eram submetidos os Yanacunas por parte dos latifundiários de Piura. Submetidos não somente ao modo de produção considerado como Yanacunaje, senão à submissão da população originária sob o controle do alimento e a produção da fome.

*Bureau de Recherches Géologiques et Minières* (BRGM) foi quem reportou a presença de reservas minerais, mediante paralisações e mobilizações. Contudo, no cenário do regime fujimorista, com uma política acelerada por investimentos estrangeiros, os depósitos de minerais entraram novamente na pauta e lhe foram cedidos a MMC, e começaram a ser explorados durante seis meses na margem esquerda – em negociação com alguns diretivos e não como demanda o estatuto da comunidade camponesa “*Apóstol Juan Bautista de Locuto*”, situada nesse lado e que possui relação estreita com a população do Vale de San Lorenzo (Paredes, 2018).

O caso de conflito se faz mais evidente quando a empresa seguia seu cronograma de explorações na parte urbana do distrito de Tambogrande com apoio da prefeitura municipal e não da população. Este detalhe, no estudo de Maritza Paredes (2018), é muito relevante, pois, o fato de realizar explorações na margem esquerda e nas suas proximidades, a empresa não apresentou nenhum procedimento de consulta com a população do Vale de San Lorenzo mediante organizações representativas. Embora tivesse instalada uma guarita na área urbana de Tambogrande para oferecer informações, “somente se falava dos benefícios e nada de possíveis riscos”, e isso preocupava os agricultores, a falta de informação.

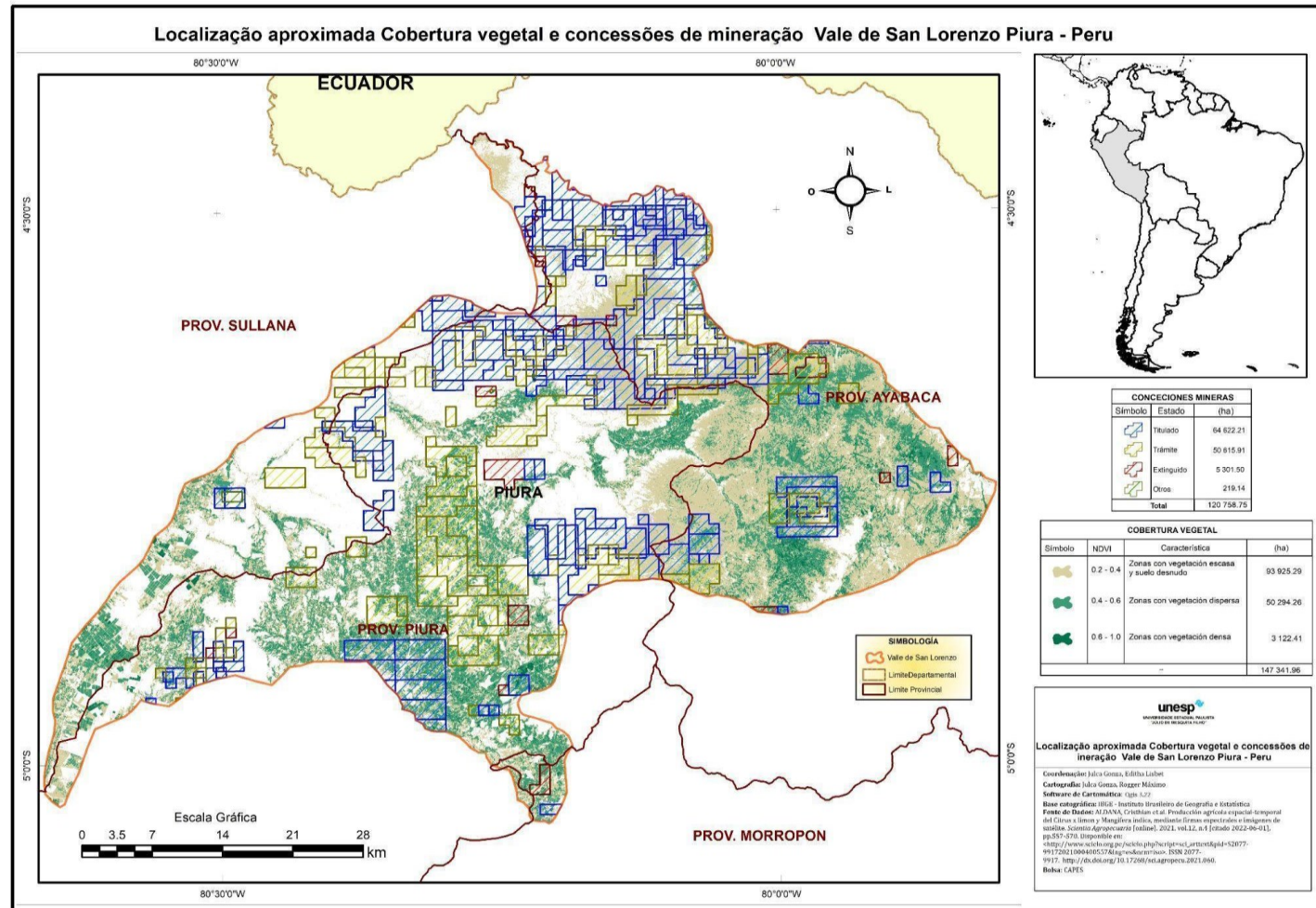
Resgatamos esses acontecimentos, revelando uma lógica de controle territorial que discorda e omite a possibilidade de enfoque de desenvolvimento territorial, esse que contempla a disponibilidade de informação e as necessidades sociais e económicas de população e suas condições de reprodução. Nesse contexto, a proposta de Svampa e Viale (2014), acerca da configuração de “zonas de sacrifício”, que expõe um processo de desvalorização de outras formas de produção e de vida diferentes daquelas de uma economia dominante, “repercute sobre a qualidade de vida de milhões de habitantes, que em grande parte integram setores excluídos e vulneráveis” (Svampa; Viale, 2014, p. 84).

Além disso, e mais preocupante, é o avanço extrativista nos parâmetros de territórios “eficientes”, já que este tipo de prática em grande escala, como propunha MMC, é mais comum quando é pouca densidade populacional, ainda que não tenha sido no “caso Tambogrande”, que não seguia essa regra. No entanto, com isso se demonstrou que mesmo com população é passível para sua utilização extrativista de produção e exportação das matérias-primas.

Em todo caso, o que vai repercutir é o que fica visível sobre corpos da população. Especialmente porque mesmo que a população tenha conseguido expulsar MMC de Tambogrande, diversas outras concessões mineradoras foram ocorrendo no marco do Distrito

de Piura, e que se sobrepõem parcialmente sobre a área de cobertura vegetal (limões, mangas, algarobas e outras árvores) de San Lorenzo, como veremos no mapa a seguir. E é por esse motivo, pelas novas concessões em aumento nos últimos anos, que se faz necessário abrir novamente o debate e identificar os novos pontos para exploração.

Mapa 9 – Concessões de mineração e coberturas vegetal em Piura.



Fonte: Organização da autora.

Essa representação no mapa propõe controvérsias no âmbito de escala departamental e nacional, pois a mineração avança com empresas de menor porte que a MMC e às vezes de maneira ilegal nos contornos de Tambogrande, o que tem provocado declarações que alegam que as organizações que se opõem à mineração somente dificultam o seu funcionamento legal. Também as opiniões emitidas na mídia pelo ex primeiro-ministro Pedro Cateriano “onde estão os radicais anti mineiros?” (Avanza [...], 2020, tradução nossa).

Neste sentido, é importante enfatizar que são várias as áreas em processo de negociação de concessão (como aquelas de cor amarela, no mapa 9), e a parte quadriculada em cor azul, e as áreas cedidas para exploração localizam-se no lado extremo norte do vale, que corresponde ao distrito de *Las Lomas*, e não Tambogrande.

A isso agregamos o pedido dos agricultores de Tambogrande que têm insistido, desde 2002, se articulando com autoridades do distrito, prefeitos e representantes das organizações de agricultores e comunidades camponesas para evitar que se siga declarando a necessidade pública ao investimento privado em atividades de mineração na região. Inclusive, há um projeto de intangibilidade agrícola do Vale, exigindo a anulação imediata de qualquer concessão, além do monitoramento de qualquer prática ilegal, já que “está em mãos do governo prevenir o surgimento de qualquer conflito socioambiental” (Agricultores [...], 2021). Entretanto, desde 2015 se vem especulando a necessidade de extração dos mesmos pontos sinalizados pela empresa MMC e agora pela mineradora Buenaventura, de capital nacional privado.

### **3.9 Notas sobre *Buenaventura***

Em termos gerais, existe uma grande repercussão em relação à empresa Minas Buenaventura, pois, em 2007, teria comprado os ativos mineiros de MMC localizados na margem esquerda do povoado de Tambogrande (De Echave, et al. 2009). Ainda, em 2015, foi divulgado o nome da empresa, já que, antes disso, mantinham em sigilo o nome.

As operações da empresa Buenaventura começaram em 1953, sendo a primeira delas em Julcani, no Distrito de Huancavelica, quando foi adquirida por Roque Benavides de Ganoza, em negociação com as mineradoras *Cerro de Pasco* e a *Sociedad Minera Suizo Peruana Julcani*. Trata-se de uma antiga subsidiária da *Compañía de Exploraciones, Desarrollo e Inversiones Mineras S. A. (CEDIMIN)*, grupo criado no Peru pela BRGM para desenvolver vários projetos de exploração entre os quais se encontrava Piura, a qual, por não

ter chão legal suficiente para fazer as perfurações de exploração na época, cedeu seus direitos à MMC, que foi sistematicamente adquirindo concessões em San Lorenzo de acordo ao Direito Especial do Estado.

Entretanto, no agronegócio da laranja temos visto a dinâmica de centralização das empresas para diminuir custos na aquisição de laranjas de pequenos agricultores. As mineradoras também têm otimizado estratégias de reorganização pela logística de traslado dos minérios. Tal é o caso de Buenaventura, que, segundo o relato do executivo e dono da mineradora, conta do surgimento da empresa, e por se tratar de uma empresa de capital nacional privado, se adequa aos alinhamentos de exploração, aos quais as empresas transnacionais teriam limitações.

Na participação de Buenaventura em nível nacional, havia uma parceria importante com exploração em Yanacocha no Distrito de Cajamarca, e logo a concessão foi vendida à Newmont, empresa estadunidense denunciada por Máxima Acuña em decorrência da usurpação de terras (Buenaventura [...], 2022). O caso de Yanacocha, particularmente como membro do grupo CEDIMIN, esteve em conflito com Newmont, quando em 2004 os ativos da BRGM passaram a ser da Normandy Poseidon. Para este caso de Yanacocha, a empresa Buenaventura em 1992 tinha 32.3% da sua participação para exploração, e um cenário problemático nacional quanto a recorrentes episódios de protestos e agudos problemas sociais e políticos.

A empresa Buenaventura possui 17 unidades extrativas em nível nacional. Essas correspondem a unidades operadas pela própria empresa, totalizando 7, operada por terceiros, e outras 6 unidades são denominadas de projetos, ou seja, são áreas descobertas pela própria empresa ou estão em reestruturação para exploração. Buenaventura está localizada em diversas partes do país para extração de ouro, cobre, prata, zinco e chumbo. Possui diversas demandas coletivas em relação a demissões coletivas e insegurança no trabalho a partir das condições de terceirização. Entre as mais recentes, identificamos o caso em Uchucchacua (Oyón-Lima), em 2021, em que a empresa, após um mês da paralisação das atividades, alegou difícil situação em consequência da pandemia, e enquanto ficaria paralisada faria planejamento até 2023, assim como poderia melhorar as relações com a comunidade local (Buenaventura [...], 2021a; 2021b). De maneira mais recente, no mês de março de 2022, foram três maquinistas sepultados num desmoronamento, quando executavam trabalho na mineradora, em Colquijirca, Tinyahuarco-Cerro de Pasco. Houve manifestações por melhorias de trabalho –aqui atuam a Explomin e San Martín, como subcontratadas de Minera Buenaventura El Brocal (Pasco [...], 2022).

Identificamos denúncias de contaminação no rio Colpamayo em Cajamarca, onde, provocou, em decorrência dos resíduos, a morte de pelo menos 5 mil trutas (um tipo de peixe), no ano 2016 (Más de 5 mil [...], 2016). Um outro caso emblemático de impacto ambiental destaca a contaminação das águas, dos rios de Tabla Pampa, em Huancavelica, que provocou a morte de centenas de ovinos das comunidades localizadas no entorno da sede da empresa desse Distrito (Huancavelica [...], 2020).

Também está acusada, desde o final de 2016, por obstruir a mobilidade da população mediante a instalação de cercas. Uma comunidade em Caylloma em Arequipa denunciou que a empresa não a deixa entrar em suas propriedades, prejudicando um pouco mais de 100 famílias. A comunidade pede respeito a seus títulos de propriedade e iniciaram um processo legal, com negociações pelas quais se emitiu uma resolução para mediação entre os limites da empresa e a propriedade da comunidade<sup>30</sup> (En Caylloma [...], 2016; Buenaventura [...], 2017).

A diferença do caso Cutrale é que Roque Benavides possui cobertura midiática, e considera que “temos sido abençoados com recursos e deve ser aproveitado”. Durante a Expomina de 2022, ele se posicionou contra a possível constituinte pautada na conjuntura nacional, considerando que esta deve ser como virar uma página e que não ajudaria ao crescimento do país e seria mais importante fomentar ainda mais a mineração como indústria (Roque [...], 2022). Vale acrescentar que o setor da mineração desponta como a primeira atividade econômica do país, representando pelo menos 60% das exportações, constando, atualmente, . pelo menos 63 projetos novos para exploração. Este cenário coincide com o destaque da Buenaventura como chave para o exercício da exploração mineradora e de diálogos com o Ministério de Energia e Minas (Proyectos [...], 2022; MINEM [...], 2022).

A população no Vale de San Lorenzo, especificamente em Tambogrande, não sabia o nome da empresa interessada na exploração do B5 porque se encontrava sob sigilo, como já mencionado. Posteriormente, tem se reafirmado a exploração deste ponto sob o nome de “El Algarrobo”. De acordo com o empresário citado, a importância da indústria da mineração não dialoga com pautas de quem governe, porque isto seria irrelevante para a importância da indústria na economia, embora reconheça que a gestão do Estado deveria garantir a flexibilidade de explorações e menores impostos para o incentivo das mineradoras de capital

---

<sup>30</sup> Resolução Executiva Regional N° 015-2017-GRA.

privado nacional e aquelas firmas globais como: Freeport McMoRan, MMG Ltd, Aluminum Corp, Newmont Corp, Barrick Gold y Southern Copper do Grupo México (Sector [...], 2021).

A empresa anunciava que iria recorrer à justiça contra a Superintendência Nacional de Administração Tributária (SUNAT), pois esta teria feito pagar uma dívida de 2.134 milhões de soles (US\$ 515,6 milhões), correspondente à dívida de 2007 a 2010. O pagamento refere-se ao imposto da mineração (Lei 29789) e regime de regalias (Lei 28258 e Lei 29788), assim como suas respectivas multas por períodos tributários, e com possibilidade de ressarcimento destes mediante uma disputa fiscal (Paucar Albino, 2021; MINEM [...], 2021a; Minera [...], 2021; Buenaventura [...], 2021c; Salazar Vega, 2021).

### **3.10 O espectro e as territorialidades diferenciadas**

A escolha de denominar este percurso de “espectros da citricultura” provém de como temos visto a presença e a imagem da laranja e do limão associada à produção e ampliação capitalista. Assim como, a particularidade da utilização das territorialidades diferenciadas, por parte do agronegócio da laranja em terras públicas e por parte dos colonos situados no Vale de San Lorenzo, e que perpassa pelo modo de produção destes frutos, e, portanto, a sua relativa utilidade pelas classes que os imprimem como material simbólico nas áreas que coincidem com o processo de apropriação do solo.

As laranjas são fonte de vitamina C, e de certo orgulho nos parâmetros nacionais. De modo que a presença das árvores de laranja na área pública do antigo colonial Monção, por um lado, manifesta a urgente discussão através do uso da terra, produtiva enquanto a sua função social de produção de alimentos para o povo *versus* instrumento de acumulação de riqueza baseada na exportação e exploração da força de trabalho (Buzzeto, 1999, *apud* Iha, 2005). Por outro lado, para além do dinamismo econômico e do peso representado pela laranja na balança comercial, se apresenta como um produto autêntico, de certo orgulho e vocação nacional dentro dos circuitos comerciais internacionais e de expectativas de geração de empregos, e, por isso, menos questionável que os outros produtos do agronegócio com maior rotatividade.

Assim, denominamos esse percurso de “espectros da citricultura” por alguns motivos. A derrubada de pés de laranjas, por exemplo, como ato de reivindicação das terras públicas para assentamento e ilegalmente ocupadas pela Sucocitrico Cutrale se tornava uma imagem mórbida que uma classe se valia da mídia para instintivamente criminalizar a outra classe, pois, as ações do MST foram denominadas de “vandalismo”, sob o discurso de que estes teriam destruído

alimentos. Todavia, na época, era notório o ocultamento midiático do fato de que a empresa estava usufruindo ilegalmente das terras públicas, assim como as denúncias de exploração e precarização do trabalho, e imposições de preços aos agricultores. Atualmente, as informações disponíveis mostram que o ramo citrícola cada vez mais tem sido alterado em viés da centralização do ramo e o trânsito da Sucocitrico Cutrale a outros ramos como os da soja e bananas.

Tal situação, prematuramente podemos contrastar com o caso Tambogrande, em que a produção do limão se tornou indiretamente um alvo da proposta da mineração, pois, mesmo este cultivo seja significativo para o mercado nacional (essencialmente vinculado à gastronomia) e resultado de ações dos agricultores num cenário promovido pelo Estado, enquanto projeto de colonização de San Lorenzo, representa a viabilidade de sustento econômico dos colonos e produtores organizados na produção de alimentos. O que observamos é que há a sobreposição da lógica capitalista, na exploração mineradora, entendida como prioridade acima da produção de alimentos, embora isso signifique a prerrogativa de destruir o construído e construir novamente em função de obter o maior lucro. A imagem do limão foi ressignificada pela população de Tambogrande, assim como as mangas, que se tornaram símbolos no cenário da luta e divulgação com manchetes a fim de acumular forças de apoio na empreitada de defesa da agricultura local: *“sin limón no hay ceviche”, “ceviche, pisco sour, emoliente, limonada – ¿te imaginas una vida sin limón?, “¡agro sí, mina no!*

O aspecto analítico de uso capitalista do território, de acordo ao apresentado nesta parte do trabalho, em suas variações polimórficas de neoextrativismo, segue uma direção estrutural e não somente conjuntural, pois a organização de cada contexto histórico, institucional e geográfico implica reiteradamente a hierarquização das relações para mercantilizar tudo. A predominância é do que dá lucro para a classe que se posiciona sobre a outra, da apropriação do valor a mais do que a classe trabalhadora produz, e, para que isso ocorra, a dominação sobre os solos e subsolos é uma lógica predominante, independentemente de quem ocupe os governos (Svampa, 2018). Concretamente, a ramificação para outros ramos e derivações a outras empresas para otimização dos lucros, sem sair da matriz do agronegócio e mineração, é uma demonstração da própria necessidade capitalista de centralizar ou descentralizar e diversificar. Vigorando, é claro, a exploração da natureza com o uso da predominância de tecnologias e normas patriarcais e racistas arraigadas estruturalmente nas sociedades latino-americanas que garantem a transposição desse domínio.

Nessa interpretação, a laranja e o limão comparecem no compasso de apropriação e interesses de classe, tanto em aspectos políticos, econômicos e culturais dos envolvidos, como em sua lógica de uso como relacional e multidimensional. Como referem Calabi e Indovina (1973), as transformações do território são um processo complexo e contraditório nas condições históricas dadas, sejam estas políticas, físicas, sociais, conflituais, pois estas oportunizam a apropriação e dominação, como valor de uso e valor de troca, respectivamente. Por isso, este tipo de plantio é marcado com uma carga de constrangimentos contraditórios, pois ainda que a laranja se dê nos marcos da apropriação ilegal de terras e exploração do trabalho, este depende da capacidade material e simbólica social acerca do fruto. E, no caso do limão, mesmo que não profundamente, situa-se dentro dos marcos de sujeição ao capital, mediante a monopolização do território, e segue prevalecendo a forma mercadoria.

A dinâmica capitalista apresenta contradições entre esse valor de uso e valor de troca, e, particularmente, quando as organizações sociais se dirigem aos dominantes, tendenciosamente se diz que as organizações sociais não têm a ciência infundida do que são e do que não são, do que eles são e do que fazem; precisamente, como um arcabouço necessário do capitalista e se comemora o posicionamento da burguesia nacional (Mascaro, 2013).

Nessa luta contínua pelo domínio territorial e pelas formas capitalistas, operacionalidade na garantia das propriedades, da circulação mercantil e da exploração da mão de obra, não somente se revelará com o desenlace da forma política estatal como mecanismo de garantia das dominações em espaços territoriais já capitalistas ou com outros modos de produção ou formação social. Senão que, através de tais formas políticas são perpassadas por uma multiplicidade de conflitos que de acordo com Carlos Alberto Feliciano (2003), representam avanços e recuos dos governos e dos movimentos.

Neste contexto, recuperamos alguns episódios pontuais que reservaram na mídia e a organização camponesa, apelando à memória acerca dos acontecimentos latentes em 2001 em Tambogrande e 2009 com o caso Cutrale. Isto porque são situações que desencadeiam a reforma de uma dinâmica cega e de contradições, e, atendê-los, significa que o capitalismo se autorreforma, e não porque as empresas mineradoras e as empresas do agronegócio se juntem para reformar tais setores, mas pelo fato de criar alianças e recomposições de conjuntos representadas pelos Estados que se inscrevem numa lógica de reforma capitalista bastante importante, pois a sua intensidade de reorganização logística é uma constante teimosia, incluindo-se aí atos violentos para amedrontar as populações. Reconhecemos que cada voz tem

uma trajetória, e faremos esforços de retomar o significado das ocupações diante do agronegócio e a consulta popular quanto à mineração em grande escala; veremos a imagem da laranja e do limão fazerem parte da recriação de uma nova percepção da realidade social. Comparar e ler os seus significados implica agarrar a sua dinâmica interior no movimento social.

#### **4 FORMAS E DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO CAMPONESA**

Cada persona es un universo diferente a otro en su trayectoria de vida; sin embargo, cuando las estrategias económicas que despliegan, las oportunidades laborales que se les presentan, las maneras generales de enfrentar el porvenir y la forma de apreciar y valorar las cosas del mundo son relativamente convergentes a un espacio común, significa que pertenecen a una misma clase social. Normalmente, todos los seres humanos forman parte de una clase social, sin necesidad de saberlo ni de interesarse por ello. Pero cuando esta similitud de condiciones económicas, culturales y simbólicas son asumidas como una identidad con capacidad de representación, de organización o de convocatoria, estamos ante una clase social movilizadora. Es el caso de lo que denominamos “clase obrera” o “clase campesina” en torno a sus federaciones y sindicatos; o los empresarios en torno a sus cámaras, asociaciones o partidos, que logran articular un interés clasistamente diferenciado. (García Linera, 2018)

Ao longo dos capítulos problematizamos as formas de organização e as percepções dos que constituem essa *organização*, no âmbito dos sucessos de conformação do território como uma fonte de recursos e essencial do processo de produção capitalista, apreensível pela conformação de projetos de colonização e pelas relações de poder em prol da perpetuação de interesses (cujos significados passam pelos citros). Seguindo esse contexto, indagamos os usos e apropriações do território de acordo com as racionalidades e lógicas de ação que evocam em tensões, e, por outro, a reflexões acerca dos posicionamentos dos atores em debate, que evocam dominação e resistência na atual fase de acumulação capitalista. Discutimos, também, a apropriação e o uso atribuído pelos agentes do capital expresso pelas forças produtivas dos setores do agronegócio e da mineração à grande escala para exportação, evidenciando a utilidade mercantil do território sob padrões coloniais de produção, circulação e consumo. Buscamos conhecer e relacionar realidades, evidentemente diferenciadas entre si, desde reflexões estreitamente com a intervenção das populações e organizações sociais que têm instituído historicamente significados de tais territórios para a continuidade da sua reprodução material-física e percepções para recriá-las e garanti-las.

Mencionamos também o protagonismo situado do MST e da FDVSLT, nos antigos projetos implementados para assentamento de colonos (e no marco de países), que permitem notar os impasses em relação à disputa por território em cada caso e na resistência obstinada à expansão do uso capitalista do território. Em um primeiro momento nos interiorizamos na leitura analítica da trajetória do MST, cuja gênese de movimento social camponês se refere às articulações dos sem-terra desde 1979 a 1984, e desde 1985, para se tornar um movimento nacional, materializa a luta pela terra realizando ocupações, como principal forma de reivindicar o uso social de terras e, mais atualmente, vai de encontro aos objetivos do

agronegócio, que expropria dos camponeses, ou ilegalmente ocupa terras públicas para expandir cada vez mais seus monocultivos, como no “caso Cutrale” (Fernandes, 1996; 2012; Feliciano, 2003; Rosa, 2012).

Em seguida, avançamos no processo a agenda de reclamações da FDVSLT, que nasce em 1979 com a denominação de “*Frente cívico de Defesa y Desarrollo de Tambogrande*” (*FRECIDET*), em resposta à exploração mineradora pela empresa BRGM, e reativada em 1999 como FDVSLT em função de impedir a atividade mineradora da empresa MMC e em defesa da agricultura do vale de maneira mais expressiva, ampliando a suas reivindicações em nível nacional, desde início dos anos 2000, decidiu convocar a uma Consulta Popular, em 2002, como uma forma de rejeitar e se opor a este tipo de projetos nas suas terras (Comisión Episcopal de Acción Social; Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006; Haarstad, 2008).

Finalmente, propomos descortinar relações entre ambas as realidades que remetem a reflexões acerca da forma de organização e à dinâmica capitalista vinculadas ao neoextrativismo, questões que trabalharemos no capítulo 5.

#### **4.1 O significado da luta nas terras públicas do Núcleo Colonial Monção**

##### **4.1.1 MST: “A luta não foi pouca”<sup>31</sup>**

A primeira ocupação no NCM, como mencionado no segundo capítulo, foi na madrugada do dia 20 de novembro de 1995, no centenário da morte de Zumbi dos Palmares, sendo, assim, uma forma de homenagem. Faz-se necessário ressaltar que nesse mesmo ano (1995) o cenário brasileiro testemunhou um dos episódios que ficaria conhecido como “massacre de Corumbiara”, ocorrido em agosto deste ano contra as famílias sem-terra que estavam ocupando áreas consideradas patrimônio da União, em Rondônia, em que foram assassinados nove posseiros, dois policiais e um jovem não identificado (Peres, 2022).

Era o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). “(...) *aquele acontecimento [Corumbiara] colocou medo nas pessoas em entrar na luta, agrega-se as prisões no Pontal do Paranapanema a causa das ocupações na região (...) foi um período*

---

<sup>31</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

*muito difícil*”<sup>32</sup>. Além disso, quase um ano depois, em 17 de abril de 1996, o Brasil também foi cenário do massacre do “Eldorado dos Carajás”, na curva do S, no estado do Pará, em que foram assassinados 19 sem-terra.

Faz-se necessário sinalizar que essas circunstâncias que os sem-terra – termo usado para se referir a qualquer pessoa que não seja proprietária de terra – enfrentava a necessidade de fortalecimento na organização. Tinha realizado em julho de 1995 o 3º Encontro Nacional - “Reforma Agrária, uma luta de todos” em que publicava o programa de reforma agrária como resultado de debates nos estados em que estava presente. A *Marcha Nacional* em fevereiro de 1997 seria a expressão daquele período de uma expressiva participação da classe trabalhadora do campo e da cidade, e a consolidação do MST como referência na luta pela terra e reforma agrária, em nível nacional e internacional, e de fortalecimento de organização interna na criação de coletivos que precisavam de dedicação específica como educação.

Este período foi marcado por múltiplas ocupações, um processo estratégico utilizado pelo MST para trazer à tona a injusta distribuição da terra no país – “há muita gente sem-terra e muita terra sem gente” (Gasparin; Witcel; Santos, 2021, p.24). A ocupação, então, é o primeiro momento e a materialização de uma ação organizada coletivamente para manifestar a intencionalidade de reivindicar terras que são de domínio público ou privado, pelo fato de que não cumprem a sua função social e econômica, e, sobretudo, questionando a ilegalidade e concentração da propriedade para fomentar um novo projeto de agricultura e por transformação social (Rosa, 2012). Contudo, o termo (ocupação) é utilizado para se referir a uma estratégia utilizada pelos movimentos camponeses para pressionar e negociar com o Estado e garantir o direito constitucional de acesso à terra. Desse modo, ocorre outra ocupação nas esferas política e simbólica, porque o movimento busca apoio da sociedade para o fortalecimento da luta (Fernandes, 2001).

As ocupações subsequentes a 1995 no NCM, segundo relato:

*“(...) foi resultado do trabalho e organização das pessoas das grandes periferias de Limeira, Campinas e São Paulo. Isso deu uma característica diferente para a formação dos grupos que foram assentados [na região].”*<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Depoimento oral de uma militante, obtido por videochamada, em novembro de 2020.

<sup>33</sup> Depoimento oral de uma militante, obtido por videochamada, em novembro de 2020.

De ações recorrentes em vez de mais ocupações e formação de mais acampamentos, descortinando situações violentas pelos recuos da política do governo de FHC em relação à desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária e marcada por projetos para substituir a Reforma Agrária (Feliciano, 2003). Neste aspecto, foram parcelados 54 lotes em 1999, e somente após o final do governo de FHC foram 172 lotes em 2003, 9 lotes em 2005, 136 lotes em 2008 e 6 lotes em 2012 (INCRA, 2006; Caraffa, 2016).

Outra situação comentada nos relatos são as circunstâncias discriminatórias com que os recém-chegados foram alvos nas cidades vizinhas do NCM. Neste aspecto, nos deparamos com o racismo estrutural contra os corpos negros, o que nos recoloca diante do fato da naturalização de para quais corpos é espelhado a propriedade da terra, como discutido no capítulo 2 “Sobre as marcas da colonização”. Também, na esteira de Julca Gonza (2019), problematizando as múltiplas dimensões e aspectos de subordinação dos “sujeitos” na configuração das desigualdades e privilégios em determinados contextos culturais e temporais.

Aqui era terra de ninguém, no município de Iaras, tem uma visão que a terra era de branco, e no MST nós sem-terra éramos 90 ou 95% de negros. Então era essa uma grande contradição que nós enfrentamos aqui: “Nós forasteiros negros no lugar de branco”. Quando a gente entrava no mercado, já pensavam que queriam roubar, que eram bagunceiros, baderneiros, fomos perseguidos pela polícia, conseguimos resistir<sup>34</sup>.

Este processo complexifica a compreensão da luta pela terra e a luta da população negra (e indígena), pois evidencia simultaneamente a vivência das múltiplas categorias sociais que podem configurar diferentes perspectivas identitárias dos corpos e incidências nas trajetórias dos “sujeitos”. Mas, somente nas experiências vivenciadas conjuntamente de outros mediante o empenho político de massificar as ocupações fortalecendo o processo de formação da consciência para encarar a exploração e opressão manifesta em essas discriminações. Como descrito num outro depoimento: “(...) sabíamos que quando sairia o primeiro assentamento não poderíamos resistir sozinhos, era preciso mais gente, e que as famílias se organizarem para formar outros acampamentos”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Depoimento oral de um assentado, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

<sup>35</sup> Depoimento oral de uma militante, obtido em vídeo chamada em dezembro de 2020.

A ocupação nas terras públicas do antigo NCM desdobrou-se com a chegada de grupos que conformavam os acampamentos Madre Cristina (1998), Nova Canudos (1999), Lafayette de Oliveira (2000) e Maria Bonita, Padre Léo, Che Guevara e Santos Dias (2001).” (Feliciano, 2003; Iha, 2005). Processo de organização e luta por terras por parte MST para garantir o acesso dela para cultivar, produzir alimentos e estabelecer uma vida digna no campo (Fernandes, 1996).

Eu vim pelo Madre Cristina. Que foi o segundo acampamento aqui na região, o primeiro foi o Zumbi, depois o Madre Cristina, depois chegou o Nova Canudos, (...). [Na cidade] a gente pagava aluguel e as coisas ficaram difíceis, que foram argumentos necessários para a gente falar com a família que nós iríamos para o acampamento (...) para mim, é uma das escolhas mais importantes da minha vida. Não tínhamos nenhuma perspectiva de criar filhos na cidade<sup>36</sup>.

Particularmente, o acampamento “Nova Canudos”, constituído por um pouco mais de mil famílias, antes de chegarem ao NCM ocupou a fazenda Engenho D'Água do grupo União, também conhecida como Fazenda Capuava (Porto Feliz), da qual as famílias foram despejadas após 46 dias de ocupação. A novidade desse acampamento é que a maioria dos grupos que o integravam vinha de centros urbanos do estado. Isso retrata intensamente os problemas dramáticos dos trabalhadores no campo e na cidade naquele momento, assim como os desafios de estabelecer um conjunto de normas e condutas para avançar no processo da luta, que é um processo em gestação.

Na Nova Canudos foram definidos grupos e coletivos, também regras de comportamento e de conduta combinados pelo coletivo em assembleia, e em cada um dos grupos havia coordenação, comum responsável para incentivar a participação da maioria dos membros em diversas tarefas. Quem particularmente chegou neste grupo lembra: “Chegamos aqui num total de 26 grupos (...) Eu fiz parte do setor de gênero e também meu papel era trazer mais famílias, porque aqui naquela época era muito difícil mas na cidade a situação era pior, (...) era na época do Fernando Henrique”<sup>37</sup>.

Notemos que essa fala confirma que naquele momento o processo de acampamento que questionava a concentração de terras também avançava no processo de participação de cada

---

<sup>36</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

<sup>37</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

sujeito. Um elemento que se detecta é a deliberação das tarefas já naquele momento em relação a gênero, considerando que o setor como tal seria aprovado no ano seguinte (2000), no Encontro Nacional, realizado em Goiânia, onde foram estabelecidas as linhas políticas vinculadas ao debate de gênero, e garantir a presença de homens e mulheres, com a formação do núcleo nos acampamentos, para as instâncias de decisão –estaduais, macrorregiões e nacional (Mazin; Estevam; Stédile, 2016).

Em 2000 chegou o grupo Lafayette de Oliveira para acampar no NCM. Em 2001, o MST organizou o acampamento Santo Dias com 100 famílias para ocupar a Fazenda Águas de Caçador, no município de Borebi; o acampamento Maria Bonita, com 62 famílias; e, o acampamento Che Guevara, com 19 famílias provenientes de Araraquara, que também ocuparam a mesma fazenda que Santo Dias. Neste ano, no marco da Romaria da Terra, que mobilizou militantes de outras regiões do estado, gerou-se um espaço de manifestação em torno da espiritualidade que possibilitou a ocupação na Fazenda Capim (ou Santo Henrique) (Vanderlinde, 2008).

Neste sentido, a organização das famílias atinge diversas dimensões e de inter-relações com a Teologia da Libertação, uma linha da igreja católica que, para Iokoi (1996), nas suas relações com o Estado e os movimentos, nas suas origens -anos setenta – era inquestionável sua presença na estratégia das lutas camponesas. No entanto, no âmbito hierárquico da Igreja, em nível nacional, foi somente nos anos oitenta que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) assumiu publicamente a defesa das lutas dos trabalhadores rurais e especificamente aquelas que se referiam à posse de terras.

Este aspecto configura um processo próprio no cenário latino-americano, com a visão de compromisso da “igreja dos pobres para os pobres”, desde Bartolomé de Las Casas, em pleno século XX, e compromisso com os movimentos sociais. A igreja mais tradicional não dialogava com isso, a não ser em alguma medida à Teologia da Libertação, que tratava de repensar a América Latina desde a colonização. Inclusive, a desdobrar aspectos interseccionais e que vão pensar o sentido religioso para enfrentar qualquer opressão. Tal como podemos observar na Imagem 3: “amigo trabalhador/veja nossa situação/nós queremos trabalhar/e não temos condição/e a terra que era nossa/hoje é toda do patrão (...)”.



e dentro do evangelho aquela leitura reflexiva e progressista do que esse evangelho contribui para alimentar a nossa força para se manter na luta.”<sup>38</sup>

O depoimento relaciona-se a experiências que construíram uma realidade com aspectos éticos e religiosos. Interessante notar, conforme é relatado em estudos de Feliciano (2003) e Iha (2005), que a nova ocupação durante a Romaria da Terra ocorreu numa área da União e usada pela empresa de celulose Lwarcel (do grupo paulista Lwart e adquirida em 2018 pela marca Bracell). Sobre a ação de agosto de 2001, podemos observar as imagens 9, 10 e 11.

Imagem 4 – Chegando para participar na Romaria da Terra, 2001.



Fonte: Reprodução.

---

<sup>38</sup> Depoimento oral obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

Imagem 5 – Na Romaria da Terra, 2001 (1).



Fonte: Reprodução.

Imagem 6 – Na Romaria da Terra, 2001 (2)



Fonte: Reprodução.

Acrescenta-se, aqui, que a formulação da Teologia da Libertação estava vinculada à ideia da “terra prometida” e às especificidades de cada realidade, apesar de as famílias do acampamento Padre Léo serem despejadas poucos dias depois. As famílias desse acampamento e de outros grupos (Maria Bonita, Che Guevara e Santo Dias), conformaram um único núcleo para ocupar a fazenda Capim.

Moramos lá [Fazenda Capim] uns três anos, começando em setembro de 2001 e fomos despejados em 2004. Quando fomos despejados, eu estava grávida (...), foi lá que temos uma parte histórica da nossa regional que é muito importante, porque surgiu a ideia de fazer centros de formação. Teve um centro de formação onde tem agora a sede da Cutrale (...). Esse Centro de Formação era referência, uma vez por mês toda a militância de Iaras ia lá, passava o dia inteiro estudando e a gente [do acampamento] estudava e fazia discussões sobre educação<sup>39</sup>.

Ouvimos e percebemos nessa fala que as ações coletivas decorrem de um processo de formação e estudo. A própria criação de espaços –como o de formação– mostra que a luta era desenvolvida em diferentes frentes. Observemos a Imagem 7, que mostra a sede, que se tratava de um espaço de atividades de ensino e recreação das crianças, assim como se pode visualizar na Imagem 8 (em outra parte do acampamento).

---

<sup>39</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

Imagem 7 – No centro de formação na Capim (atual sede da Cutrale).



Fonte: Reprodução.

Imagem 8 – Acampamento na Capim.



Fonte: Reprodução.

Depois de quase três anos de ocupação na área, os proprietários ficaram sabendo da ocupação e requisitaram a reintegração de posse da fazenda. “O acampamento foi despejado, depois de ter realizado duas boas colheitas no local, e foram impedidos de fazer a terceira, quando estavam para completar o seu segundo ano de produção” (Iha, 2005, p. 134). “Os

próprios policiais disseram ‘ai que dó’, [tinha] milho, abóbora. Muita coisa que tinha sido produzida ficou para trás.’<sup>40</sup>

Imagem 9 – Despejo na Capim



Fonte: Reprodução.

Como temos dito, a ocupação é transitória, a essa ação lhe seguem procedimentos legais relacionadas a denúncias de posse ilegal de terras, improdutividade etc. As famílias, neste caso, sofreram o despejo sob uma liminar com o pedido de reintegração de posse (que não condiz necessariamente com a legalidade do título ou verificação legal da posse). Havia a presença massiva de policiais para intimidar as famílias sem-terra, podendo ser mais violentos dependendo de quem se diz ser o dono das terras e das condições conjunturais (de governos).

Lembremos que naquele momento, mesmo com o PT no governo federal, a desapropriação de terra estava sendo dificultada pela bancada ruralista diretamente na definição

---

<sup>40</sup> Depoimento oral obtido de uma militante do MST, por videochamada em novembro de 2020.

do valor e forma de pagamento das terras desapropriadas. Por conseguinte, o cenário era de uma forte disputa entre duas concepções do agrário no governo, em que o agronegócio teve um grande avanço. Apesar da apresentação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (que inclui uma meta ampla de assentar famílias), as expectativas de uma parcela grande de famílias acampadas foram frustradas.

Depois que a gente foi despejado, ficamos na beira da estrada (...). A gente sabe que a área lá é pública e é um dos locais que a gente sabe que tem possibilidade real de assentar famílias para viver com dignidade. Houve negociações, sabemos que foi por interesses para que deixemos a Fazenda Capim e colocar uma empresa que é ligada ao agronegócio, que usufrui mão de obra barata, eu vejo assim. Plantaram laranja na área, mas o que chama a atenção é o índice de câncer que aumentou, e muito. (...) lembro que muitos foram trabalhar na Cutrale, alguns ao longo prazo foram adoecendo (...) pelo constante uso do veneno. (...) De repente há condições de resgatar aquela área, a possibilidade da gente se livrar de algo que mata nosso povo, criar espaços de debate em viés da saúde, porque já ouvi muito que a Cutrale contribui para garantir o sustento e que se não fosse ela estava passando fome<sup>41</sup>.

O que aconteceu foi a materialização do agronegócio e as divergências de interesses entre os sem-terra e a Cutrale, pela produção e reprodução de usos distintos da terra. Notemos também aspectos relevantes nessa fala, além do destaque do acúmulo de terras por parte da empresa, o investimento no monocultivo de laranja e o uso de agrotóxicos. Vemos a postura de perceber o limite de avançar na pauta da arrecadação de terras, e mesmo que a empresa Sucocitrico Cutrale tenha cometido crime na posse ilegal de pelo menos 2,6 mil ha de terras públicas, possivelmente, possa recolocar em pauta o debate do tema relativo à saúde.

#### **4.1.2 A ocupação de 2009**

O conflito desencadeado na disputa pela área em questão, conhecido como o “caso Cutrale”, teve repercussão nacional durante uma ocupação organizada pelo MST na Fazenda Capim ou Santo Henrique em 2009. A repercussão não foi pelas terras públicas estarem sob a posse ilegal da empresa, como mencionado no segundo capítulo, mas pelo prejuízo divulgado pela mídia: “pés de laranja destruídos e máquinas e imóveis depredados” (Simionato, 2009). Segundo a mídia, foram cerca de 250 famílias que “invadiram” a área entre 28 de setembro e

---

<sup>41</sup> Depoimento oral obtido de uma assentada, durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

14 de outubro de 2009. E os manifestantes só deixaram a área após negociação com a Polícia Militar (PM), que foi ao local cumprir reintegração de posse.

Era mostrado um trator sobre os pés de laranja, que foi a cena que mais repercutida e amplamente divulgada como uma barbárie cometida por manifestantes e a empresa Citrosuco Cutrale como vítima de saque. Chamaram a ação do MST de “vandalismo”, e omitindo a posse ilegal da empresa sobre as terras públicas, criando um cenário de desaprovação social sobre o movimento. Sobre isto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, SJSP, e da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ, (2010), meses depois, reforçaram que por se tratar de um conflito agrário era uma lástima que os meios de comunicação se prestassem a fazer as matérias e apresentá-las ao público sem ao menos ouvir os argumentos de ambas as partes, e também as motivações que levaram o movimento a praticar essas ações.

A mídia invisibilizava a reivindicação dos sem-terra que requeriam uma área de terras públicas – equivalente a 2,6 mil ha – que faziam parte do antigo NCM, e que a empresa usufruía de forma ilegal com a monocultura de laranja. As terras foram julgadas como terras públicas em 2006, como resultado do estudo dirigido pelo INCRA sob a metodologia de cadeia dominial e verificação da autenticidade de títulos de propriedade sucessórios efetuados nas terras do NCM (visto no capítulo 2). Mesmo assim, a empresa fez o plantio de mudas de laranja na área em disputa. Sobre isto, segundo os estudos de Mafort (2018, p. 154), a empresa

buscava inviabilizar a ação do executivo sobre a atualização dos defasados índices de improdutividade, que poderia culminar com a arrecadação de áreas suficientes para assentar cerca de 400 mil famílias; índices que até hoje permanecem desatualizados. (Mafort, 2018, p. 154))

O foco em questão então, que se refere inicialmente às reivindicações por áreas griladas e improdutivas por parte do MST, vai mudar, já que no Brasil, com a materialização do agronegócio, vai significar a conversão da grande propriedade antes ociosa para percepção de empresa rural produtiva, além da disjuntiva da modificação da dimensão do terreno físico natural com as grandes extensões de monoculturas, que implicam a configuração de todas as dimensões e de maneira direta na Reforma Agrária.

Entretanto, os rearranjos na produção da laranja passam em detrimento da saúde (com o uso excessivo de agrotóxicos) a vida dos trabalhadores (condições análogas à escravidão), como recuperado no capítulo 3. Assuntos que resultaram decisivos na elaboração do “Dossiê Cutrale” (MST; Tribunal Popular, 2011) e que além da reivindicação das terras públicas

quando ela foi ocupada pelo MST para denunciar a posse ilegal, a grande imprensa inverteu e “colocou a culpa” no movimento, mesmo que, “a área pertence a todos os brasileiros desde o ano de 1909” (Cutrale [...], 2012a). Evidenciando a mídia como um grande aliado para criminalizar tais manifestações e omitindo as contradições do modelo do agronegócio.

De maneira conjuntural, no trabalho de Núbia Tortelli Mendonça (2012), se observa o papel da mídia no episódio do caso Cutrale, evidenciando também as disputas entre a *Folha de S. Paulo* e o jornal *Brasil de Fato*, sendo que este segundo buscava a divulgação da versão do MST, mas com alcance muito menor que o primeiro.

Desde então, o ocorrido tem sido menção e objeto de pesquisas em trabalhos de graduação e pós-graduação, de diversas áreas, que coincidem no fato de que este episódio em particular retrata, pela proporção da sua repercussão, a disputa entre a classe dominante agrária e os trabalhadores rurais sem-terra (Venturelli, 2013; Santos, 2016; Mafort, 2018; Domingues, 2019). Em que a classe dominante agrária utilizou a seu favor esta ação do movimento para criminalizar e combater qualquer tipo de organização da sociedade que busca reivindicar seus direitos. Em que a midiaticização serviu para desviar o debate sobre os índices de produtividade de programas implantados como “cédula da terra”, “banco da terra”, “crédito fundiário de combate à pobreza” que estavam beneficiando a quem concentrava a terra e não a reforma agrária.

Como salienta Harvey (2005, p. 47)

A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada. Tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será criação de condições apropriadas para renovação da acumulação (Harvey, 2005, p. 47)

Cabe inserir que o MST vinha reivindicando consecutivamente com manifestações na mesma área desde 2004 (pelo menos eram organizadas uma ou duas ocupações a cada ano). As ocupações foram se intensificando quando a empresa, mesmo sabendo que as terras eram públicas, decidiu plantar pés de laranja em 2005.

Também era sabido que os movimentos no seu direito de manifestação podem eventualmente ocupar o imóvel como forma de pressão para a implementação da reforma agrária. Em contrapartida, foram nove prisões, entre estas a do ex-prefeito da cidade de Iaras, uma vereadora, ambas do PT, e um militante do MST, na Operação Laranja. Foram 20 mandados de prisão temporária e 30 de busca e apreensão expedidos pela Justiça de Borebi,

acusados de invasão de propriedade e furto (Polícia [...], 2010). Situação que mostra uma atuação jurídica seletiva aguda para barrar a força política do MST na região.

Tal cenário se coaduna ao sinalizado por Mascaro (2013, p. 195),

O favorecimento aos capitais especulativos em desfavor do planejamento da produção é uma política constante e sistemática dos Estados nacionais, num tenso concerto de movimentação internacional dos capitais. Mesmo a troca da regulação de bem-estar social pela regulação de repressão à criminalidade da pobreza não é uma retirada do Estado do cenário econômico, político, social e cultural de hegemonia, mas, sim, é uma presença massiva da forma política estatal, variando no caso os meios e os horizontes de sua atuação. (Mascaro, 2013, p. 195)

#### **4.1.3 A luta contra o agronegócio da laranja**

Importante ressaltar que a despeito dos governos considerados desenvolvimentistas – termo utilizado para se referir a um ideário de “desenvolvimento nacional” e adotado por governos progressistas no Brasil, houve importante aplicação de políticas para as áreas de assentamento (de moradia, créditos para a produção, mecanização, incentivo para as associações e cooperativas). Também a formalização de terras públicas para assentar famílias no NCM, totalizando 333 famílias organizadas pelo MST entre 2003 e 2012. Entretanto, a concretização de projetos de lei e medidas provisórias podem favorecer a legalização das terras griladas ao agronegócio.

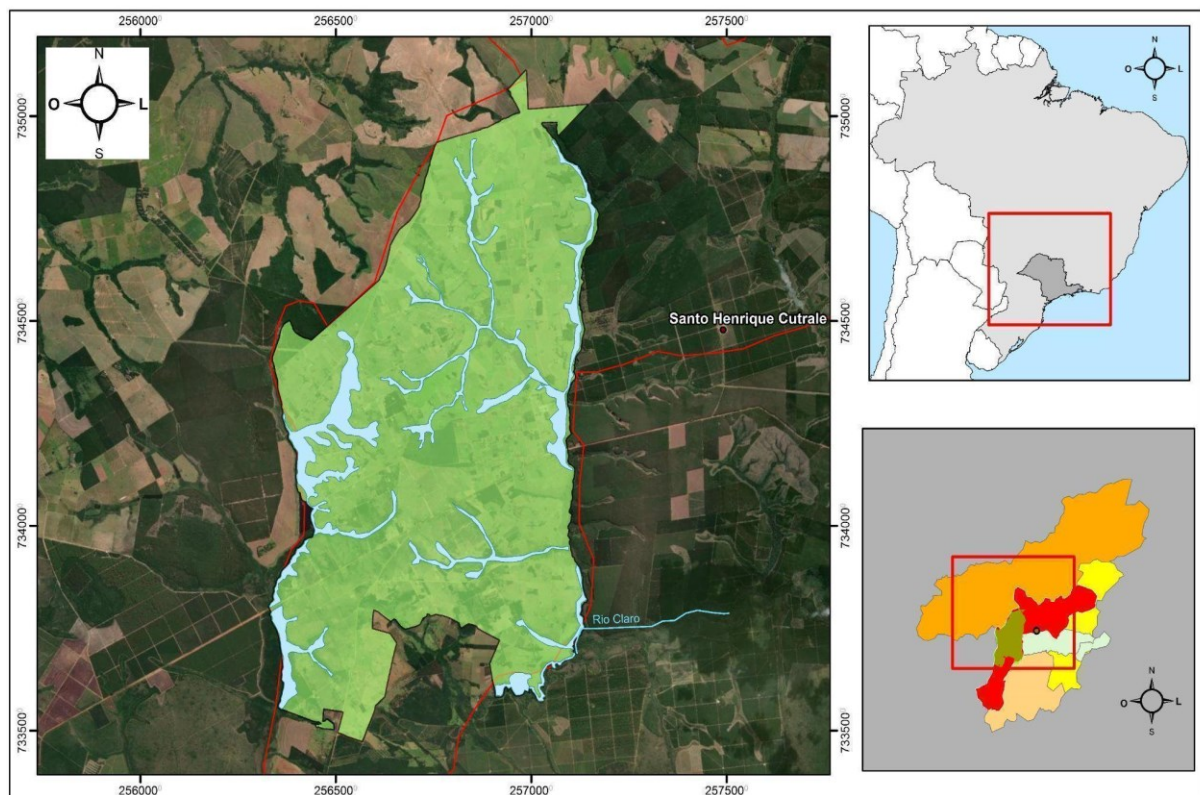
Em análise do Plano Safra e do Plano Agrícola e Pecuário de 2003 a 2010, feita por Claudemir Cosme (2016), foi constatada a evidente opção dirigida para o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. O agronegócio recebeu pelo menos 476,5 bilhões de reais, o que significou 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural. Enquanto para a agricultura familiar restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões (p. 325). Neste sentido, se estabelece um ponto importante para reflexão pela polêmica e divergência no debate acerca da atitude do governo como dique do capitalismo, em função do fortalecimento nacional e dando migalhas ao povo para fomentar o desenvolvimento nacional.

As áreas arrecadadas para assentamento faziam parte do assentamento Zumbi dos Palmares, que alocou as primeiras 53 famílias. No total, atualmente, são 425 famílias (Mapa a seguir), embora, essa quantidade possa ser ainda maior, como mostram os seguintes

depoimentos: “porque tem os parentes que vêm e resolvem ficar e isso já foi transformando num grande assentamento”<sup>42</sup>.

“Hoje tem umas 700 famílias no Zumbi dos Palmares (...) conseguimos a terra e aumentou as conquistas e conseguimos os projetos das casas, estrada, energia (...) aqui nosso mundinho pequeno tentávamos colocar na prática o que o movimento tinha pensado nacionalmente, desde as lutas até a organização do assentamento”<sup>43</sup>.

Mapa 10 – Assentamento Zumbi dos Palmares, Iaras-SP



Fonte: Elaboração própria. Adaptação do mapa disponível pela secretaria de agricultura de Iaras.

Embora a primeira prerrogativa de criação de assentamentos tenha a pretensão de resolver conflitos, situação de pobreza e exclusão social, estes simbolizam um novo tipo de relações sociais e uma forma do uso da terra diferenciada (Bergamasco, 1997). A possibilidade

<sup>42</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

<sup>43</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

de reorganização social do espaço dá-se mediante a construção de moradias no campo, também com o aumento da disponibilidade familiar de alimentos. Para isso, são necessárias as condições que a viabilizem, e isto inclui as garantias para as famílias assentadas nas áreas da territorialização do agronegócio dos cultivos da laranja. As falas denunciam conflitos ambientais decorrentes do uso de agrotóxicos (utilizados para controlar o *greening* e obter maior lucratividade).

Os indícios de irregularidades ambientais e a precarização do trabalho identificados no levantamento das notícias, como visto no capítulo 3, reverberam no entorno das áreas conquistadas pelas famílias organizadas no Assentamento Zumbi dos Palmares. As evidências vão desde a comprovação de que a empresa planta laranja em áreas de preservação ambiental e envolve condições precárias de trabalho na colheita (MST; Tribunal Popular, 2011). E vale aqui ressaltar que o aumento indiscriminado do uso de agrotóxicos tem aumentado nas lavouras monocultoras, o que não diferente no caso da laranja, e a sua aplicação resulta em impactos na saúde dos trabalhadores que manuseiam a laranja na colheita, na saúde daquele trabalhador que aplica o insumo na plantação, em danos ambientais e contaminação das águas, solo e ar que acabam afetando também quem mora nas redondezas,

A gente estava fazendo uma análise aqui em casa, tá tendo um índice altíssimo de câncer. Inclusive foi falado isso agora nas campanhas eleitorais, nós ouvimos da boca de um candidato a prefeito. Uma coisa que ele colocou como meta de plano de trabalho dele, que ele quer inclusive criar um órgão para tratar especificamente disso. Quando escutei isso dele, a gente que é da luta se liga, a vinda do agronegócio (...) da Cutrale, [embora] já tinha os eucaliptos e a cana, que envenenam o solo e contaminam a água. Mas a Cutrale é uma das principais, porque se trabalha muito com veneno para combater a praga da laranja. O nosso povo assentado que trabalha com bomba de veneno na costa, respira veneno<sup>44</sup>.

Este caso chama a atenção às vinculações feitas de casos de câncer e a presença das monoculturas no entorno, o que particularmente tem sido demonstrado em estudos realizados por Larissa Bombardi (2017), que assegura que os agrotóxicos trazem perigos e riscos quanto aos seus componentes químicos, como exemplo, a pulverização na cultura cítrica no estado de São Paulo, que representou seu uso em 16% entre 2013 e 2015. Notemos este outro relato:

---

<sup>44</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

(...) recentemente a gente perdeu um jovem de 18 anos para o câncer (...) ele acabou tirando a própria vida porque achava que não tinha perspectiva. O médico tinha dado o diagnóstico que era irreversível o quadro dele.

(...) lembro que muitos meninos que foram trabalhar na Cutrale é uns a longo prazo foram adoecendo outros sabem curto prazo eu lembro de (...) que adoeceu rapidinho. Não sei se era AVC ou se era enfarte.

(...) tem outro jovem também. Então assim, de onde está vindo tudo isso eu acho que é de tanto veneno porque nosso povo consome muita laranja da Cutrale. Eu evito o máximo a laranja da Cutrale. Eu acho que é ingerir veneno puro.

(...) São 4 [casos] só que eu conheci (recentemente), e que eu sei que é da minha relação de amizade.

(...) como se livrar de algo que mata nosso povo? (...) e sem criar o conflito interno, [porque] muitas vezes que faz esse debate da Cutrale (...) Aí alguns falam que não dá porque a Cutrale é meu sustento<sup>45</sup>.

O depoimento reflete e materializa a necessidade de revisar constantemente o modo que se redefinem os territórios, e o modo peculiar em que é organizada a subsunção real do processo do trabalho que o vai tornar com características capitalistas, que ultrapassam a formalidade do assalariamento e porque limitam as relações dos grupos sociais e erige na polarização requerida pelo capital, neste caso, do agronegócio. Em outras palavras, como recorda Barreda, parafraseando Marx: “o capital utiliza cotidianamente o espaço como um grande instrumento que permite reprimir as contradições e a temporalidade histórica da sociedade” (1995, p. 143, tradução nossa). Embora isso ocupe uma relevância analítica no Zumbi dos Palmares, também reflete em outras áreas na regional de Iaras – denominação interna do MST no Estado de São Paulo, onde existem outras áreas de assentamento no entorno em que também se encontram aspectos similares: Loiva Lurdes, no município de Borebi (50 famílias – 2009), Maraci (48 famílias) e Rosa Luxemburgo (89 famílias – 2014) no município de Agudos.

Atualmente, existem dois acampamentos: Ninho Verde e Luiz Beltrame, localizados em áreas de recuo. As famílias aguardam a possibilidade de serem assentadas em áreas da região, e também porque foi comprovado que na região existem terras públicas pertencentes ao antigo NCM e outras para serem verificadas.

Na minha humilde opinião, nós não perdemos não, não vamos abrir mão não, a Cutrale está em terra pública. (...) [*Além disso*], tem muita terra para conquistar aqui [*no antigo Núcleo Colonial Monção*] ainda, 40 mil hectares de terra e a Cutrale faz

---

<sup>45</sup> Depoimento oral de uma assentada, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

parte desse 40 mil. (...) temos o direito de nos defender, temos que fazer a luta com quem não tem terra.<sup>46</sup>

É possível deduzir que existe, por sua vez, o componente de resistência e não um pessimismo ou conformismo em relação à disputa por terra pública em posse da Sucocitríco Cutrale. De algum modo exige estreitar os avanços e recuos das reivindicações pautadas pelo MST. Porém, como disponível no site do MST, registrou-se a continuação das ocupações e manifestações feitas ano a ano em relação ao “caso Cutrale”, tanto que até hoje está atrelado à luta nacional.

- **08 de março de 2010:** Manifestação de 150 mulheres em frente da Cutrale para denunciar a grilagem de terras públicas feita pela empresa. O grito de ordem da ação foi: *“Grilagem é crime! Cutrale na cadeia”*. A ação ocorria no marco da *“Jornada de luta das mulheres camponesas contra o agronegócio e contra a violência: por Reforma Agrária e soberania alimentar”*, promovida pela Via Campesina, e exigiam do INCRA melhorias na infraestrutura dos assentamentos. (“Grilagem [...], 2010).
- **22 de agosto de 2011:** Ocupação organizada por 400 pessoas na fazenda Santo Henrique para reivindicar a arrecadação da área para fins de Reforma Agrária e denunciar o uso excessivo de agrotóxicos, como podemos visualizar nas imagens 16, 17, 18, 19 e 20. A ação ocorreu no marco da *“Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária”*, organizado pelo MST em vários estados (MST [...], 2011).

---

<sup>46</sup> Depoimento oral de um assentado, obtido durante trabalho de campo em dezembro de 2020.

Imagem 10 – Ocupação da Fazenda Santo Henrique, 2011.



Fonte: Reprodução.

Imagem 11 – Mística em relação aos impactos à saúde provocados pelos agrotóxicos.



Fonte: Reprodução.

Imagem 12 – Representação de intoxicação.



Fonte: Reprodução.

Imagem 13 – Agrotóxicos para a produção de laranja, 2011 (1).



Fonte: Reprodução.

Imagem 14 – Agrotóxicos para a produção de laranja, 2011 (2).



Fonte: Reprodução.

**11 de novembro de 2012:** Mulheres do MST ocuparam a Fazenda Santo Henrique para denunciar a grilagem de terras públicas e o uso abusivo de agrotóxicos pela Cutrale. Em decorrência da reintegração de posse dois dias depois da ocupação, elas trancaram a Rodovia Presidente Castelo Branco (SP – 280). (Percassi, 2012a; 2012b).

Imagem 15 – Mulheres do MST na rodovia Castelo, 2012.



Fonte: Percassi, 2012. Pela página do MST.

- **02 de junho de 2013:** Ocupação organizada com cerca de 300 pessoas na Fazenda Santo Henrique. Na ocasião o MST denunciou as ameaças por parte de pistoleiros provavelmente vinculados à empresa (MST [...], 2013; Pistoleiros [...], 2013; Reintegração [...], 2013).
- **31 de julho de 2013:** Ocupação na Fazenda Santo Henrique organizada logo após a Justiça Federal decidir pelo bloqueio da matrícula, com número semelhante de participantes, tendo como objetivo reafirmar que as terras fossem voltadas à implementação de assentamentos (Percassi, 2013). O bloqueio da matrícula restringe a empresa de realizar a venda dessas terras.
- **16 de novembro de 2014:** Ocupação na Fazenda Santo Henrique para denunciar a posse irregular de terras públicas por parte da Cutrale. (MST [...], 2014).
- **2 de agosto de 2015:** Pela décima-quinta vez foi organizada a ocupação na Fazenda Santo Henrique. (Sem terra [...], 2015).
- **17 de abril de 2017:** Foi ocupada a fazenda Santo Henrique. A ação ocorreu no marco da “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária” e “Dia Internacional da Luta Camponesa” (Durante [...], 2017).

As manifestações e ocupações mostram um contexto de problematização e reflexões sobre a produção de laranjas e a produção de alimentos, especialmente porque este assunto tem permeado implacavelmente na mídia. O uso de grandes extensões de terra, a produção de laranjas para destiná-las à exportação e se valendo do trabalho assalariado em período de safra, como destaque diferenciado dos outros tipos de monocultivos, disputa o uso do território com o movimento camponês. O que está em jogo nesse “imenso arsenal de mercadorias” (Marx; Engels, 1987), nessa consolidação do modelo mediante concentração da produção laranja e ampliação a outros ramos (como a banana, trigo etc.) sobre a reprodução do conjunto da sociedade, é o lucro e não a produção de alimentos (saudáveis).

## **4.2 A consulta que não era parte do processo oficial**

### **4.2.1 FDVSLT: “Agro Sí, mina No”**

“(...) el campesino depende del agua y el agua iba ser alterada por la mina. [El agua] es un activo total, (...) conozco Tambogrande porque me he criado aquí, y jamás me

iba a imaginar que iban a destruir como comenzaba a hacerlo Manhattan. Los han detenido y los han sacado a pie (...). Ha sido una reacción ante la agresión y el maltrato que recibían de la minera y el Estado, al no comprender su problema, sino que simplemente querían imponer un modelo.<sup>47</sup>

Havia a preocupação da população radicada na remoção de pelo menos 8 mil pessoas do povoado e pelas ameaças que derivariam às suas atividades agrícolas (dos colonos e das comunidades camponesas). Como mencionado no capítulo anterior, a produção agrícola de produtos diversificados que derivam deste vale para o mercado nacional e exportação – particularmente o limão e a manga – representam mais da metade da produção nacional e são considerados os principais produtos que movem a economia do departamento de Piura. Assim também como é relevante o bosque seco para as Comunidades Camponesas, que se dedicam à criação de cabras e à produção de derivados da algaroba. Ante essa situação, a população local (urbana e rural) se reorganizou na FDVSLT, que tinha sido criada ainda em 1979, para responder às intenções de explorar a mineração num frágil ecossistema como o vale.

Dentre os fatores propriamente materiais que circundam a realidade do Vale de San Lorenzo, mesclam-se aqueles de ordem natural e artificial de origem nitidamente do projeto de irrigação da década de 1950 numa região semiárida. A atividade agrícola dos colonos e as comunidades camponesas evidenciada em estatísticas nacionais, que a denominam de uma despensa de alimentos do país, enfrentam a racionalização da água e ciclicamente os impactos do fenômeno *El Niño*. Para agravar, a exploração mineradora protagonizada por MMC não estava correlacionada tão somente com características da autorização estatal e com as condições que este tenha lhe dado licença, liga-se à situação da insatisfação e de imposições por parte do Estado e da empresa para que a megamineração aconteça.

Vale destacar que, em novembro de 1999, a empresa mineradora obteve permissão da prefeitura para começar a exploração na cidade, e

“(...) os cidadãos de Tambogrande acordaram com o ensurdecido barulho e as vibrações de um equipamento pesado de perfuração. Manhattan Minerals, uma empresa com sede no Canadá, tinha iniciado a sua atividade de exploração num

---

<sup>47</sup> “(...) o camponês depende da água e a água ia ser alterada pela mineração. (...) Eu conheço Tambogrande porque cresci aqui, e nunca imaginaria que iriam destruí-la como Manhattan estava começando a fazer. Eles os prenderam e os levaram a pé (...). Foi uma reação à agressão e aos maus tratos que estavam recebendo da mineradora e do Estado, porque não entendiam seu problema, simplesmente queriam impor um modelo”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

grande depósito de ouro, prata, cobre e zinco, debaixo das principais ruas do povoado” (Guarango, 2004, p. 5, tradução nossa).

Praticamente, reproduzia-se o que acontece na região andina do país em que se dispõe de bens patrimoniais para o setor extrativo de mineração, sem prévio aviso, onde encontramos histórias de saques e violências contínuas contra as comunidades camponesas e indígenas. O mapa organizacional peruano, com efeito, tem atravessado intensas transformações, desde o final dos anos noventa, em decorrência das lutas vinculadas aos conflitos com empresas transnacionais perante a lógica de expansão da fronteira extrativista. Um exemplo disso, é a AIDSESEP, em relação ao “caso de Bagua”, descrito no segundo capítulo, e a *Confederación de Nacionalidades Amazónicas del Perú* (CONAP), que vão a aglutinar e protagonizar as lutas indígenas nessa região. Este não é um dado menor, na medida em que vários estudos latino-americanos questionam a ausência de um movimento indígena que aglutine as suas demandas no país, considerando os importantes debates acerca da problemática do índio feitos por Mariátegui, mas, omitem os procedimentos institucionais de substituição do termo indígena por camponês e/ou nativo durante o processo de Reforma Agrária de Velasco Alvarado<sup>48</sup>.

Além disso, a absolutização das demandas e da violência pela presença de Sendero Luminoso vai influenciar também na maneira que os protestos serão condenados e tachados de “terrorismo”. As políticas neoliberais aplicadas por Alberto Fujimori (1990-2000) vão retratar de corpo inteiro tanto as características de abertura quanto os investimentos estrangeiros. Numa entrevista, Juan Aste, assessor na “*Confederación Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería*” (CONACAMI), afirmava que o caso de MMC vai exemplificar essa relação Fujimori e MMC, já que foi em meados dos anos noventa que a empresa encontra a mina Maurice para explorar (no México), mas esta exploração foi paralisada em função de os custos serem maiores do que o lucro, e por isso procuravam um outro projeto que lhes permitisse “recuperar seu capital e conseguir pagar o empréstimo que tomaram da Bolsa de Toronto. O governo então diz “aqui temos um projeto que no ano 79, 80 teve um probleminha”, ou um problema grande, com

---

<sup>48</sup> Para sermos mais precisos, o termo foi substituído a modo de eliminar o estigma discriminador do “indígena”, como pobre e primitivo para serem inseridos na concepção institucional e serem contemplados no acesso à terra. Passaram a ser considerados ante todos como camponeses na maior parte das regiões da costa e andina, e as que se encontravam na Amazônia passaram a ser denominadas de “comunidades nativas”, fortalecendo a figura do mestiço especialmente nas cidades. Aspecto que tem tido grandes envergaduras dos sujeitos como políticos e alvo de violência.

BRGM, a empresa estatal francesa que que perdeu o processo judiciário contra Yanacocha”. (Aste, [S.d], tradução nossa).

É relevante mencionar que antes da renúncia de Fujimori (via fax do Japão, em novembro do ano 2000), fora autorizado o Decreto Supremo 014-99-EM, pelo qual o investimento privado na atividade da exploração mineradora era declarado como de necessidade pública. Este decreto permitia a venda de concessões, situação que particularmente facilitou à empresa canadense MMC Minerals a que fizesse a aquisição de 10 mil ha a serem explorados durante quatro anos, e mediante o DS 015-99-EM, fazer uma sociedade anônima com a Minerero Peru (empresa estatal).

Nesse panorama, na luta contra a megamineração, surgiu a CONACAMI, com o propósito de articular as comunidades, em nível regional e nacional, que estavam sendo diretamente atingidas pelas empresas mineradoras. A articulação da FDVSLT com a CONACAMI constituiu-se em uma importante estratégia de divulgação dos possíveis danos provocados pela exploração mineradora no vale. Com o intuito de expor este fato, em janeiro do ano 2000 foi realizado um encontro departamental das comunidades afetadas pela mineração.

(...) invitamos a los alcaldes [de otras partes del país] donde se desarrollaba la minera como Cerro de Pasco y Moquegua para que den testimonio de lo que era la realidad de la minería en esos sitios. Entonces llegamos a la conclusión que no podía haber una convivencia entre agricultura y minería, más aún, considerando que Tambogrande fue considerado como epicentro mundial del fenómeno del niño. (...) la empresa minera que tendría que hacer huecos, canchas y los depósitos de relave, con esos antecedentes y que el ecosistema es frágil, tanto el margen izquierdo como el margen derecho donde está el Valle San Lorenzo, y tomando en cuenta que el cuerpo de agua es uno solo, traería un gran impacto”<sup>49</sup>

A articulação política feita pela FDVSLT configurava-se num cenário em que as necessidades locais e o enfrentamento de problemas emergentes vigoravam nos estudos de

---

<sup>49</sup> "(...) convidamos prefeitos [de outras partes do país] onde havia mineração, tais como Cerro de Pasco e Moquegua, para que deram seu depoimento sobre a realidade da mineração nesses lugares. Então chegamos à conclusão de que não poderia haver uma coexistência entre agricultura e mineração, ainda mais considerando que Tambogrande era considerado o epicentro mundial do fenômeno El Niño (...) a mineradora que teria que fazer buracos, campos e depósitos de rejeitos, com esse fundo e que o ecossistema é frágil, tanto a margem esquerda como direita onde está o Vale de San Lorenzo, e levando em conta que o corpo de água é um só, teria um grande impacto". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

valoração econômica do vale (incluindo as comunidades da margem esquerda), em torno da água, como elemento essencial do uso do solo agrícola, que se integra tanto à margem direita (onde está o vale) como à esquerda (onde está a comunidade camponesa *Locuto*). Tais estudos enfatizaram a necessidade de pesquisas e análise da água, especialmente para gerar consciência dos efeitos negativos da mineração.

Em abril de 2000 foi criada a Mesa Técnica, da que fizeram parte oito ONGs nacionais e mediante um acordo com a FDVSLT se tornou estrategicamente voltada para assessoria legal e técnica acerca dos impactos que provocaria a continuação da exploração mineradora no Vale e no povoado. Este acordo posteriormente recebeu apoio da OXFAM na elaboração de um relatório com aspectos produtivos e ambientais que colocavam em risco a agricultura, que é a principal atividade e fonte econômica da população local (Haarstad, 2008; International Land Coalition; OXFAM, 2020). O relatório teve como objetivo buscar a posição da empresa em relação à exploração mineradora e à atividade agrícola local e se estas poderiam operar uma junto da outra.

Embora representantes da frente tivessem feito reuniões presenciais com funcionários da empresa em dezembro de 1999 e em fevereiro de 2000 (na que também participaram membros da Mesa Técnica), somente após a marcha, conhecida como “Marcha de Sacrificio”, em 23 e 24 de maio, que a empresa passou a reconhecer a FDVSLT como interlocutora coletiva legítima nas negociações (representada pela junta diretiva composta por 16 membros). Tudo indicava que a população não poderia ficar à margem dos procedimentos em relação à exploração.

Por sua parte, em julho desse mesmo ano (2000), a empresa apresentou um Estudo de Linha de Base do Projeto Tambo Grande (não Tambogrande) ao MINAM. Todavia, sem considerar aspectos climáticos, como o fenômeno *El Niño* e sem promover a participação da população local, gerando um clima de incertezas, especialmente pela dúvida de se ocorreriam audiências públicas previstas de acordo com a lei, e em relação com o convênio 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT determina que se deva fazer a consulta de boa-fé como medida de chegar a um acordo entre empresa e população local.

Entretanto, a centralização do governo na concessão de terras sem considerar consulta pública mostra-se como continuação no governo de transição com Valentin Paniagua (novembro de 2000 a julho de 2001) cuja população, em 01 de fevereiro de 2001, se apresentou no acampamento da empresa MMC pedindo aos trabalhadores da empresa que paralisassem as

atividades de perfuração. Pediram resposta do prefeito para encarar tal situação, mas, sem resposta concreta, decidiram por uma greve em 27 e 28 de fevereiro, que era para ser “pacífica e se tornou violenta porque as instalações da empresa foram ocupadas e incendiadas” (Guarango, 2004, p. 6).

La prefectura de ese entonces le dio garantía a la empresa minera, mas no a la población. La empresa minera ya estaba con su estructura donde iba a realizar sus actividades, su campamento, estaba defendido por casi 300 policías, debidamente pertrechados, con armas de largo alcance y bombas lacrimógenas. Al final de cuentas la resistencia del pueblo frente a la policía consiguió romper el cordón policial, y es ahí cuando ocurrió la quema del campamento de Manhattan<sup>50</sup>

Nesse ato, as lideranças foram acusadas pela mídia como instigadores de distúrbios e de violência. A greve foi ironizada pela mídia como desencadeando uma depredação organizada pela FDVSLT e que a empresa teria sido vítima de um incêndio no seu acampamento. Sobre este fato, é chamativo que quase dez anos depois, em 2010, na mídia, mencionam-se alguns nomes de líderes da Frente para que respondam sobre esse acontecimento (Tambogrande [...], 2010), chamando-o de impunidade, inclusive de pró-terrorista.

As manifestações também foram consideradas como criminosas. Tanto como consta em destaque no trabalho de Mendonça (2012), no “caso Cutrale”. e no trabalho de Geneviève Meloche (2007), que fez uma interessante aproximação da mídia para o “caso Tambogrande”. A autora encontrou, por meio de entrevistas, que somente após essa manifestação foram pelo menos 56 pessoas processadas, e que logo foram absolvidas por falta de provas. E apenas pelo fato da existência de vários feridos em decorrência do confronto entre a população e a polícia é que a mídia começou a divulgar o conflito.

Sobre o episódio no acampamento da empresa, a FDVSLT alegou que as destruições foram realizadas por infiltrados (Guarango, 2004; Haarstad, 2008).

Cuando nosotros salimos a defender al pueblo encontramos que, a nivel de la región, ni las universidades, ni los periódicos, ni los diarios regionales estuvieron de nuestra

---

<sup>50</sup> "A prefeitura naquele momento deu garantias à empresa mineradora, mas não à população. A mineradora já tinha sua estrutura onde iria realizar suas atividades, seu acampamento, e era defendida por quase 300 policiais, devidamente equipados com armas de longo alcance e bombas de gás lacrimogêneo. No final, a resistência do povo à polícia conseguiu quebrar o cordão policial, e foi aí que ocorreu a queima do acampamento de Manhattan". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

parte, menos aún el congreso de la República, el poder ejecutivo, y todo que formaba parte del Estado”. Eso nos obligó a realizar un paro pacífico, en 27 y 28 de febrero de 2001, que después el pueblo lo denominó como ‘el día de la resistencia pacífica de Tambogrande’. Este acto desbordó todas las expectativas porque fueron miles y miles de tambograndinos, recordando que Tambogrande tiene una población cerca de 160 mil de manera oficial<sup>51</sup>.

O caso repercutiu mais em 31 de março desse mesmo ano, quando Godofredo García Bacca, agricultor e líder do processo contra MMC, foi assassinado de maneira suspeita, quando ele estava indo trabalhar na sua propriedade rural, porém, nunca se soube das motivações de quem o cometeu ou mesmo quem fora o mandante desse assassinato brutal.

Sufrimos la pérdida de uno de los líderes que levantó la voz y señaló el sendero de que la agricultura no podía convivir con minería, me refiero a Godofredo García Vargas. Él había sido el presidente de la Asociación de los Colonos de San Lorenzo, y cayó abatido en la trocha carrozal que llevaba a su parcela, y al volante iba su hijo. Por el disparo que pasó a través del parabrisas, a una distancia de tres metros, se llegó a la conclusión que debía ser un hombre preparado para hacer ese disparo directo al corazón. Sufrimos la muerte de Godofredo y se constituyó el marco de lucha de Tambogrande. Después de las investigaciones policiales capturaron a un vecino de la zona, que había pertenecido a la fuerza aérea del Perú (...) Él, por supuesto nunca dijo que fuera enviado por Manhattan<sup>52</sup>

Era a manifestação expressa e direta, do agrícola com a mineração (CooperAcción, 2005). Os esforços para confrontar a difamação tiveram outro momento, e, para denunciar o que a mídia hegemônica divulgava, os moradores entenderam a importância da elaboração de

---

<sup>51</sup> "Quando saímos para defender ao povo, nos encontramos numa situação que, a nível regional, as universidades, os jornais nacionais e regionais não estavam do nosso lado; menos ainda o Congresso da República, o poder executivo, e tudo o que fazia parte do Estado. Isto nos obrigou a realizar uma greve pacífica em 27 e 28 de fevereiro de 2001, que o povo chamou mais tarde de "o dia da resistência pacífica de Tambogrande". Este ato superou todas as expectativas porque havia milhares e milhares de habitantes de Tambogrande, lembrando que Tambogrande tem oficialmente uma população de cerca de 60.000 habitantes". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

<sup>52</sup> "Sofremos a perda de um dos líderes que levantou sua voz e apontou que a agricultura não poderia coexistir com a mineração, estou me referindo a Godofredo García Vargas. Ele havia sido o presidente da Associação dos Colonizadores de San Lorenzo, e foi morto na estrada de terra que levava ao seu lote de terra, e seu filho estava ao volante. Do tiro que passou pelo para-brisas, a uma distância de três metros, concluiu-se que ele deve ter sido um homem preparado para disparar aquele tiro que atravessou diretamente o coração. Sofremos a morte de Godofredo e a luta de Tambogrande foi formada. Após investigações policiais, capturaram um homem local que havia pertencido à força aérea peruana (...) Ele, é claro, nunca disse que havia sido enviado por Manhattan Sechura. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

materiais didáticos, onde valorizando a agricultura local, reavivar o orgulho acerca do que produzem e mostrar que não eram terroristas<sup>53</sup>.

No início do conflito a prefeitura e membros das universidades manifestaram que a agricultura e mineração poderiam conviver. O pronunciamento da igreja católica, em julho de 2001, com a participação do monsenhor Oscar Cantuarias, TEVE um importante papel de aproximar não somente as noções de humanismo, como também “buscar apoio técnico, legal e social” para apoiar os agricultores como expressão de direito a decidir ante a possível exploração mineradora.

(...) puso la diaconía para la justicia y la paz, una ONG que mediante el Arzobispado de Piura como brazo del Frente de Defensa y eso nos abrió las puertas, por ejemplo, en Lima, con los curas progresistas nos abrió para apoyarnos y se abrieron las puertas del mundo también, con instituciones de luchan por la libre determinación de los pueblos y defensa medio ambiente<sup>54</sup>.

*A Diaconía para la justicia y la paz* e a *Comisión episcopal de acción social (CEAS)* também fizeram parte ativa na Mesa Técnica. Somaram-se à nova estratégia de campanha intensa em nível nacional e internacional com as articulações com outras entidades: “A ideia era de posicionar a imagem do limão, base da culinária peruana” (Paredes, 2018, p. 83). Foram utilizados cartazes, lambe-lambe e teatro de rua, tendo o limão como um símbolo da luta e visibilidade do protesto contra o Projeto de exploração que afetaria os seus plantios de limão (Ver a Imagem 16).

---

<sup>53</sup> O filme *Tambogrande vale más que oro*, dirigido pelos cineastas Stephanie Boyd e Ernesto Cabellos, lançado em 2004 é um resultado desse processo.

<sup>54</sup> “Sofremos a perda de um dos líderes que levantou sua voz e apontou que a agricultura não poderia coexistir com a mineração, estou me referindo a Godofredo García Vargas. Ele havia sido o presidente da Associação dos Colonos de San Lorenzo, e foi morto na estrada de terra que levava ao seu lote, e seu filho estava dirigindo. A partir do tiro que passou pelo para-brisa, a uma distância de três metros, concluiu-se que ele deve ter sido um homem preparado para disparar aquele tiro direto no coração. Sofremos a morte de Godofredo e se constituiu um marco da luta de Tambogrande. Após investigações policiais, capturaram um homem local que havia pertencido à força aérea peruana (...) Ele, é claro, nunca disse que havia sido enviado por Manhattan”. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

Imagem 16 – Manifestação em Lima



Fonte: Acervo Guarango.

Os lemas importantes na campanha foram: “Sem limão não há ceviche”; “Agro e vida sim, mineração não”, e “As mangas de Tambogrande se comem, o ouro não se come; os limões de Tambogrande servem para nosso ceviche; o ouro não nutre.”. As ações foram centralizadas em Lima para dar visibilidade e legitimidade à demanda, já que a empresa também constrói uma narrativa de que o vale (e especialmente Tambogrande) era um povoado pobre com um depósito mineral historicamente sem explorar e “poderiam ser os primeiros produtores de ouro no mundo”.

As duas narrativas confrontavam-se diretamente em relação ao significado do vale e de Tambogrande, “tentaram construir uma identidade para a área favorável a suas intenções políticas” (Paredes, 2018, p. 95, tradução nossa). Situação que ficou projetada na Consulta Popular, porque inicialmente não existia um sustento legal, mas faz parte da identidade, esta que se encontra hoje representada na entrada de Tambogrande:

la figura de un campesino que sostiene en su mano el mango y el limón, y con la otra mano levanta la lampa. (...) el mensaje que quiere dar el campesino con el producto bandera del mango y el limón, y la lampa es recordar a propios y extraños que

Tambogrande tiene una población agraria, y muchos quedan representados en el valle”<sup>55</sup>

#### 4.2.2 A Consulta de 2002

En una reunión que tuvimos con el alcalde, con facilitación de la diaconía para la justicia y la paz, se logró que el alcalde aceptase la Consulta Popular. Pero la Consulta Popular fue atribuida a los órganos competentes como el Jurado Nacional de Elecciones y la ONPE, y en un momento dijeron que sí, y después se retractaron. Seguramente obedeciendo a Palacio de Gobierno, [alegando] que no estaban en condiciones técnicas o económicas de llevar a cabo la consulta (...) La misma constitución establece mecanismos para eso, y nos dijeron que no. Así el 02 de junio de 2002, se realizó ese proceso electoral en que la población, en una cédula que decía SÍ o NO como respuesta al encabezado: ‘¿está de acuerdo con la actividad minera que se realice en el valle San Lorenzo y Tambogrande?’. El 98,9% dijo que NO, y esto fue una fiesta electoral<sup>56</sup>.

A “Consulta Popular”, como se conhece, foi realizada em 02 de junho de 2002, tendo sido convocada em 20 de abril, proveniente do diálogo que se deu com o prefeito do município distrital de Tambogrande mediante o marco de uma Ordenança Municipal, criada em outubro de 2001 (Nº012-2001-MDTC), o qual se constitui um mecanismo legal para a consulta nessa escala. Foi apresentado à *Oficina Nacional de Procesos Electorales (ONPE)*, numa carta para a organização da *Consulta Popular*, segundo constam em estudos, a ONPE respondeu em 17 de janeiro de 2002 que não poderia realizar a consulta, porque este tipo de processo não estaria dentro de suas funções estritamente, somente sendo possível se fosse a pedido do Congresso ou do Jurado Nacional de Eleições (JNE). (Comisión Episcopal de Acción Social; Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006, p. 106; CEPES, 2019b).

---

<sup>55</sup> "a figura de um camponês segurando uma manga e um limão na mão, e com a outra mão levantando a pá (...) a mensagem que camponês quer dar com os produtos principais, manga e o limão, e a pá é para lembrar aos locais e estrangeiros que Tambogrande tem uma população agrária, e muitos estão representados no vale". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

<sup>56</sup> "Em uma reunião que tivemos com o prefeito, facilitada pela Diaconia para Justiça e Paz, conseguimos que o prefeito aceitasse a consulta cidadã. Mas a consulta cidadã foi atribuída aos órgãos competentes, como o Jurado Nacional de Eleições e a ONPE, e em certo momento eles disseram que sim, e depois recuaram em sua decisão. Provavelmente em obediência ao Palácio do Governo, [alegando] que eles não eram técnicos ou economicamente capazes de realizar a consulta (...) A própria constituição estabelece mecanismos para isso, e eles disseram que não. Então, em 2 de junho de 2002, este processo eleitoral foi realizado no qual a população, em uma votação que disse SIM ou NÃO em resposta à pergunta: "Você concorda com a atividade mineradora no vale de San Lorenzo e Tambogrande?". 98,9% disseram NÃO, e isto foi uma festa eleitoral. Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

A decisão de convocar à consulta deste tipo, muito particularmente num país em que a mineração mantém uma longa tradição, era adotar um certo imaginário inclinado para rebater a ideia de “desenvolvimento”. A população concorreu massivamente a votar em oposição à exploração mineradora, espalhando uma forma de apropriação e recriação dos mecanismos eleitorais. Entretanto, houve a desaprovação do governo nacional e do setor da mineração em relação à consulta. Como refere Mascaro (2013), “que não há padrões únicos que liguem capitalismo à democracia. A necessária amarra da deliberação política em estruturas e formas sociais – que não são deliberáveis” (Mascaro, 2013, p. 143). Para o governo, o regramento de participação cidadã para a aprovação de qualquer Estudo de Impacto Ambiental (EIA) era somente uma audiência em Lima, porque o informe já continha a informação necessária para continuar com o processo de exploração.

A Igreja, por sua parte, teve um papel bastante relevante no processo, como exposto no item anterior, que inclusive deixou a sua capacidade aglutinadora voltada aos modos coletivos na prévia e na pós-consulta. Segundo o documento elaborado pela CEAS e Diaconia (2006), foram diversos os pedidos e respostas como procedimentos para resolver este problema central (mecanismos de participação e discussão do EIA) e não somente se deu em âmbitos dos bloqueios de ruas e campanhas, como exposto no item anterior. Também aconteceram outros momentos marcantes e mediadores no processo – logo após o assassinato de um dos líderes, até decidir convocar à consulta, como segue:

- **30 de abril de 2001:** Foram apresentadas ao governo nacional transitório pelo menos 28.374 assinaturas, solicitando a busca da revogação dos decretos supremos que declararam a exploração mineradora como de necessidade pública.
- **26 de maio de 2001:** Teve a realização de um Fórum sobre Agricultura e Mineração, com participação de representantes da FDVSLT e MMC.
- **19 de agosto de 2001:** Foi publicado o resultado do estudo realizado em apoio pela OXFAN e dirigido por Robert Moran “*La minería y sus impactos en Tambogrande*”. Este demonstrava que levar adiante tal projeto desencadearia num grande potencial de contaminação da água, do solo e das colheitas, de modo que a produção mineradora e agrícola não poderia operar uma junta da outra, como afirmava a empresa.

- **28 de novembro de 2001:** Uma marcha multitudinária, de pelo menos 6 mil pessoas, convocada pela FDVSLT em Piura.

**31 de janeiro de 2002:** O economista Juan Aste, assessor da CONACAMI, apresentou o seu informe acerca das potencialidades e vulnerabilidades econômicas do vale – *“Valor económico del Valle San Lorenzo, Tambogrande-Piura”*.

A prática obedeceu também ao contexto nacional em que Alejandro Toledo tinha sido eleito no início do ano 2001 e assumiu o governo em julho desse ano. Governo que visitou as áreas em conflito e fez promessas e que, uma vez eleito e após de assumir o cargo, não foi coerente com as expectativas de investimento na agricultura, que passou a favorecer a mineração. De maneira que a agenda de reclamações em que comparece a Igreja dá-se justamente nesse sentido, também formalizado pelas Ongs –Fedepaz, Ceas e a *Diaconia para a Justicia y la Paz del Arzobispado* de Piura.

Quando se faz referência ao pronunciamento e práticas das arquidioceses remete-se a um processo de repressão no final dos anos oitenta. Naquele período, foi assassinado o presidente do comitê do APRA. Esse fato, foi um dos mais expressivos efeitos da guerra civil que se vivia. Levantou-se com iniciativa do monsenhor Cantuarias, e um grupo de diversas representações, conformar uma comissão em busca da paz e estratégias de defesa como diz Iokoi (1996), em relação às rondas camponesas. Estas rondas eram chamadas de Rondas Urbanas, e foram iniciativa dos povos que tinham seus próprios estilos organizativos, incluindo aqueles que moravam no vale e nos povoados. O estreitamento com a Igreja Católica, no início dos anos 2000, se expressou pela participação do próprio monsenhor Cantuarias.

Paradoxalmente, na capacidade de influência da Igreja é que foi posta a garantia de direitos humanos (a vida). Parafrazeando um dos depoimentos resgatados em 2003, por Meloche (2006) como resultados preliminares da sua publicação de 2007: *“Hay un apoyo internacional muy solidario con nosotros, si no hubiera sido por el apoyo de la Iglesia, de organismos de derechos humanos, ya nos hubieran desaparecido como en otros pueblos pasó. Lo de Godofredo ya es un signo”* (p. 71)<sup>57</sup>. Além do mais, *“Los resultados provocaron*

---

<sup>57</sup> "Se não fosse pelo apoio da Igreja e das organizações de direitos humanos, já nos teriam desaparecido, como aconteceu em outras cidades. O que aconteceu com Godofredo já é um símbolo". Tradução nossa do espanhol de um depoimento obtido por Meloche em 2003.

*reacciones muy críticas e incluso intolerantes por parte de ciertos sectores y medios de comunicación peruanos.” (p. 58)<sup>58</sup>.*

Um dia antes da consulta o Ministério de Energia y Minas do Peru (MINEM) sustentou que a ação não era legal nem democrática, e que a população devia aguardar as reformulações do EIA, para assim conseguir outorgar quaisquer informações. O papel da mídia também foi implacável, pois houve uma reportagem acusando que em dita consulta teriam sido detectados, de acordo com informes de inteligência, “elementos subversivos de Sendero Luminoso”, o que posteriormente seria desmentido. (Comisión Episcopal de Acción Social; Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006, p. 58). Além disso, MMC aproveitou para mencionar que desconheciam tal processo.

A consulta foi levada adiante por meio de um comitê eleitoral que elaborou a campanha e a divulgação. Aliás, a oficialização da campanha pelo “Não” ocorreu durante a passagem de um ano do assassinato de Godofredo. O padrão eleitoral utilizado teve como base o do ano anterior (das eleições de abril de 2001, em que foi eleito Alejandro Toledo). Para tal, houve, no dia, a presença da coordenadoria, de organizações e instituições nacionais (inclusive a polícia Nacional) e convidados internacionais que participaram como observadores, além de repórteres internacionais para a cobertura da consulta.

Como todo proceso electoral, vino la prensa a nivel de la región, a nivel nacional e internacional, vinieron y dieron testimonio de este proceso libre y democrático, al que acudimos a las urnas para decidir el destino político, social y económico, (...) entonces conocidos los resultados, el gobierno nacional indicó que no tenía efecto, pero para la población sí<sup>59</sup>

Segundo Paredes (2018, p. 85, tradução nossa),

---

<sup>58</sup> "Os resultados provocaram reações muito críticas e até mesmo intolerantes de certos setores e da mídia peruana". Tradução nossa do espanhol de um depoimento obtido por Meloche em 2003.

<sup>59</sup> "Como em qualquer processo eleitoral, a imprensa regional, nacional e internacional veio e testemunhou este processo livre e democrático, no qual fomos às urnas para decidir nosso destino político, social e econômico, (...) quando os resultados foram conhecidos, o governo nacional indicou que não teve nenhum efeito, mas para a população teve". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

era o primeiro caso em que a população diretamente envolvida em um projeto mineiro tinha sido capaz de organizar um procedimento para expressar sua opinião e interesses, pondo em questão a legislação peruana.

(...) era a primeira vez no mundo que a população local apelava ao voto secreto e livre de seus cidadãos para se pronunciar a respeito da instalação de uma mineradora no seu território. Ainda quando a votação não formava parte do processo oficial (Portugal Mendoza, [ca. 2005], p. 6, tradução nossa).

Deste modo, o governo nacional insistiu na narrativa de que tal consulta não era um processo legal. O trabalho após consulta do governo municipal e da Mesa Técnica foi fundamental para as argumentações legais até meados de 2003, e isso se refletiu como primeira experiência em outras partes do continente.

La consulta, como libre determinación de los pueblos, ha servido después como política de Estado. (...) Cuando se indica que se debería consultar a la población si están de acuerdo con esa actividad ajena a su territorio, ajena a su entorno social, político y económico. En muchos países siguieron el ejemplo que Tambogrande desarrolló el 2 de junio de 2002, la consulta popular. En ese contexto, Tambogrande ha ido avanzando, como digo, tenemos el valle más fértil de la costa del Perú, con un sin números de microclimas que hace propicio que se desarrolle una variedad de cultivos, pero los productos bandera de Tambogrande es el limón y el mango que abastece el mercado nacional, para el ceviche, por ejemplo, tiene que ser un limón de calidad. (...) Es el sustento económico de las familias para los que están insertos en este tipo de cultivo y la agricultura<sup>60</sup>

O resultado pela “não” incorporação da atividade mineradora foi contundente. O resultado foi de 98,65% em oposição ao projeto de exploração e marcava decisivamente o curso final do conflito direto com a empresa MMC (Paredes, 2018). Foram 27.015 votantes de um total de 36.936 eleitores –25.381 votaram “*NÃO*”, 347 pelo “sim”, 889 votos nulos e 398 brancos (Comisión Episcopal de Acción Social; Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006, p. 113). Esse dia 02 de junho é considerado o dia da “dignidade tambograndina”.

---

<sup>60</sup> "A consulta, como autodeterminação dos povos, tem servido mais tarde como política estatal (...) quando é indicado que a população deve ser consultada sobre se concorda com esta atividade que é estranha ao seu território, estranha ao seu ambiente social, político e econômico. Em muitos países, eles seguiram o exemplo que Tambogrande desenvolveu em 2 de junho de 2002, a consulta popular. Neste contexto, Tambogrande tem progredido, como digo, temos o vale mais fértil da costa do Peru, com um número infinito de microclimas que tornam possível uma variedade de culturas, mas os produtos emblemáticos de Tambogrande são limões e mangas que abastecem o mercado nacional, para ceviche, por exemplo, tem que ser um limão de qualidade (...) É o sustento econômico das famílias para aqueles que estão envolvidos neste tipo de cultivo e agricultura". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um colono obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

Cuando se dieron los resultados a través de los parlantes, todo fue un solo grito que salió del corazón de los tambograndinos y se oyó decir “Gracias Dios mío. ¡Tu pueblo ha optado por lo que es vida! Con esos resultados el país y el mundo supo que este pequeño pueblo fue el primero, en esta parte de Sudamérica, en rechazar un proyecto minero que le hubiera originado una serie de problemas. Pero el ejemplo no quedó encerrado en Tambogrande, entre limones y mangos. Todos se alegraron pues íbamos a tener más ceviche, aduciendo al slogan de la campaña “Sin limón no hay ceviche” (Palacios, 2019).

Pode-se dizer que tal situação criada pelo conjunto de ações deu-se a partir das formas de convivência e de regulação de outra lógica política, um marco no cenário de disputa de projetos de mega mineração. Cabe destacar que, neste caso, a participação cidadã e a consulta em relação à extração mineradora, diferem da consulta prévia às comunidades indígenas. Destaque também aos importantes avanços no reconhecimento desse direito às comunidades afrodescendentes no convênio da OIT –que considera a ocupação ancestral como atributo de direito sobre o território; no entanto, caso o governo tenha interesse em dar concessão (extrativista), primeiro deve assegurar o direito de posse da comunidade e a sua participação (e consentimento), à medida que para este procedimento o Estado não se fez o responsável, e sim a própria população organizada. De maneira geral, observa-se que sobre estes procedimentos legais diretamente pelas comunidades indígenas ou nativas não existe a obrigatoriedade, e, mesmo existindo, são alvo do “*bastardeio*” dos Estados e governos na América Latina.

Se considerarmos o exposto nestes dois últimos pontos podemos afirmar que a consulta no “caso Tambogrande” se trata de uma consulta cidadã e não uma consulta prévia. Às condições conjunturais em que se desenvolve o ápice do conflito, o Estado assumiu uma posição imparcial e a favor da exploração mineradora, mesmo depois de que a população reafirmara que era oposição do procedimento extrativo. É importante realçar que o processo de consulta somente ficou legitimado por uma série de acontecimentos posteriores a junho de 2002 e até 2005, ano em que MMC se retira do país (muda de nome, de MMC para *Mediterraean Mineral* e sem antes vender as concessões para Buenaventura, o que sugere um olhar atencioso dos possíveis desdobramentos com essa empresa que se autodenomina de

capital privado nacional, o que inicialmente supera a limitação posta no regimento para exploração mineradora nas proximidades das fronteiras nacionais<sup>61</sup>.

#### **4.2.3 Pela intangibilidade agrícola perante a mineração**

O “caso Tambogrande” na maioria dos estudos realizados e citados neste percurso do trabalho é tratado como uma experiência (analogica à lenda de David e Golias). É considerado o caso que evidenciou a ausência de instrumentos que possibilitem à população organizada se posicionar ante este tipo de projetos extrativistas. No país existem outras experiências que seguiram este caminho, como: das comunidades camponesas perante a empresa *Majaz* (Piura, setembro de 2007)<sup>62</sup>; em Esquel com a Mineradora *Meridian Gold* (Argentina, 2003); e, em Sicapaca com a mineradora *Glamis Gold* (Guatemala, 2005), para citar alguns dos exemplos.

O mecanismo da Consulta Popular desde seu início tem sido visto e ainda ressoa na mídia como impedimento para o investimento de projetos de mega mineração, no caso peruano. Para a população tem sido uma oportunidade de ampliação de participação e de defesa de seus direitos fundamentais: a vida. Sendo perceptível que as decisões dos governos influenciam na intensidade das propostas e que impactam na insistência de aplicabilidade desses mecanismos, ao que comparativamente se faz entre “caso Tambogrande” (governo Toledo) e “caso Majaz” (governo Alan Garcia). Ambos os governos de direita, talvez o primeiro mais moderado que o segundo, mas que desde suas práticas impositivas explodem discursos discriminatórios e atitudes violentas em viés do desenvolvimento. Agrega-se que o caso que temos tomado para análise fica na *costa* (e o caso *Majaz*, mesmo ocorrendo em Piura, fica na *Sierra*).

Nem pode ser atribuído às diferenças geográficas físicas somente, mas como no livro de José Maria Arguedas – “*El Zorro de Arriba y el Zorro de abajo*”, os problemas construídos socialmente num país como no Peru são uma questão política e territorial porque expressam o conflito da centralidade, distribuição e a resistência de uma elite instituída na *costa* sobre os

---

<sup>61</sup> Este era um outro aspecto argumentativo para a oposição do ingresso de uma mineradora com capital transnacional de origem canadense.

<sup>62</sup> A empresa *Majaz* acabou por vender as concessões ao Consórcio *Zijin*, sob o acordo entre Peru e China no marco da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC). O andamento deste projeto, mesmo que oficialmente esteja paralisado, se for habilitado prejudicaria também o Vale de San Lorenzo, já que se trata do mesmo corpo de água que estas localidades dependem.

estereótipos andinos. Nesse caso, a “cidadania” e a “participação do cidadão” tornam-se fortemente um grande problema para a lógica capitalista que a elite peruana tem se erigido historicamente (e sem nacionalismo). A cidadania é uma forte dimensão espacial sob um padrão no âmbito dos direitos individuais, isso porque tem sido restrita à democracia eleitoral e quando esta é utilizada como mecanismo coletivo (de classe), dificultando para os possuidores do capital (Mascaro, 2013; Castro, 2014).

Perante as regulações do setor da mineração, o desafio para a população dessa parte do Vale de San Lorenzo tem sido buscar fazer uma caixa de ferramentas vinculadas com as garantias reais de que os resultados da consulta não sejam modificados com o tempo e outras estratégias das mineradoras, porque mesmo tendo ganho na consulta,

eso también no significa que no haya gente a fin a la minería, eso es lógico porque tú sabes que en sí, cuando tu enemigo acaricia tu espinazo es porque algo quiere, y eso es lo que hacen, acariciar el espinazo en los dirigentes [de la comunidad campesina Apóstol Juan Bautista de Locuto], y con ellos talvez pueden conseguir<sup>63</sup>.

O que se busca é a aprovação de intangibilidade agrícola. A proposta foi apresentada em Lima – Projeto Lei: “*sobre la intangibilidad del Valle San Lorenzo*”, durante uma conferência no Congresso, em 18 de setembro de 2001 (Comisión Episcopal de Acción Social; Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006). Os argumentos permeiam o aspecto de que se trata de uma área adaptada (projeto de irrigação e colonização agrícola) e por isso vulnerável nas suas dimensões econômicas, ambientais (ar, águas, solos, flora e fauna) e sociais. Vale acrescentar que os estudos feitos por Robert Moran demonstram que minérios e agricultura não podem conviver, e todavia, embora o pedido de intangibilidade até o momento não tenha sido resolvido no âmbito formal, o processo tem significado também a necessidade de se problematizar o modelo agrícola vigente:

“El frente plantea la bandera de agro sí y minas no. No plantea una modificación de la realidad agraria, que hacemos con el campo, y ese es el entrampamiento que hay ahora, termina el frente y sale la mina y comienza ya a descerrajarse esa unidad.

---

<sup>63</sup> "Isto também não significa que não há pessoas a favor da mineração, isto é lógico porque você sabe que quando seu inimigo acaricia sua espinha dorsal é porque ele quer algo, e é isso que eles fazem, eles acariciam a espinha dorsal dos líderes [da comunidade camponesa Apóstol Juan Bautista de Locuto], e com eles talvez eles possam conseguir o que querem". Tradução nossa do espanhol de um depoimento oral de um militante obtido durante trabalho de campo, em novembro de 2019.

Comienza cada uno a marchar su propia bandera, y se fragmenta todo el movimiento.<sup>64</sup>

A aposta pela intangibilidade do Vale de San Lorenzo num país que prega pela conservação de áreas patrimoniais históricas e naturais surgiu como iniciativa de proibir qualquer atividade, como a mineradora, que seja distinta aos usos da população local, sem que seja afetada pelas determinações de “exploração de necessidade pública para o Estado. É uma empreitada que enfrenta a perspectiva vigente de que a mineração seja: “uma chave para o desenvolvimento econômico futuro no Peru” (Haarstad, 2008, p.90, tradução nossa).

### **4.3 As formas organização como chave**

Os homens [*e as mulheres*] fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (Marx, 2006)

O termo *forma de organização* diz respeito aos instrumentos que terão maior capacidade de enfrentamento às estruturas capitalistas e coloniais, além de indicar quais terão maior capacidade de mobilização e enraizamento no imaginário coletivo. Na história da teoria e da ciência social ocidental, as mais importantes abordagens dessas formas seguiram um quadro de referências estabelecido pelo tipo clássico de organização proletária: a forma sindical. Na América Latina, esta forma pode ser identificada principalmente na área fabril e a mineradora como rede de identidade e acúmulo das experiências de classe na conquista de direitos públicos como a saúde e moradia, embora os partidos políticos em alguns países assumam esse papel, e a sua perdurabilidade depende da forma com que estes se refletem no exercício de cidadania.

Cabe destacar que a concepção da forma de organização corresponde ao significado instrumental mais eficiente para alcançar a distribuição radical dos bens. Buscar formas organizativas eficientes tem sido mediada pelo legado de Marx e Engels no Manifesto Comunista, enquanto a organização dos proletários poderia ser dentre todas as classes a revolucionária. As contribuições, num primeiro momento são a revolução Soviética (1917), enfatizando a importância da ampliação e heterogeneidade das classes, a revolução Chinesa (1949), baseada numa aliança pluriclassista, e a revolução Mexicana (1910-1920), liderada por

---

<sup>64</sup> Depoimento oral de um colono, obtido durante trabalho de campo em novembro de 2019.

um amplo movimento camponês. Num segundo momento com o rompimento de relações com a burguesia, a revolução Cubana (1959), de caráter nacionalista e anti-imperialista, a revolução Chilena (1971) e a revolução Nicaraguense (1979), embora todas elas sejam decorrentes de momentos excepcionais e envolvam reflexões para construir um instrumento que dê maior segurança num horizonte de ação coletiva.

Deve-se notar que autores como Mariátegui, Prado Júnior e Bagú, já citados nos capítulos anteriores, formularam a hipótese de que as formações latino-americanas não derivam da versão feudalista europeia e naturalmente a burguesia nada tinha de identidade nacionalista (Mariátegui, 2007; Prado Júnior, 1961; Bagú, 1949). “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América nem calcado nem cópia. Deve ser criação heroica”, escreveu Mariátegui (2007), associando a “originalidade” à superação das condições impostas pelo sistema capitalista de acordo com as características históricas do capitalismo em diferentes momentos. Anos mais tarde, Prado Júnior (1972) mencionava que, “a estrutura econômica da colônia não terá alteração (...) se repetirá sem modificação substancial no que diz respeito, em especial, às relações de produção e trabalho” (p. 43), e continuava “o que se modifica, e profundamente, é a ordem internacional em que o país e a sua economia se enquadram” (idem, p. 57).

Neste contexto, nas palavras de Sérgio Bagú (1949), em que “o regime econômico luso-hispano do período colonial não é feudalismo. É o capitalismo colonial (...). A escravidão não tem nada de feudal e sim tudo de capitalismo” (Bagú, 1949, p. 142-143, tradução nossa), e por isso ele mesmo suscita relacionar as trajetórias dos que padecem hoje um drama que lhes é igualmente comum, porque quanto mais se faça para se conhecer a si mesmo melhor se compreende os problemas de cada um.

A estas sinalizações de reflexões práticas e teóricas demonstram a existência de uma atitude de articular as lutas e práticas contestatórias no seio da América Latina. Porém, de acordo às demandas e condições concretas de dominação em cada país, porque são uns ou outros os atores que comparecem em determinadas conjunturas políticas. Neste relevo, vale lembrar, durante a pesquisa no NCM e o Vale de San Lorenzo, reconhecemos a esses mesmos recortes e as árvores da laranja e do limão, respectivamente, como objetos que respondem às relações existentes nos locais e nos marcos históricos nacionais.

Em relação às diversas perspectivas críticas que hoje percorrem o debate latino-americano sobre o comportamento social do ser humano sobre sua própria natureza e a sua

relação com a natureza externa, retomamos a distinção feita por García Linera (2009), como a contradição entre a necessidade e vontade de industrialização de matérias-primas, e a imprescindível relação com a natureza que nos rodeia (Radiográfica, em janeiro de 2022). Pois, num cenário em que o capitalismo tem adquirido uma escala planetária absoluta, segundo a sua visão, a América Latina parece estar situada na acumulação primitiva perpétua, e são as estratégias variadas das populações que demonstram possibilidades de superação. As suas ações são convergentes a um espaço comum, porque pertencem a uma mesma classe social e se mobilizam sob essa semelhança de condições estruturais e conjunturais: “(...) entanto suas atitudes, seus esforços, suas disposições, suas tolerâncias, suas forças as que sujeitam e criam, como produto alienado de si, ao capital dessa relação social, aos burgueses” (García Linera, 2009, p. 139, tradução nossa).

Não que as populações atuem impulsionadas por uma unanimidade pela transformação das forças produtivas, mas pelos adversários que estas enfrentam e as singularidades dos/as envolvidos/as (e as suas próprias contradições). A existência de grande quantidade de lutas obstinadas por domínio ou/e recuperação de seus territórios deixa nítido que os sujeitos não possuem “um uniforme único” e sim diferenças nas formas de organização social, e – então, demonstram que há uma diversidade de usos do território em construção e tensão contínua que precisam ser compreendidos. Embora seja o capitalista o tipo predominante, mas que não é imutável, se bem que nas suas contradições e conflitos também mostra possibilidades de enxergar outras práticas, porque nela está plasmada precisamente “o reflexo do caráter social do próprio trabalho como caráter objetivo inerente ao produto do trabalho” (Marx; Engels, 1987, p. 87).

Esse tipo predominante interfere na organização da base material mediada por relações políticas inerentes aos conflitos entre classes sociais e derivados do bojo mais recente da territorialização do capital, pelo controle e exploração dos recursos naturais, que por sua vez influencia na reprodução dos trabalhadores (salários e acessos a serviços básicos). Sendo este modelo predominante, segundo García Linera (2009), a forma Estado comparece como um mecanismo de geração de riqueza que entra em questão latente porque este tem servido essencialmente para a acumulação de uma classe e não para a distribuição da riqueza. Com efeito, segue sendo necessária a abordagem materialista da organização social, das relações entre pessoas e coisas, porque possui implicações diretas no monopólio dos bens comuns “para

todos”, organizados por “uns poucos”, para que sejam repartidos por esses poucos e sejam usufruídos por esses todos (García Linera, 2009).

Este ponto é um divisor de águas, na medida em que autores como Gudynas (2012; 2013) e Svampa e Viale (2014), como mencionado no segundo capítulo em relação ao termo extrativismo (ou neoextrativismo), analisam que o Estado, mais recentemente, tem assumido um papel compensatório, à medida que busca captar maiores excedentes para ser distribuído, a diferença do século passado, mas, isto é um modo novo baseado em práticas velhas. Nessa lógica, a sua atuação ativa, em Svampa e Viale, o Estado com os governos progressistas têm levado à consolidação da radicalização e expansão de “áreas de sacrifício” e este supõe um aprofundamento e radicalismo da injustiça, porque passa a impulsionar que determinados lugares e corpos são mais descartáveis que outros, em função dessa maior distribuição.

Em decorrência disso, advertimos que tais perspectivas de debate teórico e prático acerca do papel do Estado têm implicações específicas e principalmente políticas de impactos irreversíveis, e que intrinsecamente compareceram nos depoimentos obtidos. Nosso destaque, por ora, está voltado para compreender as formas de organização e assim como no capítulo anterior em que comparece o Estado (leis trabalhistas, licenças, regulação de terras, concessões, para citar alguns), nas falas, o Estado, é interpretado enquanto o aparelho que tem o domínio e concentração de direitos.

É significativa essa constatação naquelas realidades porque a estrutura pública vem sendo recriada e organizada pelas próprias populações, não como momento insurgente, como ocorreu com o movimento Zapatista, no México, contra a globalização neoliberal em 1994. Verificamos que estes movimentos contribuem a pensar em outras formas de fazer política que, muito além da especificidade local dos conflitos, de sua condição periférica e dependência, que são marcas fundamentais para problematizar continuamente as formas de organização camponesa. Essa categoria distingue-se pela sua diferenciabilidade de sujeitos/as, pelas suas lutas no campo latino-americano e enquanto um emaranhado de formas particulares de organização, que conformam certa lógica de comunidade territorial (Bartra, 2011), além das implicações advindas do que se entende por participação da sociedade civil como ingrediente central da pluralidade de sujeitos, práticas e projetos políticos (Dagnino, 2002).

Parte do percurso das reivindicações resulta dos episódios problemáticos que cada organização colocou no centro da disputa em 2002 em Piura e em 2009 em São Paulo. Voltamos a esses episódios como uma forma de desnudar a visão de mundo, a significação de

elemento desse trajeto de reivindicações e as considerações que comparecem no enfrentar a lógica de uso capitalista do território, especialmente dos setores que estão imbricados desde a colonização europeia. Os interesses que jogam e se apropriam como de interesse nacional, incluindo o tema da pobreza e desemprego, são vistos como aspectos necessários para o merecimento de utilizar aquele ou outro pedaço de solo e/ou subsolo.

Evidentemente, o processo de politização e as pautas de cada organização de maneira situada, recolocam constantemente a transescalaridade destes acontecimentos, porque mais além de conseguir ou não a exclusão dos atores capitalistas permitirá entender o próprio horizonte e alcance das suas formas organizativas. No entanto, ficam em aberto percepções de relações sociais anteriores e debates da espacialização da citricultura. Em suma, a ocupação e a Consulta Popular são potencialidades estratégicas que alcançaram o fortalecimento ao movimento, e oferecem ser um cenário fértil para debater desde essas situações concretas às mais recentes relação do capital com o território.

## 5 ENTRE DIFERENCIAR E RELACIONAR

De maneira introdutória, nesta parte do trabalho, indicamos nossa posição quanto aos movimentos camponeses, vistos como sujeitos coletivos que se constroem pela acumulação política das suas trajetórias, por suas ações e relações, nas diversas formas de sociabilidade com outros segmentos das sociedades nacionais e setores internacionais. As formas de sociabilidade das lutas não se dão de maneira espontânea, mas estas alcançam um amadurecimento pelo sentido e condição de sobrevivência, de vontade coletiva de mudança, de resistência e pela cristalização de elementos que se condensam contraditoriamente em representações sob circunstâncias legadas pelo passado. Neste contexto, pode ser provocada uma multiplicidade de conflitos pela imposição monopolista de uso dos recursos para a produção de *commodities* em diversas partes do mundo. Também uma série de experiências positivas que tem a sua raiz nesse passado para superar o modelo vigente, sob a coexistência de formas culturais, sistemas econômicos, simbólicos e organizativos diferenciados (García Linera, 2009).

Vale lembrar que as massas não são “ratos” e/ou “cachorros” de Pavlov, que possam responder segundo a intensidade de estímulos, mas que, inevitavelmente, é pela experiência coletiva, como diz García Linera (2009). Sobretudo, porque vivenciamos uma relação social que se concebe frequentemente nas ações dos movimentos, atitudes defensivas e outras de submissão para a emancipação, como se fossem uma combinação de reivindicação de direitos democráticos e ofensivos, seja pela consulta popular ou pela ocupação, como representações da FDVSLT e MST, que se constituem diante de cada conjuntura nacional, moldando as formas assumidas e as ações centrais de atuação dos trabalhadores/as no campo.

As trajetórias coletivas no MST e na FDVSLT, no início do presente século, sofreram desdobramentos variados na disputa pelo território, não somente pelo processo de consolidação dos Estados em relação ao domínio sobre um suporte físico, organização espacial persuadida pelas diferenças geográficas físicas internas, ou mesmo de gestão federativa ou unitária, mas, pela disputa do território, que se constrói pelas relações de poder e de lucro no âmbito nacional agrário. Tornam-se mais complexas pelas relações antropocentristas, étnico-raciais e relações patriarcais que atravessam a cidadania, e o paradoxal da relação social de classes em constante disputa pelo controle e regulação de como se estabelece o uso do território. Pensemos que “(...) a percepção das diferenças tem funcionado como uma espécie de escudo ideológico para justificar a ocupação territorial, para submeter ou aniquilar o outro” (Ciavatta, 2000, p. 200), pois a diferença enquanto sinônimo de diferenciação tem sido uma condição e expressão

necessária na apropriação do território e reprodução capitalista, sob o exercício legitimado pelo Estado, tais como blocos regionais, agências internacionais, bancos internacionais etc. que compõem a variedade de escalas geográficas, pelas quais tem sido possível o deslocamento de noções de “progresso” e “civilização” pelo “desenvolvimento” (Svampa, 2018). Assim, classificam-se os territórios como “eficientes” e “sacrificáveis”, de acordo com a lógica das atividades extrativas num tempo e espaço determinado, com implicações no papel dos distintos atores sociais no cenário geopolítico e nas dinâmicas territoriais nacionais e locais.

De acordo com Federici (2004, p. 234), “a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos”. O sistema da *plantation*, em que as mulheres negras eram consideradas objetos de reprodução de novos trabalhadores, e o sistema de *compadrazgo*, pelo qual as mulheres indígenas foram limitadas nas mãos masculinas e exterminadas pela *caça bruxa* para conter a organização das mulheres no âmbito andino, são alguns dos fatos que evidenciam tal situação. Na transição do feudalismo ao capitalismo as mulheres não só foram vítimas das expropriações das terras, mas para que isso fosse possível foi necessária a intervenção estatal sobre seus corpos e mentes, como a política de natalidade.

A transição para o capitalismo, segundo a autora, vislumbra as profundas disputas de poder entre as classes sociais, as relações de gênero e as relações étnico-raciais, entre senhores feudais e servos. A reafirmação da diferenciação estabeleceu hierarquias baseadas no fenótipo dos corpos e local de nascimento, entre “espanhóis”, “mestiços” e “índios” e, nas formas de organizar a vida social de acordo com os parâmetros do colonizador, incluíam a forma de governar, a hierarquização dos poderes e a exploração do trabalho da estrutura colonial, adaptando-os aos modos de vida das comunidades por meio de elementos que tenderiam a influenciar nas regras de convivência e de punição, como também relatado por Guamán Poma de Ayala – um cronista de ascendência inca no século XVII.

O desenvolvimento do capitalismo institucionalizou a divisão dentro da classe trabalhadora em hierarquias de classe, raça e gênero, que carregam interesses econômicos e relações de poder. Neste ponto, o debate da diferença, especialmente aquela que recai sobre os corpos das mulheres, é recuperado para refletir os acontecimentos que se espalharam da Europa às Américas como uma estratégia de propagação do terror, destruição das resistências coletivas, silenciamento das comunidades inteiras, instigação ao conflito entre seus membros, e enquadrar, assim, em perspectiva moralista e utilitarista as mulheres negras e indígenas. As

*caças bruxas* do século XVIII, relevada pela historiografia como instrumento da Idade Média na Europa e aplicada nas Américas, mostra um processo provocado para degradar o poder social que elas possuíam no modo de vida comunitária porque não condizia com a realidade capitalista em ascensão.

Falando do destaque das diferenças, então, em primeiro lugar, de um processo que constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, onde a expropriação de terras e a degradação produzida na vida dos sujeitos constitui a base. A crítica à diferenciação se dá em relação ao que esta serviu como condição estrutural para se reproduzir constantemente na expropriação, espoliação e exploração, e não uma condição genética (Oliveira, 1987; Harvey, 2018; Moreira, 2015). Assim, a maneira de como o capitalismo abrange o planeta não é abstrata, nem homogênea, mas que, para se reproduzir, disputa o material e a capacidade que institui o modo de como fazer que se torna parâmetro de classificação para expropriar, espoliar e explorar.

O rumo dessa eficácia para a transição ao capitalismo teve um forte apoio do Estado que propiciou subversão das identidades e apropriação de ativos da natureza para um uso lucrativo em prol de interesses privados. As marcas apontam a possibilidade de estar e transitar nas fronteiras das identidades e a extração de recursos ligados às relações de poder. O termo homogeneização consiste em enfraquecer as tradições e inserir os diversos espaços dentro de um único sistema de produzir, consumir e pensar (Santos, 2012), e as intenções políticas que se imprimem reforçam a atribuição do sentido em narrativas (estreito as relações de poder).

Se a codificação da diferença entre os territórios nos marcos da homogeneização para seu uso capitalista pode ser traduzida dos “corpos” aos “lugares”, lhes é atribuída um sentido de “aptidão”, para obtenção de maior poder e lucro, a intervenção é na terra e debaixo dela. A diferença faz com que a dominação não seja total, senão uma constante prática e produção. A contradança, como diz Moreira (2015, p. 165-168), é que “a diferença não são contrastes (...) relaciona-se, assim, à polissemia da forma-valor do trabalho e, sobretudo, do sujeito que então aparece como categoria e realidade empírica junto a essa emergência do rentismo”.

O dado essencial é que identidade e diferença têm sido produzidas na hostilidade com o “outro”, que marcam a delimitação como projetos de assentamento de colonos nos valores da “modernidade” (dos colonizadores), como a única forma possível de civilização e de alcançar a industrialização e o desenvolvimento da Europa (e posteriormente dos Estados Unidos). Desse modo, a existência da diferença em relação a um único referente, que precisa de um poder

imposto nas relações sociais e disputadas por recursos materiais e imateriais, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 2005, p. 255). Nessa disputa, a atribuição de valores às coisas (e os sujeitos vistos como coisas), mudam as territorialidades e estabelecimento no terreno dos modos de vida e sentido produtivo.

São inúmeras referências que mostram que as relações capitalistas de produção tendem a dar configuração específica ao território, mas também indicam que o controle do território não é absoluto nem perene. Na disputa pela eficácia do território é possível observar as instabilidades do caráter de cada identidade estabelecida e estreitamente ligado às relações de poder. Por isso, mesmo o controle limitado do território não é somente entre classes opostas, porém ocorre dentro da própria classe (capitalista ou trabalhadora), e nesses termos há a possibilidade de interromper atribuições aos territórios.

Em termos práticos, lidar com a diferença como diversidade é outro termo infinito e seu aspecto integrante da totalidade precisa de um poder que a institua. Afirmar as distinções se torna parâmetro “normal” e se fixa como tendência, como a narrativa da importância das exportações de *commodities* ao PIB nacional para construir a eficácia da extração a entregar cessões de terras (e água) em função do “bem de todos”, para grandes transformações produtivas e simbólicas. Aliás, na mudança do mercado de trabalho rural ao redor da colheita dos citrus e a flexibilização do trabalho no âmbito nacional transforma-se pelo esgotamento ou abandono dos territórios na diversidade de intencionalidades, de ser e estar no território.

Em contrapartida, a diferença é ligada aos significados da prática, no meio das contradições de um modelo que aprofunda mais as diferenças entre as pessoas e entre os lugares sob uma mesma lógica de acumulação, e um caminho irrefutável de visibilizar o substrato das articulações políticas entre o que se reivindica e propõe para um território dado. Há todo um processo de experimentação de ensaio e erro de cada um dos movimentos que articulam ante a organização espacial capitalista e a construção no âmbito agrário como os que temos desdobrado nos capítulos anteriores. A reconfiguração do território, em ambos os casos, dá-se como processo de territorialização e experimentação nas contradições da presença simbólica da citricultura, que aciona e cria forças e formas na reconstrução da vida comunal.

## **5.1 As formas de organização no meio agrário**

### **5.1.1 Organização situada**

Ao longo dos capítulos anteriores, discutimos o processo de construção interativa do percurso teórico e prático das realidades específicas, em busca da compreensão de significados, dos contextos e dos processos. Existem diferenças e mudanças na disputa por território no tempo e no espaço, nas particularidades de cada caso, seja enquanto projetos de assentamento de colonos ou até se tornarem regiões reconhecidas pela produção citrícola, evidenciando a relação indissociável do espaço e tempo, a materialização das territorialidades e a totalidade da organização espacial ao capital.

Vale dizer que as reflexões teórico-metodológicas voltadas ao entendimento das problemáticas no início do século passado, se encontravam ferrenhamente nos matizes da formação geográfica latino-americana como distinção e diferenciação no processo revolucionário nos países e suas vinculações na totalidade. Haya de La Torre, por exemplo, sugeriu “olhar, estudar e conhecer o mundo e seus problemas desde e para nossa realidade” (2006, p. 52, tradução nossa); e também Mariátegui, com relação à realidade peruana, enfatizava que “Marx extraiu seu método [materialismo histórico dialético] das entranhas da história. Desse modo, o marxismo, em cada país, em cada povo, opera e aciona sobre o ambiente, sobre o meio, sem esquecer nenhuma de suas modalidades.” (1972, p. 111, tradução nossa). Pensamos que sejam colocações que fazem notar a agudeza dos debates pelos autores citados que questionavam a ideia de que o marxismo possa ser linearmente aplicado a todas as realidades e povos como se fossem homogêneos.

Anos mais tarde, também, o sociólogo Prado Júnior (1972) afirmou que a realidade brasileira foi estruturada para render demandas externas e não as necessidades internas. A sua condição sempre foi a de país fornecedor de produtos de matérias-primas e a sua história colonial foi em função disso. Neste sentido, o autor defendia que “(...) é na especificidade própria de cada país que se há de indagar sobre o processo pelo qual ele se formou, evoluiu, cresceu e desenvolveu, ou se pode desenvolver e como, a fim de emparelhar-se aos padrões do mundo moderno” (Prado Júnior, 1972, p. 26-27). Supomos que esta reflexão se vincula com diversos outros autores da época que debatiam a escala nacional como elemento central da identidade dos países.

Neste entendimento, as particularidades da estrutura social do Peru e Brasil, caracterizaram o debate e reflexão da esquerda da América Latina, e sintetizam o pensamento acerca do capitalismo e organização da classe trabalhadora. Neste, a categoria camponato deu-se em contraste às alianças feitas entre burgueses e proletários (e camponeses), como ocorreu em parte da Europa, particularmente na França em 1780, e na Rússia de 1917; nos países latino-americanos tem sido uma categoria marginalizada sob mecanismos de servidão, paternalismo e poder local, e mesmo nas leituras de tradição marxista, estes sujeitos eram impossibilitados de assumir um protagonismo político – como a irrelevância atribuída pela esquerda à experiência Mexicana de 1910. Mariátegui (2007), e Prado Júnior (1972), em períodos diferentes de reflexão trazem como centralidade a formação da identidade como características dos países, desde o qual podemos reconhecer processos históricos singulares e estruturas nacionais, razão da procura por alterar tais realidades desde elas próprias.

Considerando que na década de 1920 o debate já passava pelo entendimento da integração entre proletários, camponeses (indígenas), burgueses e intelectuais, como proposto por Haya de La Torre, sob o termo *pluriclassismo*, o Estado deveria ter um papel de liderança no poder e com este contrapor ao anti-imperialismo. Contudo, a proposta provocou polêmica na época, no sentido de que tal base heterogênea era de uma ideologia pequeno-burguesa e não proletária. No mesmo cenário, as interpretações de Mariátegui (2007), e, mais tarde, de Prado Júnior (1972), também trouxeram uma grande problemática no pensamento da esquerda. Especialmente porque para pensar numa estratégia comum dos trabalhadores, segundo os autores, desde as suas realidades nacionais, era necessário notar as especificidades dos países latino-americanos que têm desde as suas origens um sentido de colonização e de expansão com forma capitalista. Contudo, tais reflexões marcaram a raiz das desigualdades e os modos de organização dos trabalhadores.

No caso peruano, o argumento acerca do sujeito potencial, para transformação, conferido por Mariátegui (2007), tinha que surgir de um movimento de massas, do contrário qualquer forma careceria de conteúdo. Para Mariátegui (2007), ao refletir sobre o sujeito histórico da transformação para o socialismo no Peru e na América Latina, afirma que é o indígena quem primeiro se organizou. “Nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidariza, primeiramente, com as reivindicações indígenas” (Mariátegui, 2007, p. 110, tradução nossa).

O aspecto de organização da classe trabalhadora desde a década de 1920 foi transformando expressamente o pensamento e a forma de ser social no âmbito da sociedade peruana, com o surgimento da *Federación General de Yanaconas y Campesinos del Perú* (FGYCP). Anos mais tarde, passando por governos autoritários e repressivos, em 1947 foi fundada a *Confederación Campesina del Perú* (CCP), mas que logo desapareceu no marco do governo de Odría, mesmo governo em que se deu início ao projeto de *Irrigación y colonización del Valle San Lorenzo*. Na década de 1960, a *Federación Nacional de Campesinos del Perú* (FENCAP) foi expressamente proposta para aglutinar as demandas da luta operária e pela terra em escala nacional. Assim, surgem dificuldades interpretativas na presença de organizações indígenas e não camponesas, pois o país protege organizações do tipo local, ainda mais no terreno da disputa do território com a mineração.

Na escala departamental de Piura, onde se situa originalmente a FDVSLT, existiam outras federações camponesas que aprofundavam as diferenças entre estar na *Costa* ou na *Sierra*. Até porque as organizações no campo da Costa não estavam em contradição direta com o Estado, pelo contrário, o Estado comparecia como estimulador da atuação camponesa. O caso mais gritante de oposição foi em 1971, nos anos de implantação da Reforma Agrária, quando camponeses piuranos da FEDECAP ocuparam o local da *Liga Campesina*, a partir da presença do SINAMOS, e com as mobilizações da *Federación Regional Agrária de Piura y Tumbes* (FRADEPT), Houve certa negociação com a repressão no marco da luta por acesso a terras não cultivadas pelas cooperativas, diferente do que ocorria em outras partes do país, quando questionavam o modelo associativo imposto. As mudanças produzidas com a reforma agrária não solucionaram as problemáticas do campo para que pudessem ter acesso a políticas inerentes ao processo.

As organizações camponesas posteriores à reforma agrária, segundo Reniqué (2009), foram redefinindo as experiências anteriores a ela, tanto em termos sindicais quanto à ação política no campo. Essa experiência é acolhida de modo mais intenso com a presença de Fujimori (1990-2001), em que a organização dos trabalhadores passa a estar no meio do conflito. Com o surgimento do Sendero Luminoso, desde o ambiente “serrano” e do “verdadeiro Peru” se tornou uma cicatriz no corpo inteiro e cresce junto nos processos de organização do campo. Os comitês de defesa camponesa, com a virada política nacional – com o autogolpe de 1992 de Fujimori, tornaram-se um cenário perigoso e, inclusive, são respaldados pelo Estado para acabar com os “vilões”.

No caso do Brasil, chama a atenção que a aliança do campesinato, operários e burgueses surge em decorrência da inauguração do Partido Comunista, em 1922, e pelo qual foi apresentado, pela primeira vez ao congresso, um projeto de reforma agrária, em 1946 (Mazin; Estevam; Stédile, 2016). O partido estimulava a organização de trabalhadores rurais assalariados, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em todos os estados brasileiros para conformar as Ligas Camponesas como expressão da luta local, em 1947. Estas desapareceram e logo o seu nome foi retomado em meados da década de 1950 e 1960 como Movimento Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), cujo processo se viu truncado por vinte e um anos com o golpe de Estado em 1964. Durante esse período toda tentativa de organização teve carácter local, o de tipo nacional foi proposta pelo MST, em 1984 (Fernandes, 1996; Mazin; Estevam; Stédile, 2016).

Neste contexto, entendemos que tais especificidades do atuar dos movimentos em questão mostram

uma realidade material totalizadora da vida, que só pode ser remontada também pelas realidades materiais que totalizam a vida do trabalho em função de seus próprios desígnios; e porque a conformação das classes não é fruto de uma enunciação; é um resultado prático, que atravessa todos os espaços da vida social” (García Linera, 2009, p. 160, tradução nossa).

Deste modo, o que aponta para uma crucial diferença de uso do termo camponês é o trabalho familiar comunitário e o acesso às formas tecnológicas, como a irrigação na agricultura, armazenamento de alimentos, e nas identidades múltiplas na defesa da terra, particularmente semelhantes nas atitudes religiosas que constituem o corpo vivo e totalizante da organização na defesa do lugar em que se vive, e se estende por toda a América Latina.

Neste sentido, como indicado no capítulo anterior, um estudo comparado das trajetórias camponesas no Brasil e Peru entre 1964 e 1986, realizado por Iokoi (1996), demonstrou que as formas de resistência e o seu processo de formulação têm, em cada cenário social e político, a participação da Igreja Católica como substância agregadora. As relações entre a Igreja e os camponeses, segundo a autora, reproduziam “o universo simbólico e cultural do camponês (...) que é carregada de tradições ancestrais e do tempo longo de valores de vida, da terra, da religiosidade que não desaparece do mesmo modo que a subsunção ao capital” (Iokoi, 1996, p. 09). O exercício estatal na promulgação da reforma agrária e ações que buscava intensificar o processo de individualização das terras comunitárias no Peru é um processo de desqualificação

política do campo no seu sentido místico e religioso no Brasil; como um *modus operandi* da naturalização da violência sobre os sujeitos no campo.

Assim, em ambos os países aqueles que lutavam por um pedaço de chão poderiam ser tratados “como animais selvagens”, servindo em última instância de justificativa para essa ação (Iokoi, 1996, p. 70-71).

“(…) em seu tempo cíclico, tempo da comunidade, tempo da religião, o mundo assalariado, com a determinação do tempo linear, da lógica da fábrica. Esse dilema obrigou a coordenação do movimento dos trabalhadores Sem Terra a enfrentar um diálogo, muitas vezes tenso e incompreensível, com os sindicatos de trabalhadores rurais e reinventar formas organizativas” (Iokoi, 1996, p. 90)

Há também os núcleos de base. No âmbito peruano discute-se principalmente na *sierra* peruana a autoridade local das rondas camponesas como instrumentos que reordenam a vida camponesa por meio da constituição de grupos de defesa e proteção. Este olhar sobre os núcleos de base e as rondas camponesas em relação aos movimentos camponeses, atrelados à Teologia da Libertação, em alguma medida se tornaram instrumentos de organização territorial, com a participação ativa de cada um de seus membros na defesa de seus próprios interesses perante os latifundiários e agentes do capitalismo. A aliança entre camponeses e a Igreja Católica delineou-se na construção de uma nova sociedade e na passagem à “nova consciência social”, agindo no sentido da busca pela apropriação dos meios de produção. As Romarias da Terra no Brasil foram se abrindo como espaços comunitários e oportunidade de organizar ocupações, como a que ocorreu na área pública do NCM, em 2001. E, de alguma maneira, no Vale, sintonizadas com as articulações feitas pelo monsenhor Cantuarias e ONGs (como FEDEPAZ) na constituição da mesa técnica com a FDVSLT.

Vale lembrar que entre a década de 1950 e 1960 existia na América Latina uma sociedade fundamentalmente agrária latifundiarista e camponesa, onde o capitalismo industrial dava seus primeiros passos e pensava-se no fim do campesinato. Entretanto, o sujeito social foi privilegiado pelos teólogos da libertação (como Gutierrez no Peru e Boff no Brasil). Como visto no capítulo 3, neste período, no Brasil, vivenciava-se um processo de modernização da agricultura para a superação do semifeudal, que gerou posições contraditórias de membros do partido comunista, e no Peru mostravam-se os limites do governo que implementou a reforma agrária, o que permitia uma maior aproximação da Igreja Católica e da população no campo (Iokoi, 1996). Com este destaque, não pretendemos referir a um anacronismo ou teleologia dos contextos e sujeitos, obviamente porque as estratégias de alianças reverberam na relação

nacional e pela qual a política agrícola foi sendo definida para estimular as grandes agroindústrias típicas voltadas à exportação.

Todavia, a organização dos trabalhadores do campo já gerava polêmica naquele momento, pela outra interpretação do evangelho e em orientação aos pobres, sem se contradizer necessariamente com o marxismo. Tiveram que enfrentar a crítica do poder local, que dava solução aos problemas concretos e se beneficiava estrategicamente de maneira imediata e palpável. Na atualidade, a população conserva na sua memória as violências estruturais, em posição desfavorável ou de conquista quando tem se assentado empresas extrativistas no território que disputam, se apoiando muitas vezes na sua crença religiosa para gerar sujeitos sociais e propor projetos sociais, e entendem que tais circunstâncias, como a do NCM e o Vale de San Lorenzo, se devem a essa política neoliberal de escala nacional e local, e que não é a totalidade da Igreja que apoia as hegemonias.

Na realidade peruana, as garantias de ingresso de grandes capitais estrangeiros para operar principalmente no setor da mineração nunca cessaram, mesmo durante a implementação da Reforma Agrária, aprofundando as relações de exploração mineral principalmente na *Sierra*. Na costa peruana, é evidenciada justamente no processo de consulta e suas consequências ante a MMC e à empresa Majaz, que se localiza na parte *Sierra* do mesmo Distrito.

Logicamente, a realidade do “caso Tambogrande”, conforme uma fala durante o trabalho de campo, “tem diferentes matizes”, por se localizar na *Costa*, pela aquisição de terras por parte dos colonos e pelos possíveis impactos às condições de infraestrutura que o próprio Estado se esmerou em construir, e pelo conjunto de organizações nacionais e internacionais que a FDVSLT acionou para evitar o desenvolvimento do projeto em base a esse passado recente (Paredes, 2018). No Brasil, a ocupação da terra como estratégia de pressionar o Estado para acessar à terra, em escala nacional, em particular o “caso Cutrale”, remete a uma perspectiva de futuro (não do passado direto).

### ***5.1.2 Capitalismo colonial e dependente engrenado ao tema agrário***

Retomando as interpretações de Prado Júnior (1972) e Bagú (1952), quando concordam que a América colonizada por Espanha e Portugal não era feudal, embora levasse alguns aspectos como as instituições feudais e escravistas, porém do tipo de capitalismo colonial, uma vez que foi adaptada ao comércio mundial.

O tema da “dependência”, anos mais tarde, compareceu ao debate trazido por Marini (1991), para interpretar a condição da América Latina em relação ao capitalismo mundial como dependente (superexploração e subimperialista) e o modelo de desenvolvimentos político e econômico que deveria ser buscado pelos países. Nas palavras dos seguintes autores:

“(…) o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.” (Prado Júnior, 1972, p.14).  
“Trata-se de uma concepção sistêmica do processo de expansão mercantil e colonial, não como uma extensão do capitalismo comercial, mas um aprofundamento capitalista com a concepção de castas sobre uma realidade de classes” (BAGÚ, 1952, p. 83).

Assim, o que importa considerar é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Para além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (Marini, 1991).

Com efeito, o que há é uma transferência de valor que se vai reorganizando de um modo diferente do que ocorria com a extração direta como se fazia em Potosí (Bolívia) ou Zacatecas (México) para a Europa, e demonstrava a relação de um centro e uma periferia. Além disso, uma transferência do campo à cidade, uma relação marcada pela urbanização e industrialização.

Neste aspecto, justificam-se as lutas dos movimentos no campo. Na atualidade, tais ações contra o exercício do extrativismo transcendem esse passado que começou com a invasão da América. Essa transição da tecnologia no processo de produção e o ecológico como critério amplo de oposição a violências sistêmicas do capital são questões que pedem uma reflexão mais minuciosa do que se pensa sobre a luta de classes (que é baseada na raça) perante o avanço do agronegócio e da megamineração, que tem se aprofundado na produção de *commodities*.

É possível reconhecer nos depoimentos apresentados e notas de jornais numerosas referências da trama que estereotipa tais disputas territoriais em função da demanda da exportação de *commodities* que, em termos analíticos, compõe o regime de superexploração do trabalho (insegurança no trabalho) das empresas do agronegócio da laranja e o praticado na mineração a grande escala. Em relação às circunstâncias históricas de um processo singular e vinculado a determinações e a distribuição geográfica das forças para o capitalismo mundial

(trabalho, recursos e demais) (Sartori; Morlino, 1994; Piovani, Krawczyk, 2017). E que reforçam a dependência no espaço-tempo em que a escala nacional prevalece nessa relação geopolítica.

Cabe lembrar que na teoria da dependência, Marini (1991) e Bamberger (1978) criticam o papel ativo do Estado e o modelo extrativista para alcançar o desenvolvimento, sob uma condição de funcionalidade ao capitalismo mundial dirigido por e para os do norte global. Isso porque o desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros é uma condição arraigada na exploração do trabalho e extração de matérias-primas e, por isso, o subdesenvolvimento não é uma etapa a ser superada. Desta forma, as empresas se expandem e se instalam sobre os territórios para fazer uso predatório dos denominados recursos naturais, e para os territórios em questão, trata-se de onde estiveram os povos indígenas, substituídos pela lógica dominante de colonização do século passado (com suas distinções de implementação desses projetos) e gestões flexíveis para tirar do território a pequenos produtores no Vale e obstruir a posse dos sem-terra no NCM.

Analiticamente, a carência de ligações dos parâmetros internacionais com os locais é nítida, mesmo pondo em relevo a condição subordinada no mercado mundial, embora não omita a gênese nacional do capitalismo. Cabe ressaltar que ao longo da América Latina os governos de Vargas e Perón na Argentina (um aliado, por parte de Odría) compareceram na proposta de industrialização e participação da sociedade civil na primeira metade do século passado nos momentos de fortalecimento da forma sindicalista de organização dos trabalhadores. Em alguma medida, um contexto de contenção do movimento popular peruano com o golpe militar de Odría em 1948, e, no Brasil, o enraizamento do trabalhismo e paralisia da reforma agrária com o golpe de 64. Já que o internacionalismo foi um elemento central da teoria e da prática da esquerda mundial prevalecente durante os séculos XIX e XX, marco no qual ocorreu a polêmica da proposta de Mariátegui (2007) da sua leitura anti-imperialista (que gerou amplo debate com Haya De La Torre), para as décadas de 1960 e 1970 houve a participação política de laicos e religiosos no âmbito da luta camponesa que abrem articulação internacional. A experiência da Teologia da Libertação em vários países da região, especialmente no Peru e Brasil, comparece entrelaçada nas articulações da FDVSLT e MST.

Quando o processo de produção na forma mais vasta como os casos de exploração do agronegócio da laranja ou a tentativa de exploração em detrimento do plantio de limão dos agricultores, esses expressam a sua forma mais ampliada quando o modelo que o precede se

reproduz e avança em territórios antes não considerados eficientes para explorá-los. O agronegócio da laranja em terras peruanas, como visto, com o precedente de colonização, passa pelo processo de estabelecimento do setor citrícola, na industrialização para suco de laranja e condições favoráveis para se ampliar o comércio da fruta (e suco) no mercado internacional, e no Brasil os arranjos de terras griladas para a sua produção contínua. No caso peruano, embora se tenha dado a reforma agrária, o modelo de implementação com o governo de Velasco, que em alguma medida serviu para conter as reivindicações dos movimentos camponeses na época, também mostrou tentativas fracassadas de buscar um maior papel estatal na mineração com a lei N°18880 de 1971, “sendo assim, a formação capitalista encerra em seu cerne a luta que travam capital e trabalho ao redor do controle dos meios e modos de produção” (Moreira, 2015, p. 68). Ao analisarmos o aspecto da estrutura hegemônica além da organização do espaço físico, deparamo-nos com uma avalanche baseada nos parâmetros raciais e patriarcais de assentamento de colonos e referências da natureza sob a fetichização do território, como recurso, e menos como lugar de moradia dos povos diversos. Vimos as suas resistências e a construção de forças organizadas nos parâmetros da leitura de classe segundo as relações sindicais e organizações capazes de levantar um projeto nacional, baseadas em experiências comunitárias. Neste contexto, García Linera (2009) aponta que as práticas comunitárias e de organização histórica dos trabalhadores e trabalhadoras e suas expressões socialistas, no concreto, se evidenciam nos *Ayllus*.

Vale destacar o processo de articulação das organizações camponesas no continente e as literaturas que enfatizam preponderantemente o protagonismo com os “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”. Tal concepção tem dificultado a diferenciação de escalas, porque embora possamos falar de aprofundamento de uso do território e, obviamente, dos impactos na megamineração a estes são visivelmente maiores que os impactos pelo agronegócio (de plantios mais permanentes).

Neste sentido, as formas de organização não ocorrem em função das empresas e do capital (os campos cultivados e os pontos extrativos), mas abrem um complexo mais amplo que chegam às formações sociais periféricas que se visibilizam nos protestos e na sua gestação, consolidação, institucionalização e internacionalização, não como sequências, nem muito menos fechados entre si dos movimentos (Fernandes, 2000; Paredes, 2018); a sua atuação exterior ocorre paralelamente com a criação da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina, em 1994, no caso do MST.

Cabe realçar que o movimento de interação universal está homogeneizando os territórios, embora cada um desses territórios possua sua localização a qual permite que cada um manifeste suas diferenças a partir das contradições internas. Neste sentido, é pertinente a leitura de Moreira (1999) quando refere os estudos de Forster, realizados ainda no século XVIII, período em que o objeto de estudo era a superfície da terra e das paisagens. Assim, continua sendo essencial pensar a coabitação tensa da diferença e da unidade, salientando que “suprimida a diferença, morre a interação e, então, a dialética e o espaço” (Moreira, 2015, p. 167). Reforça-se, desse modo, o entendimento de que as sociedades latino-americanas e no espaço agrário diante da crise sistêmica do capital que se expressa indissociavelmente no espaço-tempo, é resultado de marcas deixadas, umas visíveis outras não do capital. O atuar do Estado, em vez da garantia de acordos internacionais e das empresas extrativistas, atinge de maneira direta os sujeitos indígenas e camponeses, cuja localização refere principalmente a *Sierra* (predominantemente pela mineração) e à Amazônia (pela desflorestação).

## **5.2 A ação política e os dilemas cítricos**

### **5.2.1 Evocação ao modelo de desenvolvimento**

Antes de mais nada, a perspectiva comparada na ciência social frequentemente tem sido relacionada como um modo experimental para generalizações nas obras de Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber, e “estritamente relacionadas à própria constituição da sociologia enquanto campo específico do conhecimento” (Schneider; Schmitt, 1998, p. 50). A sua difusão a partir da década de 1960 do século XX tem buscado dar conta da multiplicidade de relações do estudo das características gerais e assegurar níveis amplos na explicação e compreensão dos fenômenos e os processos sociais e políticos (Villarroel, 2001; Díaz De León; León De La Garza, [s. d.]; Piovani; Krawczuk, 2017). Além disso, segundo Piovani e Krawczyk (2017), os estudos focados na estratégia de comparação são aqueles que destacam as características dos sistemas educativos, e, na maioria dos casos, buscam a implementação de políticas de desenvolvimento aos países periféricos, aos que se projeta a ideia de “corrigir os atrasos” em referência às orientações dos países “modelo”.

Em relação a este tipo de estudos incluem-se, por exemplo, os escritos de Almond e Verba (1966), Moore (1966) e Skocpol (1979), que trouxeram à tona o estudo das instituições políticas, o protagonismo do campesinato na sua posição social desigual, e a modelação da

estrutura de Estado e a estrutura de classes. O estudo de Moore, particularmente, segundo Curto, Domingos e Jerónimo. (2014), permitiu observar o processo de imposição de uma agricultura comercial e declinação das relações sociais como lógicas imperialistas e coloniais ao mundo rural, cujas ações políticas dos camponeses são provocadoras de mudanças no sistema político, ao mesmo tempo em que estas têm ampla intervenção da presença de regimes políticos, como a implementação da Reforma Agrária.

Este destaque nos parece importante, na medida em que os atributos macrossociais que se desprendem para o campo latino-americano, no âmbito da intensa exportação de *commodities*, visibilizam as condutas políticas dos sujeitos coletivos que indicam uma combinação de interseção no tempo e espaço, de valorização e desvalorização dos sujeitos, instituições e lugares.

Além do mais porque repensar o papel do Estado e sua relação com as comunidades camponesas, como proposto por García Linera (2009), considerando a existência de formas de organização e gestão comunitárias que vão para além das estruturas estatais tradicionais, basicamente, é por considerar que precisamos superar a dicotomia Estado e Sociedade civil. Já que, segundo García Linera, se trata de uma instancia ou forma que concentra parte das práticas do comum, que deve reconhecer e articular as práticas e demandas do comum, assim como promover a gestão coletiva dos recursos, em lugar de impor sua lógica e seus interesses sobre as comunidades (García Linera, 2009).

Aliás, a representação dos citros nas múltiplas práticas contestatórias, e, particularmente, nos casos em questão, constituem demandas pontuais e históricas, contra o uso do território nas modalidades que as empresas extrativistas representam, e cujo princípio das organizações sociais enfatizam o princípio da produção de alimentos e não de *commodities*. O problema e a comprovação de que a sua demanda é constantemente suplantada em função produtivista e *eficiente* do território, desqualifica qualquer outra lógica de valorização e impõe uma dinâmica vertical, que tem a tendência de despejar economias regionais existentes, destruindo a biodiversidade, aprofundando a concentração de terras e violentando processos de decisão cidadã. Assim, é reafirmada como direito ou estratégia em prol de reunir esforços por pretender unificar a ação, que pode ser mediante consenso, mas, não o único, porque a eficácia ou equívoco de tal momento.

Assim, no “caso Tambogrande” e “caso Cutrale” manifestam-se os modos de apropriação pelo exercício extrativista de minerais e agrícolas “ancorados a localizações

específicas” (Gudynas, 2019, p. 392). Especialmente porque pressupõem uma intensa “mercantilização da natureza”, e seus irreversíveis impactos ambientais e elevados impactos sociais nutrem uma lógica dominante enraizada nos setores. Em um entramado complexo de denúncias e reclamações, frequentemente, relacionadas a esta ancoragem global no local são visualizados de maneira vertical e horizontal, quando as formas de organização em âmbitos locais sobressaem daquelas escalas para ser transescalares.

Uma das prerrogativas de que casos como estes evidenciam um aprofundamento da valorização diferencial dos lugares é observar a infraestrutura, as normativas vigentes e as condições informacionais para organizá-los e torná-los a serviço dos agentes hegemônicos da economia e da política dos países. Uma lógica associada a uma visão produtivista, sem importar os impactos territoriais em função das diferenças pela sua dotação material e na sua história são vivificados como recursos. A extração de minérios e produtos agrícolas, e dinâmicas de organização da classe trabalhadora em sindicatos na indústria da mineração dos setores para garantir melhores condições de trabalho e uma questão relevante nos dias de hoje, exigindo a participação ativa da sociedade civil em geral.

Além disso, os atos da FDVSLT e do MST, com as frutas cítricas, são estratégias vertidas de múltiplas formas ao longo de décadas. Criaram-se tecidos organizativos à disposição de engendrar horizontes de história social e disputar a possibilidade de outro e produzir efeitos políticos de transformação em relação ao território usado pelos sujeitos identificados e seus projetos que constroem o território em disputa os quais deixaram marcas recentes (García Linera, 2009). Por exemplo, o uso da força de trabalho para o agronegócio da laranja atualmente é concentrado em apenas três empresas (Sucocitrico Cutrale, Citrusuco e LDC), como resultado de uma certa “irmandade” entre os capitalistas do setor para promover regulação dos preços para os coletores de laranjas e a aquisição da fruta de pequenos e médio produtores (MST, 2011; Canário, 2013).

No cenário peruano, temos diversos tipos de produção econômica e simbólica: no agronegócio da laranja –uso ilegal de terras públicas, trabalho análogo à exploração, uso excessivo de agrotóxicos para controle da doença do *Greening*, avanço em áreas de preservação (MST, 2011). No entanto, a extração de minerais em grande escala em detrimento da agricultura (em que se inclui o limão), causa potencial impacto nas águas, intensificação da desertificação, ecossistema frágil, fenômeno *El Niño*, prejuízos à economia local e regional (Moran, 2001).

O principal mecanismo usado é modificar o aparato legal ao longo dos anos e manobr-lo para dar às empresas todas as facilidades possíveis, um objetivo que foi alcançado pelos governos. As mudanças nas regulamentações relacionadas ao setor foram alcançadas. De modo geral, o conglomerado de leis que envolvem a extração de minérios é caracterizado como desprovido de justiça social e antiético tanto na forma quanto no conteúdo. A referência é feita à forma porque a linguagem jurídica e a redação das próprias leis não são claras e, às vezes, são contraditórias. Isso dá margem à manipulação dos estatutos de acordo com os interesses perseguidos.

No caso peruano, desde a BRGM, o início das explorações pela MMC e agora Buenaventura, no ramo da mineração, ocorreram algumas modificações que proporcionaram pontualmente brechas de atuação destas empresas sobre o território dos limões. A estabilização social prometida pelo Fujimori implicou aberturas de investimento internacional e de concessões, sob a Lei de promoção de investimentos no Setor Mineiro (D.L. N° 708-1991), a Lei Geral de Mineiros e modificações (D.S. N° 023-92-EM) e especialmente o Regulamento de Fiscalização das Atividades Mineiras (D.S. N°049-2001-EM). O Regulamento de Consulta e Participação Cidadã no Procedimento de Aprovação de Estudos Ambientais no Setor Energia e Minas (R.M. N°596-2002-EM/DM) deu-se durante o governo de Alejandro Toledo e após a consulta popular em Tambogrande. Segundo as notas identificadas e relacionadas ao segmento, no caso peruano, tem ligação com as ações da população na solicitação de melhorias de infraestrutura do sistema de irrigação do Vale e ao pedido legal de intangibilidade da área.

O caso brasileiro, desde o ano 2000, teve uma ampla flexibilização ambiental, de trabalho e no debate do uso social da terra, como já mencionado anteriormente. O que chama a atenção é a flexibilização das avaliações de impacto ambiental (EIA) do governo Lula sob uma forte pressão extrativista que buscou reduzir o tempo de avaliação ambiental e licenças desde o âmbito federal ao local (Gudynas, 2019). Assim como dos mecanismos que deixam no aguardo da regularização dessas terras, com o convite de José Luis Cutrale, por parte do governo Lula, para participar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Outra característica importante do aparato legal é que ele exclui absolutamente a população local e legaliza a desapropriação territorial, principalmente por meio dos conceitos de “utilidade pública” e/ou “uso social”. O primeiro se refere à quando uma determinada propriedade expropriada é usada para um serviço público, e o segundo para satisfazer imediata e diretamente uma determinada classe social. Para que isso seja juridicamente viável, uma

narrativa desenvolvimentista é necessária para retratar a atividade como desejável e conveniente. Essa é uma estratégia que influencia as decisões das comunidades diretamente envolvidas e também o restante da população nacional.

No levantamento das notas da Internet, é possível ver como muitos dos jornais de maior circulação dos países publicam artigos sobre o assunto com manchetes que reforçam a criminalização dos movimentos, sendo as empresas alvo destes grupos e colocam-nas como atores centrais no ramo em que atuam. Para citar algumas dessas manchetes, notemos as seguintes: “Empresa diz que invasão de sem-terra deu prejuízo de R\$ 1,2 milhão” (Empresa [...], 2009); “Polícia prende nove pessoas ligadas ao MST por destruição de laranjal em São Paulo” (Polícia [...], 2010) e “Tribunal de Justiça de São Paulo anula processo e livra invasores da Cutrale” (Tribunal [...], 2011). Em anos posteriores, outras manchetes relatavam: “Justiça manda MST desocupar fazenda da Cutrale” (Reintegração [...], 2013), o “Prejuízo de invasão do MST em Borebi gira em torno de R\$ 200 mil” (Prejuízo [...], 2013), e “Funcionários são impedidos de trabalhar em fazenda ocupada” (Funcionários [...], 2014). Também observamos manchetes sobre a empresa da laranja enquanto ator na indústria da laranja e outros ramos, tal como: “Com suco de laranja em crise, Cutrale investe em grãos” (Com suco [...], 2012); “Brasil e EUA encerram disputa comercial sobre suco de laranja” (Brasil [...], 2013); e “*Cutralé, el frutero de Sudamérica*” (Morini, 2016).

A narrativa para o caso Tambogrande, logo após a Consulta Popular, mostra uma constante para retomar brechas que possibilitem às empresas extrair minerais no local, mesmo que a população tenha votado pela não exploração. Como exemplo: “*El Algarrobo: ¿Otra ruta para Tambogrande?*” (Saldarriaga, 2019) e “*Que la juventud decida si quiere decirle ‘sí’ a minería*” (Que la juventud [...], 2020). Encontramos, também, notícias que realçam a participação ativa da empresa Buenaventura no cenário político do governo nacional: “*Sector minero del Perú se muestra preocupado por dudas sobre el Gobierno de Pedro Castillo*” (Sector [...], 02021), e “*Minem fortalece coordinación con Compañía de Minas Buenaventura*” (MINEM [...], 2021).

A principal intenção da narrativa desenvolvimentista é exacerbar as supostas vantagens dos setores em que as empresas atuam e os prejuízos provocados pelos movimentos em relação aos movimentos. Ao mesmo tempo, ocultar os danos e as repercussões negativas que estes cometem contra o trabalhador, a sociedade e a natureza. O aumento do influxo de capital que supostamente ajudaria as comunidades não significa de forma alguma que ele será distribuído

de forma justa ou que beneficiará a população; tampouco a promessa de criação de empregos, já que eles são temporários. Parte do engano é o discurso do desenvolvimento sustentável sem reconhecer o uso excessivo de recursos naturais, sejam eles, renováveis ou não renováveis.

Tal narrativa, ainda elencada à simbologia das frutas, dicotomicamente se afiança em argumentações da importância nacional, seja pela evocação à identidade gastronômica nacional na efervescente produção agrícola seja uma oportunidade midiática para acusações ao MST de destruição dos pés de laranja como “destruição de alimentos”. Tais argumentos geram não somente uma nociva rejeição ao protagonismo das organizações camponesas sobre a peculiar construção simbólica em torno às frutas cítricas, que chegaram ao continente pela colonização europeia, senão que conectam com os valores e inquietudes próprias da existência dos movimentos camponeses: a produção de alimentos e a solidariedade ao buscar benefícios e envolver mais pessoas de conquistarem um pedaço de chão ou a sua permanência nos locais.

Falamos disso trata-se de um caminho bastante espinhoso, é claro, porque se baseados nos locais – especialmente quando se combina com diferentes aspectos que determinam as forças e tensões para o uso do território como fonte de recursos – a sua construção tem ímpeto, significado e implicações político-econômicas: a) os pontos de extração identificados no Vale de San Lorenzo encontram-se próximos ao porto de Paita – o segundo porto mais importante do país; b) em São Paulo, a empresa escoar a produção de laranjas e suco de laranja para o exterior, utilizando uma área de 6,5 mil no porto de Santos e que o governo requer há vários anos (contrato vencido em 2009). Em contraste, a forma de organização de âmbito local e nacional, e ambas com aspectos de articulação transnacional no seu processo de articulações de denúncias e solidariedades, a consideração dos citros tem um sentido dialético da simbologia e de construção de estratégias da ação política da territorialidade camponesa e territorialidade capitalista, enquanto ingrediente base para gastronomia peruana e como a bebida do café da manhã que contém “vitamina C”, e, sobretudo, de “eficiência produtivista”.

### **5.2.2 Relações produtivas e eficientes**

Neste sentido, e voltando à proposta dos movimentos camponeses caminharem como sujeitos de decisão, citamos a FDVSLT e o MST que introduzem mudanças nas relações funcionais do território, pela consulta popular no Vale de San Lorenzo, nunca antes uma feita deste tipo, e a reivindicação de terras públicas mediante a ocupação no NCM que confronta uma monocultura construída socialmente como alimento necessário pelas suas características

de “vitamina C”. Sem dúvidas, são marcos históricos que foram se desdobrando na importância de ativar os dispositivos institucionais existentes para criar nas diversas esferas a serviço da democratização das decisões e reivindicações, assim como a necessidade de repensar estratégias internas e externas das seguintes ocupações. Ambos os casos atuam como de direito, baseados no direito de escolha e de acesso, reconhecidos como de direito cidadão no âmbito da sociedade civil.

Observa-se a categoria de campesinato revitalizada e ressignificada positivamente em um contexto relacional na defesa do território nos marcos de um modelo ligado à defesa da agricultura familiar e ao direito a produzir alimentos. Assim como a qualidade ambiental que presam em contextos do agronegócio e da mineração. Que não somente produzem modificações na escala de incidência local, senão que os seus fundamentos de ação coletiva têm sido destacados como modelos organizativos transescalares em que é posto “(...) o terreno da prática política [que] se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário” (Dagnino, 2002, p. 97).

Especialmente propositivo quanto à identificação de estratégias unificadoras das classes dominantes, mas também de como as organizações podem olhar-se a si mesmas. Em termos simbólicos, a FDVSLT com a campanha “*Sin limón no hay ceviche*” sustentou socialmente a sua resistência e se impôs por meio da consulta um conjunto de prerrogativas na conformação do exercício extrativista mineral no país e o seu direito a decidir. Já, no caso Cutrale, o discurso da laranja é um alimento, e, mais do que isso, um alimento essencial na dieta do ser humano e alvo nas ocupações. Entendemos que ambos os casos tratam de ações que afirmam ou dissolvem de fundo o direito democrático de intervenção do Estado e que devem ressonar criativamente em relação ao citrus, e que tem sido o motivo de aparente conquista ou derrota pelo território. Afinal, é a territorialização que gera os recursos simbólicos e materiais para sustentar o poder de um movimento (Zibechi, 2007).

Além disso, quando falamos da FDVSLT e MST, nos referimos ao processo de enraizamento no e pelo território, em que as formas, enquanto ações visíveis e outras não (especialmente ações articuladas das mulheres, embora não se fale diretamente nas ações de 2001 e 2009, antes e depois, em ambos os casos, elas estavam organizadas). De um lado, as mulheres marcharam e foram o pilar principal da luta, a sua motivação era a de barrar os riscos de destruição ambiental (Meloche, 2006). De outro lado, a jornada das mulheres tem protestado

contra a ilegalidade do plantio dos pés de laranjas, e ações posteriores na Fazenda Santo Henrique, relatando o uso excessivo de agrotóxicos (Grilagem [...], 2010).

Assim, as decisões sobre sua relação com o Estado vêm à tona, como em muitos outros lugares durante a primeira década do século XXI, pelo papel do Estado sobre as ações que definem as realidades espaciais para a reprodução do capital (Santos, 1996). Vale enfatizar que, longe de enxergar a ação política enquanto direito cidadão, e como emancipatório. É nestes casos a possibilidade para a aplicação das leis básicas de regularização da terra para o seu uso social no Brasil, e o de participação na implementação de projetos extrativistas com a consulta no Peru, expressam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas ao ponto de contrastar os dinamismos que variam segundo o comportamento e intencionalidade das pessoas, instituições e empresas. Assim como, de possibilidades nessa arena a indissociabilidade do espaço-tempo e das relações escalares, pela intangibilidade agrícola do Vale e a regularização de terras públicas para a reforma agrária.

De modo que considerar esses caminhos, deve alertar que estamos num momento de mudança de paradigmas dos modos de ação social em que se presta a confusão do sistema político de acordo com as fragmentações e as coalizões de movimentos políticos, internamente nos países como o seu exercício internacional. Com instabilidades permanentes em relação à “incapacidade” dos Estados de resolver os problemas de seus cidadãos, pela presença de outros atores como narcotráfico, novos tipos de igrejas, ONG, que incidem na capacidade organizativa nos territórios. Assim, os movimentos são chaves para construir sociabilidades vinculadas às dimensões econômica e jurídico-política, já que não poderíamos restringir as esferas política e econômica às dimensões estatal e empresarial.

Isto porque promover um consenso social para garantir o acesso das empresas de cada ramo à terra, geralmente por meio da manipulação de informações, fazem parecer que, se o investimento privado for incentivado, toda a nação se beneficiará, incluindo, é claro, as localidades onde as empresas estariam localizadas, portanto, é prejudicial se opor a essa atividade. A inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) consiste, então, em última análise, na produção de linhas de demarcação e hierarquias, zonas e enclaves, exigindo certas condições de infraestrutura como de energia, transporte e comunicações para realizar suas atividades. Tampouco pode se deixar de perceber que os governos, embora não ataquem diretamente as normas de regularização das condições de trabalho e as ambientais, os fazem

desmantelando os recursos financeiros suficientes para combater seriamente qualquer irregularidade (Gudynas, 2019).

Se observarmos as temáticas mais frequentes no caso da empresa Cutrale e das mineradoras (MMC e Buenaventura), no âmbito da mídia, vemos que as condições de trabalho, a questão ambiental e o protagonismo delas na produção e exportação, abordam as denúncias das demissões sem justa causa e condições precárias de trabalho e análogas à escravidão no interior de São Paulo, tais como as discriminações e demissões a trabalhadoras grávidas, e um número de casos de condições de contratos de trabalho, falta de equipamentos de trabalho adequados e condições insalubres de alojamento para os trabalhadores da colheita (Augusto, 2011; Magalhães, 2017; Penha, 2019; Penha, 2020, Campos; Dallabrida; Harari, 2022; Posicionamento [...] 2022; Carbó, 2020). Em muitas greves as causas são relativas às demissões em massa e condições de trabalho, como o desmoronamento de terra sobre trabalhadores – provocando a morte de três deles em Yauyos (Arequipa [...], 2019).

No Peru, as denúncias são mais intimamente vinculadas à questão ambiental ligada à mineração, e especificamente em Buenaventura, ligada à contaminação de solo, água e processos de remediação de derrames como em outras localidades do país (Comuneros [...], 2016; Más de 5 mil [...], 2016; OEFA [...] 2019; Arequipa [...], 2018; Pobladores [...], 2019). Para ambos os casos o tema da produção e exportação é expressivo, lembrando que o número de notícias é maior para a Cutrale do que as identificadas para Buenaventura. Contudo, o propósito disto evidencia o posicionamento em maior expansão desses setores em cada país, como os investimentos de 236 bilhões de reais para o agronegócio, por exemplo (Principais [...], 2020).

Os trechos das entrevistas e notícias permitem fundamentar o estudo do passado no presente, e de como as lutas estão elencadas contra as formas de extrativismo cada vez mais intensiva e ampliada. Por sua vez, os camponeses e agricultores familiares vêm impulsionando novas proposições e mecanismos para o uso do território, em vez do confronto corpo a corpo, em que, como vemos, existe uma prevalência do acúmulo político das forças impostas e as resistências que as retêm como um complexo real das relações das pessoas para enfrentar e transformar. As estratégias se condensam na recuperação da memória da ocupação de 2009 e na consulta popular em 2002.

Ademais, devemos pontuar que as formas de organização camponesa estão atreladas à florescência da diferença no desafio de olhar estratégias mais recentes como visto por Camille

Goirand (2009). Segundo a autora, a abordagem comparada, o fracasso das mobilizações marxista-leninistas, a afirmação da dignidade dos pobres (da Teologia da Libertação) e os regimes militares são marcas territoriais e aspiração de mudança social e política, e, em especial, sob os parâmetros institucionais, que permitem frisar as suas ações organizadas para além do protesto (reivindicativo, defensivo). Sobretudo, por desdobramentos dos processos políticos e os conflitos localizados, considerando as contradições entre a globalização e a revalorização local, que recriam mecanismos para confrontar com os mesmos instrumentos que são reprimidos e propor alternativas com esses mecanismos institucionais, porque estes podem ser modificados no tempo segundo o significado atribuído à “utilidade pública” ou “uso social” – como discutido no item anterior.

Por exemplo, o informe do *Movimiento Regional por la Tierra* (Durán; Chali; Tito, 2020) refere que durante o primeiro ano de pandemia provocada pelo Covid-19 gerou a suspensão de adjudicações e processos de titulação de terras comunitárias, não somente como resultado da desmobilização dos protestos populares, mas de uma vontade política que vulnerabiliza a condição das pessoas. Enquanto o agronegócio e a mineração não desaceleraram, até em alguns casos houve incentivo superior, passando a ser consideradas como atividades essenciais de produção. Esse fato acabou se refletindo em pelo menos 178 ocorrências de invasão de territórios do Brasil, em novembro de 2020, em que os povos indígenas foram a maior vítima em detrimento do modelo primário exportador, que foi um vetor principal de conflitos que provocou 18 assassinatos, 1.083 ocorrências de violência contra a ocupação e a posse atingindo a pelo menos 130.137 famílias (2020, p. 129).

No mesmo informe, para o caso peruano, a atividade de mineração encabeça pelo menos 83 conflitos durante 2020, demonstrando as modificações e adaptações de caráter violento dessas em localização de matérias-primas e força de trabalho em correspondência com a fase atual do processo capitalista. Assim, a ação pública estatal em temas relacionados à terra e direitos coletivos foi paralisada, assim como ocorreu com os incentivos em investimentos na propriedade individual. Aconteceu na Argentina, com a suspensão do *Programa Nacional de Titulación y Arraigo Rural*, no Peru, o *Proyecto de inversión pública Catastro, Titulación y Registro de Tierras* também foi suspenso e intensificou-se a emissão de títulos de terras em relação à propriedade individual, e em paralelo o aumento dos casos de violência em decorrência das atividades extrativistas intensivas.

Este panorama mais recente desprende mudanças políticas e exigências de democratização das instituições políticas que os movimentos vinham pautando desde os anos 2000. Sobretudo, a ação coletiva na percepção da posição ante a desapropriação do território por parte da FDVSLT e MST. As suas formas de lutas assumidas dependem do grau de abertura do sistema político e capacidade de influenciar, conferindo o engajamento democrático para além da arena eleitoral, especialmente pelas continuidades e inevitáveis transformações ao longo do tempo de existência dos movimentos, principalmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

O potencial transformador que é atribuído aos movimentos em relação à estrutura social das economias dependentes e as instituições políticas nacionais é que elas traçam uma espécie de inovação contínua, seja pela participação política, o questionamento a mediações tradicionais, seja pela base local territorial, sob a afirmação do direito. Conforme Goirand (2009), cujas ideias coincidem com Dagnino (2002), trata-se da possibilidade da emergência de experiências de ampliação e democratização de uma nova sociedade para a construção de práticas sociais novas. Entretanto, esta pesquisa confirma o que Goirand (2009) menciona a respeito de que embora as vinculações entre movimentos e governo sejam consideradas como uma formulação arriscada de posicionamento podem abrir ainda de sobremaneira de pensarmos em dispositivos de participação e consulta para transformar a lógica de poder e para a ação política, que passa pelo reconhecimento das particularidades das sociedades e de elementos uniformes e de relação ao capital (Beltrán Villegas, 2014; Giletta, 2015).

Tal posição constata o sentido comum de que, se o sistema conservador e o projeto alternativo têm fissuras, somente a audácia de transformar o sentido do comum dos movimentos camponeses pode transformar basicamente o comum que tem nas sociedades, que não é outra coisa senão parte do Estado, como refere Garcia Linera (2020), que tem cristalizado as lutas (leis, recursos naturais, e os sentidos possíveis do eficiente).

## **6 PARA CONCLUIR**

Em toda a América Latina, como no resto das regiões do mundo que são pejorativamente chamadas de subdesenvolvidas, abundam os projetos extrativistas que exercem diferentes tipos de violência, e são cada vez mais frequentes as lutas e os movimentos que surgem para defender o território, proteger os ecossistemas e, em geral, a vida, razão pela qual entrelaçam o ecológico com questões sociais como a emancipação, a autonomia e a realização de projetos alternativos ao modelo hegemônico extrativista. Nos casos analisados, as empresas são de capital privado nacional e, embora o conflito com a MMC seja de capital estrangeiro, no caso de Tambogrande – talvez tenha sido a razão pela qual a mídia tornou visível o contraste entre dois modelos diferentes e antagônicos, que têm formas diferentes de se relacionar com a natureza, tanto pelo lado do plantio quanto da mineração (incluindo a construída no Vale). Por um lado, pode-se argumentar que o Estado e as empresas agem com uma lógica avassaladora dos ecossistemas e a vida dos habitantes, a maioria dos quais são camponeses e agricultores familiares que buscam continuar a existir em seu território por direito.

A pesquisa objetivou a compreensão do trabalho político dos movimentos camponeses pelo território, nos projetos de assentamento para colonos, e que segue atualmente em vigor na disputa legal dentro do estudo geográfico das lutas. Convida a olhar para os processos de trajetórias coletivas e particularmente para a presença das culturas permanentes – como a laranja e o limão. Procuramos, de maneira relacional e particular nos voltarmos a cada um dos contextos em que se desprende o conflito territorial, quais sejam, as imposições do projeto de mineração no Vale de San Lorenzo por parte da MMC (e mais recentemente pela Buenaventura) e a posse ilegal de terras públicas por parte da Sucocitrico Cutrale no NCM. Assim, depreendemos que os termos de exploração mineradora sem o consentimento da população ou a posse de terras públicas pelo setor privado são inconstitucionais em ambas as realidades. Quando consideramos os antecedentes de tais projetos de assentamento de colonos, verificamos que a empresa de mineração e a empresa de laranja chegaram aos locais e os conflitos tornaram-se mais intensos durante a primeira década de 2000; a partir da segunda década, 2020, vislumbra-se outro cenário de conjuntura nacional e atuação dos movimentos camponeses. Tal contexto levou-nos à questão das estratégias coletivas como a consulta popular de 2002, em Tambogrande, e a ocupação da Fazenda Santo Henrique em 2009, que participam deste período intenso na luta contra a mineração e o agronegócio, respectivamente, e alcançou a reestruturação da organização social dos camponeses e agricultores familiares.

Para entendermos melhor o contexto em que os conflitos se desenvolveram, foi necessário recorrer à história, pois não é coincidência que a maioria dos megaprojetos extrativistas como estes sejam projetados aos territórios deste tipo; esse é o produto de um longo período de violência estrutural que vem se arrastando desde a época da colonização. Talvez, à primeira vista, a diferença nas temporalidades em que esses projetos de colonização foram implementados possa parecer inconveniente, mas, na realidade, é uma oportunidade magnífica de observar o processo capitalista e imperialista ininterrupto, indispensável para a compreensão das realidades históricas e das relações de poder.

O triunfo parcial contra o setor de mineração, por meio da consulta popular e o congelamento das matrículas das terras reivindicadas no NCM podem ser explicados de diferentes ângulos, na medida em que o território, sob a perspectiva do mundo globalizado, é uma base para teorizar sobre o território em disputa, como um espaço geográfico físico específico que é a base material, com significantes simbólicos onde a cultura e a história dos camponeses, se assume mais com uma perspectiva de resistência do que como defesa. No que diz respeito às formas de conceber e se relacionar com um determinado território, e a disputa pelo controle deste, se manifestam de diferentes modos, em que a política é colocada em movimento.

Assim, notamos que vivenciamos a violência estrutural há muito tempo, pois, historicamente, também existem setores sociais que reagem de diferentes maneiras. Criam e recriam continuamente sua cultura, ajustam-na às pressões mutáveis, reforçam suas esferas próprias e privadas, apropriam-se de elementos culturais de outros e os colocam a seu serviço, de acordo com uma estratégia aperfeiçoada por séculos de resistência. Existe, portanto, uma tradição histórica de luta, e é esse acúmulo de experiência organizacional que permitiu que as lutas sociais continuassem e se reproduzissem no interior e/ou fora dos países em questão. Tal recriação de mecanismos tem demonstrado a sua efetividade de incidir no processo político como estratégia a uma eficiência produtivista atribuída aos territórios no espaço e tempo pelo modelo hegemônico.

Cabe destacar que na história peruana nunca havia tido o processo de voto pessoal para optar pelo tipo de atividade que deveria se priorizar no seu território, que por direito de posse lhe pertence. Neste caso, defendê-lo da mineração e preservar o projeto agrícola implementado pelo próprio Estado (e nesse momento a FDVSLT) constitui-se uma referência que se projeta para outras partes do país e do continente. E, o que fica de sedimento das mobilizações do MST

na Fazenda Santo Henrique, é a consecutiva considerando que houve oito mobilizações posteriores que este foi protagonista central na territorialização da luta pela terra, e foi alvo profundo de desqualificação como em 2009. Em termos de percepção transescalar teve consequências políticas importantes para sua reprodução social.

A forma de organização camponesa está orientada à busca pela realização do trabalho e da reprodução social nos territórios, porque tanto o MST quanto a FDVSLT surgiram na década de 1980 e vêm mostrando estratégias do acúmulo político, enfrentamento de classes, desde a localização específica e inseridas nas contraditórias atribuições de eficiência produtivista, dos territórios quando disputam contra o avanço do agronegócio no Brasil e da mineração à grande escala no Peru. Portanto, a permanente remodelação por intermédio das estruturas do poder colonial que se reinventa e permanece aparentemente invisível, neste processo de totalidade histórica e multidimensional, está composta por estas esferas relativamente autônomas, mas interdependentes, e abre a possibilidade de compreender as particularidades de cada um dos países que compõem esta região. Ao mesmo tempo, formando parte de um processo maior, articulado a um sistema mundial, que é muito mais que a soma das realidades nacionais, esta relação teórica e epistemológica é o que abre um diálogo de pensamento muito rico e profundo, que caracteriza a inserção da região no sistema mundial, organicamente articulado aos interesses dos países centrais com base nas alianças das oligarquias locais, como condição de dependência histórica e estrutural dos países latino-americanos.

O exercício da cidadania trata das bases institucionais da democracia e sua territorialidade desde as próprias iniciativas camponesas que projetam e geram alternativas ao modelo de desenvolvimento. Estas incluem o contexto que as organizações tiveram que enfrentar e uma série de ações como o abastecimento aos mercados locais e nacionais, entrega solidária de alimentos, plantio de árvores, formação e troca de saberes como estratégias que reconfiguraram as práticas territoriais dos movimentos. Em suma, as ações produtivas expressam a defesa e produção do território, que é objeto e meio de luta, material e imaterial.

Contudo, esse documento se torna uma espécie de síntese do debate da disputa por território construído a partir da recuperação de duas trajetórias coletivas consideradas emblemáticas na luta contra o extrativismo. A intenção foi a de retomar campos de conhecimentos que são do campo da práxis que em contextos específicos produziram-se na América Latina, e nos exige rever e visibilizar a criatividade e originalidade das ações,

movimentos e exigências específicas que nos exigem ações coletivas. Ainda que sejam parte de uma combinação de fatores específicos da sociedade peruana e brasileira, as transformações passam necessariamente pela possibilidade de que os movimentos camponeses constroem práticas, se reforçam, em sua organicidade e capacidade de atrair as maiorias.

O procedimento de apresentação dos casos, diferenciá-los e relacioná-los permite enfatizar, no caso brasileiro, que a demonstração de força, do poder e ganho do agronegócio é profunda. Afinal, foi graças à aceitação das normas da ordem social para negociar que foi possível a ocupação e a posição da empresa em relação ao fruto colocado de maneira relativa no conflito das relações sociais.

Sintetizando, a esses procedimentos, como a grilagem de terra, posse ilegal, a participação ativa dos sindicatos da laranja, aparelho estatal, e o movimento que luta dentro dessas normas, mas que é barrado pela simbologia do fruto, que é de caráter simbólico e parte do sistema alimentar, fica o desafio de recolocar no jogo da disputa, como posto com outros produtos e também na financeirização que este tipo de ações se sustentam, embora fragilmente pelo consumo deste fruto *in natura* ou suco concentrado, produzidos com trabalho análogo à escravidão, preços irrisórios a pequenos agricultores e uso de estruturas estatais que garantem maior lucratividade e não uma rentabilidade nacional brasileira.

Lembremos que a nossa hipótese era que os movimentos camponeses demonstram formas organizativas orientadas à busca pela realização do trabalho e da reprodução social, com mecanismos institucionais e estratégias de acúmulo político de enfrentamento de classes, nas contraditórias atribuições de eficiência produtivista dos territórios quando disputam contra as forças do capital colonial na produção de commodities, e este seria um sinal que relaciona a unidade e diversidade no espaço mundo. Nesse sentido a nossa tese, reafirma que o papel dos países latino-americanos tem sido uma peça fundamental no desenvolvimento capitalista, a partir da desapropriação dos territórios e mecanismos estatais que garantem a extração de matérias-primas (e a força de trabalho baseada na “raça”) para a acumulação capitalista em escala ampliada que jogam às populações locais à miséria. Daí que é importantíssimo debater as expressões concretas de expansão extrativista que transformam os territórios em espaços de valorização e acumulação, onde se evidenciem práticas coletivas que se oponham às formas de acumulação em distintas fases dos modos de produção nas estruturas coloniais e a possibilidade real de luta pelos territórios nos marcos institucionais.

O que vislumbramos é um processo de organização espacial e tentativas de ordenamento social sem que os camponeses possam dirigir suas lutas vinculadas ao uso do território. A perspectiva comparada relacional faz possível a compreensão inseparável entre sujeitos coletivos e as realidades sociais, pois a realização do trabalho e da reprodução social pela classe camponesa demonstra a iminente prática social exteriorizada na produção de alimentos, e expressada contraditoriamente na produção citrícola. Más, além disso, a dinâmica social no circuito de especialização extrativa que se localiza traz à tona a necessidade das possibilidades e limites da ação coletiva para intervenção escalar.

Trata-se de uma reflexão que, inevitavelmente como verificado por Marré (1991) e Zusmán (2011), a posição de quem pesquisa é uma inevitável ligação à trajetória vivida e existe a impossibilidade de neutralidade. Pois, a sociedade que está configurada por valores e normas culturais estabelecidas e modificadas constantemente pelas ações, nos coloca numa constante reflexão acerca do contexto histórico, enquanto cenário espaço-tempo que proporciona instrumentos e técnicas que derivam de épocas anteriores para constituir objetos de pesquisa, e sobretudo, do contato com a realidade empírica e o referencial teórico, e com integração com as próprias experiências. Assim, procuramos entrelaçar duas línguas – espanhol e português, e relacionar universos simbólicos na consulta popular protagonizada pela FDVSLT, somados às ocupações protagonizadas pelo MST ante o extrativismo de *commodities*.

O roteiro seguido na busca das leituras, observações, dados, informações e interlocuções expostos ao longo desta tese objetivou contribuir ao debate acadêmico em relação às lutas camponesas e em realidades nacionais, ao contexto em que se inscrevem as referências normativas e dos ideários da posse sobre o solo e subsolo, passando por um exame de documentos que substanciam a reivindicação da terra pública pelos Sem-Terra para assentar famílias no antigo NCM, no caso de São Paulo, e procedimentos na busca da intangibilidade agrícola por parte dos colonos que adquiriram terras no marco do projeto no Vale de San Lorenzo, em Piura. Em tais casos, ponderamos experiências de conflitos no século XXI, e os contrastes de tais formas de organização em regimes democráticos em economias baseadas na exportação de matérias-primas.

Várias das pessoas que conheci durante a ida à Piura, no final de 2019, e com quem retomei contato em São Paulo –com os cuidados necessários durante o isolamento social em decorrência da pandemia provocada pelo COVID-19– me convidaram a ouvir os processos do que significou o estabelecimento dos colonos (e dos filhos deles em Valle San Lorenzo). Os

convites se deram pelo fato de eu ser migrante em outro país, e de estar à escuta de experiências de organizações de mulheres sem-terra que ocorreram na área. Também foi relevante de eu ser piurana interessada por recuperar o “caso Tambogrante”, e por contribuir em espaços educativos e de gênero do MST de SP, querendo saber mais acerca do “caso Cutrale”. É, portanto, houve o reconhecimento de que portamos subjetividades que entraram em diálogo com outras subjetividades e seu envolvimento interacional na relação entre teoria e prática.

Por fim, devemos dizer que durante o trabalho de campo e no período de intercâmbio na Argentina (que incluíram a permanência em *Santiago del Estero*, próximo de Tucumán, um outro lugar onde se produz limão de maneira expressiva para exportação), apresentamos possíveis caminhos para entrelaçar histórias narradas acerca das representações destes frutos em questão. Apesar de serem uma particularidade de tais áreas, a espacialidade da produção dos citros é um caminho possível de estudo a ser traçado para fazer relações entre lugares, os quais, com as suas contradições, se expressam naturalmente nas estruturas que podem se produzir por meio da ação social. Já que, se trata de uma relação de dupla implicação e de interferências recíprocas, pois, como diz Mascaro (2013, p. 60): “a luta de classes está nas entranhas das formas econômicas do capitalismo quanto da forma política que lhe é própria. E, também, tanto as formas econômicas quanto às políticas do capitalismo”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“GRILAGEM é crime! Cutrale na cadeia”. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 08 mar. 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/03/08/grilagem-e-crime-cutrale-na-cadeia/>. Visto em: 08 de maio de 2020.

“PARAGUAY es fácil, es una mujer bonita”, dice Cartes. **Abc**, Asunción, 25 oct. 2013. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/paraguay-es-facil-es-una-mujer-bonita-dice-cartes-632556.html>

ACOSTA, A. El retorno del Estado: primeros pasos postneoliberales, mas no postcapitalistas, **Revista La Tendencia**, Quito, n. 13, p. 62-72, 2012. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4294/1/RFLACSO-LT13-12-Acosta.pdf>

ACOSTA, A. Las dependencias del extractivismo: aporte para un debate incompleto. **Actuel Marx**, Santiago, n. 20, 2016.

AGRICULTORES de Tambogrande hacen retroceder al gobierno de Sagasti: norma que autorizaba actividad minera no va más. **Confederação Nacional Agrária**. Lima, 21 enero 2021. Disponível em: <https://www.cna.org.pe/agricultores-tambogrande-hacen-retroceder-al-gobierno-sagasti-norma-autorizaba-actividad-minera-no-va-mas/>

ALENTEJANO, P.; EGGER, D. Agronegócio. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. v. 1, p. 97-104.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.

AMARO, A. A., MAIA, M. Produção e comércio de laranja e de suco no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 27, n. 7, p. 11-23, 1997. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1997/tec1-0797.pdf>

APICIUS, C. De Europa vino un español que se comió una naranja y sembró sus semillas de salpicón cítrico. **El Tiempo**, Bogotá, 13 nov. 1990. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-3622>

AREQUIPA: Minera Buenaventura niega malas prácticas laborales. **La República**, Lima, 12 set. 2019. Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2019/09/12/arequipa-minera-buenaventura-niega-malas-practicas-laborales/>

AREQUIPA: Pobladores bloquean vías en Chivay por protesta contra minera. **La República**, Lima, 21 set. 2018. Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/1323144-pobladores-bloquean-vias-chivay-protestas-minera/>

ASTE, J. [Entrevista]. **DESCO**, Lima, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.desco.org.pe/recursos/sites/indice/126/556.pdf>>. Acesso em: 15/09/2022.

AUGUSTO, D. Cutrale mantém 32 funcionários em condições precárias de trabalho no interior de São Paulo. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 15 set. 2011. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/09/cutrale-mantinha-32-funcionarios-em-condicoes-precarias-de-trabalho-no-interior-de-sao-paulo/>

AVANZA la minería ilegal en Tambogrande. **El montonero**, Lima, 29 sept. 2020. Disponível em: <https://elmontonero.pe/economia/avanza-la-mineria-ilegal-en-tambogrande>

BAGÚ, S. **Economía de la sociedad colonial**: ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

BAGÚ, S. **Estructura social de la colonia**: Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Ciudad de México: Era, 1978. 115 p. Disponível em: <https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/104250818-teoria-de-la-dependencia-una-anticritica-vania-bambirra.pdf>

BANDEIRA, L. Com proposta bilionária, rei da laranja brasileiro quer virar rei das bananas. **BBC News Brasil**, Londres, 13 ago. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140812\\_cutrale\\_perfil\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140812_cutrale_perfil_lab)

BARREDA, A. M. El espacio geográfico como fuerza productiva estratégica en El capital de Marx. In: CECENA, A. E. (Coord.). **La internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas**. México, DF: El Caballito, 1995.

BARTRA, A. V. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 339 p.

BELLINGIERI J. C.; BORGES A. C. G.; SOUZA J. G. Interpretações sobre fatores de exclusão de pequenos agricultores no setor citrícola. **Estudos Geográficos**, v. 10, n. 1, p. 27-42, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/6422/4921>

BELTRÁN VILLEGAS, M. A. El análisis comparativo: algunos aportes latinoamericanos em la segunda mitad del siglo XX. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, a. LIX, n. 221 (Nueva Época), p. 145-174, 2014.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por de trás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BOCCHINI, B. Justiça multa fabricantes de suco de laranja em R\$400 milhões. **Empresa Brasil de Comunicação**, Brasília, 26 mar. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/03/justica-multa-em-r-400-milhoes-maiores-industrias-de-suco-de-laranja-do-pais>

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 292 p.

BONATO, G. Indústrias de suco de laranja pagarão R\$ 301 milhões após admitirem cartel ao Cade. **Época negócios**, São Paulo, 23 nov. 2016. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/11/industrias-de-suco-de-laranja-pagarao-r-301-milhoes-apos-admitirem-cartel-ao-cade.html>

BOYLE, E. **Tambogrande**: Mangos, limones y oro: historia de un conflicto minero-ambiental. Lima: CEAS – Comisión Episcopal de Acción Social, 2006.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-publicacaooriginal-67105-pl.html>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto no 59.428, de 27 de outubro de 1966**. Brasília, DF, 1966. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d59428.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm)

BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Vara do Trabalho de Botucatu-SP. Processo n. 0001616-73.2012.5.15.0025. [2012?]. Ação Civil Pública. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cutrale-condenada-manter-alojamento.pdf>

BRASIL. Poder Judiciário. Primeira Vara Federal de Ourinhos. **Decisão**. Ourinhos, 10 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cutrale-liminar-jfsp-bloqueio-matricula.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL e EUA encerram disputa comercial sobre suco de laranja. **G1**, [S.l.], 19 fev. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/brasil-e-eua-encerram-disputa-comercial-sobre-suco-de-laranja.html>

BUENAVENTURA inició operaciones de la mina Tambomayo en Caylloma. **Diário Correo**, Lima, 25 enero 2017. Disponível em: <https://diariocorreo.pe/edicion/arequipa/buenaventura-inicio-operaciones-de-la-mina-tambomayo-en-caylloma-726637/>

BUENAVENTURA suspende temporalmente sus operaciones en Uchucchacua. **La República**, Lima, 15 oct. 2021a. Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2021/10/15/buenaventura-suspende-temporalmente-sus-operaciones-en-uchucchacua/>

BUENAVENTURA: trabajadores de minera demandan al Minem solucionar cese colectivo. **La República**, Lima, 04 nov. 2021b. Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2021/11/04/buenaventura-trabajadores-de-minera-demandan-al-minem-solucionar-cese-colectivo/>

BUENAVENTURA apuesta por recuperar los S/ 2.134 millones pagados al Estado peruano. **La República**, Lima, 10 agosto 2021c. Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2021/08/09/buenaventura-todavia-espera-recuperar-los-s-2134-pagados-al-estado-peruano/>

BUENAVENTURA vendió su participación en Yanacocha. **Expreso**, Lima, 09 feb. 2022. Disponível em: <https://www.expreso.com.pe/economia/buenaventura-vendio-su-participacion-en-yanacocha/>

BURNEO, M. L. La Reforma Agraria desde abajo: luchas por la tierra, excooperativistas y parcelación entre los comuneros de Catacaos, Piura. **Argumentos**, a. 13, n. 2, p. 19-29, 2019. Disponível em: <http://argumentos-historico.iep.org.pe/wp-content/uploads/2019/10/Burneo-ML.-2019-La-reforma-agraria-desde-abajo.pdf>

BUZETTO, M. Nova Canudos e a Luta do MST no Estado de São Paulo. **Lutas Sociais**, n. 6, p. 137-149, 1999.

CABREJOS VASQUEZ, C. **Actualización del mapa regional del sector agrario en Piura**. Piura: CIPCA, 2011. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/cipca/20170224030349/pdf\\_609.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/cipca/20170224030349/pdf_609.pdf)

CALABI, D; INDOVINA, F. Sull'uso capitalistico del territorio. *Archivio di studi urbani e regionali*, v. 4, n. 2, p. 3-20, 1973.

CAMPOS, A.; DALLABRIDA, P.; HARARI, I. Exclusivo: McDonald's tem fornecedores ligados a desmatamento ilegal e trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 30 mar. 2022. Disponível: <https://reporterbrasil.org.br/2022/03/exclusivo-mcdonalds-tem-fornecedores-ligados-a-desmatamento-ilegal-e-trabalho-escravo/>

CANÁRIO, P. Justiça bloqueia registro de fazenda ocupada pela Cutrale. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 12 jul. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jul-12/justica-federal-sp-bloqueia-matricula-fazenda-ocupada-cutrale>

CARAFFA, M. Projeto de assentamento rural: o parcelamento e as dinâmicas ambientais no Zumbi dos Palmares – Iaras/SP. **PARANOÁ**, n. 17, 2016.

CARBÓ, A. B. Bitter oranges: the reality that the industry does not want you to see. **Public Eye**, Zurich, June 2020. Disponível em: <http://stories.publiceye.ch/oranges-brazil/>

CASTILLO PINTO, L. Conflictos en tierras de Comunidades Campesinas y legislación. In: LAOS F., A. (Ed.) **Las comunidades campesinas en el siglo XXI**: situación actual y cambios normativos. Lima: Allpa, 2004. p. 79-113.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CEPEA. PIB-AGRO/CEPEA: PIB do agro cresce 8,36% em 2021; participação no PIB brasileiro chega a 27,4%. **CEPEA**, Piracicaba, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx#:~:text=Diante%20do%20bom%20desempenho%20do,52%2C63%25%2C%20respectivamente.>

CEPES. Tambogrande: El oro de disputa. **La Revista Agrária**, Lima, 15 Marzo 2019a. Disponível em: <https://larevistaagrariaperu.org/2019/03/15/tambogrande-el-oro-de-la-disputa/>

CEPES. Tambogrande: en camino a la consulta. **La Revista Agraria**, Lima, 14 marzo 2019b. Disponível em: <https://larevistaagrariaperu.org/2019/03/14/tambogrande-en-camino-a-la-consulta-2/>. Visto em 15/08/2022

CIAVATTA, M. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação e Sociedade**, v. XXI, n.72, p. 197-230, 2000.

CITROS: receita de gigantes do suco atingiu R\$ 7,8 bi em 2016. **Globo Rural**, São Paulo, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2017/08/globo-rural-citros-receita-de-gigantes-do-suco-atingiu-r-78-bi-em-2016.html>

COM SUCO de laranja em crise, Cutrale investe em grãos. **Época negócios**, São Paulo, 24 ago. 2012. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/08/com-suco-de-laranja-em-crise-cutrale-investe-em-graos.html>

COMISIÓN EPISCOPAL DE ACCIÓN SOCIAL; DIACONÍA PARA LA JUSTICIA Y LA PAZ. **Tambogrande**: mangos, limones y oro. História de un conflicto minero ambiental. Lima: Comisión Episcopal de Acción Social; Piura: Diaconía para la Justicia y la Paz, 2006.

COMUNEROS de Corire piden acelerar remediación a zona de exploración minera. **Diário Correo**, Moquegua, 26 mar. 2016. Disponível em: <https://diariocorreo.pe/edicion/moquegua/comuneros-de-corire-piden-acelerar-remediacion-a-zona-de-exploracion-minera-661790/>

COOPERACION. **Las Inversiones de Empresas Mineras Canadienses en el Perú: El Caso Tambogrande y la Necesidad de Implementar Reformas.** [Lima]: CooperAcción, 2005. Informe. Disponível em: <https://miningwatch.ca/sites/default/files/elcasotambogrande.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA R. L (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48

COTTA, L. C. V. **Adhemar de Barros (1901-1969): A origem do “Rouba, mas faz”.** 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CURTO, D. R.; DOMINGOS, N.; JERÓNIMO, M. B. Entre la moral y la razón: la sociología histórica de Barrington Moore Jr. **Prismas: revista de historia intelectual**, n. 18, 2014, p. 63-98

CUTRALE se aproveita de quase cem anos de abandono para grilar terras. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**, São Paulo, 17 mar. 2010. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/brasil/eduardo-sales-de-lima-2/>

CUTRALE: o amargo sabor do doce suco da laranja. **O Rango**, São João da Boa Vista, mai. 2012a. Disponível em: <http://www.sindicatodaalimentacao.com.br/rangos/5672edd6537c7.pdf>

CUTRALE é condenada a pagar R\$ 2 milhões por descumprir normas de segurança. **G1**, [S.I.], 01 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/cutrale-e-condenada-a-pagar-r-2-milhoes-por-descumprir-normas-de-seguranca.ghtml>

D’ANDRADE, W.; PORTO, G. Cutrale e governo brigam por área no Porto de Santos. **Exame**, São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cutrale-e-governo-brigam-por-area-no-porto-de-santos-2/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DE ECHAVE, J.; DIEZ, A.; HUBER, L.; REVESZ, B.; LANATA, X. R.; TANAKA, M. **Minería y conflicto social.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2009. 424 p.

DÍAZ DE LEÓN, C., LEÓN DE LA GARZA, E. A. Método comparativo. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, [s. d.].

DÍAZ JARAMILLO, J. A. Los trabajos de la memoria: la masacre de las bananeras y los sectores subalternos en Colombia, 1929-2008. **Trashumante**: Revista Americana de História Social, n. 13, p. 30-54, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4556/455658392002/html/>

DOMINGUES, E. A. **A criminalização da luta pela terra**: o caso Cutrale. 2019. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/67848/Monografia%20Eduarda%20Domingues.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DURÁN, R. B.; CHALI, O. B.; TITO, L. S. (Coords.). **Informe 2020**: Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2020.

DURANTE Jornada, MST ocupa área grilada pela Cutrale em SP. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/04/17/durante-jornada-mst-ocupa-area-grilada-pela-cutrale-em-sp/>. Visto em 04 agosto 2021.

EGUREN, F. Las grandes irrigaciones: la continuación de un modelo controvertido. **Centro Peruano de Estudios Sociales**, Lima, 18 agosto 2020. Disponível em: <https://cepes.org.pe/2020/08/18/las-grandes-irrigaciones-la-continuacion-de-un-modelo-controvertido/>

EMPRESA diz que invasão de sem-terra deu prejuízo de R\$ 1,2 milhão. **G1**, [S.l.], 14 out. 2009. Disponível in: <https://g1.globo.com/noticias/saopaulo/0,,mul1341277-5605,00-empresa+diz+que+invasao+de+semterra+deu+prejuizo+de+r+milhao.html>

EN CAYLLOMA enjuician a minera Buenaventura por adueñarse de terrenos. **El Buho**, Arequipa, 13 dic. 2016. Vídeo. Disponível em: <https://elbuho.pe/2016/12/video-pobladores-caylloma-enjuician-minera-buenaventura-aduenarse-terrenos/>

EPTV. 'Terra Laranja': Duas das maiores indústrias do mundo estão em Araraquara e Matão. In: **Globoplay**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7322221/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

FAO. **FAOSTAT**. Cultivos y productos de ganadería. Roma: FAO, [ca. 2022]. Base de datos. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL> Acesso em: 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2004.

FELICIANO, C. A. **O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária**. 2003. 248 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes**, v. 93, n.2, p. x-xi, 1999.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago. **Actas del 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001. Disponível em:  
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/02.pdf>

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade, Questão Agrária e Desenvolvimento. **Campo-Território**, v. 9, n. 18, p. 1-10, 2014.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Agricultura e Mercado: campeonato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; Fabrini, J. E. (Orgs.). **Campeonato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

FIRMIANO, F. D. **O padrão de Desenvolvimento dos Agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da Reforma Agrária**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

FUNCIONÁRIOS são impedidos de trabalhar em fazenda ocupada. **G1**, [S.l.], 17 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/11/funcionarios-sao-impedidos-de-trabalhar-na-fazenda-ocupada-pelo-mst.html>

GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya**: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. 2. ed. rev. Bogotá: Siglo del Hombre; Buenos Aires: Clacso, 2009.

GARCÍA LINERA, Á. La asonada de la clase media decadente. **Revista de Frente**. La Paz, 15 enero 2018. Disponível em: <https://www.revistadefrente.cl/garcia-linera-clase-media-decadente/>.

GARCIA LINERA, Á. **Forma valor y forma comunidad**: Aproximación teórico-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal. 2a ed. Buenos Aires: Prometeo; CLACSO, 2020.

GARCÍA LINERA, Á. **Para lxs que vendrán**: crítica y revolución en el siglo XXI: selección de conferencias, artículos y entrevistas, 2010-2021. Seleção de Ramiro Parodi e Andrés Tzeiman. 1. ed. - Los Polvorines, Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2022a. Disponível em: <https://cronicon.net/wp/wp-content/uploads/2022/04/Obra-Garc%C3%ADa-Linera.pdf>

GARCÍA LINERA, Á. Una vez más sobre el llamado “extractivismo”. **Radio Gráfica**, Buenos Aires, 6 enero 2022b. Disponível em: <https://radiografica.org.ar/2022/01/06/una-vez-mas-sobre-el-llamado-extractivismo/>

GASPARIN, G.; WITCEL, R.; SANTOS, M. Acampamentos e assentamentos. In: DIAS, A. P. et al (Orgs). **Dicionário de agroecologia e educação**. -1 ed.--São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 23-28.

GILETTA, M. F. Sergio Bagú: apuntes sobre su biografía intelectual y su pensamiento sociohistórico. In: ACOSTA, Y.; ANSALDI, W.; GIORDANO, V.; SOLER, L. M. **América Latina piensa en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 83-104.

GMITTER, F. G., HU, X. The possible role of Yunnan, China, in the origin of contemporary citrus species (rutaceae). **Economic Botany**, v. 44, n. 2, 267–277, 1990.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323–354, 2009.

GÖRGEN, S. A. Agrocombustíveis. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 53-59.

GRASIELA, L. Funcionário da Cutrale morre após ser atingido por caminhão da empresa. **JCNET**, Bauru, 10 maio 2016. Disponível in: <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2016/05/464712-funcionario-da-cutrale-morre-apos-ser-atingido-por-caminhao-da-empresa.html>

GUARANGO. **Tambogrande. Vale más que Oro**. Oct. 2004. (Revista Educativa). Disponível em: [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/ACEA3BCFA81CADCC05257E370079174D/\\$FILE/TambograndeValeM%C3%A1sQueOro.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/ACEA3BCFA81CADCC05257E370079174D/$FILE/TambograndeValeM%C3%A1sQueOro.pdf)

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/>

GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones: un marco conceptual sobre la apropiación de los recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 18, p. 1.-18, 2013.

Disponível em: <https://ambiental.net/wp-content/uploads/2015/12/GudynasApropiacionExtractivismoExtraheccionesOdeD2013.pdf>

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**: éticas biocêntricas e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.

GUEREÑA, A. **Desterrados**: Tierra, poder y desigualdad en América Latina. Oxford, UK: OXFAM, 2016. Disponível em: [https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file\\_attachments/desterrados-full-es-29nov-web\\_0.pdf](https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/desterrados-full-es-29nov-web_0.pdf)

HAARSTAD, H. Globalización, narrativas y redes: conflictos sobre la actividad minera en Tambogrande, Piura. **Espacio y Desarrollo**, n. 20, p. 87-107, 2008. Disponível em: <https://caritascolombiana.org/wp-content/uploads/2016/10/Tambogrande-Estrategias.pdf>

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. F.; TORRES, F. V. Mobilizing territory: socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 5, p. 1454-1470, 2019.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia**. Quito: IAEN- Instituto de altos estudios Nacionales del Ecuador; Madrid: Traficantes de sueños, 2018

HAYA DE LA TORRE, V. R. El anti-imperialismo y el Apra. In: HAYA DE LA TORRE, V. R. **Obras escogidas**. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de La Torre, 2006. v. 2.

HUANCAVELICA: Minera contamina ríos y causa muerte de cientos de animales. **Exitosa**, Chorrillos, 27 dic. 2020. Disponível em: <https://exitosanoticias.pe/v1/huancavelica-minera-contamina-rios-y-causa-muerte-de-cientos-de-animales/>

IHA, M. H. **A territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária**: Os acampamentos do MST em Iaras-SP. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/teses\\_geografia2008/dissetacaounicampihamonicahashimotoiha.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/teses_geografia2008/dissetacaounicampihamonicahashimotoiha.pdf)

INCRA. **Cadeia Sucessória Dominial**: Estudo de Casos Relativos ao Núcleo Colonial Monção. Volume 1. São Paulo, 2006.

INTERNATIONAL LAND COALITION; OXFAM. **Uneven ground**: La desigualdad de la tierra en el corazón de las sociedades desiguales: Resultados de la investigación de la iniciativa sobre la desigualdad de la tierra: resumen. 2020. Disponível em:

<https://www.oxfam.org/es/informes/la-desigualdad-de-la-tierra-en-el-corazon-de-las-sociedades-desiguales>

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e Camponeses, Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo**: Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

JULCA GONZA, E. L. Interseccionalidades e campos de possibilidades no imediato da vida e perspectivas de futuro. **Pegada Eletrônica**, v. 20, p. 224-236, 2019

JUSHSL. Reseña histórica. **Junta de Usuarios del Sector Hidráulico Menor San Lorenzo**, Piura, [s. d.]. Mais detalhes: <http://www.jusanlorenzo.org.pe/web/index.php/resena-historica/>

JUSHSL. **Estadística de Productores**: Tambogrande. Piura, 2002.

JUSHSL. Breve reseña histórica del valle San Lorenzo. **Junta de Usuarios del Sector Hidráulico Menor San Lorenzo**, Piura, 24 julio 2019. Mais detalhes: <http://www.jusanlorenzo.org.pe/web/index.php/resena-historica/>

JUSTIÇA condena Cutrale a pagar R\$ 500 mil por discriminar grávidas. **G1**, [S.I.], 09 fev. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/02/justica-condena-cutrale-pagar-r-500-mil-por-discriminar-gravidas-araraquara.html>

JUSTIÇA decreta prisão de líder do MST por invasão de fazenda de laranja em Borebi. **G1**, [S.I.], 16 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/justica-decreta-prisao-de-lider-do-mst-por-invasao-de-fazenda-de-laranja-em-borebi.ghtml>

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Disponível em: [http://resistir.info/livros/guerras\\_hibridas.pdf](http://resistir.info/livros/guerras_hibridas.pdf)

LA COLONIZACIÓN San Lorenzo: cincuenta años después (1). **La Mula**, Lima, 07 dic. 2010. Disponível em: <https://lamula.pe/2010/12/07/la-colonizacion-san-lorenzo-cincuenta-anos-despues-1/cepesrural/>

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Lisboa: Escorpião, 1973.

LORENZON, G. Sul/Sudoeste paulista justificam investimentos em suco de laranja, apesar do mercado fraco. **MONEYTIMES**, São Paulo, 09 ago. 2019. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/sul-sudoeste-paulista-se-preparam-para-receberem-investimentos-em-suco-de-laranja-apesar-do-mercado-fraco/>

LOS PRINCIPALES países productores de cítricos del mundo. **Citricas.com**, [S.I.], 05 marzo 2019. Disponível em: <https://citricas.com/los-principales-paises-productores-de-citricos-del-mundo/>

MAFORT, K. C. O. **Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo**. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182334>

MAFORT, K.; JULCA GONZA, L. J. “Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem”. In: SOLDATELI PAIM, E. (Org). **Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia**. São Paulo: Funilaria, 2020. p. 69-90. Disponível em: [https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Resistencias\\_re-existencias\\_web.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Resistencias_re-existencias_web.pdf).

MAGALHÃES, A. Lista da escravidão não divulgada pelo governo contém gigantes da agroindústria. **Repórter Brasil**, São Paulo, 23 out. 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/10/lista-da-escravidao-nao-divulgada-pelo-governo-contem-gigantes-da-agroindustria/>

MANDEL, G. Cutrale é multada por condições precárias de alojamento. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 05 set. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-set-05/empresa-multada-condicoes-alojamento-fora-area-fazenda>

MARIÁTEGUI, J. C. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1972.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3. ed. Lima: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. Ciudad de México: Era. 1991.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: UNIOESTE, 1991. Apostila de Curso.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, M. El proyecto colonizador de México a finales del siglo XIX: algunas perspectivas comparativas en Latinoamérica. **Secuencia**, n. 76, p. 103-132, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n76/n76a4.pdf>

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Global, 1987.

MÁS DE 5 MIL truchas murieron por contaminación de río por relaves de Buenaventura. **El Buho**, Arequipa, 01 abril 2016. Disponível em: <https://elbuho.pe/archivo/2016/04/01/fotos-mas-de-5-mil-truchas-murieron-por-contaminacion-de-río-por-relaves-de-buenaventura/index.html>

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAXWELL, M. Cutrale-Safrá clears regulatory hurdle. **Fruitnet**, London, 05 Jan. 2015. Disponível em: <https://www.fruitnet.com/eurofruit/cutrale-safrá-clears-regulatory-hurdle/163773.article>

MAZIN, A. D.; ESTEVAM, D.; STÉDILE, M. E. (Coords.) **História do MST: A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente**. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016. Construção coletiva do Curso de História ITERRA/UFFS Turma Eduardo Galeano.

MELGAREJO, V. Mango peruano, tras un nuevo tratamiento sanitario para evitar la mosca de la fruta. **Gestión**, Lima, 14 sept. 2019. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/mango-peruano-tras-un-nuevo-tratamiento-sanitario-para-evitar-la-mosca-de-la-fruta-noticia/?ref=gesr>

MELOCHE, G. **Hacia una nueva ética de la cooperación: La lucha de los hombres y las mujeres de Tambogrande**. [S. l.]: [s. n.], 2006. Resultados preliminares da pesquisa. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26603/122215.pdf>

MELOCHE, G. **Du conflit au dialogue: réflexions pour une éthique de l'intervention: L'expérience de construction identitaire de la communauté de Tambogrande au Pérou à travers sa lutte pour s'approprier son développement**. 2007. 427 f. Tese (Doctorat en Communication). Université du Québec à Montréal, Montréal, 2007. Disponível em: <https://archipel.uqam.ca/4388/1/D1544.pdf>

MENDONÇA, N. T. **Na luta pela terra: Cutrale x MST (setembro de 2009)**. 2012. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18718/1/LutaTerraCutrale.pdf>

MÉXICO. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación. Planeación Agrícola Nacional, 2016-2030. **Cítricos: Limón, Naranja y Toronja: Mexicanos**. Ciudad de México, 2017. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/257073/Potencial-C\\_tricos-parte\\_uno.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/257073/Potencial-C_tricos-parte_uno.pdf)

MINEM: Minera Las Bambas pagará S/ 690 millones por IGV pendiente. **RPP Noticias**, Lima, 23 agosto 2021a. Disponível em: <https://rpp.pe/economia/economia/minem-minera-las-bambas-pagara-690-millones-de-soles-por-igv-pendiente-noticia-1353930>

MINEM fortalece coordinación con Compañía de Minas Buenaventura. **Andina**, Lima, 25 agosto 2021b. Disponível em: <https://andina.pe/agencia/noticia-minem-fortalece-coordinacion-compania-minas-buenaventura-859040.aspx>

MINERA peruana Cerro Verde paga anticipadamente US\$ 245M de deuda tributaria "bajo protesto". **América Economía**, Lima, 13 agosto 2021. Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/negocios-empresas/minera-peruana-cerro-verde-paga-anticipadamente-us-245m-de-deuda-tributaria-bajo-protesto>

MOORE JR., B. **Social origins of dictatorship and democracy**: lords and peasants in the making of the modern world. Boston: Beacon Press, 1966.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, A. C.R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

MORALES, R. México supera a Brasil como primer proveedor de jugo de naranja de EU. **El economista**, Ciudad de México, 15 sept. 2020. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Mexico-supera-a-Brasil-como-proveedor-de-jugo-de-naranja-de-EU-20200915-0010.html>

MORAN, R. E. **Una mirada alternativa a la propuesta de minería en Tambogrande, Perú**. Washington D. C.: OXFAM, 2001. Disponível em: [http://www.tecnologiaslimpias.cl/peru/docs/Mirada\\_Alternativa\\_a\\_la\\_MinerAa\\_-\\_R.\\_Moran\\_-\\_EspaAol.pdf](http://www.tecnologiaslimpias.cl/peru/docs/Mirada_Alternativa_a_la_MinerAa_-_R._Moran_-_EspaAol.pdf)

MOREIRA, R. A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MORINI, T. F. Cutrale, el frutero de sudamérica. **El País**, Madrid, 23 jun. 2016. Disponível em: [https://elpais.com/economia/2016/06/10/actualidad/1465549765\\_282653.html](https://elpais.com/economia/2016/06/10/actualidad/1465549765_282653.html)

MPT processa produtora de laranjas por condições precárias de trabalho. **G1**, [S.l.], 19 ago. de 2015. Link: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/08/mpt-processa-produtora-de-laranjas-por-condicoes-precarias-de-trabalho.html>

MST ocupa área grilada da Cutrale em Iaras. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 22 ago. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/08/22/mst-ocupa-area-grilada-da-cutrale-em-iaras/>. Visto em 20 de jun. de 2020.

MST ocupa fazenda grilada pela empresa Cutrale, no interior de São Paulo. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 03 jun. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/06/03/mst-ocupa-fazenda-grilada-pela-empresa-cutrale-no-interior-de-sao-paulo/>. Visto em: 08 ago. 2021.

MST reocupa fazenda grilada pela Cutrale, no interior de São Paulo. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 17 nov. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/11/17/mst-reocupa-fazenda-grilada-pela-cutrale-no-interior-de-sao-paulo-2/>. Visto em: 10 maio 2021.

MST, Tribunal Popular. **Dossiê Cutrale - 2011**. São Paulo: MST, [2011]. Disponível em: [http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie\\_Cutral.pdf](http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutral.pdf)

NEVES, M. F. (Coord.). **O Retrato da Citricultura Brasileira**. São Paulo: CitrusBR, 2010. 137 p. Disponível em: <https://citrusbr.com/biblioteca/publicacoes-citrusbr/>

OEFA advierte riesgo ambiental con toma de mina Orcopampa. **Diário Correo**, Arequipa, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://diariocorreo.pe/edicion/arequipa/oeфа-advier-te-riesgo-ambiental-con-toma-de-mina-orcopampa-903186/>

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLVEDA, J. Proyectos de colonización en la primera mitad del siglo XIX. **Relaciones**, v. 11, n. 42, 1990. Disponível em: <https://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/042/JaimeOlveda.pdf>

PALACIOS, V. Dos de junio es el día de la Dignidad Tambograndina. **El tiempo**, Piura, 02 junio 2019. Disponível em: <https://eltiempo.pe/2-de-junio-es-el-dia-de-la-dignidad-tambograndina/>

PAREDES, M. La transnacionalización de la resistencia a la minería en Tambogrande y Pascua Lama. **América Latina Hoy**, v. 80, p. 73-94, 2018.

PARRA-BERNAL, G. Cutrale-Safra faz oferta de US\$14 por ação para adquirir Chiquita. **Época negócios**, São Paulo, 06 nov. 2014. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/10/cutral-safra-faz-oferta-de-us14-por-acao-para-adquirir-chiquita.html>

PASCO: tres trabajadores quedaron sepultados tras derrumbe de mina El Brocal [Video]. **El Popular**, Lima, 21 marzo 2022. Disponível em: <https://elpopular.pe/actualidad/2022/03/20/pasco-cuatro-trabajadores-quedaron-sepultados-derrumbe-mina-video-117468>

PAUCAR ALBINO, J. L. Francke: Empresa minera pagó deuda tributaria de 800 millones de soles. **La Mula**, Lima, 29 dic. 2021. Disponível em: <https://redaccion.lamula.pe/2021/12/29/mef-deuda-minera-pedro-francke-anuncio/jorgepaucar/>

PELEGRIN, R. A. M. MST, Cutrale e Núcleo Colonial Monção: estudos preliminares de um conflito. In: Jornada de Estudos Agrários, 2014, Marília. **Anais Jornada de Estudos Agrários: territórios e movimentos sociais**. Marília: UNESP, [2014].

PELEGRIN, R. A. M. MST, Cutrale e Núcleo Colonial Monção: análise de um conflito. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 15., 2015, Havana. [**Trabalhos**

**apresentados**]. Havana: Universidad de Havana, 2015. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/pelegrin\\_rodolfo-augusto-monteiro.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/pelegrin_rodolfo-augusto-monteiro.pdf)

PENHA, D. Convênio que fornecia laranja para a Cutrale é denunciado por más condições de trabalho. **Repórter Brasil**, 29 mar. 2019. Disponível: <https://reporterbrasil.org.br/2019/03/convenio-que-fornecia-laranja-para-a-cutrale-e-denunciado-por-mas-condicoes-de-trabalho/>

PENHA, D. Pandemia cria cenário de incerteza para trabalhadores da laranja. **Repórter Brasil**, São Paulo, 15 jun. 2020. Disponível: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/pandemia-cria-cenario-de-incerteza-para-trabalhadores-da-laranja/>

PERCASSI, J. Mulheres do MST ocupam terras da União invadidas pela Cutrale. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 11 nov. 2012a. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/11/11/mulheres-do-mst-ocupam-terras-da-uniao-invadidas-pela-cutrale/> Visto em: 09 maio 2020.

PERCASSI, J. Mulheres do MST trancam rodovia após reintegração de posse na Cutrale. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 13 nov. 2012b. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/11/13/mulheres-do-mst-trancam-rodovia-apos-reintegracao-de-posse-na-cutrale/>. Visto em: 09 maio 2020.

PERCASSI, J. MST reocupa fazenda grilada pela Cutrale, no interior de São Paulo. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 31 jul. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/07/31/mst-reocupa-fazenda-grilada-pela-cutrale-no-interior-de-sao-paulo/>. Visto em: 08 ago. 2021.

PERES, J. Corumbiara: quebrar o silêncio, 27 anos depois. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, 09 ago. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/09/corumbiara-quebrar-o-silencio-27-anos-depois/> Acesso em: 30/08/2022.

PERU. Ley nº 10619, del 29 de junho de 1946. Disponível em: <https://docs.peru.justia.com/federales/leyes/10619-jun-29-1946.pdf>

PERU. Ley nº 13240, del 19 de junio de 1959. Disponível em: <https://docs.peru.justia.com/federales/leyes/13240-jun-19-1959.pdf>

PERU. Ministério de Agricultura y Riego. Autoridad Nacional del Agua. **Delimitación del ámbito territorial de la administración local de Agua San Lorenzo**. Lima, 2016. 32 p. Disponível em: [http://www.ana.gob.pe/sites/default/files/normatividad/files/ala\\_san\\_lorenzo.pdf](http://www.ana.gob.pe/sites/default/files/normatividad/files/ala_san_lorenzo.pdf)

PERU. Ministério de Agricultura y Riego. Dirección general de Políticas Agrárias. **Producción de Caña de azúcar en el Perú, perspectivas**. Perfil técnico n. 5. Lima: MINAGRI, 2017.

PERU. SENASA. **El sector agropecuario creció en 8.4% en primer semestre de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.senasa.gob.pe/senasacontigo/el-sector-agropecuario-crecio-en-8-4-en-primer-semestre-de-2018/>

PERU. Ministro de Agricultura y Riego. Decreto Supremo que aprueba valores de retribuciones económicas a pagar por el uso de agua y por el vertimiento de aguas residuales tratadas a aplicarse el año 2020. **El Peruano**, Lima, 27 dic. 2019. Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-supremo-que-aprueba-valores-de-retribuciones-economi-decreto-supremo-n-011-2019-minagri-1840243-2/>

PERU. Oficina Nacional de Procesos Electorales. **Resolucion Jefatural N° 002490-2022-JN/ONPE**. 13 Julio 2022. Disponível: <https://www.onpe.gob.pe/modMarco-Legal/Resoluciones/RJ-2490-2022-JN.pdf>

PIOVANI, J. I.; KRAWCZYK, N. Los estudios comparativos: algunas notas históricas, epistemológicas y metodológicas. **Educação e realidade**, v. 42, n. 3, 821-840, 2017.

PISTOLEIROS ameaçam Sem Terra que ocupam fazenda grilada pela Cutrale. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 04 jun. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/06/04/pistoleiros-ameacam-sem-terra-que-ocupam-fazenda-grilada-pela-cutrale/>. Visto em: 08 agosto 2021.

PIURA: solo el 10% de productores de mango están asociados. **La República**, Lima, 23 dic. 2018. Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/1381590-10-productores-mango-asociados/>

PIZZANI, M. P. M. O papel da agricultura nos planos do governo JK: Um balanço bibliográfico. In: Encontro de Pós-Graduação de História Econômica, 10.; Conferência Internacional de História Econômica, 8., Osasco, 2020. **Anais**. Osasco: EPPEN, UNIFESP, 2020. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/X\\_Enc\\_Pos\\_Osasco\\_2020/Matheus%20Pizzani.pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/X_Enc_Pos_Osasco_2020/Matheus%20Pizzani.pdf)

PLOEG, J. D. van der. **El futuro robado**: Atierra, agua y lucha campesina. Lima: Instituto de Estudios Peruanos – IEP, 2006.

POBLADORES de Orcopampa amenazan con huelga contra minera Buenaventura en Arequipa. **La República**, Lima, 09 de jul. 2019. Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2019/07/09/pobladores-de-orcopampa-amenazan-con-huelga-contra-minera-buenaventura-en-arequipa/>

POLÍCIA prende nove pessoas ligadas ao MST por destruição de laranjal em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/policia-prende-nove-pessoas-ligadas-ao-mst-por-destruicao-de-laranjal-em-sao-paulo-3062546>. Visto em 09 de maio de 2020.

PORTUGAL MENDOZA, C. **Gobernanza en el acceso de la actividad minera a los recursos naturales locales**: el caso Tambogrande. Lima: Grupo de Investigaciones Económicas (ECO), [ca. 2005]. 57 p. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/28508/124019.pdf?sequence=1>

POSICIONAMENTO da Cutrale. **Repórter Brasil**, 08 abr. 2022. Disponível: <https://reporterbrasil.org.br/2022/04/posicionamento-da-cutrale/>

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/formac3a7c3a3o-do-brasil-contemporc3a2neo-caio-prado-junior.pdf>

PRADO JÚNIOR, C. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a Teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economi%20do%20Brasil.pdf>

PREJUÍZO de invasão do MST em Borebi gira em torno de R\$ 200 mil. **G1**, [S.l.], 06 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2013/06/prejuizo-de-invasao-do-mst-em-borebi-gira-em-torno-de-r-200-mil.html>

PRINCIPAIS notícias do agronegócio: junho/2020. **Tricontinental**, [s. d.], 06 jul. 2020. Disponível: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/principais-noticias-do-agronegocio-junho-2020/>

PRODUCCIÓN de naranjas bajará un 16% en Florida. **La Nación**, San José, Costa Rica, 14 julio 2016. Disponível em: <https://www.nacion.com/economia/agro/produccion-de-naranjas-bajara-un-16-en-florida/N7P6ILPNQRCD7JKAVW3IS2GTSY/story/>

PRODUCTORES de limón buscan restringir cultivo de arroz para prevenir escasez de agua. **Agrária**, 16 dic. 2020. Disponível em: <https://agraria.pe/noticias/productores-de-limon-buscan-restringir-cultivo-de-arroz-para-23229#:~:text=%C3%97-,Productores%20de%20lim%C3%B3n%20buscan%20restringir%20cultivo%20de%20arroz%20para%20prevenir,afrentada%20hasta%20hace%20pocos%20d%C3%ADas.>

PROYECTOS de oro y cobre lideran este año cartera de exploración minera. **Andina**, Lima, 22 marzo 2022. Disponível em: <https://andina.pe/agencia/noticia-proyectos-oro-y-cobre-lideran-este-ano-cartera-exploracion-minera-885739.aspx>

QUÉ LA JUVENTUD decida si quiere decirle ‘sí’ a minería. **El Tiempo**, Piura, 10 agosto 2020. Disponível em: <https://eltiempo.pe/detail/que-la-juventud-decida-si-quiere-decirle-si-a-mineria>

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REINTEGRAÇÃO de posse. Justiça manda MST desocupar fazenda da Cutrale. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 3 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-03/justica-sao-paulo-24-horas-mst-desocupar-fazenda-cutrale>

RÉNIQUE, J. L. **A Revolução Peruana**. São Paulo: Unesp, 2009.

RESUMEN del mercado global del limón. **Federcitrus**, Buenos Aires, [c2022]. Disponível em: <https://www.federcitrus.org/resumen-del-mercado-global-del-limon-2/>

ROQUE Benavides: “Convocatoria a Constituyente genera inestabilidad”. **Canal N**, Lima, 29 abr. 2022. Vídeo. Disponível em: <https://canaln.pe/actualidad/roque-benavides-convocatoria-constituyente-genera-inestabilidad-video-n444928>

ROSA, M. C. Ocupações de terra. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 149-363.

ROSALES, S. Los riesgos que afrontan los cultivos de mango en la zona de mayor producción del país. **Gestión**, Lima, 10 dic. 2020. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/los-riesgos-que-afrontan-los-cultivos-de-mango-en-la-zona-de-mayor-de-produccion-del-pais-noticia/>

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALAZAR VEGA, E. La estrategia detrás del pago anticipado de las deudas tributarias de Buenaventura y Cerro Verde. **Ojo Público**, Lima, 28 agosto 2021. Disponível em: <https://ojo-publico.com/2972/la-estrategia-detras-del-pago-anticipado-de-las-deudas-tributarias>

SALDARRIAGA, J. El Algarrobo: ¿Otra ruta para Tambogrande?. **El Comercio**, Lima, 25 feb. 2019. Disponível in: <https://elcomercio.pe/economia/dia-1/algarrobo-ruta-tambogrande-proinversion-proyecto-minero-mineria-piura-tambo-grande-oro-noticia-611192-noticia/>

SANTOS, M. Os espaços da globalização. In: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**: Observatorio Social de América Latina, v. 6, n. 16, p. 251-261, 2005. Disponível em:  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 285 p.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, M. ; GLASS, V. (Orgs.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

SANTOS, M. J. **Questão agrária na região de Bauru**: produção desigual de espaços e territórios através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204166>

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista. **Inquérito Policial nº 0007666-56.2009.8.26.0319**. [S. l.]: Tribunal de Justiça de São Paulo, 2018.

SARTORI, G., MORLINO, L. (Orgs.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza, 1994.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 49-87, 1998.

SECTOR minero del Perú se muestra preocupado por dudas sobre el Gobierno de Pedro Castillo. **América Economía**, Lima, 04 agosto 2021. Disponível em:  
<https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/sector-minero-del-peru-se-muestra-preocupado-por-dudas-sobre-el-gobierno-de>

SEGATO, R. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.

SEM TERRA ocupam fazenda grilada pela Cutrale em São Paulo. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 02 ago. 2015. Disponível em:  
<https://mst.org.br/2015/08/02/sem-terra-ocupam-fazenda-grilada-pela-cutrale-em-sao-paulo/>

SIANCAS, W. Altas temperaturas y escasez de lluvias ponen en peligro el agro en Piura. **La República**, Lima, 05 marzo 2020. Disponível:  
<https://larepublica.pe/sociedad/2020/03/05/piura-agro-en-riesgo-por-escasez-de-lluvias-lrnd/>

SILVA, E. Pesquisa inédita mapeia desigualdade racial entre proprietários rurais brasileiros. **Globo Rural**, São Paulo, 23 ago. 2020. Disponível em:  
<https://globorural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/08/pesquisa-inedita-mapeia-desigualdade-racial-entre-proprietarios-rurais-brasileiros.html>

SILVA, M. A. M. Nos caminhos da laranja em tempos de coronavírus: reflexão da professora Maria Aparecida Moraes Silva sobre os trabalhadores no contexto da COVID-19. **CDMF**, São Carlos, 23 abr. 2020. Disponível em: <http://cdmf.org.br/2020/04/23/os-caminhos-da-laranja/>

SIMIONATO, M. Mídia influenciou em reintegração, afirma sem-terra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 2009. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1110200908.htm>

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Fenaj e Sindicato dos Jornalistas criticam parcialidade na cobertura do MST. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**, São Paulo, 09 fev. 2010. Nota conjunta da direção. Disponível em:  
<https://mst.org.br/2010/02/09/fenaj-e-sindicato-dos-jornalistas-criticam-parcialidade-na-cobertura-do-mst/>

SKOCPOL, T. **States and Social Revolutions**: a comparative analysis of France, Russia, and China. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SUCUPIRA, F.; HASHIZUME, M. Novo estudo da RB subsidiará campanha internacional por alimentação ética. **Repórter Brasil**, São Paulo, 18 mar. 2021. Disponível em:  
<https://reporterbrasil.org.br/2021/03/novo-estudo-da-rb-subsidiara-campanha-internacional-por-alimentacao-etica/>

SVAMPA, M. **Debates latinoamericanos**, Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Lima. Biblioteca Nacional de Perú, 2018.

SVAMPA, M.; VIALE, E. **Maldesarrollo**: La Argentina del extractivismo y el despojo. 1. Ed. Buenos Aires: Katz, 2014. Disponível em: <https://xn--pauelosenrebeldia-gxb.com.ar/wp/wp-content/uploads/2020/05/Maristella-Svampa-y-Enrique-Viale-Maldesarrollo-2014.pdf>

TAGUCHI, V. Cutrale quer exportar 1,5 milhão de toneladas de soja na safra 2015/2016. **Globo Rural**, São Paulo, 13 out. 2015. Disponível em:  
<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia-e-Negocios/noticia/2015/10/cutrale-quer-exportar-15-milhao-de-toneladas-de-soja-na-safra-20152016.html>

TAMAYO, J.; SALVADOR, J.; VÁSQUEZ, A.; ZURITA, V. (Eds.). **La Industria de la minería en el Perú: 20 años de la contribución al crecimiento y desarrollo económico del país**. Lima: OSINERGMIN, 2017. Disponível em: <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/607053/Osinergmin-Industria-Mineria-Peru-20anos.pdf?v=1587592777>

TAMBOGRANDE: una década de impunidad. **Diário Correo**, Lima, 11 oct. 2010. Disponível em: <https://diariocorreo.pe/peru/tambogrande-una-decada-de-impunidad-434540/?ref=dcr>

TESSARI C. A., COSTA, J. C. Z. Núcleos coloniais estatais em São Paulo: instrumentos de apoio à acumulação nas atividades econômicas dominantes no pré e no pós 1930. **História e Economia**, v. 15, n. 2, p. 103-124, 2015. Disponível em: <https://www.historiaeconomia.pt/index.php/he/article/view/131/118>.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, p. 92-122, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A.; GUIMARÃES, R. B.; LEAL, A. C.; LUCHIARI, A. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova**, v. 16, p. 1-6, 2012.

TITO, L. Boate Kiss – Samarco – Sibéria IV. Sentença na Alta Corte Inglesa abre um precedente que poderá representar uma esperança para grande parte das vítimas do rompimento da Barragem de Fundão. **O Tempo**, Contagem, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaoluiz-tito/boate-kiss-samarco-siberia-iv-1.2578479>

TREJO VICTORIA, J. A. **Organización territorial de la citricultura mundial**. 2013. 105 f. Tesis (Grado en Geografía) – Colegio de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2013. Disponível em: <http://132.248.9.195/ptd2013/junio/0695186/0695186.pdf>

TRIBUNAL de Justiça de São Paulo anula processo e livra invasores da Cutrale. **Globo Rural**, São Paulo, 21 jan. 2011. Disponível em: <https://globo.com/Revista/Common/0,,EMI204217-18071,00-TRIBUNAL+DE+JUSTICA+DE+SAO+PAULO+ANULA+PROCESSO+E+LIVRA+INVASORES+DA+CUTRAL.html>

TURIONI, F. Produtora de suco de laranja, Cutrale anuncia investimento em soja e milho. **G1**, [S.l.], 19 ago. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/08/produtora-de-suco-de-laranja-cutrale-anuncia-investimento-em-soja-e-milho-araraquara.html>

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em geografia. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 27., 2012, Belo Horizonte. **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos: entre escalas, poderes, ações, geografias**. Belo Horizonte, AGB, 2012.

VALLEJO, F. Trabajadores del limón cortan las rutas en Tucumán. **Tramas**, [S.l.], 22 julio 2021. Disponível em: <https://tramas.ar/2021/07/22/trabajadores-del-limon-cortan-las-rutas-en-tucuman/>

VALLEJO, F. Conflicto de cosecherxs del citrus en Tucumán, acuerdo por paritarias. **Tramas**, [S.l.], 22 abr. 2022. Disponível in: <https://tramas.ar/2022/04/22/conflicto-de-cosecherxs-del-citrus-en-tucuman-acuerdo-por-paritarias/>

VANDERLINDE, T. A peregrinação por um novo território. **GEOgraphia**, v. 10, n. 19, p. 84-102, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13553/8753/52901#:~:text=A%20Romaria%20da%20Terra%2C%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%ADstica%20que%20surgem%20no%20Brasil,reden%C3%A7%C3%A3o%20dos%20pobres%20e%20oprimidos>

VENTURELLI, R. M. **Terra e Poder**: As disputas entre agronegócio e resistência camponesa no sudoeste Paulista: Uma abordagem sobre o uso de terra pública. 2013. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26112013-125318/pt-br.php>

VILLARROEL, G. El método comparativo: entre complejidad y generalización. **Revista Venezolana de Ciencia Política**, v. 20, 2001.

ZARAGOZA ADRIAENSENS, S. Introducción y difusión de los cítricos en América Latina. **Levante Agrícola**, n. 429, p. 260-265, 2015. Disponível em: [https://redivia.gva.es/bitstream/handle/20.500.11939/7127/2015\\_Zaragoza\\_Introducci%C3%B3n.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://redivia.gva.es/bitstream/handle/20.500.11939/7127/2015_Zaragoza_Introducci%C3%B3n.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

ZEGARRA MÉNDEZ, E. **El mercado de tierras rurales en el Perú**: volumen II: Análisis económico. Santiago: CEPAL, 1999. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4667/S99117460\\_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4667/S99117460_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

ZIBECHI R. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Lima: Fondo editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de UNMSM, 2007.

ZUSMÁN, P. La tradición del trabajo de campo y geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.